

**ABORDAGENS EM
ECOLOGIA HUMANA:
CONSTRUÇÕES EPISTÊMICO-
METODOLÓGICAS
INTERDISCIPLINARES**

Editora Brazil Publishing

Conselho Editorial Internacional

Presidente:

Rodrigo Horochovski (UFPR - Brasil)

Membros do Conselho:

Anita Leocadia Prestes (Instituto Luiz Carlos Prestes - Brasil)

Claudia Maria Elisa Romero Vivas (Universidad Del Norte - Colômbia)

José Antonio González Lavaut (Universidad de La Habana - Cuba)

Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS - Brasil)

Milton Luiz Horn Vieira (UFSC - Brasil)

Marilia Murata (UFPR - Brasil)

Hsin-Ying Li (National Taiwan University - China)

Ruben Sílvia Varela Santos Martins (Universidade de Évora - Portugal)

Fabiana Queiroz (UFLA - Brasil)



© Editora Brazil Publishing
Presidente Executiva: Sandra Heck

Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei – Curitiba PR – 80050-270
+55 (41) 3022-6005

www.aeditora.com.br

**ALEXANDRE JUNIOR DE SOUZA MENEZES
CARLOS ALBERTO BATISTA SANTOS
RICARDO JOSÉ ROCHA AMORIM**
ORGANIZADORES

**ABORDAGENS EM
ECOLOGIA HUMANA:
CONSTRUÇÕES EPISTÊMICO-
METODOLÓGICAS
INTERDISCIPLINARES**



BRAZIL PUBLISHING

Comitê Científico da área Multidisciplinar

Presidente: Professora Doutora Joelma Estevam (UFPR – Educação/Tecnologia)

Professor Doutor José E. Feger (UFPR – Administração/Turismo)

Professor Doutor Albo Carlos Cavalheiro (UEL – Matemática)

Professora Doutora Graziella Patrício Pereira Garcia (UNINCOR – Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos)

Professor Doutor Vantoir Roberto Brancher (IFFAR – Educação)

Editor Chefe: Sandra Heck

Diagramação e Projeto Gráfico: Brenner Silva

Capa: João Neto

Revisão de Texto: Os autores

Revisão Editorial: Editora Brazil Publishing

DOI: 10.31012/978-65-5016-102-6



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINASZ, CRB9 / 626

Menezes, Alexandre Junior de Souza
M543a Abordagens em ecologia humana: construções epistêmico-metodológicas interdisciplinares /
Alexandre Junior de Souza Menezes, Carlos Alberto Batista Santos, Ricardo José Rocha
Amorim – Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
254p.: il.; 23cm

ISBN 978-65-5016-101-9

1. Ecologia humana. 2. Gestão socioambiental. 3. Assentamento São Francisco, Petrolina, PE. I.
Santos, Carlos Alberto Batista. II. Amorim, Ricardo José Rocha de. III. Título.

CDD 304.2 (22.ed)

CDU 577.4

Curitiba / Brasil
2019

APRESENTAÇÃO

O surgimento da expressão “Ecologia Humana” tem origem nos anos 20 do século passado, na Universidade de Chicago, por meio do professor e pesquisador Robert Park em conjunto com Ernest Burgess, os quais passaram a observar as relações resultantes em fenômenos sociais, criando uma teoria sobre uma Ecologia Humana, com destaque para as semelhanças entre as cidades, ambientes urbanos e ambientes naturais (não humanos) e tais organizações e desorganizações são explicadas por meio de conceitos da Biologia/Ecologia, daí a expressão Ecologia Humana.

Desde a sua criação na Universidade de Chicago, aos dias atuais, tivemos uma ampliação, evolução e contextualização desses conceitos, dando origem a novos estudos e contribuições, onde segundo Luca Valera,

[...] nos parece adecuado utilizar el concepto de “ecología humana” para definir aquel estudio fundado en la reflexión ética, antropológica y cosmológica, que tiene como objetivo definir, a nivel normativo, la posición del ser humano en el cosmos, esto es, su relación con los otros seres, y, por ende, sus comportamientos. (VALERA, 2017, p. 18).

Sendo assim, a Ecologia Humana, “[...] sem dúvida a mais democrática das áreas de estudo, pois escuta a todas que possam contribuir para o enriquecimento da pesquisa[...]”, possibilita ao Estudantes e Pesquisadores adentrar no universo socioambiental que submerge nas relações de vida(s) coletivas e individuais no cotidiano de “família(s), sociedade, formação social, bases culturais, fatores históricos e econômicos que influem da condição de vida” (ALVIM e CASTELHAMOS, 2017, p. 97;41) e seus diversos contextos, demarcações e aplicabilidades.

Graças ao empenho de vários autores, tais como Donald Pierson, Fernando de Ávila-Pires, Iva Pires, Juracy Marques, Paulo de Almeida Machado, Maria José Araújo Lima, Alpina Begossi, Alfredo Wagner, entre outros, podemos delimitar as correntes teóricas, metodológicas e epistemológica que a Ecologia Humana nos proporciona.

Este livro, na forma de coletânea de artigos, se inclui em um processo mais amplo de reflexão sobre os estudos, pesquisas e investigações desenvolvido no campo da Ecologia Humana, principalmente por meio do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH), hoje situado na cidade de Juazeiro/BA. Constituído-se em um importante ponto de inflexão e produção de conhecimentos e processo de sistematização do saber, tem por objetivo apresentar e aprofundar algumas discursões e constatações tanto iniciais como finais, no contexto da sociedade contemporânea e sua relação com o Homem e os meio(s) ambiente(s) naturais e antrópicos balizados por suas subjetividades.

Aplicando aos contextos das pesquisas e estudos desenvolvidos ao longo destes anos no PPGEcoH na UNEB, tanto no campus de Paulo Afonso/BA como em Juazeiro/BA, podemos observar a inter-multidisciplinaridade e diversidade dos trabalhos desenvolvidos, possibilitando um diálogo nas mais diversas áreas de formação e do conhecimento dos estudantes. Assim, o objetivo desta obra é de apresentar estudos desenvolvidos ao longo destes anos de Mestrado, assim como outras contribuições internacionais para a sua constituição.

Para isto, separamos em três seções, áreas específicas nas quais as pesquisas foram desenvolvidas, cada texto apresenta a temática da pesquisa, assim como os métodos e abordagens atualizadas para as investigações.

A primeira seção está marcada por estudos sobre “Ecologia Humana”, composto por sete artigos, destes dois internacionais, apresentando as diversidades de abordagem e tratamento dados relacionados a E.H. Na segunda seção, apresentaremos estudos desenvolvidos com comunidades tradicionais (pescadores, quilombolas e indígenas), organizados com oito textos e por fim, a última seção, volta-se para a perspectiva da Gestão Socioambiental, com toda a sua flexibilidade, principalmente no viés da educação e legislação, esta última, está constituída por seis textos.

Desde já, desejamos a todos uma boa leitura e que possa servir de norte para sua compreensão neste universo que é a Ecologia Humana.

PREFÁCIO

Dr^a Eliane Maria de Souza Nogueira
Prof^a do PPGCOH

O livro *Abordagens em ecologia humana: construções epistêmico-metodológica interdisciplinar* reúne esforços de docentes, discentes e convidados internacionais do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, para a apresentação dos conhecimentos que foram gerados pelas pesquisas no âmbito da ecologia humana, gestão dos recursos naturais, educação, saúde, agroecologia e as etnociências. Os resultados estão organizados em três seções e foram distribuídos em 22 capítulos, cujos títulos e uma breve apresentação dos conteúdos são descritos a seguir.

O primeiro capítulo, “Assentamento São Francisco no semiárido pernambucano: aspectos agrários e ambientais”, reúne informações sobre os conflitos por terra, história da questão agrária no Brasil e reforma agrária, das lutas pela terra e relação homem-natureza, nesse ambiente de conflito.

O segundo capítulo, “Jovens do campo na contemporaneidade: narrativas, subjetividades e transitoriedade”, aborda a relação ambiente, sociedade e sujeito presente no processo formativo dos jovens estudantes em agropecuária e sua vinculação com sua prática pessoal e profissional.

O terceiro capítulo “Abordaje académico de la ecología humana en Paraguay”, faz uma abordagem geral sobre a evolução história da Ecologia Humana no Paraguai, pelo vize do curso de Engenharia em Ecologia Humana da UNA.

O quarto capítulo, “Ecologia humana aplicada à Arqueologia”, contextualiza a relação arqueologia/ecologia humana, por meio da arqueozoologia.

O quinto capítulo, “Velha” Petrolândia: migrações e implicações provocadas pela barragem de Itaparica”, descreve aspectos do processo de migrações compulsórias da população de Petrolândia (velha) para implantação de medidas desenvolvimentistas de hidroeletricidade, com des-

taque para algumas pautas reivindicativas da “Carta Aberta”, enviada pelo Polo Sindical - CHESF, em fevereiro de 1988.

O sexto capítulo, “Instituições de morte, (re)organizações de vida: por uma ecologia organizacional clínica”, abordagem sucinta sobre a patologia organizacional e as diversas lógicas de compreensão de uma Ecologia abrangente, que envolva o ser humano e o meio em que ele vive.

O sétimo capítulo, “Características culturales e identidad, como medio para el desarrollo de comunidades, el caso de frutilleros de estanzuela -Paraguay”, descreve as características socioculturais e históricas da população de uma comunidade produtora de morangos, em Estanzuela, Paraguai.

O oitavo capítulo, “Identidade de uma comunidade remanescente quilombola em associação com a pesca artesanal”, trata de uma investigação sobre a identidade de uma comunidade remanescente quilombola em Juazeiro, Bahia, primeira e única reconhecida junto a Fundação Cultural Palmares. É uma comunidade ribeirinha com forte relação com a pesca artesanal.

O nono capítulo, “Cartografia das paisagens sonoras dos Tuxá de Rodelas - Bahia”, com a apresentação do mapeamento de 47 cânticos de toré, cujas letras acionam forças ligadas aos elementos da natureza: terra, fogo, água, ar, matas, além de em suas letras narrarem vínculos com o território, de filiação e afirmação do ser Tuxá.

O décimo capítulo, “Pesca artesanal e o sentimento de topofilia no município de Sobradinho - Bahia”, relata as representações dos pescadores(as) artesanais, cujos resultados apontam uma forte relação de topofilia, cuja familiaridade com a pesca artesanal e o lugar é um traço simbólico.

O décimo primeiro capítulo, “Identidade, história e educação na comunidade quilombola de Castanhão em Ibipitanga - Bahia”, descreve pontos que contribuem com a Comunidade de Castanhão, como Povos Tradicionais, principalmente sobre seus direitos para a conservação da identidade cultural e tradicional, em um processo interativo, participativo e crítico.

O décimo segundo capítulo, “As lutas das mulheres de lage dos negros na cartografia social, política e ambiental: feminismo descolonial em ecologia humana”, descreve os pontos de interconexões entre a Ecologia Humana e o Feminismo Descolonial, analisando como essas

teorias desmontam a ciência eurocêntrica, apresentando novas saídas/angústias societais.

Décimo terceiro capítulo, “Convivência dos pescadores artesanais com a transformação do rio São Francisco: um processo de resiliência da comunidade do Angari, Juazeiro - Bahia”, trata dos impactos gerados pela construção de barragens na pesca artesanal da comunidade de pescadores, perfil social dos pescadores e o interesse em sua reprodução social, dentro da comunidade. Fornece informações para o desenvolvimento de políticas públicas que podem beneficiar os pescadores da comunidade.

Décimo quarto capítulo, “Aspectos socioambientais e socioculturais da pesca artesanal na perspectiva da ecologia humana, na ilha de Nossa Senhora em Juazeiro-Bahia”, relata a representação dos moradores da comunidade ribeirinha da Ilha de Nossa Senhora – Juazeiro-Bahia sobre questões sociais, ambientais e culturais, sobretudo o conhecimento ecológico tradicional relativas à pesca e ao ambiente em que a mesma está inserida, na perspectiva da Ecologia Humana, retratando a história da ilha e dos seus habitantes.

Décimo quinto capítulo, “Os quilombos como novos nomos da terra”, faz uma pequena retrospectiva e relação sobre a continuidade entre as formas de poder produzidas na América, sobretudo no sistema de plantação, com as formas disciplinares do poder que emergiram na Europa no século XVIII, entre os quilombolas.

Décimo sexto capítulo, “Agricultura familiar e segurança alimentar nas comunidades de Pariconha e Água Branca, Alagoas”, discorre sobre as principais dificuldades enfrentadas por quilombolas do Alto Sertão de Alagoas em relação aos modos de produção, acesso ao alimento e as contribuições da agricultura familiar para a Segurança Alimentar e Nutricional desses povos.

Décimo sétimo capítulo, “Criança e natureza: representações ecossociais no ambiente”, investiga as representações sociais da natureza, analisando a compreensão desse conhecimento construído pelas crianças no ambiente escolar. Enfatiza a natureza com seus signos e significados das expressões, e os sentidos dos desenhos no universo da criança.

Décimo oitavo capítulo, “Riscos e vulnerabilidades associados à gestão de resíduos sólidos urbanos em Jacobina -Bahia”, traz uma abordagem sobre os riscos e as vulnerabilidades associados à gestão de resíduos sólidos no município de Jacobina-Bahia.

Décimo nono capítulo “A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: o objetivo 17 e a cooperação global para o desenvolvimento”, discute o ODS 17 onde são descritas as condições necessárias para a implementação da Agenda 2030 e as garantias de mobilização de recursos para implementação de programas.

Vigésimo capítulo, “Caracterização de crimes ambientais de fauna a partir de metodologias aplicadas à ecologia humana”, apresenta um inventário de práticas humanas criminosas em relação a exploração da fauna silvestre, durante uma década, baseada em documentos registrados em bases de dados científicas.

Vigésimo primeiro capítulo, “Aspectos legais e práticos da educação ambiental: abordagens nas escolas de Paramirim-Bahia”, traz dados acerca da educação ambiental como disciplina ou tema transversal na primeira série do ensino fundamental II e como a comunidade escolar compreende as questões socioambientais.

Vigésimo segundo capítulo “Meio Ambiente urbano, monumentos e fé católica em Petrolina-Pernambuco”, apresenta dados sobre a memória da fé católica presente no espaço urbano do município de Petrolina, tendo por ferramenta os estudos dos monumentos históricos/religiosos.

A obra é uma contribuição importante para a geração e divulgação do conhecimento sobre a ecologia humana e o seu papel dentro da interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The emergence of the term “Human Ecology” originated in the 1920s, at the University of Chicago, through professor and researcher Robert Park together with Ernest Burgess, in which they began to observe the resulting relationships in social phenomena, creating a theory about Human Ecology, highlighting the similarities between cities, urban environments and natural (nonhuman) environments, and such organizations and disorganizations are explained through concepts of Biology / Ecology, hence the term Human Ecology. Since its creation at the University of Chicago, to the present day, we have expanded, evolved and contextualized these concepts, giving rise to new studies and contributions, placing the research in this area as interdisciplinary. The production of this book “INTERDISCIPLINARY APPROACHES IN HUMAN ECOLOGY”, becomes a landmark for studies in Human Ecology and Socio-environmental Management, for dealing with the results of some studies over almost ten years of research developed in the Graduate Program in Human Ecology and Social and Environmental Management - PPGEcoH, at the State University of Bahia, Paulo Afonso and Juazeiro - BA campus. This collection is composed of twenty-two texts, of which three are studies developed by researchers and international researchers, and the other results of research developed in PPGEcoH / UNEB.

PALAVRAS-CHAVE

SEÇÃO 1 – ECOLOGIA HUMANA

1-ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO: ASPECTOS AGRÁRIOS E AMBIENTAIS

Palavras-chave: Questão agrária. Questão ambiental. Assentamento São Francisco. Sustentabilidade. Ecologia Humana.

2-JOVENS DO CAMPO NA CONTEMPORANEIDADE: NARRATIVAS, SUBJETIVIDADES E TRANSITORIEDADE

Palavras-chave: Juventudes. Ruralidades. Transitoriedade. Pesquisa Narrativa. Subjetividade Humana.

3-ABORDAJE ACADÉMICO DE LA ECOLOGÍA HUMANA EN PARAGUAY

Palavras-chave: Ingeniería en Ecología Humana. Desarrollo humano y sociocultural. Economía y administración. Agroecología. Alimentación y nutrición humana.

4-ECOLOGIA HUMANA APLICADA À ARQUEOLOGIA

Palavras-chave: Ecologia Humana. Arqueologia. Teoria Arqueológica. Pré-história brasileira. Ameríndios.

5-“VELHA” PETROLÂNDIA: MIGRAÇÕES E IMPLICAÇÕES PROVOCADAS PELA BARRAGEM DE ITAPARICA

Palavras-chave: Barragens. Migrações. Petrolândia. Atingidos. Conflitos.

6-INSTITUIÇÕES DE MORTE, (RE)ORGANIZAÇÕES DE VIDA: POR UMA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL CLÍNICA

Palavras-Chave: Ecologia Mental. Imagens da Organização. Ethos Guerreiro. Segurança Pública. Polícia Militar.

7-CARACTERÍSTICAS CULTURALES E IDENTIDAD, COMO MEDIO PARA EL DESARROLLO DE COMUNIDADES. EL CASO DE FRUTILLEROS DE ESTANZUELA

Palavras-chave: Identidad, cultura, desarrollo, comunidade, agricultura familiar

SEÇÃO 2 – COMUNIDADES TRADICIONAIS

8-IDENTIDADE DE UMA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA EM ASSOCIAÇÃO COM A PESCA ARTESANAL

Palavras-chave: Quilombo. Ictiologia. Pesca artesanal. Ecologia Humana. Gestão Socioambiental.

9-CARTOGRAFIA DAS PAISAGENS SONORAS DOS TUXÁ DE RODELAS/BA

Palavra-chave: Ecologia Humana. Ecologia Acústica. Ecossistemas Comunicativos. Cartografia. Povos Indígenas.

10-PESCA ARTESANAL E O SENTIMENTO DE TOPOFILIA NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA, BRASIL

Palavra-chave: Pesca artesanal. Etnoictiologia. Topofilia. Rio São Francisco. Pescadores.

11-IDENTIDADE, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASTANHÃO EM IBIPITANGA/BA

Palavras-chave: Identidade. História. Educação. Comunidade Quilombola. Castanhão.

12-AS LUTAS DAS MULHERES DE LAGE DOS NEGROS NA CARTOGRAFIA SOCIAL, POLÍTICA E AMBIENTAL: FEMINISMO DESCOLONIAL EM ECOLOGIA HUMANA

Palavras-chave: Ecologia Humana. Feminismo. Descolonial. Mulheres negras. Comunidades Quilombolas. Epistemologias do Sul.

13-CONVIVÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS
COM A TRANSFORMAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO:
UM PROCESSO DE RESILIÊNCIA DA COMUNIDADE DO
ANGARI, JUAZEIRO-BA

Palavras-chave: Pesca artesanal. Comunidade tradicional. Resiliência.
Juazeiro. Ecologia Humana.

14-ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E SOCIOCULTURAIS
DA PESCA ARTESANAL NA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA
HUMANA, NA ILHA DE NOSSA SENHORA EM JUAZEIRO –
BA

Palavras-chave: Comunidade Tradicional. Ecologia Humana. Percepção
Ambiental. Pescadores Artesanais. Conservação.

15-OS QUILOMBOS COMO NOVOS NOMOS DA TERRA

Palavras-chave: Modernidade periférica. Colonialidade do poder. Forma
valor. Nomos. Quilombo. Forma comunitária.

16-AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR
NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PARICONHA E
ÁGUA BRANCA – AL

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Segurança Alimentar e
Nutricional. Comunidades Quilombolas. Pariconha. Água Branca.

SEÇÃO 3 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

17-CRIANÇA E NATUREZA: REPRESENTAÇÕES
ECOSSOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Palavras-chave: Ecologia Humana. Representações Sociais. Criança.
Natureza. Educação.

18-RISCOS E VULNERABILIDADES ASSOCIADOS À GESTÃO
DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM JACOBINA-BAHIA

Palavras-chave: Gestão Socioambiental. Ecologia Humana. Resíduos
Sólidos. Riscos. Vulnerabilidades.

19-A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: O OBJETIVO 17 E A COOPERAÇÃO
GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Palavras-Chave: Ecologia Humana. Agenda 2030. Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável - ODS

20-CARACTERIZAÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS DE
FAUNA A PARTIR DE METODOLOGIAS APLICADAS À
ECOLOGIA HUMANA

Palavras-chave: Ecologia Humana. Pesquisa Documental. Crimes
Ambientais. Crimes de Fauna.

21-ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL: ABORDAGENS NAS ESCOLAS DE
PARAMIRIM-BA

Palavras-chave: Ecologia Humana. Ensino Fundamental.
Interdisciplinar. Educação. Política Nacional de Educação Ambiental –
PNEA.

22-MEIO AMBIENTE URBANO, MONUMENTOS E FÉ
CATÓLICA EM PETROLINA-PE

Palavras-chave: Memória. Meio Ambiente. Urbanização. Catolicismo.

SUMÁRIO

SEÇÃO 1

ECOLOGIA HUMANA	19
ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO: ASPECTOS AGRÁRIOS E AMBIENTAIS	21
<i>Adriana Soely André de Souza Melo e Josemar da Silva Martins</i>	
JOVENS DO CAMPO NA CONTEMPORANEIDADE: NARRATIVAS, SUBJETIVIDADES E TRANSITORIEDADE	29
<i>Alexandre junior de Souza Menezes e Ricardo José Rocha Amorim</i>	
ABORDAJE ACADÊMICO DE LA ECOLOGÍA HUMANA EN PARAGUAY..	41
<i>Maria José Aparicio Meza e Amado Insfrán Ortiz</i>	
ECOLOGIA HUMANA APLICADA À ARQUEOLOGIA.....	53
<i>Fátima Cristina da Silva Oliveira e Mariane Pereira Ferreira</i>	
“VELHA” PETROLÂNDIA: MIGRAÇÕES E IMPLICAÇÕES PROVOCADAS PELA BARRAGEM DE ITAPARICA	63
<i>Luciano Silva de Menezes e Juracy Marques</i>	
INSTITUIÇÕES DE MORTE, (RE)ORGANIZAÇÕES DE VIDA: POR UMA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL CLÍNICA.....	75
<i>Wagner Soares de Lima</i>	
CARACTERÍSTICAS CULTURALES E IDENTIDAD, COMO MEDIO PARA EL DESARROLLO DE COMUNIDADES. EL CASO DE FRUTILLEROS DE ESTANZUELA	87
<i>Samia Romero González e Monica Gavilan</i>	

SEÇÃO 2

COMUNIDADES TRADICIONAIS	97
IDENTIDADE DE UMA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA EM ASSOCIAÇÃO COM A PESCA ARTESANAL	99
<i>Adrielle Cristina de Souza Costa e Adriana Maria Cunha da Silva</i>	
CARTOGRAFIA DAS PAISAGENS SONORAS DOS TUXÁ DE RODELAS/BA.....	107
<i>André Luís Oliveira Pereira de Souza E Juracy Marques dos Santos</i>	
PESCA ARTESANAL E O SENTIMENTO DE TOPOFILIA NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA, BRASIL	117
<i>Daniel Ferreira Amaral e Rosilda Alves Magalhães Menezes</i>	
IDENTIDADE, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASTANHÃO EM IBIPITANGA/BA.....	125
<i>Angelita Rosa de Oliveira Rocha</i>	
AS LUTAS DAS MULHERES DE LAGE DOS NEGROS NA CARTOGRAFIA SOCIAL, POLÍTICA E AMBIENTAL: FEMINISMO	

DESCOLONIAL EM ECOLOGIA HUMANA	135
---	------------

Maria Elizabeth Souza Gonçalves e Luciano Sérgio Ventin Bomfim

CONVIVÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS COM A TRANSFORMAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: UM PROCESSO DE RESILIÊNCIA DA COMUNIDADE DO ANGARI, JUAZEIRO-BA.....	143
---	------------

Israel Vieira de Souza e Tâmara Almeida e Silva

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E SOCIOCULTURAIS DA PESCA ARTESANAL NA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA HUMANA, NA ILHA DE NOSSA SENHORA EM JUAZEIRO/BA	153
--	------------

Katia Silva de Souza Santos e Carlos Alberto Batista dos Santos

OS QUILOMBOS COMO NOVOS NOMOS DA TERRA.....	161
--	------------

Luis Eduardo Gomes do Nascimento

AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PARICONHA E ÁGUA BRANCA – AL.....	167
--	------------

Wilma Amâncio da Silva e Feliciano de Mira

SEÇÃO 3

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	177
------------------------------------	------------

CRIANÇA E NATUREZA: REPRESENTAÇÕES ECOSSOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR	179
---	------------

Daniela Santos Silva e Juracy Marques dos Santos

RISCOS E VULNERABILIDADES ASSOCIADOS À GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM JACOBINA-BAHIA	193
--	------------

Emille Mena Lima Menezes Rios e Adriana Maria Cunha da Silva

A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O OBJETIVO 17 E A COOPERAÇÃO GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO.....	205
--	------------

Iva Pires

CARACTERIZAÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS DE FAUNA A PARTIR DE METODOLOGIAS APLICADAS À ECOLOGIA HUMANA.....	215
---	------------

Mahatma Lenin Avelino de Almeida e Carlos Alberto Batista Santos

ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ABORDAGENS NAS ESCOLAS DE PARAMIRIM-BA	221
---	------------

Roseli Ramos de Oliveira e Maria Herbênia Lima Cruz Santos

MEIO AMBIENTE URBANO, MONUMENTOS E FÉ CATÓLICA EM PETROLINA-PE	229
---	------------

Viviane Almeida Vieira e Elton Moreira Quadros

POSFÁCIO	239
-----------------------	------------

ÍNDICE REMISSIVO	243
-------------------------------	------------

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES	245
---	------------

SEÇÃO 1
ECOLOGIA HUMANA

ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO: ASPECTOS AGRÁRIOS E AMBIENTAIS

Adriana Soely André de Souza Melo

E-mail: adrianaestudos2012@hotmail.com

Josemar da Silva Martins (Orientador)

E-mail: pinzoh@hotmail.com

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores do Assentamento São Francisco, no município de Petrolina/PE, ao adquirir a terra, a partir de suas atitudes frente às transformações geradas pela ocupação e reocupação contínua do espaço, que interfere na qualidade de vida e nas relações de poder, bem como na postura deles na relação sociedade-natureza no assentamento. Para tanto, teve como base dois eixos temáticos: a questão agrária e a questão ambiental. Utilizou-se uma metodologia que possibilitou refletir a experiência destes por meio da pesquisa qualitativa, por se tratar de uma matriz já consagrada pela Sociologia e pela Antropologia e originária da Fenomenologia, na qual estão presentes também as ideias da Etnografia. Os dados foram obtidos mediante realização de observações diretas, conversas informais registradas, entrevistas abertas e semiestruturadas. Foi possível chegar aos seguintes resultados: as famílias assentadas são felizes pela conquista da terra, fator evidenciado na fala de cada morador, todavia, ainda enfrentam diversas dificuldades, dentre elas as limitações em relação à falta de um local irrigado que seja adequado para o exercício da agricultura, ausência de um tratamento de água para consumo humano adequado e a falta de um ambiente de lazer. As famílias aumentaram, porém, as habitações continuam no mesmo quantitativo da época em que foram construídas. As questões ambientais são pouco evidenciadas, quase

não se fala ou se faz algo em prol de um ambiente mais sustentável. Ainda assim, o assentamento pode ser considerado um lugar privilegiado e que precisa apenas que sejam criadas políticas públicas voltadas para elucidar essas questões que estão evidentes na realidade daquele assentamento.

INTRODUÇÃO

O estudo “Assentamento São Francisco no semiárido pernambucano: aspectos agrários e ambientais”, buscou historicar a trajetória das famílias que vivem no Assentamento Rural São Francisco, após 15 anos da conquista da terra, relatando as dificuldades enfrentadas, ao adquirir a terra, e as suas atitudes frente às transformações geradas pela ocupação e reocupação contínua do espaço. A partir da história daquela comunidade discutiram-se as questões ambientais e agrárias, que foram os dois eixos temáticos da presente pesquisa.

Buscou-se responder ao seguinte questionamento orientador do estudo: como se articulam as questões agrárias e ambientais no assentamento São Francisco? Para o desdobramento desses dois eixos temáticos, traçou-se quatro pontos a serem seguidos como objetivos específicos: descrever a história das famílias e do lugar antes e depois da existência do assentamento; traçar o perfil socioeconômico das famílias assentadas originalmente; registrar como a questão da terra permanece nos dias atuais; verificar como os problemas ambientais se configuram no assentamento.

A pesquisa foi fundamentada na corrente teórico-metodológica que possibilitasse refletir a experiência destas famílias através da abordagem qualitativa, no universo de muitos tipos de investigação, que apresentam diferentes orientações teóricas e metodológicas, assim, os dados foram obtidos mediante realização de observações diretas, conversas informais registradas, entrevistas abertas e semiestruturadas.

O primeiro capítulo foi denominado *Da pesquisa*, nele, reuniu-se o conteúdo produzido no decorrer da elaboração do projeto de pesquisa, fazendo as devidas adequações e acréscimos; buscou-se situar o leitor acerca dos objetivos da pesquisa, bem como a justificativa da sua realização e as motivações pessoais pelas quais decidi abordar essa temática fomentando a reflexão acerca do porquê da pesquisa em assentamentos de Reforma Agrária.

No segundo capítulo, com base nos teóricos escolhidos para fundamentar a pesquisa, buscou-se caracterizar historicamente a trajetória da questão agrária, da Reforma Agrária, a dinâmica e constituição dos assentamentos rurais e dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo. Abordou-se os dois eixos: o primeiro é o da questão da terra, da história da questão agrária no Brasil, da Reforma Agrária, das lutas pela terra. O segundo, é um eixo mais “ambiental” da “ecologia humana”, da relação homem-natureza, da produção de paisagens, equilíbrios ou desequilíbrios, de sustentabilidade ou de insustentabilidade.

No terceiro capítulo, buscou-se caracterizar historicamente a trajetória das famílias do assentamento São Francisco, suas histórias de vida e impressões acerca da condição de moradores de assentamento de reforma agrária. Traçando além das suas trajetórias de vida - desde o início da decisão de lutar pela conquista da terra, como também a realidade atual vivida por esses homens e mulheres, bem como o perfil socioeconômico dos assentados.

No quarto capítulo, retoma-se a discussão sobre os dois eixos da temática da presente pesquisa, a partir dos dados de campo, dando continuidade à discussão e aos resultados referenciando e confrontando com as discussões teóricas existentes. Nessa parte do trabalho, buscou-se registrar como se estabelecem os paradoxos entre reforma agrária e meio ambiente na realidade do assentamento São Francisco; o que trazem os planos e documentos oficiais da reforma agrária sobre a questão ambiental e como esta se apresenta nos discursos oficiais dos governos e dos movimentos sociais de luta pela terra e no próprio assentamento, apontando seus limites, possibilidades, paradoxos, contradições. Buscou-se também registrar outras questões concernentes à produção cotidiana da vida dos entrevistados e a outros problemas ambientais e agrários que despontam desta produção cotidiana da vida.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Do ponto de vista da relevância deste estudo, primeiramente teve uma relevância particular, afetiva, já que a vivência no campo por um determinado período da minha vida, motivou-me a realizar a presente

pesquisa. Ao observar a luta do trabalhador rural e a busca por um pedaço de terra, no qual pudesse viver e trabalhar, pude constatar que ainda falta muito para que a justiça e a equidade social sejam de fato cumpridas no meio rural. Com base nesse conhecimento empírico, pude formular a questão desta pesquisa.

A questão fundiária do Semiárido apresenta problemas desde a sua origem. Para melhoria da qualidade de vida nesses assentamentos é preciso um olhar mais aprofundado voltado para a minimização de conflitos e criação de políticas públicas efetivas no sentido de minimizar de maneira eficaz as problemáticas existentes, sejam elas de cunho social ou ambiental (BERGAMASCO e NORDER, 1996). Não basta apenas acomodar as pessoas em um espaço, mas sim criar condições que tragam melhoria de vida, a fim de que possam participar ativamente nas decisões sociais, políticas, econômicas, culturais, similar ao restante da população. Dessa forma, torna-se mais fácil para que os homens e mulheres desses assentamentos adotem posturas em relação ao ambiente em que vivem, respeitando os princípios de sustentabilidade sem comprometer as gerações futuras.

PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA

Considerando a dinâmica dos assentamentos de reforma agrária na região do semiárido e o dia a dia dos homens e mulheres que vivem na luta pela terra e pela sobrevivência nela, utilizou-se uma metodologia que possibilitasse refletir a experiência destes através da pesquisa qualitativa, no universo de muitos tipos de investigação, que apresentam diferentes orientações teóricas e metodológicas.

Para tanto, buscou-se algumas matrizes já consagradas pela sociologia e pela antropologia, que se definem como pesquisa qualitativa, e que são originárias da concepção idealista-subjetivista ou fenomenológica, na qual estão presentes também as ideias da etnografia – que são derivadas da fenomenologia (ANDRÉ, 1995, p. 18). Para a fenomenologia, a realidade é entendida como o que emerge da intencionalidade da consciência voltada para o fenômeno. A realidade é o compreendido, o interpretado, o comunicado. Não há, pois, para a fenomenologia, uma única realidade, mas tantas quantas forem suas interpretações e comunicações (BICUDO, 1994, p. 18 apud Gil, 2008, p. 15).

A pesquisa de campo foi desenvolvida durante os meses de outubro de 2011 a julho de 2012, no Assentamento São Francisco, Petrolina, PE (Figura 1). Para a produção dos dados de campo foram eleitos os seguintes instrumentos: *observações diretas*, *conversas informais registradas*, *entrevistas abertas e semiestruturadas*, que permitiram o aprofundamento em determinados aspectos.



Figura 1 – Mapa do Estado de PE - Localização do Município de Petrolina – PE. Fonte: Google imagens (<http://migre.me/8hACx>).

Dentro desse município encontra-se o Assentamento Rural São Francisco, (Figura 2) que está localizado a 49 km da sede do município e distante há 3 km do distrito de Izacolândia, que também pertence ao município. Localiza-se entre as coordenadas de $9^{\circ} 01'32.83''$ S e $40^{\circ} 15'26.58''$ W a uma elevação de 384 metros.

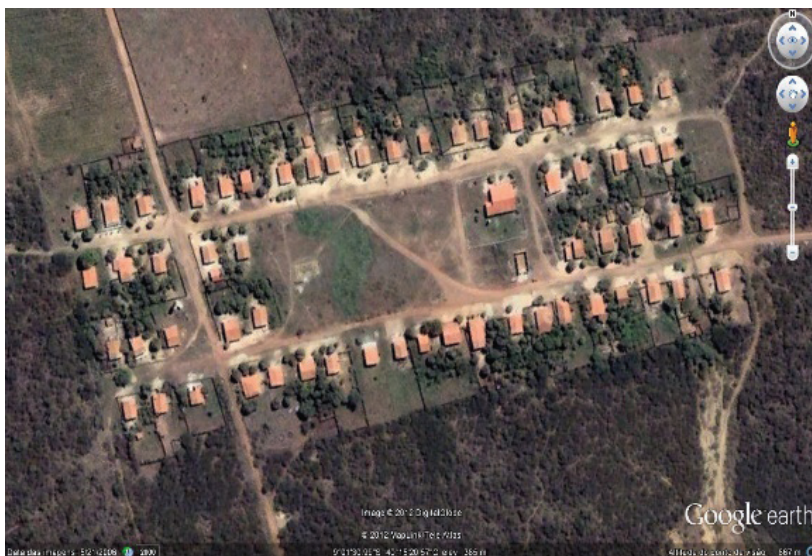


Figura 2 - Vista via satélite do Assentamento São Francisco.

Fonte: Fotografia gerada do Google Earth. Jan. 2012.

A área total do assentamento é de 721.3057 hectares com um perímetro de 19296,27 metros com uma escala de 1:20.000. As primeiras famílias chegaram ao local em setembro de 1995. Em 25 de março de 1996, foi registrada a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento São Francisco, mas a homologação do assentamento só veio acontecer em 1999. A associação conta com 12 associados que fazem parte da diretoria. Essa associação tem por objetivo representar os moradores junto a entidades governamentais ou não, para discutir seu processo de desenvolvimento e determinar os rumos que serão tomados pela comunidade na busca da cidadania.

O assentamento abriga setenta e duas famílias sendo que sessenta delas em outubro de 1995, vieram do Município de Santa Maria da Boa Vista, oriundos da Fazenda Safra, com o objetivo de lutar pela terra. Vale ressaltar que, embora o ponto de partida tenha sido da fazenda Safra, essas pessoas eram originárias de outros lugares como: Petrolina, Ouricuri, Araripina, Santa Maria da Boa Vista e lugares circunvizinhos, ou até mesmo de outros estados do Nordeste. Os moradores relatam que a reunião de pessoas na Fazenda Safra era de aproximadamente duas mil

e quatro famílias e que nesta data espalharam-se por vários lugares, tais como: Floresta, Fazenda Ouro Verde e outros lugares aonde viam a possibilidade de desapropriação por parte do governo.

Ao mesmo tempo, foram realizadas visitas técnicas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão responsável pela formulação e execução da política fundiária nacional, a fim de obter informações sobre a estrutura fundiária e outras informações institucionais pertinentes a organização e funcionamento do assentamento. Vale lembrar que o foco da pesquisa foi um assentamento rural, sendo os demais atores citados, contatados apenas quando surgia a necessidade de maiores esclarecimentos sobre alguma informação nova, tendo em vista que as informações que interessava para a pesquisa foram as que disseram respeito ao assentamento, naturalmente, bem como as políticas desenvolvidas nesses assentamentos, e conflitos de cunho social ou ambiental.

De igual modo, foram coletadas informações em outros órgãos como a Delta, empresa que presta assistência técnica ao assentamento, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina, conforme informações levantadas com os sujeitos da pesquisa. Com base nas informações obtidas, foi possível realizar o mapeamento do assentamento, bem como os processos de ocupação e reocupação do espaço. Espera-se que o relato dessas experiências locais possa contribuir para discussões futuras sobre a qualidade de vida de famílias que residem nos assentamentos rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões agrárias e ambientais são complexas e vão além do que está posto nos documentos, leis e discurso dos que detém o poder; nem tão pouco são contempladas por políticas públicas que venham elucidar e sanar as necessidades apresentadas no que concerne a essas duas questões. Por esse motivo, as discussões ora apresentadas não se esgotam, mas provocam novas discussões. Por outro lado, busca-se evidenciar as aspirações, sonhos e dificuldades dos moradores.

Urge que a real situação do assentamento problematizada no decorrer desta pesquisa somados aos problemas contemporâneos: lixo, ausência de programas de educação ambiental, saneamento básico adequado,

assistência médica insuficiente, descaso dos poderes das esferas municipal, estadual e federal, ausência de capacitação e cursos profissionalizantes para os jovens e adultos sejam de fato elucidados.

Foi possível portanto, confirmar as concepções que já tinha em relação à luta pela terra no Brasil e ampliá-las, a respeito da luta do homem do campo na busca de um pedaço de terra para viver e trabalhar, a luta pela terra continua, as mudanças ocorridas são meramente paliativas e não são suficientes para atender as necessidades do homem e mulher que se encontram na condição de menos favorecidos e que suas necessidades básicas não são contempladas de fato. As desigualdades sociais aumentam dia após dia e engrossam as estatísticas e com isso, quem paga é justamente a classe dos mais pobres que vivem à margem da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmzo Afonso. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

BERGAMASCO, Sônia M e NORDER, Luís A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo, Brasiliense, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_pernambuco.pdf. Acesso em: 5 ago. 2011.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

JOVENS DO CAMPO NA CONTEMPORANEIDADE: NARRATIVAS, SUBJETIVIDADES E TRANSITORIEDADE

Alexandre Junior de Souza Menezes

E-mail: alexandrejuniorsm@hotmail.com

Ricardo José Rocha Amorim (Orientador)

E-mail: amorim.ricardo@gmail.com

Permanecer ou voltar para o campo não significa necessariamente uma derrota ou um fracasso para o jovem, mas pode ser resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida possibilitado pelo fato de morar com a família, junto de amigos e parentes, compartilhando códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades (Carneiro, 2007, p. 60).

O acesso aos bens materiais e simbólicos mencionados pela autora leva a construção de novas perspectivas para se pensar a prática formativa do sujeito jovem. O conhecimento adquirido o provoca a repensar suas intervenções no meio ambiente e quais as consequências destas para a sua vida. Além disso, outra questão que emerge está ligada à constatação do envelhecimento da população e de maneira particular para o campo. Há um declínio da população jovem, o que requer desta maneira uma formação que garanta a harmonização entre a sociedade e o meio ambiente. É nesse sentido que a ecologia humana ganha espaço no debate, uma vez que estabelecer este diálogo entre sociedade e meio ambiente de maneira harmoniosa torna-se aspecto fundante na contemporaneidade. A escolha do tema para esta pesquisa se dá exatamente pela necessidade de ampliar o olhar para as discussões que circundam a área ambiental, de maneira particular ao que diz respeito às práticas ambientais sustentáveis e que considere uma relação harmoniosa entre a natureza e a sociedade (o ser humano), o interesse

por esta temática localiza-se na observância do envolvimento de jovens que vivem em comunidades do campo, em fase de escolarização, dispondo da agricultura familiar, inseridos nos movimentos sociais e nas novas perspectivas de geração de renda em áreas rurais, em uma busca da continuidade de sua formação. O texto trata-se de um extrato da pesquisa de mestrado (MENEZES, 2019) que aborda “formação técnica de jovens do campo e sua relação com a Ecologia Humana”, tem por tema de interesse a formação de jovens técnicos em agropecuária e gestão ambiental e sua relação com o contexto do semiárido. Como objetivo investigar e compreender a relação ambiente, sociedade e sujeito presente no processo formativo dos jovens estudantes do curso técnico em agropecuária e/ou gestão ambiental que fazem parte da república do IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada) e sua vinculação com sua prática pessoal e profissional (uma vez que recebem duas formações, uma contemplando o agronegócio e outra a agricultura familiar). A pesquisa trata-se de uma investigação qualitativa, utilizando-se de um estudo de caso; utilizando das narrativas dos jovens, como instrumento de recolha das informações desses jovens foi utilizado o diário de experiência de formação, memoriais, entrevistas narrativas/profundidade e a análise de conteúdo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As relações que se constroem entre as pessoas e a natureza sofrem mudanças constantes e provocam modificações significativas na sociedade contemporânea. A partir do momento em que a natureza passa a ser substituída por construções e modificações com o intuito de trazer benefícios para as pessoas, sente-se a necessidade de um equilíbrio nesse processo. Motivado por essa questão, é salutar destacar a pertinência da inserção de um conjunto de ações que possibilitem às gerações contemporâneas e futuras uma relação sustentável entre o meio ambiente e a sociedade, tendo em vista que ocorre desde muito cedo a exploração dos recursos naturais pela sociedade.

A utilização desses recursos requer conhecimentos específicos que possibilitem uma relação de sustentabilidade garantindo o não esgotamento desses recursos. Para tanto, esse trabalho precisa chegar potencialmente aos jovens que ainda estão no seu processo formativo, sendo na

Educação Básica o momento potencial para se construir práticas e consolidar conhecimentos que irão impactar na sua vida pessoal e profissional.

Assim, a presente pesquisa tem por tema de interesse a formação de jovens técnicos em agropecuária e sua relação com o meio ambiente, neste caso o contexto do semiárido. O interesse por esta temática localiza-se na observância do envolvimento de jovens que vivem em comunidades do campo, em fase de escolarização, dispondo da agricultura familiar, inseridos nos movimentos sociais e nas novas perspectivas de geração de renda em áreas rurais, numa busca da continuidade de sua formação. Em muitos dos casos, esses jovens concluem os estudos em escolas localizadas em áreas urbanas ou em distritos e/ou aglomerados com perspectivas urbanocêntricas. Consequentemente toda a formação se dá com um currículo voltado para aspectos que dão ênfase nas atividades não agrícolas.

Todavia, alguns jovens – que estão envolvidos em ações comunitárias, ligadas a atividades de organizações não governamentais e à associação de trabalhadores rurais – têm a possibilidade de conclusão do ensino médio na modalidade profissionalizante, mas para tanto, necessitam sair de sua comunidade e se deslocar para o centro urbano da cidade Juazeiro-BA. Isso graças ao intermédio de uma das ações realizadas pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), a república de estudantes, localizada na área rural de Juazeiro/BA. Esses jovens recebem apoio do IRPAA em termos de hospedagem e formação na perspectiva da Convivência com o Semiárido (CSA), além de manter o vínculo com as atividades agrícolas que faziam parte do seu cotidiano nas comunidades de origem. Ao mesmo tempo estudam no Centro Territorial de Educação Profissional do Vale do São Francisco (CETEP/Juazeiro/BA) na educação formal para conclusão do ensino médio na modalidade profissionalizante (Cursos técnicos em Agropecuária). A república acolhe ainda egressos do curso técnico profissionalizante nas áreas acima mencionadas e que estão no curso superior de Engenharia Agrônômica ofertado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Destaque-se que atualmente esses jovens começam a adentrar em outros cursos de áreas distintas em universidades da região.

Diante da realidade vivida e apresentada até então, tendo em vista a perspectiva da Ecologia Humana e todos os princípios que dela fazem parte, instiga-me a investigar a relação entre as dimensões humano e natureza na prática profissional futura desses jovens, uma vez que eles recebem a formação técnica no CETEP voltada para a discussão do agro-negócio e vivenciam no IRPAA práticas de agroecologia, fortalecimento da agricultura familiar e a discussão e aplicação de tecnologias voltadas para a convivência com o semiárido.

Desse modo, a proposta enquanto problema são as seguintes questões: Como a formação vivenciada no CETEP e IRPAA são significadas pelos jovens estudantes que fazem parte da república? Como a relação ambiente, sociedade e sujeito aparece na vida dos jovens estudantes em agropecuária? Quais mudanças são observadas nas práticas pessoais e profissionais dos jovens antes e após conclusão do curso técnico em agropecuária do CETEP e a experiência na república do IRPAA?

Assim, o objetivo geral da pesquisa estrutura-se em compreender a relação ambiente, sociedade e sujeito presente no processo formativo dos jovens estudantes em agropecuária e sua vinculação com sua prática pessoal e profissional.

O caminho metodológico desta pesquisa tem seus lastros na Pesquisa Qualitativa, uma vez que busca o desvelamento de um fenômeno social e encara como principal desafio a construção de um conjunto de saberes implicados na vivência pedagógica e social de educadores do campo. Como perspectiva para o estudo, foi realizado um Estudo de Caso, uma vez que possibilitou uma análise mais aprofundada do objeto de estudo em tela. Considerando que esta perspectiva permite uma descrição detalhada e com profundidade de determinada situação ou problema.

Os instrumentos de pesquisa utilizada, inicialmente foi a observação do cotidiano dos jovens, uma vez que a observação “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 190). Como ferramenta principal, foi desenvolvido uma ferramenta, aqui denominada de “diário do cotidiano de experiência de formação de jovens”, com o propó-

sito de acessar as narrativas e principalmente a subjetividade humana de forma, que não constranja os colaboradores. Além desta, também foram realizadas entrevistas narrativas, com aqueles que não tiveram progresso com a escrita dos diários, possibilitando adentrar ao objeto de estudo de forma adensada e ampliada.

Por fim, para os antigos residentes na república, foi solicitado aos mesmos, memórias da experiência formativa, objetivando resgatar lembranças e momentos marcantes, na trajetória desses sujeitos durante o processo formativo durante a residência da república e os estudos no CETEP. Vale salientar que também foram empregadas entrevistas por profundidade, para aqueles que não tiveram sucesso na escrita dos memoriais.

Assim é pertinente considerar que a narrativa de vida, assim apresentada, pode ser compreendida como a totalidade dos fatos e experiências em que o sujeito vivência; todavia, para este estudo toma-se a dimensão de que a narrativa de vida apresentada caminha na direção de que, a partir do momento em que o sujeito narra um fato vivido, uma experiência a outra pessoa (nesse caso o pesquisador), significa dizer que a produção discursiva do sujeito tomou forma narrativa (BERTAUX, 2010), e para este estudo amplia-se o entendimento de que é o processo narrativo que contribui para a produção do sujeito diante da sociedade. O trabalho com narrativas é crescente nas pesquisas em áreas sociais e humanas, considerando que estão presentes nas mais variadas experiências e espaços da sociedade.

O cenário da pesquisa foi desenvolvido na república de estudantes do IRPAA. Tendo em vista que,

Este espaço, desde o ano de 1994, recebe jovens estudantes originários do campo para fazerem o curso profissionalizante técnico em Agropecuária e, mais recentemente, o curso técnico em Meio Ambiente no Centro Territorial de Educação Profissional do Vale do São Francisco – CETEP SF, sendo a República o espaço de apoio e convivência durante o período de estudo. O ingresso desses jovens à República do IRPAA tem critérios: ser jovem do campo onde não há escolas técnicas profissionalizantes mais próximas; ser de famílias com poucas condições financeiras para mantê-los fora da propriedade familiar, indicados (as) por entidades e/ou organizações locais que

também desenvolvam uma ação efetiva junto à comunidade; que a família seja participante de organizações e movimentos sociais locais; jovens que demonstrem interesse pela área agropecuária e militem nos movimentos sociais de base. Para tanto, a entidade de base da comunidade onde o jovem reside deve encaminhar carta de apresentação para o IRPAA. Sendo aceito, mediante a disponibilidade de vagas nas casas da República, o jovem faz a inscrição para participar do sorteio eletrônico¹ realizado pelo CETEP SF. Sendo o jovem contemplado, a organização social de faz parte, válida a indicação, enviando para o IRPAA uma carta de recomendação. Após todo esse processo, o jovem é então, encaminhado para a República, que possui em sua estrutura organizacional um técnico da instituição responsável para acompanhar e orientar os estudantes ou “republicanos”, por eles assim denominados. (OLIVEIRA, 2014, p. 28)

Sendo os sujeitos da pesquisa os jovens estudantes que estão no início da formação e aqueles que estão concluindo e/ou já tenham concluindo e estejam na fase de estágio ou atuação profissional, em vista de atender aos objetivos propostos para esta pesquisa.

A análise dos dados ocorreu mediante a sistematização e categorização das informações, sendo utilizado método de análise de conteúdo, com base em Bardin (1977), onde o percurso das análises dos dados foi organizado da seguinte forma:

Pré-análise: consiste na organização dos dados coletados;

Exploração do material: essa fase diz respeito à transformação dos dados em levantamento de questões e pré-análise do objeto de estudo, também pela seleção da qualidade do conteúdo coletado e coordenação das atividades de estudo e escrita;

Construção de Categorias: após a exploração do material, foi realizada a classificação dos elementos levantados durante a leitura e seleção dos recortes para a categorização dos dados;

1 Mecanismo utilizado pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia para seleção dos alunos que farão parte dos cursos profissionalizantes ofertados pelos CETEPS. Cf. www.educacao.ba.gov.br.

Tratamento dos Resultados: versa na operacionalização lógica das categorias através da interpretação e discussão dos coletados.

A escolha do tema desta pesquisa se dá exatamente pela necessidade de ampliar o olhar para as discussões que circundam a área ambiental, de maneira particular ao que diz respeito às práticas ambientais sustentáveis e que considere uma relação harmoniosa entre a natureza e a sociedade (o ser humano). Vincular a proposta à investigação dos processos formativos de jovens que estão intimamente ligados às temáticas ambientais se fortalece por considerar o potencial agregador e criativo que este público tem, todavia, ainda pouco explorado e que, se desde cedo for trabalhado (neste caso na sua formação básica) teremos reversões significativas nas práticas ambientais, um diálogo direto com a ecologia humana e a gestão socioambiental.

Nunca se discutiu tanto sobre as questões ambientais como nos últimos tempos, ocorrência das mudanças climáticas no mundo, sendo o homem o principal fator para esses acontecimentos. Sendo assim, há a necessidade de se pensar em formas de estacionar esse desequilíbrio vigente e trabalhar a mudança de hábitos. Tais aspectos vinculam-se diretamente às questões da ecologia humana no que diz respeito a relação do homem com o meio ambiente incluindo os fatores sociais, econômicos e psicológicos (BEGOSSI, 1993).

As relações estabelecidas pelas pessoas com a natureza e a transcendência aos conceitos da ecologia tornam primordiais para se construir novas perspectivas quanto a forma de entender o comportamento humano sob as influências de variáveis ambientais e vice-versa. Desta forma, pensar a formação de jovens para o cuidado com as questões ambientais em sua prática pessoal e profissional a partir da experiência formativa vivenciada no curso técnico em agropecuária e/ou gestão ambiental torna-se pertinente para a ampliação e consolidação dos conceitos de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental.

Considerando o exposto, justifica-se a importância desta pesquisa junto ao público jovem que opta por uma formação ligada ao trato direto com o meio ambiente ou das questões que dele derivam, por perceber

que em muitos dos casos o pouco conhecimento ou ainda informações equivocadas quanto aos cuidados ambientais em detrimento ao uso desenfreado dos recursos naturais pelo humano estão presentes no cotidiano das sociedades contemporâneas. Assim, ao se deparar com práticas diversas que dialogam com as ações ambientais e seus impactos sociais, se faz necessário também construir um diálogo direto com as significações e o equilíbrio entre o humano e a sociedade. Tal equilíbrio requer conhecimentos específicos e/ou amplamente divulgados e esclarecidos.

Parte-se do princípio de que se faz necessário a consolidação de um processo contínuo de formação para que se possa pensar no avanço nas questões que vinculam o humano a natureza. Então se a formação técnica e/ou profissional conseguir vislumbrar tais aspectos é possível que tenhamos profissionais que incluirão em sua prática cotidiana um olhar holístico para a sua atuação, uma vez que tal premissa deva considerar “o pressuposto de partida que privilegia a análise das mútuas dependências, experimentadas nos ecossistemas, entre os seus ocupantes e os recursos disponíveis” (PIRES e CRAVEIRO, 2011, p. 4).

A inserção do debate das questões ambientais no Plano Nacional de Educação (PNE) e a sua implementação nas ações curriculares da Educação Básica, como necessidade eminente e todas as questões dele geradas fortalecem a inquietação sobre a temática. A formação dos jovens na modalidade profissional, especialmente na área de agrárias, na região, tem uma característica específica: a relação direta com as demandas do agronegócio. Compreender então tais processos formativos possibilita a construção de um novo cenário formativo para as futuras gerações e vincula diretamente o debate para a relação humano e sociedade e sua relação de interdependência.

Acredito ainda, que o estudo trará contribuições significativas para o espaço acadêmico, de maneira particular para fortalecimento das discussões acerca da Ecologia Humana e da Gestão Socioambiental como áreas do conhecimento, além de possibilitar o avanço do conhecimento quanto aos processos formativos de jovens e benefícios a comunidade externa ao meio acadêmico, uma vez que diretamente poderá iniciar uma ruptura nas práticas pessoais e profissionais destes sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrações centradas na formação ao longo da vida revelam formas e sentidos múltiplos de existencialidade singular-plural, criativa e inventiva do pensar, do agir e do viver junto. Um trabalho transformador de si, ligado à narração das histórias de vida e a partir delas, torna-se indispensável a uma Educação Continuada digna desse nome (JOSSO, 2007. p. 413).

Uma das centralidades desta pesquisa gira em torno da perspectiva da abordagem das pesquisas narrativas, na qual foram utilizadas diversas ferramentas que contemplam esta perspectiva, afim de evidenciar as subjetivadas humanas presentes nas oralidades dos colaboradores, com isso, a pesquisa em evidência nos proporcionou diversas reflexões acerca da discussão juvenil e os processos e espaços que fazem parte de suas vidas, no qual podemos compreender um pouco destes sujeitos transitórios que estão em constante modificação e aprimoramento.

Nos leva a considerar que estes se constituem de forma diferenciada com questões específicas, inerentes as suas subjetividades. Não se formam em tempos e espaços únicos, existe aí uma perspectiva de distinção que deve ser observada. Conforme Oliveira,

Ao compor os diversos espaços de formação da juventude, [...] o tempo ou os tempos não são os mesmos para eles, e que essa dimensão não tem tanto valor significativo, apesar de intervir de forma direta na maneira em que se constitui e se apresentam como jovem, rompendo na atualidade com o estigma do “Jeca Tatu” e do “ignorante”, levando-se em consideração que, cada vez mais, adentra ao campo os aspectos inerentes ao crescimento tecnológico e nesse movimento de hibridização, não mais se distingue como uma coisa da cidade ou da roça, mas como algo que faz parte da rotina diária desses sujeitos (2014, p. 50).

A hibridização em que o autor menciona e os resultados da pesquisa aponta, tem vinculação direta com a perspectiva da formação em que estes recebem. Geralmente os aspectos curriculares que são trabalhados não dão conta de possibilitar aos sujeitos jovens que estão localizados

no campo a sua relação identitária com aquele espaço, elemento esse que provoca um distanciamento dessa realidade. Contudo ao investir no campo das relações humano – meio ambiente, seja ele no espaço da cidade ou do campo é possível evidenciar novas perspectivas para a atuação destes sujeitos com o espaço em que convive, assim surge a partir da hibridização a terminologia de transitoriedade que esses jovens acabam assumindo pelos os diversos movimentos proporcionados.

As experiências formativas de jovens com cursos técnicos profissionalizantes na área de Ciências Agrárias é uma das maneiras de possibilitar a inserção de um olhar mais aguçado quanto aos aspectos ambientais e todos os seus impactos na sociedade e na relação com o humano. Esse diálogo é ampliado principalmente no que diz respeito a inclusão do debate de continuidade e fortalecimento da agricultura familiar, existe um movimento de distanciamento da vida do campo demarcado pela formação recebida na cidade e/ou o sentimento de retorno com perspectivas de aplicação do conhecimento e melhoria daquele lugar com o intuito de produção de melhoria da qualidade de vida, nesse sentido é possível considerar que,

Permanecer ou voltar para o campo não significa necessariamente uma derrota ou um fracasso para o jovem, mas pode ser resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida possibilitado pelo fato de morar com a família, junto de amigos e parentes, compartilhando códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades (CARNEIRO, 2007, p. 60).

O acesso aos bens materiais e simbólicos mencionados pela autora leva a construção de novas perspectivas para se pensar a prática formativa do sujeito jovem. O conhecimento adquirido o leva a repensar suas intervenções no meio ambiente e quais as consequências destas para a sua vida. Além disso, outra questão que emerge está ligada à constatação do envelhecimento da população e de maneira particular para o campo. Há um declínio da população jovem, o que requer desta maneira uma formação que garanta a harmonização entre a sociedade e o meio ambiente.

Desta forma, a pesquisa nos mostra que a juventude do campo, está vivendo um novo momento na história, onde a quarta revolução industrial e o surgimento de novas áreas e técnicas aplicadas ao campo e o meio rural, despertou nestes jovens novas perspectivas de rurais, onde o paradigma moderno está cada vez acessível e aplicado a estas áreas e esta geração é a principal responsável por disseminar tais conhecimentos e técnicas, buscando um espaço desenvolvido e sustentável.

Diante do exposto, chegamos à conclusão de que este estudo nos faz pensar acerca de novas perspectivas de ensino voltado para o campo e de novos contextos rurais-urbanos ou urbanos-rurais nos quais as tecnologias, modernas ou tradicionais, estão cada vez mais presentes e precisam ser implantadas com maior eficiência e aceitabilidade por sujeitos jovens para dessa maneira conseguirem interagir de maneira mais efetiva nos espaços de ruralidades. Configura-se assim, como novos jovens para uma conjuntura de ruralidades extremamente distintas.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Lauris. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEGOSSI, Alpina. **Ecologia Humana**: Um enfoque das relações Homem-Ambiente. INTER-CIENCIA 18(1): 1993.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativa de vida**: a pesquisa e seus métodos. Tradução Zuleide Alves Cardoso Cavalcante; Denise Maria Gurgel Lavallée. Natal, RN:EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: ____; CASTRO, Elisa G. de (Org.). **Juventude do campo em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Rev. Educação** Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica.- 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. MENEZES, Alexandre Junior de Souza Menezes. Narrativas, Subjetividades e Transitoriedade de Jovens do Campo na Contemporaneidade. Dissertação do Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus III – DTCS, Juazeiro-BA, 2019.
- OLIVEIRA, Adelson Dias de. **Jovens no Semiárido Baiano**: Experiências de Vida e Formação no Campo/ Adelson Dias de Oliveira. Salvador. 2014. Dissertação de Mestrado - Universidade do Estado da Bahia - Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade.
- PIRES, Iva Miranda. CRAVEIRO, João Lutas. **Ética e prática da Ecologia Humana**: Questões introdutórias sobre ecologia e a emergência dos riscos ambientais. Coleção Ecologia Humana 1. Lisboa: Apenas Livros Lda e Autores, 2011.



ABORDAJE ACADÉMICO DE LA ECOLOGÍA HUMANA EN PARAGUAY

Maria José Aparicio Meza, Maria José

E-mail: mariajose.aparicio@agr.una.py

Amado Insfrán Ortiz, Amado

E-mail: amado.insfran@agr.una.py

INTRODUCCIÓN

El estudio de la relación del ser humano y su medio ambiente ha sido el cometido de la Ecología Humana (EH) desde sus inicios, que para algunos puede remontarse a cerca de 150 años atrás (Alvim y Castellanos 2017). Uno de sus inicios explícitos en la academia son las publicaciones de Park y su equipo en la Escuela de Chicago en la década de 1920, bajo la presunción fundamental (Hawley 1991) que los ecosistemas humanos son la respuesta a las necesidades de adaptación de una población manteniéndose de manera funcional en un medio ambiente dado. La EH constituye el único locus donde se encuentran la sociología y la biología (Jiménez Blanco 1991). Para Diez Nicolás (1972 y 1982) la mirada distintiva le permitió ser pilar de la sociología durante varias décadas a partir de sus inicios. Es más, puede decirse, que distintas representaciones teóricas desarrolladas en el marco de la ecología humana se utilizan hoy en diferentes ciencias. El concepto central es el ecosistema social (Burbano 2013) que atiende cuatro aspectos: la población, el medio ambiente, la tecnología y la organización. Para entender su complejidad es preciso considerar el abordaje de la ciencia social como lo proponen Hawley (1991 y Kilsdonk (1983), entendiéndola como una ciencia que centra su atención en la naturaleza de la humanidad desde una perspectiva sistémica y compleja (Marques 2014). Permite investigar el entorno y

cómo las poblaciones locales conviven entre sí, con el entorno y cómo perciben sus territorios (Insfrán et al 2017). Es posible sintetizar en que estudia la compleja y dinámica interacción de los humanos con los ecosistemas (Marten 2008, Dyball 2010, Aparicio 2011, Christiensen 2014, Insfrán y Aparicio 2015). No resulta, por tanto, fácil definir las fronteras de la ecología humana debido a su propia naturaleza; la dificultad está en la dimensión del conocimiento de cada investigador (Alvim y Castellanos, 2017).

Son identificables los cambios que se han dado en el ámbito científico de la Ecología humana desde sus orígenes a inicios del siglo pasado hasta la actualidad, documentados ampliamente por autores como Theodorson (1974) que identificó cuatro etapas reconocibles o Cortés (2000) que propone tres fases en el desarrollo de la disciplina. En la década de los 70s la disciplina fue ganando poco a poco espacio en la academia y en la opinión pública mediante la creación de entidades ambientales, publicaciones y la emergencia de los estudios de impacto ambiental (López López 1990). Por su parte, Martínez (2014) la entiende como un área específica del conocimiento científico relativamente joven, una ciencia amplia con campo de convergencia interdisciplinaria.

Si bien el origen se remonta a un escenario distinto al actual, lo propuesto por la teoría de Ecología Humana y su vasta aplicación analítica o descriptiva para estudiar diferentes territorios indica que resulta una mirada apropiada para el contexto actual en fenómenos como, según Garrido (1996), la limitada industrialización y su inducción desde otros países o regiones, la heterogeneidad de la estructura social y económica, el proceso de urbanización acelerado y concentrado, la polarización social y la segregación espacial en América Latina. Al mismo respecto, Cortés (2000) indica que la abundante producción intelectual e investigadora en este campo del conocimiento y los temas que aborda siguen teniendo gran interés con amplia diversidad de abordajes en su aplicación práctica.

La ecología humana fue el planteamiento teórico que sentó precedente en la combinación de las estructuras sociales y las particularidades de cada conjunto de circunstancias contextuales o medio ambiente. Es por ello, que se puede entender como enfoque teórico y pragmático robusto

tanto para el Paraguay como para otros países de la región, al basarse en una perspectiva holística en el estudio de fenómenos sociales en la complejidad dinámica de los ecosistemas (Aparicio e Insfrán 2015), proponiendo una mirada distinta a la especialización o enfoque reduccionista de la ciencia que, por una parte, ha permitido el avance sin precedente de distintos campos, y a la vez, ha mostrado limitaciones para comprender o dar respuesta a la complejidad de algunos problemas de la sociedad actual.

Este capítulo presenta brevemente el abordaje teórico de la ecología humana en Paraguay en su aplicación en el ámbito académico, identificando tres momentos atendiendo al contexto y al ámbito de acción, reflejados en la estructura formativa de la Ingeniería en Ecología Humana, tanto en la teoría como en la praxis.

ECOLOGÍA HUMANA EN PARAGUAY

En 1991 se puso en marcha Ingeniería en Ecología Humana como tercera oferta de formación de grado en la entonces Facultad de Ingeniería Agronómica, hoy Facultad de Ciencias Agrarias, de la Universidad Nacional de Asunción. Fue resultado de un proceso de casi 10 años.

Según Ferreira y Vera (2002) como antecedentes directos pueden identificarse a la visita de la Dra. Meredith F. Smith en el marco del programa de intercambio del Comité Paraguay-Kansas en 1982, cuando se detectó la necesidad de una formación de grado pertinente al contexto del desarrollo del país y a un proyecto de capacitación integral dirigido a mujeres de escasos recursos en San Juan Misiones (1984). En 1985 se formuló el proyecto de creación de una carrera universitaria orientada a lograr profesionales con formación holística para el desarrollo rural y urbano, con el apoyo del Comité Paraguay/Kansas. En 1987 hubo dos eventos importantes, por un lado la visita del Dr. Dan Moore a inicios del año, quien se reunió con el Consejo Directivo de la Facultad de Ingeniería Agronómica. Por otro, a finales del año se tuvo la aceptación y financiamiento de la Fundación W. K. Kellogg de Battle Creek, Michigan (Estados Unidos) y el apoyo de la Facultad de Ecología Humana - Universidad Estatal de Kansas. Con ello se inició el Proyecto de Ecología Humana en Paraguay (1988 a finales de 1990) para desarrollar un Plan Curricular adecuado a

las necesidades propias de la realidad nacional (Ferreira y Vera 2002) mediante tres seminarios nacionales, en los cuales se reunió a representantes de distintas instituciones vinculadas al desarrollo rural, que permitieron generar y desarrollar el perfil profesional. Desde el primer seminario se trabajó el diagnóstico y el perfil profesional (UNA 1988).

Ferreira y Vera (2002) señalan que EH en Paraguay plantea estudiar los problemas de interés humano-ambientales buscando soluciones efectivas sobre la base de las corrientes filosóficas que la sustentan, por lo tanto, el enfoque en esencia está basado en la concepción de sistemas, en la ecología y en criterios humanistas del desarrollo. La Teoría General de Sistemas (TGS) aporta un marco conceptual y operacional con una perspectiva integradora (Bertoglio 1987 en Ferreira y Vera 2002) para estudiar la actividad humana y su efecto en el medio, la apropiación de los servicios ecosistémicos del medio natural, los flujos de materia, de energía y de información, todo ello significa una trama compleja de interacciones y dinámicas entre el ecosistema social y el ecosistema natural (Marten 2008, Insfrán y Aparicio 2014). Los criterios humanistas se refieren a la valoración del ser humano como tal, a la defensa de su dignidad y valor como persona más allá de sus rasgos propios tales como condición socioeconómica, género, estado civil u otros (Ferreira y Vera 2002).

Los núcleos temáticos orientadores, desde sus inicios en 1991, para lograr la gestión del desarrollo y los factores ambientales se hacen operativos mediante **cuatro áreas** (UNA 2013; Aparicio e Insfrán 2015):

a) **desarrollo humano y sociocultural**, es el eje vertebrador pues es el ser humano (en el nivel individual, familiar, comunitario o social) quien produce, consume, administra los recursos y gestiona el desarrollo atendiendo a las condiciones del medio, para ello es esencial reconocer con respeto a otros seres humanos y sus culturas (con los saberes, tradiciones, historia, valores, costumbres e identidades particulares);

b) **la economía y administración** del espacio familiar (la finca), fundamentalmente orientado a la gestión en el uso de los recursos disponibles para la satisfacción de las necesidades humanas básicas y su vinculación con el resto del sistema económico (Giménez 1991), preferentemente por la vía de la economía solidaria;

c) la **agroecología** mediante la visión integradora y respetuosa de los factores ambientales como base para la vida de las comunidades humanas, conjuga el modo y las prácticas de producción de alimentos y el uso de tecnologías apropiadas para la agricultura familiar campesina, los pueblos originarios y comunidades tradicionales;

d) la **alimentación y nutrición humana** son componentes de todo un sistema que condiciona la vida de los individuos, las familias y las comunidades, atendiendo especialmente a la disponibilidad (Ferreira 1991) y la relación que existe entre la producción agropecuaria, el medio ambiente y el intercambio.

La docencia, la investigación y la extensión se hacen funcionales mediante dichas áreas, aplicando conceptos mencionados y también los relacionados a las dinámicas del territorio y los espacios concretos, la ruralidad y la urbanización, la producción y la tecnología, entre otros.

Las áreas temáticas se relacionan con la estructura curricular que plantea **niveles de integración** del ser humano (UNA 2013) desde el **individuo** hasta la sociedad. En el primer caso se estudian disciplinas de base para ir integrándolas (química, física, psicología, sociología, antropología social, biología) a lo largo de la formación profesional entendiendo ello en el proceso de construcción del conocimiento individual y la necesidad de conocer conceptos y métodos universales que aportan dichas disciplinas. El **sistema familiar** trata de la comprensión del vínculo familiar con las siguientes estructuras de la sociedad, es decir, el **nivel comunitario** (como conjunto de familias en un territorio dado) y la **sociedad** (Figura 1).

Según Aparicio e Insfrán (2015) ha sido una de las opciones universitarias con mayor dinamismo en su estructura de formación con tres momentos que pueden ser identificados: a) el énfasis en el desarrollo rural (Plan de estudios 1991), b) el abordaje rural y urbano-peri urbano (Plan de estudios 1997), y c) el ajuste estructural con refuerzo en el campo sociocultural (Plan 2006 y Plan 2013). Los factores ambientales han sido de relevancia en el segundo momento con la introducción de asignaturas específicas en la temática, atendiendo al contexto nacional del momento. Sin embargo, la creación de una carrera de ciencias ambientales en la

Facultad de Ciencias Agrarias de la Universidad Nacional de Asunción significó un tercer momento, cuando se requirió de un ajuste estructural importante para la identidad de EH en Paraguay como una disciplina con abordaje sociocultural atendiendo al ámbito rural, urbano y peri-urbano.

El primer momento, que corresponde al Plan de estudios 1991, tuvo como centro al desarrollo rural, dando sensible prioridad a temas vinculados con grupos sociales menos favorecidos, población rural y campesina paraguaya. Esto se relaciona al contexto paraguayo esencialmente agropecuario, siendo una de las sociedades latinoamericanas con mayor dinamismo social y económico. En 1991, el 55% de la población era rural y según FAO (citado por De Barros Barreto 1991) existía un proceso de deterioro de las condiciones de vida de la población al mismo tiempo que el aumento de la pobreza rural y urbana. Por lo tanto, el interés fue dirigido hacia la cobertura de las necesidades primarias de la población, entre ellas seguridad alimentaria y estado nutricional, salud, vivienda y funcionalidad familiar. Asimismo, se requería aumentar el conocimiento sobre aspectos de la población y demografía, buscar soluciones a la necesidad de empleo, la baja productividad agrícola, el escaso conocimiento del potencial de la producción y tecnología agroecológica y la pobreza en el ámbito rural.

Las formaciones profesionales existentes en el país no estaban suficientemente preparadas para el trabajo con las familias rurales de forma sistémica e integrada, al decir de Nelson de Barros Barreto (1991) – director paraguayo del Proyecto Ecología Humana (1988-1990) y posteriormente el primer Director de la Carrera de Ingeniería en Ecología Humana (1991-1992) –, quien documentó el enfoque inicial de EH en Paraguay, cuya concepción teórica se basó en Bubolz y Sontag (1993) considerando como centro a la familia y su entorno inmediato, en este caso, familias campesinas en situación de pobreza. Ello dirigió las acciones para diseñar Ingeniería en Ecología Humana de la Facultad de Ciencias Agrarias de la Universidad Nacional de Asunción, como primera escuela del pensamiento sistémico en el país que pueda dar respuesta a la compleja demanda de la sociedad. Por lo anterior, se enfocaron los esfuerzos en desarrollar capacidades profesionales desde un enfoque de

desarrollo rural orientado al trabajo con las familias campesinas que colaboren para romper el círculo de pobreza, promover el autoconocimiento y autovalorización, favorecer la formación de líderes, propiciar las relaciones y organizaciones solidarias en la comunidad, estimular el fortalecimiento de relaciones al interior de las familias y la igualdad de oportunidades entre mujeres y varones, así como promover la autosuficiencia (con especial énfasis en las necesidades básicas) estimular el uso adecuado de los recursos naturales y desarrollar tecnologías agroecológicas (De Barros Barreto 1991). En síntesis, desarrollo rural con atención a las necesidades fundamentales de la población rural.

El segundo momento de la CIEH (finales del siglo XX e inicios del actual) incorporó dinámicas de urbanización (áreas urbanas y las llamadas peri-urbanas, mirando las zonas de transición en los límites de las ciudades), junto con mayor atención a los factores ambientales y la dinámica del territorio. Aunque no existe suficiente ni clara documentación en producciones científicas sobre el este periodo, implicó el análisis profundo del abordaje teórico y su praxis como disciplina en Paraguay que atendió al proceso de vaciamiento del sector rural sin precedente. Datos del Censo Nacional de Población y Viviendas del 2002 indicaron una población urbana ya superior al 53,7% (Aparicio e Insfrán 2015).

La mirada marcadamente ampliada hacia nivel comunitario y social hace hoy mayor el desafío de abordar la EH en Paraguay, con un interés social y cultural (inicialmente centrado en individuo-familia-finca) en interacción con los factores ambientales para la gestión del desarrollo integral de las comunidades humanas (Figura 1) atendiendo al ecosistema social.

Para la UNA (2013) se busca que el egresado tenga competencia en la comprensión de los **factores ambientales** como aspecto fundamental de la **gestión para el desarrollo**, expresada como la conjunción de las distintas disciplinas que permitan estudiar la compleja trama de la realidad contemporánea y dar una respuesta adecuada. El perfil del egreso demanda la interacción continua y sistemática con las comunidades locales, interés central de la EH en Paraguay y fundamento de la praxis en el enfoque metodológico asumido y promovido, lo hacen singular. Para Ferreira y Vera (2002) las prácticas a campo y las pasantías (inicialmente en el ámbito rural de forma semanal) son muy importantes para la formación.

La particularidad de esta formación académica hace que se alimente del dinamismo del contexto paraguayo fortaleciéndola a la luz de su abordaje teórico, que requiere que el profesional tenga una visión que integre disciplinas en su acción académica, de investigación y de extensión atendiendo la naturaleza de la ecología humana. Por ello, para Aparicio e Insfrán (2015) se aprecia que existe una correspondencia entre el abordaje teórico del enfoque actual en Paraguay y los postulados de EH tanto de los inicios del siglo pasado como sus posteriores emergencias, en especial con aquellas que desarrollaron interés en el análisis espacial y en aspectos socioculturales. Cuando se consideran estrategias y temáticas específicas de investigación la relación es ostensiblemente menor.

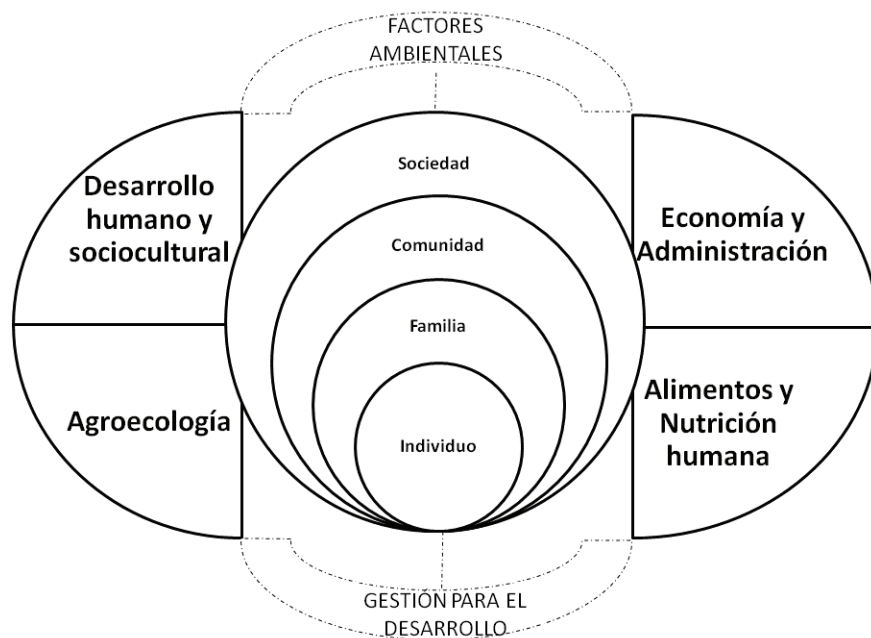


Figura 1. Marco conceptual que sintetiza el abordaje actual de Ecología Humana en Paraguay (Aparicio e Insfrán 2015).

La CIEH cuenta hoy con un plantel de 13 profesionales en el campus San Lorenzo y en el Centro de Capacitación y Tecnología Apropiada en la ciudad de Piribebuy (a 73 km. de la capital del país) que permanentemente se dedican a la docencia, la investigación y la

extensión, de los cuales 9 son egresados de la carrera y la mayoría con estudios de maestría concluidos. Dicho centro fue diseñado, construido y puesto en funcionamiento para la formación práctica de los estudiantes de la CIEH mediante un proyecto que continuó el inicial (Proyecto Ecología Humana), con la misma fuente de financiación, entre los años 1993 y 1996. Su objetivo fue vincular a la academia con el entorno y ser referencia en temas de desarrollo local.

Desde 1995 (primera cohorte, iniciada en 1991) hasta finales de 2018 se han presentado 289 tesis (Figura 2) como requisito para la graduación en los Planes Curriculares 1991, 1997 y 2006 o trabajos finales de grado para el Plan 2013 (mas cuatro a mayo de 2019) según datos de la Coordinación de Tesis CIEH. Las investigaciones abordan distintas temáticas en las cuatro áreas de la carrera, usualmente integrando dos más, predominando las de orientación hacia el área de desarrollo humano y sociocultural y el área de agroecología. Un estudio reciente (Soterias 2019) sobre la percepción de la CIEH entre sus estudiantes indica que a casi de 30 años de su inicio académico cuenta con un estatus que requiere de consolidación, es una opción universitaria con baja matriculación y poco conocida en el país.

Si bien la media es de 12 egresos por año, existe una leve tendencia a aumentar la cantidad de profesionales. Los primeros dos Planes de estudio (1991 y 1997) contemplaban 5 años de formación (diez semestres), a partir del 2006 la cantidad de semestres se redujo a nueve.

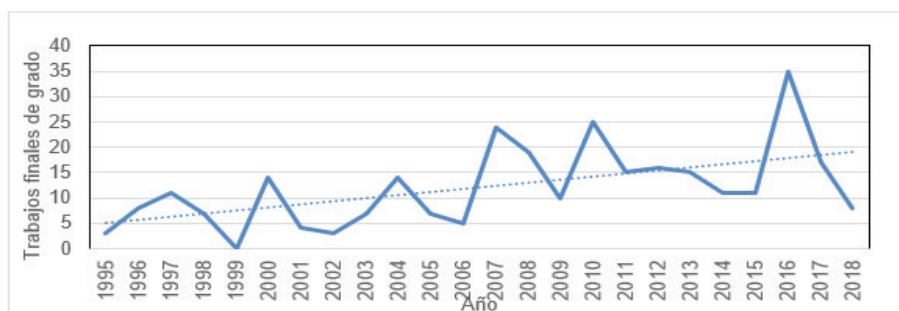


Figura 2. Trabajos finales de grado presentados en la CIEH, periodo 1995 a 2018 (Datos de la Coordinación de Tesis de la CIEH – no publicados, mayo de 2019).

CONSIDERACIONES FINALES

El proceso de evolución del enfoque de la ecología humana aplicada al desarrollo en Paraguay acompañó la dinámica de los procesos demográficos nacionales, pues de una preocupación exclusivamente rural campesina (en sus inicios) posteriormente incorporó elementos ecológico-ambientales y luego se fortaleció en la mirada sociocultural y en entornos urbanos, sin descuidar lo rural. El planteamiento teórico y la praxis considera cuatro niveles de integración humana y cuatro áreas temáticas, siendo la compleja red de interacciones entre los seres humanos y sus prácticas culturales y sociales; la alimentación y la nutrición humana; la tecnología y producción familiar agroecológica y la ética del cuidado de ecosistemas en donde se insertan, constituyen el centro de atención para la gestión del desarrollo de las comunidades humanas. De cara al presente inmediato y futuro, el sustento teórico propio y las aplicaciones a lo largo de la historia de la disciplina en el mundo y en el país deben brindar el marco para un análisis profundo de la orientación teórica, de la investigación y de la praxis, de manera que la formación profesional conserve su esencia y pertinencia en un contexto local, regional y global dinámico.

BIBLIOGRAFÍA¹

ALLWOOD P., J. 1970. Presentación en Pons, G., **Ecología humana en Centroamérica: Un ensayo sobre la regionalización como instrumento de desarrollo**. San Salvador, Secretaría General de la Organización de Estados Centroamericanos. p.1-4.

ALVIM, R.G.; CASTELLANOS, H.G. 2017. Ecología humana sobre a óptica da construção do saber multidisciplinar. En **As raízes da Ecologia Humana**. Alvim, R.G. y MARQUES, J (org.). Paulo Alfonso, SABEH. p. 34-51.

APARICIO MEZA, MJ. 2011. **La Ecología humana**: su aportación a las ciencias sociales y su aplicación al desarrollo rural y urbano sostenibles de Paraguay (Siglo XXI). Memoria para optar a Máster en Población, Sociedad y Territorio. Madrid, Universidad Complutense de Madrid.

APARICIO MEZA, MJ; INSFRÁN ORTIZ, A. 2015. Contribución a la revisión histórica de Ecología Humana y su abordaje en Paraguay. **Ecologías humanas** 1 (1): 1-15.

BUBOLZ M., SONTAG MS. 1993. **La Teoría de la Ecología Humana**. In: Texto de referencia sobre las teorías y métodos de la familia, un marco conceptual, Capítulo 17, Facultad de Ecología Humana, Universidad Estatal de Michigan, s/p.

1 Estas referências estão formatadas de acordo com as normas vigentes internacionais da APA - American Psychological Association.

BURBANO O., H. 2013. La sociedad depende del todo y las partes: naturaleza y suelo. **Revista Tendencias** 14(2):9-22.

CAMPBELL, B. 1985. **Ecología humana**. Barcelona, Salvat. 275 p.

CORTÉS ALCALÁ, L. 2000. **Proyecto docente e investigador de Luis Cortés Alcalá**: Concurso para la provisión de una plaza de profesor titular de Universidad, Área de conocimiento Sociología (Perfil de Ecología Humana) en la Universidad Complutense de Madrid. Madrid, Universidad Complutense de Madrid.

CHRISTIENSEN, CB. 2014. Human Ecology as Philosophy. **Human Ecology Review**, 20(2):31-49.

DE BARROS BARRETO, N. 1991. Ecología Humana: una nueva visión para el desarrollo rural. In: **Población y Desarrollo**. San Lorenzo, Facultad de Ciencias Económicas. pp 9-12.

DÍEZ NICOLÁS, J. 1972. Especialización funcional y dominación en la España urbana. Madrid, Guadarrama.

DÍEZ NICOLÁS, J. 1982. "Ecología Humana y Ecosistema Social", In: De Esteban Alonzo, A. y Alvira Marín, F. (coords.), **Sociología y Medio Ambiente**. Madrid, CEOTMA, 12. pp. 19-31.

DYBALL, R. (2010). Human ecology as open transdisciplinary inquiry. In: V. Brown, J. Harris, & J. Russell (Eds.), **Tackling wicked problems**: Through the transdisciplinary imagination (pp. 273—284). London: Earthscan.

FAO. 2007. **La nueva generación de programas y proyectos de gestión de cuencas hidrográficas**. Roma, Estudio FAO: Montes, n. 150. 139p.

FERREIRA P E., Vera C. RM. 2002. Ecología humana en Paraguay: enfoque académico y extensión. **Investigación Agraria** 4(2):31-42.

FERREIRA E. 1991. **Alimentación y nutrición en el contexto de Ecología Humana**. San Lorenzo, Par., Proyecto de Ecología Humana, Puntos de vista, p. 9-10.

GARRIDO GARCÍA, F.J. 1996. **Redes de acción colectiva en Bogotá y Caracas**. Tesis de Máster en Sociología. Madrid, Universidad Complutense de Madrid.

GIMÉNEZ, C. 1991. **Los Factores económicos en el enfoque de Ecología Humana (I) conceptos básicos**. San Lorenzo, Par., Proyecto de Ecología Humana, Puntos de vista, 5p.

HAWLEY, A. 1991. **Teoría de la Ecología humana**. Madrid, Tecnos.

INSFRÁN ORTIZ A., APARICIO MEZA, MJ.; ROMERO AGÜERO, A.; SPITALE CAMPOS CERVERA, S. 2017. Ecología human, humedales y servicios ecosistémicos: El caso de la comunidad Nueva Asunción. En "**Ecología Humana contemporánea**. Apuntes y visiones en la complejidad del desarrollo. INSFRÁN ORTIZ A., APARICIO MEZA, MJ. ALVIM, RG. (org.). San Lorenzo, Facultad de Ciencias Agrarias. p. 107-126.

INSFRÁN ORTIZ A., APARICIO MEZA, MJ. 2014. Hambre y abundancia: la doble crisis y los desafíos en el campo de la ecología humana. In: **Ecología Humana: uma visão global**. Feira de Santana, BA, UEFS, p. 213-246.

JIMÉNEZ BLANCO, J. 1991. "Introducción", In: **Teoría de la Ecología Humana**, Hawley, A. Madrid, Tecnos. p. 11-19.

KINSDONK, A.M. 1983. **Human Ecology**: Meaning and usage. Michigan, College of Human Ecology/Michigan State University. Monograph Series n. 102.

- LÓPEZ LÓPEZ, A. 1990. "Ecología humana, medio ambiente y ecosistema global" In: **Introducción a la sociología ambiental y del consumo**. Madrid, Instituto Nacional del Consumo. p. 10-27.
- MARQUES J. 2014. **Ecología Humana**: reflexões sobre a natureza da humanidade. In: *Ecología Humana: uma visão global*. Feira de Santana, BA, UEFS, p. 79-100.
- MARTEN, G. 2008. **Human Ecology**. Basic concepts for sustainable development. Londres, Earthscan.
- MARTÍNEZ F., AJ. 2014. La Ecología humana: Bases para un debate. **Revista cubana de Ciencias Biológicas** 3(2):5-13. Disponible: <http://www.rccb.uh.cu/index.php/RCCB/article/view/247/271>
- MCKINNEY L, KICK E., CANNON C. 2015. A Human Ecology Approach to Environmental Inequality: A County-Level Analysis of Natural Disasters and the Distribution of Landfills in the Southeastern United States. **Human ecology Review**, 21(1):109-132.
- SOTERAS ORTIZ, J.F. 2019. **Principales factores considerados en la elección de la Carrera de Ingeniería en Ecología Humana como oferta universitaria**. Trabajo final de grado, Ingeniería en Ecología Humana. San Lorenzo, PY, Facultad de Ciencias Agrarias-UNA. 112 p.
- THEODORSON, G.A. 1974. **Estudios de Ecología Humana**. Madrid, Labor.
- UNIVERSIDAD Nacional de Asunción/Universidad Estatal de Kansas/Fundación Kellogg. 1988. **Primer Seminario Nacional de Ecología Humana**. Proyecto de Ecología Humana, Asunción, UNA. s/p.
- UNIVERSIDAD Nacional de Asunción/Facultad de Ciencias Agrarias. 2013. **Plan de Estudio 2013**, Carrera de Ingeniería en Ecología Humana. San Lorenzo, Facultad de Ciencias Agrarias. 41 p.

ECOLOGIA HUMANA APLICADA À ARQUEOLOGIA

Fátima Cristina da Silva Oliveira

E-mail: fcsoliveira@uneb.br

Mariane Pereira Ferreira

E-mail: marianearqueologia@usp.br

INTRODUÇÃO

As pesquisas e debates em Ecologia Humana (E.H) têm ganhado cada vez mais espaço nas universidades brasileiras, em alguns casos não necessariamente com a mesma denominação. É possível identificar temáticas inerentes a E.H em pesquisas de áreas diversas, dentre as quais podemos citar a Arqueologia. Na disciplina arqueológica observamos campos de investigação onde a E.H se dilui entre conceitos igualmente transdisciplinares como nos estudos de paisagens, adaptabilidade humana, ontologias ameríndias, zooarqueologia, dentre outros.

As sínteses das primeiras pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil foram publicadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, resultados do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o PRONAPA, que durou de 1965 a 1970 (SCHMITZ, 2009, p. 19). Faziam parte do Programa os arqueólogos norte-americanos Betty J. Meggers e Clifford Evans, que estudavam populações pré-coloniais amazônicas. Meggers se tornou então uma das primeiras referências sobre arqueologia brasileira e sua perspectiva teórica, que tinha como principais pilares os conceitos de difusão e migração, com foco na adaptação ao meio ambiente, foi amplamente disseminada e ainda influencia pesquisadores de diversas regiões do país. A corrente teórica em questão, denominada Histórico Culturalismo (com grande influência da obra do antropólogo cultural Franz Boas), tinha como preocupação principal o estudo da distribuição geográfica dos artefatos e suas relações com grupos históricos, com estudos de sequências regionais (REIS, 2010, p. 32).

Posteriormente, a corrente teórica batizada de Nova Arqueologia (ou Arqueologia Processual), liderada pelo arqueólogo norte-americano Lewis Binford, apesar de discordar da metodologia e de alguns conceitos dos histórico-culturalistas, também atribuía extrema relevância ao papel do meio ambiente natural na dinâmica das populações pré-históricas. De acordo com Di Baco *et al.* (2009) o objetivo de Binford era dotar a Arqueologia de caráter científico, contrastando e formulando uma série de explicações e leis gerais sobre o funcionamento do comportamento cultural humano, diante das condições e eventos do passado e do meio ambiente.

Assim como a Arqueologia, a Ecologia Humana é uma ciência eminentemente antropocêntrica, mas com uma perspectiva multissistêmica e interdependente ao seu entorno (ALVIM E CASTELHANOS, 2017, p. 36). O sociólogo da Escola de Chicago, Robert Park (1936), considerado o fundador da disciplina de E.H, considera que a humanidade não é tão imediatamente dependente de seu ambiente físico como outros animais, para o autor

A troca de bens e serviços tem cooperado para emancipar-lhe da dependência de seu habitat local. Além disso, a humanidade, por meios técnicos e dos mais diversos tipos, aumentou enormemente a sua capacidade de reagir e de notar não só o seu habitat, mas o seu mundo; finalmente erigindo na base da comunidade biótica uma estrutura institucional enraizada no costume e na tradição (PARK, 1936, p.12)

Partindo do princípio de que a E.H é a disciplina que investiga as formas de dispersão e interação das sociedades humanas com o meio ambiente no qual elas se inserem (seja ele natural ou não) é possível afirmar que, pelo menos nos estudos de populações pré-coloniais (área de grande destaque e tradição na arqueologia brasileira), não há a possibilidade de dissociar as duas disciplinas; fato demonstrado nos exemplos das duas grandes correntes teóricas arqueológicas supracitadas.

ARQUEOLOGIA COMO ECOLOGIA HUMANA

A relação entre comunidades humanas e meio ambiente tem ocupado pesquisadores desde o século XIX, período no qual o evolucionismo

nismo e o determinismo geográfico estavam em voga. Os evolucionistas afirmavam que as culturas humanas poderiam ser classificadas a partir de estágios de desenvolvimento, fomentando a ideia de evolução linear e de “províncias geográficas”, isso influenciou profundamente as concepções ligadas ao estudo das relações entre culturas e o seu ambiente físico, inspirada na antropogeografia de Ratzel (VIERTLER, 1988, p.12).

Entretanto, pesquisadores do século XX, como o antropólogo Franz Boas, demonstraram que as culturas humanas possuem particularidades que não se encaixam no padrão de evolução linear proposto pelo evolucionismo, havendo necessidade de levar em consideração nos estudos sobre populações humanas as especificidades inerentes ao contexto ambiental e cultural e os desdobramentos adaptativos resultantes.

O paradigma da adaptação humana ao meio ambiente se fez presente em inúmeros trabalhos arqueológicos, por exemplo, nas pesquisas do arqueólogo e ecólogo teutoamericano Karl W. Butzer (1934-2016), que possuíam o aspecto híbrido da investigação arqueológica a partir do ponto de vista da E.H. Entre suas obras de destaque podemos citar “Environment and Archaeology: An Ecological Approach to Prehistory” (1964) e “Early Hydraulic Civilization in Egypt: A Study in Cultural Ecology” (1976), dentre outras. Em “Archaeology as Human Ecology: Method and Theory for a Contextual Approach” (1982), traduzida para a língua espanhola com o título “*Arqueología, una Ecología del Hombre*”, Butzer afirma que nos estudos de adaptação humana ao meio existe o conceito fundamental de “ecossistema humano”, que serve de

Principio organizativo e ilustrativo de la interdependencia de las variables culturales y medioambientales, así como de marco organizativo para abordar los diversos enfoques científicos que nos parecen esenciales para comprender los procesos interactivos (BUTZER, 1982, p. XI).

A obra discorre sobre a necessidade de uma abordagem sistêmica em arqueologia, a partir da qual é possível interpretar, de modo articulado, sistemas socioecômicos, atividades de subsistência e padrões de assentamento. De acordo com o autor,

Dentro de este ecosistema humano, las comunidades del pasado desarrollaron una interacción espacial, económica y social con las texturas medioambientales en las que estaban entrelazadas adaptativamente. (BUTZER, 1982, p. 6)

No que diz respeito ao contexto brasileiro, podemos tomar como exemplo os estudos sobre grupos nativos da região amazônica que, devido às características peculiares do bioma, demandam continuamente a interface entre E.H e Arqueologia, independente da linha teórica adotada pelo pesquisador. Um exemplo emblemático e claro dessa relação é ilustrado nos estudos zooarqueológicos.

ZOOARQUEOLOGIA SOBRE O VIÉS DO PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO

Serão pontuadas aqui algumas reflexões sobre distintas perspectivas para compreender, através de um dos objetos de estudo da arqueologia, as relações entre os grupos ameríndios que habitaram a região amazônica com a fauna local. Para isso, estas reflexões estarão debruçadas sobre os remanescentes ósseos faunísticos, também conhecidos como vestígios zooarqueológicos ou arqueofaunísticos.

Coleções zooarqueológicas: definição e desafios

Um conjunto zooarqueológico pode ser entendido como um agrupamento, de origem intencional ou não, de vestígios ósseos de animais podendo conter uma ampla variedade de espécimes, advindas de um contexto de origem antrópica. De acordo com Tanya M. Peres (2010), os estudos destas coleções objetivam relacionar vestígios ósseos de fauna e suas inter-relações com grupos humanos. As análises desses conjuntos podem gerar informações ligadas às questões alimentares (dieta), sazonalidade, mobilidade de grupos, práticas de caça, padrões de assentamento, contextos de relações sociopolíticas de um dado grupo, etc. (PERES, 2010, p. 15).

Esta linha de pesquisa volta-se então às diferentes formas de significação destas biomaterialidades, entendendo-as como o meio pelo qual

os indivíduos buscavam fontes para suporte e manutenção da estrutura social do grupo. Assim, um olhar direcionado aos remanescentes faunísticos pode assumir um viés abrangente, extrapolando as perspectivas associadas exclusivamente à subsistência e economia¹.

Os estudos preliminares do contexto amazônico

Inicialmente as abordagens estabelecidas para estudos de grupos humanos e os demais integrantes do meio (humanos e não humanos) no contexto amazônico traziam consigo um entendimento relativamente restrito, resultante de narrativas baseadas em determinismos (históricos e geográficos), oriundas de uma elaboração teórica científica, a qual não favorecia outras perspectivas para além da acadêmica. Um bom exemplo disso ocorre na interpretação da relação com a caça e demais atividades atuantes na manutenção da biogênese de grupos humanos onde, ainda é notório, um arcabouço versivo que não considera a integração dos indivíduos detentores de tal prática. Esta linha de raciocínio, de acordo com o antropólogo estruturalista Claude Lévi-Strauss (2008), resulta do fato de que

Cada civilização tende a superestimar a orientação objetiva de seu pensamento; é por isso, portanto, que ela jamais está ausente. Quando cometemos o erro de ver o selvagem como exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas ou econômicas, não percebemos que ele nos dirige a mesma censura e que, para ele, seu próprio desejo de conhecimento parece melhor equilibrado que o nosso. (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 17)

Sobre a arqueologia de grupos nativos sul-americanos, como colocado por Anne Rapp Py-Daniel (2015), entre os primeiros trabalhos que inspiraram a confecção do corpo teórico na década de 1940 estão as ideias de Julian Steward (1948) e Robert Lowie (1948), consideradas

1 Aqui destaca-se que não é excluída a atenção aos aspectos econômicos, os quais estão intimamente correlacionados aos padrões alimentares dos grupos. No entanto, as construções interpretativas não devem ser associadas aos determinismos extremos, onde os remanescentes faunísticos aparecem, em grande parte dos casos, atribuídos e incorporados apenas como pilares da alimentação.

o carro-chefe para se pensar estes grupos pré-coloniais. Entre inúmeros aspectos, os fatores e características ambientais vinham como agentes decisivos, sendo o cerne do início das pesquisas sobre as populações pretéritas dentro e fora da Amazônia. Boa parte das interpretações era delineada por ideias evolucionistas e deterministas. Dentre os estudos que fizeram parte deste início de pesquisas arqueológicas na Amazônia, destacam-se Betty Meggers (1971,1990,1992) e Betty Meggers & Clifford Evans (1957,1983), Rouse (1961), Lathap (1970), Roosevelt (1991,1993), Oliver (1989), Denevan (1996), entre outros tantos que fizeram, e ainda fazem, parte da construção de conhecimento sobre estes antigos grupos e seus respectivos descendentes nas regiões de floresta tropical (RAPP PY-DANIEL, 2015).

Posteriormente, as mudanças de perspectivas teóricas da Arqueologia paralelas às da Antropologia e da E.H, somadas aos crescentes estudos na região tropical, abriram espaço às diferentes visões ontológicas dos grupos ameríndios. Como colocado por Emílio Moran (2010, p. 22), entre as novas interações teóricas pós década de 1970, destacou-se o caso das ciências biológicas com as ciências sociais. Resultante de uma construção estabelecida entre estas duas áreas, as pesquisas desenvolvidas sob um viés cultural e social trouxeram novas possibilidades interpretativas aos estudos de adaptabilidade humana.

A partir de então, a diversidade de formas de se relacionar com o meio, inerente a cada indivíduo e grupo, passou a ser analisada como componente fundamental de identidades únicas e autênticas. Ou seja, a percepção indígena sobre seu próprio habitat, sua própria “exigência de ordem, que constitui a base do pensamento que denominamos primitivo” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p.25) e suas relações particulares com a fauna, a flora e as paisagens, deram a tônica dos novos estudos. Neste ensejo, as pesquisas zooarqueológicas também foram sendo resignificadas, permitindo que a fauna também passasse a ser um agente protagonista, como é colocada pelos próprios grupos nativos.

Distintos olhares e suas possibilidades

Uma das alternativas de se pensar a fauna como sujeito atuante e responsável também pela preservação dos nexos sociais desenvolvidos

por um grupo, está relacionada ao “perspectivismo ameríndio”, conceito desenvolvido pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (1996) para expor as distintas percepções de mundo de grupos nativos da região amazônica. Em seu artigo que delineia o conceito, o autor trouxe novas possibilidades de compreensão da lógica estrutural dos grupos ameríndios.

O estímulo inicial para esta reflexão são as numerosas referências, na etnografia amazônica, a uma teoria indígena segundo a qual o modo como os humanos vêem os animais e outras subjetividades que povoam o universo — deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, fenômenos meteorológicos, vegetais, às vezes mesmo objetos e artefatos —, é profundamente diferente do modo como esses seres *os* vêem e *se* vêem. (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 116-11).

Refletir a partir desses pressupostos permite que os questionamentos sobre a relação destes grupos com o universo dito não-humano (pela visão ocidental) sejam expandidos para além das problemáticas de padrões alimentares e subsistência. Passa-se assim a considerar não somente a funcionalidade prática, mas também em qual contexto sociocultural estes recursos são escolhidos e consumidos, e qual o papel destes na estruturação da vida cotidiana dos grupos amazônicos.

De acordo com Carlos Fausto (2002), esta perspectiva de perceber os animais como seres humanos e não-humanos teve como um de seus precursores Philippe Descola, antropólogo francês que se tornou referência em pesquisas que correlacionam aspectos culturais e natureza. Nesta análise, as distintas concepções de grupos ameríndios, a proposição e a consciência reflexiva, não têm sua atribuição relacionada apenas à humanidade, mas potencialmente, a todos os seres que compõem o cosmos (DESCOLA, 1986 apud FAUSTO, 2002).

Transformar uma caça em comida é desprovê-la da capacidade de agir e de entrar em relação com um outro, capacidade que é própria aos seres em sua condição de pessoa. A relação sujeito-ativo e objeto-inerte não resulta imediatamente do ato predatório, da passagem de uma tensão predatória (Taylor 2000) a um estado de predação, requerendo, portanto, um trabalho suplementar de redução da caça à comida (TAYLOR, 2000 apud FAUSTO 2002, p. 16).

O trecho citado esboça a complexidade presente na compreensão da fauna enquanto combustível para manutenção física e biológica de outros indivíduos e como esta passa a ser projetada como detentora de humanidade e/ou valores simbólicos nas distintas visões de mundo dos mais diversos grupos ameríndios.

Esta proposta de uma abordagem interpretativa que relaciona um dos objetos da arqueologia (remanescentes faunísticos) aos relatos etnográficos e etnohistóricos, considerando as distintas perspectivas ontológicas dos grupos, permite acessar com outros olhares as relações traçadas entre os grupos humanos e demais sujeitos com os quais eles se relacionam.

CONCLUSÕES

A temática dos estudos em E.H no Brasil, de modo geral, possui contornos de apelo à valorização e manutenção das manifestações culturais dos povos tradicionais que habitam o solo brasileiro e que sobrevivem às constantes adversidades impostas pela influência da perspectiva colonizadora, ainda muito presente em nosso país. Dada as dimensões continentais do Brasil e sua variedade biomas, são observados incontáveis modelos adaptativos, dentre os quais estão presentes estas manifestações culturais.

A interface entre E.H e Arqueologia, nos inúmeros segmentos nos quais é possível fomentá-la, pode ser vista como mais uma alternativa de construção de conhecimento que valoriza essa multiplicidade cultural ancestral e auxilia na compreensão das formas adotadas pelos povos originários para assimilar, significar e interagir o mundo que os rodeava.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Ronaldo Gomes; CASTELHANOS, Hernán Gerardo. **Ecologia Humana sobre a óptica da construção do saber multidisciplinar**. In: ALVIM, Ronaldo Gomes; MARQUES, Juracy. **Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017, 230 p.
- BUTZER, Karl W. **Arqueología, una ecología del hombre**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, Cambridge University Press, 1982, 345 p.
- DI BACO, Hiuri Marcel; FACCIO, Neide Barrocá; LUZ, Juliana Rocha. Das raízes da pesquisa arqueológica a Arqueologia processual: um esboço geral. **Revista Tópos**, v.3, n. 1, p. 206 - 233, 2009.
- ESTEVEZ ESCALERA, José. **Aproximación dialética a la Arquetafonía**. RAMPAS, 3. Universitat Autònoma de Barcelona. Espanha, 2000.

FAUSTO, Carlos. *A Dialética da Predação e Familiarização entre os Parakanã da Amazônia Oriental*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil, 1997.

FAUSTO, Carlos. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. **Mana**, v. 8, n. 2, p. 7-44, 2002.

FAUSTO, Carlos et al. Feasting on people: eating animals and humans in Amazonia. **Current Anthropology**, v. 48, n. 4, p. 497-530, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Editora Papirus, 2008, 320 p.

MORAN, Emílio Frederico. **Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica**. 2ed. Edusp, Senac São Paulo. São Paulo 2010.

MOREIRA, Sueli Aparecida. **Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos**. Ciência e Cultura, 2010. v. 62 - 23-26p.

PARK, Robert Ezra. **Human Ecology**. The American Journal of Sociology. v. 42. n.1. July, 1936.

PERES Tania, M. **Methodological Issues in Zooarchaeology** In: VANDERWARKER A. M., PERES T. M. (eds.) Integrating Zooarchaeology and Paleoethnobotany: A Consideration of Issues, Methods, and Cases. Springer, New York, 2010.

RAPP PY-DANIEL, Anne. **Os Contextos Funerários na Arqueologia da Calha do Rio Amazonas**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, MAE, Brasil, 2015.

REIS, José Alberione dos. **Não pensa muito que dói – um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, 303 p.

RUSSELL, Nerissa. **Social zooarchaeology: humans and animals in prehistory**. New York: Cambridge University Press, 2012.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **A Sociedade de Arqueologia Brasileira: a fundação e os primeiros mandatos**. In: SCHAAAN, Denise Pahl; BEZERRA, Márcia. **Construindo a Arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Belém-PA: GKNORONHA, 2009, 300p.

VIERTLER, Renate Brigitte. **Ecologia Cultural: uma Antropologia da mudança**. São Paulo: Editora Ática, 1988, 61p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Araweté: os deuses canibais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. **“Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”**. 1996. *Mana* 2(2): 115 – 144p.

_____. **“O nativo relativo”**. 2002a. *Mana* 8(1): 113 – 48p.

_____. **“A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)”**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002b.

“VELHA” PETROLÂNDIA:¹ MIGRAÇÕES E IMPLICAÇÕES PROVOCADAS PELA BARRAGEM DE ITAPARICA²

Luciano Silva de Menezes

E-mail: luciano_violao@hotmail.com

Juracy Marques (Orientador)

E-mail: juracymarques@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

No decorrer das décadas de 1970 e 1980, algumas medidas estatais de desenvolvimento³ foram decisivas e preponderantes para o município de Petrolândia/PE. Efetuava-se, intensamente, um projeto de desenvolvimento de um Estado ambíguo, resultando em inseguranças coletivas e transformações brutais⁴ com o deslocamento de toda a população local. Em pouco tempo, no ápice dessas decisões políticas, a cidade foi totalmente submersa pelo reservatório de Itaparica, em fevereiro de 1988. Petrolândia estava situada no sertão de Itaparica, a 14 km de onde seria construída a Barragem. A população da área, projetada para o Lago

1 A partir das obras da Barragem e com o início da construção da “nova” Petrolândia, a cidade que seria inundada passou a ser denominada “velha” Petrolândia, permanecendo, até então, com esse adjetivo. Em contrapartida, em relação à cidade projetada, extinguiu-se, com o tempo, a palavra “nova”. Alguns anos após a inundação prevalecia a distinção nominal entre a cidade inundada – a “velha” e a cidade construída – a “nova” Petrolândia.

2 Esse trabalho é uma continuidade das pesquisas apresentadas no livro “Barrando as Barragens: o início do fim das hidrelétricas”. Cf. MARQUES, Juracy; WAGNER, Alfredo; MENEZES, Luciano. (Orgs.). **Barrando as Barragens: o início do fim das hidrelétricas**.

3 Aqui, enfatizamos políticas estatais inerentes à geração de energia elétrica. Elas são, também, responsáveis por amplas desarticulações e alterações de laços de padrões produtivos. Cf. ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Na Margem do Lago: um estudo sobre o sindicalismo rural**.

4 SCOTT, Russel Parry. **Re-assetamento, saúde e insegurança em Itaparica: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento**. p. 77.

de Itaparica⁵, vivenciou as dificuldades dos processos de migrações e reassentamentos em massa. Todas essas desestruturações eram partes das medidas denominadas modernizadoras⁶.

DESLOCAMENTOS E RUPTURAS

A partir da construção da Barragem de Itaparica, passa a ocorrer deslocamentos compulsórios de mais de cem mil pessoas, com desintegrações e desorganizações de várias comunidades que viviam em setores urbanos, no campo e principalmente, em áreas justafluviais⁷.

No final da década de oitenta, quando a construção da barragem de Itaparica se encontrava próxima à sua conclusão, uma população de mais de oitenta mil⁸ moradores da beira do Rio São Francisco, metade dos quais agricultores, enfrentava um iminente traslado das suas velhas moradias para novas áreas⁹.

A construção da Barragem de Itaparica implicou em grandes rupturas estruturais. Com efeito, houveram muitas dissidências socioculturais ocasionadas pelas migrações em massa. Deve-se ressaltar que os deslocamentos são problemas fulcrais atrelados às políticas de hidroeletri-

5 Em setembro de 1986, o presidente José Sarney assinou um decreto que declarava a utilidade pública das terras, para desapropriações de um total de 1.012,70 km². Seria a área total destinada à formação do reservatório da usina hidrelétrica de Itaparica, no rio São Francisco.

6 Cf. FURTADO, Celso Monteiro. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste e Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica.**

7 Sobre a “velha” Petrolândia, situada às margens do rio, procuro reconstituir parte de um quadro histórico no qual estive presente. Essas experiências vivenciadas conduziram algumas ideias textuais sobre tais conjunturas e possibilitaram cotejamentos entre algumas fontes historiográficas. Para a evocação desse período nos orientamos pela teoria de Gwyn Prins - “Reminiscência Pessoal”, uma vez que ela pode propiciar uma atualidade e riqueza de detalhes que, de outra maneira, não podem ser encontradas. Essa forma de trabalho pode conceber uma história em pequenas escalas, possibilitando aos historiadores meios para descrever o que Clifford Geertz chamou de “descrição densa” – relatos ricamente tecidos que têm a profundidade e os contornos que permite uma análise antropológica substancial. Cf. Gwyn Prins. *História Oral*. In: **A Escrita da História: novas perspectivas**. Burke Peter (Org.) trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. Cf. Geertz, Clifford. **A interpretação das culturas**. LTC: Rio de Janeiro, 1989.

8 A área inundada pela Barragem de Itaparica atingiu uma população de 109,2 mil pessoas, das quais, 76,6 mil, viviam no meio rural. 77 % residiam no Estado de Pernambuco. Cf. GALINDO, Osmil.; NETO, Leonardo Guimarães. **Caracterização Geo-Econômica da área inundada.**

9 SCOTT, *op. cit.*, p. 06.

cidade. “A amplitude das usinas hidrelétricas (UHE), construídas, obriga um grande número de famílias a se transferir para outros locais, fato que implica alterações nos padrões determinantes das produções agrícolas e redefinições de relações sociais”¹⁰.

A inundação de Petrolândia e as desestrutura  es inerentes à construção da Barragem ocasionaram profundas alterações nos modos de vida. Extinguiram sobretudo as práticas culturais adquiridas na convivência com o rio. Podemos constatar parte desse quadro de descontinuidades e incertezas nesse excerto:

A certeza de que Petrolândia, dentro de três anos, desaparecerá do mapa – e sem a menor perspectiva, até agora, de como será a nova cidade – milhares de pessoas estão preocupadas e intranquilas diante de um futuro incerto e sombrio.   que Petrolândia, um pequeno município, cravado as margens do rio São Francisco, de 24 mil habitantes, será totalmente encoberto pelo “Velho Chico”, por volta de 1984, quando da implantação do reservatório de Itaparica. Além de Petrolândia e Itacuruba em Pernambuco, também será totalmente inundado o município de Rodelas, na Bahia¹¹.

A divulgação do “novo lugar¹²” – projetado surgia como uma estratégia que deveria servir como medida aniquiladora dos resquícios de reminiscências e de sentimentos que esbo assem a ideia de perdas-prejuízos e de saudosismos antecipados¹³. Então, o sentimento a ser suprimido ou dirimido precisava ser atenuado pela esperança de uma nova morada, de caráter idealizado e projetado.

10 ARAÚJO, *op. cit.*, p. 21.

11 Diário de Pernambuco. Recife, 19 de junho de 1981.

12 A Petrolândia atual está localizada na Microrregião de Itaparica – PE, Mesorregião do São Francisco. Localizada a uma latitude de 08  58’ 45” Sul e longitude 38  13’ 10” Oeste. Limita-se com Floresta – PE, ao Norte, ao Sul com Jatobá – PE, ao Leste com Tacaratu-PE, e ao Oeste, com o Estado da Bahia. Atualmente, de acordo com IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a sua população   36. 108 pessoas. Cf. <http://www.petrolandia.pe.gov.br/~petrolandiapego/a-cidade/3/histaria.html>.

13 “Nascestes de um Bebedouro, e te chamaram Jatobá. A  gua que te deu vida, agora quer te afogar”. (José Maria de Almeida Leitão). Os versos dessa canção de 1985, tal como outras da época, também denotam parte de um inconformismo coletivo e, talvez, um saudosismo.

Em fomentos de informações e divulgações que surgiam e eram absorvidos e disseminados pela população de Petrolândia, alguns traziam concepções de sacrifícios para obtenções de benesses futuras. Toda “resignação coletiva e individual” aparentava ser condicionante para os benefícios esperados.

Em Petrolândia, por exemplo, pessoas mais velhas, a maioria, comerciantes e proprietárias de lojas, farmácias, lanchonetes, padarias, mercearias, açougues, butiques, casas de confecções e que exercem diversas atividades comerciais e industriais, são a favor da hidrelétrica de Itaparica. O prefeito local, sr. José Dantas da Silva, admite que o progresso “exige tais sacrifícios” e que a obra, além do aspecto social, político e econômico, permitirá à Chesf a implantação de uma nova usina hidrelétrica que dentro de quatro anos estará com as suas primeiras máquinas em operação, atendendo a demanda regional sempre crescente de energia elétrica.¹⁴

A grande mudança e suas rupturas representavam partes integrantes de uma modernidade, a qual parecia se aliar ao denominado progresso. Nesse caso, a hidroeletricidade simbolizava um aparato imprescindível a essa modernidade. A proliferação de barragens, novamente, trazia o drama potencializado das desocupações compulsórias. “Itaparica é apenas uma entre dezenas de Barragens planejadas no país; e apenas uma miríade de projetos de desenvolvimentos, no qual, grandes empreiteiras definem, facilmente, relações entre o Estado e a sociedade¹⁵”.

A partir da década de 1970, o discurso de progresso¹⁶ e desenvolvimento buscavam razões e justificativas para impor “políticas associadas a uma ideia de aceleração econômico¹⁷”. Naquela ocasião, representava um modelo econômico sancionado pelo governo, no qual as grandes barragens designavam partes essenciais.

14 Diário de Pernambuco. *Op. cit.* p. 05.

15 SCOTT, Russel Parry. **Riscos aos reassentados no Ambiente construído pela Barragem de Itaparica:** investindo no ambiente e transformando o campesinato. p. 391

16 O “Plano de Reassentamento” realizado pela CHESF em 1985 tinha nos objetivos essenciais o chamado progresso e o bem-estar social na perspectiva do “Desenvolvimento Regional” e Desenvolvimento Local. ARAÚJO, *op. cit.*, p. 58.

17 ROTHMAN, Franklin Daniel. **Conflitos Socioambientais, licenciamento de Barragens e Resistência.** Viçosa, MG, UFV, 2008. p. 19-32.

O Estado cumpria um papel categórico através das obras de infraestrutura, manifestando-se com definições e reordenações, com predominância habitual a um Estado moderno¹⁸. As definições e redefinições dessas medidas políticas são concretizadas sobretudo em obras de médio e pequeno porte. Elas adquirem substancialidade e produzem perdas e consequências atemporais, diretas e indiretas.

Muitas afetações provocadas pelas grandes Barragens são in-calculáveis, com causalidades, antes, durante e depois¹⁹. Caracterizando portanto, impactos atemporais e resultando em imprecisas configurações socioambientais. Os seus efeitos perpassam no tempo e no espaço, em curto e em longo prazo. Destacamos, sobretudo, os problemas epidêmicos relacionados às mudanças climáticas e a baixa qualidade da água, após do enchimento do Lago. Alguns estudos concluíram que as intervenções da Barragem de Itaparica, no Rio São Francisco, resultaram em prejuízos à saúde e física e mental de uma grande parte das populações ribeirinhas²⁰.

Destacamos os vínculos da população da “velha” Petrolândia com o rio. Enfatizamos que às articulações daquelas comunidades estavam, de certo modo, centradas, economicamente, nos trabalhos agrícolas, por meio da agricultura de vazante²¹ e da agricultura irrigada.

18 Nessa conjuntura de Estado, naturalmente, em suas estruturas suscita a violência intrínseca, sem a qual, diluía-se o próprio conceito de Estado moderno. Cf. WEBER, Karl Emil Maximilian. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2003. Faz-se, portanto, uso da força física sob um dualismo monopolista - fiscal e militar. Esses dois monopólios, fiscal e militar, não são certamente suficientes para definir o Estado moderno, que supõem outras transformações - por exemplo, a consciência da própria história e a organização dos instrumentos necessários para que ela seja escrita, conservada e transmitida. Apesar destas restrições e destes matizes, parece ser possível propor como definição mínima do Estado moderno: a instauração progressiva da fiscalidade pública e de uma ordem garantida pelo poder de comando do soberano. Cf. CHARTIER. R. **Construção do Estado Moderno e Formas Culturais, perspectivas e questões**. Memória e Sociedade. 2. ed. Alges - Portugal, 2002. p. 215.

19 De início - “o antes”, os impactos afetam disseminando rumores; provocando incertezas individuais e coletivas. Na zona intermediária - “durante”, destacam-se às rupturas de redes e relações socioambientais. E, posteriormente - “depois”, agravamentos, escassez e inaccessibilidades dos recursos naturais. Cf. VAINER, Carlos Bernardo. **O conceito de atingido**: uma revisão do debate e diretrizes. Viçosa, MG, UFV, 2008. Além desses aspectos, ressaltamos que a poluição excessiva das águas dos reservatórios - a eutrofização, que tem agravado intensamente a saúde da população. Cf. GALIZA, Cleide; MEDEIROS, Rejane de. **Equipamentos Sociais e Coletivos em Itaparica**: realidade observada.

20 TEIXEIRA *et al.* **Epidemia de Gastroenterite na área da Barragem de Itaparica, Bahia**.

21 A agricultura de vazante é praticada nas bordas dos rios. Assim, na medida em que baixa

Propagando o discurso do “mudar para melhor”, a CHESF afirmava, antes da década de 1980, a necessidade de ampliação da produção de energia. Diante dessa conjuntura, a ideia de um progresso vindouro parecia, amiúde, ser pressentida por muitos. “Com efeito, para isso, interferiu toda campanha de divulgação da CHESF, com cartazes contendo mensagens como: é tempo de mudar para melhor ou é tempo de construir uma nova vida ou, ainda, é tempo de plantar e colher²²”. Todavia, pairava uma atmosfera antagônica a esse discurso. Parte da população estava apreensiva e se mostrava contrária à construção da Barragem.

A grande área inundada pelo reservatório da Barragem,²³ no transcorrer de quase três décadas, enfrentou agravamentos no tocante aos problemas climáticos. Nesse caso, as políticas de hidroeletricidades que foram, muitas vezes, antiambientais e sinônimos de degradações materiais e imateriais, demonstram há décadas novas contradições e vulnerabilidades. Denotam, portanto, muitas fragilidades frente às precariedades, sobretudo com a diminuição das chuvas e o baixo volume de água dos reservatórios. Associados a esses problemas estão os inúmeros transtornos diante das inviabilidades técnicas e funcionais.

É importante destacar que o quadro de grandes mudanças climáticas preconiza às necessidades de se colocar em avaliações o futuro das barragens. Assim, muitas avaliações independem totalmente das finalidades pelas quais às barragens foram construídas. As revisões independem de seus teores de viabilidades econômicas – de ser ou não viável financeiramente – utilizáveis, não funcionais ou não utilizadas. Então, através das revisões de reservatórios quase

o nível da água, realizam-se às culturas apenas com a água retida no solo, estabelecendo ciclos e produzindo, sobretudo, em períodos de estiagens. Os cultivos de vazantes são diferenciados de acordo com as regiões, sendo as culturas mais nobres, o feijão, a melancia e o milho. Cf. ANTONINO, Antônio Celso Dantas; AUDRY, Pierre. **Utilização da água no cultivo de vazante no Semiárido do Nordeste Brasileiro** Ed. Da UFPE. Ed. Da UFPE. IRD. Institut de Recherche pour le Développement. França, 2001.

22 ARAÚJO *et al.* **Dinâmica dos deslocamentos populacionais.**

23 As medidas inerentes à construção da Barragem de Itaparica tiveram início, aproximadamente em 1970, sendo que, o enchimento do reservatório ocorreu em fevereiro de 1988. Os municípios atingidos foram: Petrolândia, Belém do São Francisco, Floresta e Itacuruba, no Estado de Pernambuco; Glória, Rodelas e Chorrochó, no Estado da Bahia.

sempre existirão razões para suas demolições²⁴. Naturalmente, essas revisões e análises de reservatórios evidenciarão problemas que passam às fragilidades e as caducidades das estruturas físicas.

Essas rupturas ocorridas na década de 1980 significaram muito mais do que um macro deslocamento da vida social e do cotidiano petrolandense. Elas significaram rompimentos imensuráveis no corpo social. O fragmento da “Carta Aberta” nos auxilia em compreensões parciais e revela um pouco da amplitude dos problemas da época.

Se a mudança por si só implica em verdadeiro trauma para a população, a situação descrita se apresenta hoje como verdadeira ameaça à reorganização das famílias a serem transferida da área do reservatório. Dizemos que a reorganização das famílias está ameaçada porque as condições de vida e de desenvolvimento não estão, ainda, asseguradas²⁵.

As lutas reivindicativas ligadas ao Polo Sindical estiveram, por um tempo, relativamente ativas. Nelas se estenderam uma série de problemas inerentes aos reassentamentos e às indenizações. Causas e conflitos incessantes atravessaram toda a década 1990 e permaneceram parcialmente arraigados na vida da população. Tanto para os cidadãos dispersos, vivendo na “nova” Petrolândia, como para os reassentados nas agrovilas. Enquanto parte desses esteve estritamente dependente da VMT (Verba de Manutenção Temporária)²⁶, muitos daqueles encontravam-se em situações vulneráveis.

Tornavam-se evidentes às insuficiências, mesmo depois de todo o planejamento e de todas as medidas de construções dos novos espaços de moradias destinados à população da “velha” Petrolândia. Ainda, em 2013, o Ministério Público Federal acionaria a CHESF para que cumprisse algumas pendências do acordo firmado entre ela e o Polo Sindical,

24 LEJON *et al.* **Conflicts associated with dam removal in Sweden**. Cf. STANLEY, Emily; DOYLE, Martin. **Trading off**: the ecological effects of dam removal. *Frontiers in Ecology and the Environment*. WILEY, v.1, n. 1, 2003.

25 *Carta Aberta do Polo Sindical*, enviada a CHESF em 09 de fevereiro de 1988. Terceira pauta.

26 A VMT – “Verba de Manutenção Temporária” era uma compensação paga pela CHESF às famílias, até que se viabilizassem as produções agrícolas. O valor deveria ser correspondente a 2,5 salários – mínimos.

em 1986. Os atrasos no calendário de mudanças e nas medidas incorporadas a ele, tanto antes da inundação, quanto depois, provocaria angústias e uma insegurança coletiva. Na segunda metade da década de 1980, os temores fomentavam uma mobilização que, de certa forma, acelerava algumas decisões frente à necessidade de adiantar o que se encontrava em atraso em relação ao calendário estabelecido no acordo de 1986.

[...] é real a impossibilidade de, a tempo e a hora se fazer a mudança da população de forma digna e humana diante da decisão do fechamento definitivo da barragem, mediante a evacuação da área. Portanto, essa viabilidade só será conseguida pelo medo da inundação descontrolado e fora do tempo, viabilização dolosa, pois conhece a CHESF todo comportamento climático e hidrográfico da região do São Francisco e sabia ser impossível realizar as mudanças pelo menos nas condições em que se realizaram as primeiras que, esperamos, não sirvam de falsa propaganda, agora que se aproxima uma verdadeira retirada diante do fato consumado²⁷.

A impossibilidade de atender às necessidades básicas dos atingidos, dentro do prazo previsto, geravam inevitáveis insatisfações. Para a grande maioria, dissipava-se qualquer garantia ou segurança, sobretudo, relacionadas ao futuro nos novos espaços construídos. Toda superação exigia conformidades em meio às dificuldades dos espaços inacabados²⁸. As circunstâncias exigiam adequações compulsórias às medidas tomadas pela CHESF.

A sétima pauta da “Carta Aberta” pode elucidar mecanismos de subjugação e de um futuro improvável:

Temos presente na lembrança que a CHESF planejou um calendário de mudanças mediante o qual toda população atingida seria transferida em 120 dias. Porém, ao final de 150 dias, apenas em torno de 2.500 famílias haviam sido mudadas, restando, pois, no mínimo, outro tanto a ser transferida. Pelo novo cronograma, que nos foi entregue em 28

27 *Carta Aberta do Polo Sindical*, enviada a CHESF em 09 de fevereiro de 1988. Quinta pauta.

28 Após o enchimento total do reservatório, em 1988, e das transferências das famílias, perduraram, por alguns anos, construções de casas, escolas, hospitais e prédios públicos, sobretudo, nas áreas urbanas da “nova” Petrolândia. Dentre os casos mais aviltantes, destacamos o Mutirão, situado na borda do Lago, onde ficaram alojadas, em barracas de lona, mais de cem famílias.

de janeiro, que vence cinco dias após o fechamento das adufas, as mudanças deverão acontecer em apenas vinte e cinco dias. Ora, tais fatos resultarão fatalmente em uma verdadeira evacuação da população rural, como todas as nefastas consequências que uma ação dessa natureza provocará em uma população já duramente atingida e sacrificada em nome do progresso²⁹.

Segundo a “Carta Aberta” o atraso do calendário para as transferências das famílias era uma responsabilidade exclusiva da CHESF e a companhia não poderia, em momento algum, atribuir às circunstâncias de protelações aos agricultores. Naquela circunstância, todo atraso dos compromissos assumidos, no acordo de 1986, e as retiradas dos agricultores, fora do tempo pré-estabelecidos, caracterizam posições coercitivas determinantes e conseqüentemente, uma barreira de repressão às vontades.

Sem dúvida, naquele período, a ideia de progresso estava, estritamente, correlacionada ao fator da hidroeletricidade. Todavia, ele surge indissociável da sistemática da exploração política e econômica da natureza, e, inevitavelmente, não deixaria de causar, também, exclusões sociais, devastação de culturas, destruição de espaços físicos e da memória social³⁰.

Os efeitos nocivos da Barragem se prolongaram para a população de Petrolândia. As desagregações do corpo socioeconômico refletiriam em outros aspectos, causando mais dependência, fragilidades e danos sociais. Configurou-se, com o passar do tempo, um campo cada vez mais funesto para uma grande quantidade de reassentados.

A última pauta de reivindicação do Polo Sindical apontava as últimas medidas tomadas pela CHESF, como depreciativas e unidirecionais.

[...] deixamos claro que toda a responsabilidade pelo que possa acontecer diante dessa evacuação é da alçada de VV. SS. que tomaram a unilateral decisão de fechar as adufas em 19 de fevereiro próximo, mesmo ciente do não cumprimento dos compromissos assumidos e do não preenchimento das condições necessárias para uma mudança

29 *Carta Aberta do Polo Sindical*, enviada a CHESF em 09 de fevereiro de 1988. Sétima pauta.

30 A inundação atingiu, em Petrolândia, muitas gravuras em arenito vermelho, além dos grafismos puros da “Pedra do Letreiro”, situada na área urbana da cidade. Essas ocupavam aproximadamente, 12 metros de comprimento, com 1,5 de largura. Cf. MARTIN, Gabriela; ROCHA, Jacionara Silva. **O abrigo Letreiro do Sobrado – Petrolândia – PE.**

digna. Tal decisão leva a uma situação irreversível e sem condições de controle, pelo que todos os problemas e prejuízos de ordem social, econômica, administrativa, e outros serão debitados à precipitação de VV. SS. e, após o exame detalhados dos acontecimentos, tomaremos medidas de responsabilização que se impuserem³¹.

As interferências ásperas, desse período conturbado, e o término da construção da Barragem de Itaparica formularam um inapagável quadro doloroso de interrupções bruscas e transferências compulsórias. Aplicavam-se medidas concretas permeadas por negligências – “um descaso planejado³²”. Os níveis de agressões encadearam outros macros problemas atemporais, de ordens ecológicas, culturais e socioeconômicas.

O próprio experimento de inúmeras circunstâncias inusitadas para os atingidos implicava em vulnerabilidades acarretadas, sobretudo pela mudança do estilo de vida. As transformações sociais hiperbólicas geraram não somente uma vulnerabilidade do patrimônio natural, mas também, restrições e precariedades sociais.

Sublinhamos diversos problemas associados a essas expropriações e migrações, na “velha” Petrolândia. Sobretudo, ligados direta e indiretamente ao rio, à pesca, à agricultura de vazante, as criações de animais; a perda definitiva da produção de telhas e tijolos e das inúmeras olarias situadas às margens do rio. Destacamos que antes das mudanças para os novos espaços construídos já predominava as “táticas de alguns idealizadores de projetos de barragens: a desmoralização das populações e a metamorfose institucional³³”. Incorporações burocráticas e abandono planejado se coadunavam. Inevitavelmente, ocorreram na “nova” Petrolândia, outros agravamentos desses problemas. Em outras palavras, muitas dificuldades perpassaram o período do inacabado – “o canteiro de obra”,

31 Carta Aberta do Polo Sindical, enviada a CHESF em 09 de fevereiro de 1988. Nona pauta.

32 SCOTT, Parry Russel. *Descaso Planejado*. Uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no Rio São Francisco. In: A. Zhouri (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília: ABA.

33 Trata-se da “Tática do desmonte”. Nela ocorrem, em meio às obras, inúmeras transferências das empresas, dos engenheiros e de outras figuras interlocutoras, responsáveis pelo contato direto e indireto com representantes dos reassentados. Na medida em que essas figuras ou empresas são transferidas, provavelmente ocorrerão novos processos burocráticos e maiores dificuldades para os reassentados, uma vez que, até mesmo, o que fora prometido ou acordado não terá mais nenhuma validade. Cf. SCOTT, Russel Parry. **Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco**: administrando vocações e desigualdades. p. 30.

subsidiado por duas vias: a distribuição limitada e precária de materiais de construções, pela CHESF e o reaproveitamento³⁴, considerável, de materiais das casas da “velha” Petrolândia.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os fatos trágicos e emblemáticos se repetiam com a construção de mais uma Barragem no Rio São Francisco. A expansão dos setores elétricos significava uma projeção e a predominância de um novo lago artificial, provocando os deslocamentos das populações ribeirinhas. Antes desse quadro de bruscas alterações nos modos de vida, de rupturas no cotidiano e no próprio curso do rio, intensificava-se a ideia de benesses vindouras. O “mudar para melhor” exigia um esforço maior dos desterrados, além de desarticulações de todo ecossistema.

Sublinhamos alguns problemas atemporais inerentes às migrações compulsórias e a própria Barragem: os desequilíbrios ecológicos, crises socioambientais, mudanças de temperaturas, aquecimentos das águas, destruições de matérias orgânicas, aumento considerável da população urbana, aumento da pobreza, escassez dos recursos naturais, reduções das produtividades aquáticas, bloqueio das migrações, desovas e reproduções de peixes e outros animais, modificações dos cursos hídricos, destruição das matas férteis e vegetações ripícolas, quebras de interações entre os ambientes terrestres e os aquáticos – lânticos e lóticos, liberação de gases de efeitos estufa e dióxido de carbono (CO₂) –, a baixa qualidade e os desperdícios de água com as evaporações e infiltrações subterrâneas, as excessivas tarifas de energia elétrica, a escassez de água na cidade e no campo, dentre outros problemas.

Em suma, entendemos que a “velha” Petrolândia, inundada pela Barragem de Itaparica, em 1988, ainda pode nos oferecer respostas e denotar muito mais do que um mero quadro de migrações. Na atualidade, os inumeráveis problemas sistêmicos, ainda vigentes, objetam muita coisa do que foi pensado e dito naquela época. Em fevereiro de 2018, a ocorrência desse fato inapagável, completou três décadas. Todavia, os altos cus-

34 O reaproveitamento de telhas, tijolos, portas, portões, janelas, pias, torneiras e outros materiais, era um “suporte” de muitas famílias desprovidas de indenizações e de recursos. Permanecíamos, por dias e muitas horas, lavando telhas envelhecidas, encobertas de lodo e/ou poeira, após serem retiradas dos escombros das casas que seriam inundadas. Todo esse trabalho árduo que tentava deixar os lares dignos de moradias permaneceu, por alguns anos, após a inundação da “velha” Petrolândia.

tos socioambientais provocados pela Barragem de Itaparica ainda devem perdurar, provavelmente, por décadas e séculos, sobretudo, em razão dos agravantes problemas climáticos, dos declínios no volume das águas, do aquecimento e das intensas poluições.

As diversas remoções de barragens nos EUA e na Europa mostram novas políticas e medidas que buscam recuperar os cursos naturais dos rios. Procuram restaurar quadros trágicos, nos quais sucumbiram várias espécies, e sobretudo, os próprios rios e toda qualidade de vida. Assim, também no caso específico do reservatório Itaparica, a cada dia, parece surgir necessidades de reflexões e revisões para iniciativas imediatas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Na Margem do Lago**: um estudo sobre o sindicalismo rural. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1990.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; SCOTT, Russel Parry; CALDAS NETO, M. C. de.; SÁ, M. A. F. de.; AMORIM, R. M. N. Dinâmica dos deslocamentos populacionais. In: ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de.; CALDAS NETO, Magda de.; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (Orgs.). **Sonhos Submersos ou Desenvolvimento? Impactos sociais da Barragem de Itaparica**. Recife: FJN, Massangana, 2000.

FURTADO, Celso Monteiro. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**.

MARTIN, Gabriela; ROCHA, Jacionira Silva. **O Abrigo do "Letreiro do Sobrado", Petrolândia – PE**.

GALINDO, Osmil.; NETO, Leonardo Guimarães. **Caracterização Geo-Econômica da área inundada**.

GALIZA, Cleide; MEDEIROS, Rejane de. Equipamentos Sociais e Coletivos em Itaparica: realidade observada. In: ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de.; CALDAS NETO, Magda de.; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (Orgs.). **Sonhos Submersos ou Desenvolvimento? Impactos sociais da Barragem de Itaparica**. Recife: FJN, Massangana, 2000.

LEJON, A.G.C, B. Malm Renöfält e C. Nilsson. **Conflicts associated with Dam Removal in Sweden**. Ecology and Society.

SCOTT, Russel Parry. **Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco**: administrando vocações e desigualdades.

_____. **Re-assetamento, saúde e insegurança em Itaparica**: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento. UFPE, 2006. Sociedade e saúde. Cap. v.15. n. 3.

_____. **Riscos aos reassentados no ambiente construído pela Barragem de Itaparica**. Investindo no ambiente e transformando o campesinato. 1994.

TEIXEIRA, Maria da Glória Lima Cruz.; COSTA, Maria da Conceição Nascimento; CARVALHO, Vera Lúcia Pires de.; PEREIRA, Manuel dos Santos.; HAGE, Eduardo. **Epidemia de Gastroenterite na área da Barragem de Itaparica, Bahia**. Bol Of Saint Panam 114(6), 1993.

INSTITUIÇÕES DE MORTE, (RE)ORGANIZAÇÕES DE VIDA: POR UMA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL CLÍNICA

Wagner Soares de Lima

E-mail: wagnersoaresdelima@yahoo.com.br.

O continente americano está sob um surto epidemiológico. Os efeitos patogênicos são sentidos majoritariamente, entre os machos da espécie *Homo sapiens*¹. A porção central do continente possui as maiores taxas de mortalidade, mas é a porção sul que acumula os maiores números de casos registrados, sobretudo, na população que habita a costa atlântica². Sem uma explicação, conclusivamente plausível, os machos dessa espécie de mamíferos têm provocado um morticínio entre eles, contínuo e progressivamente mais massivo. Mais pesquisas sobre diferenças genéticas, hormonais e a presença de algum patógeno ou elemento físico-químico são necessárias, para auferir diferenças entre os machos promotores da violência e os indivíduos de comportamento mais moderado. Contudo, até o momento, não foi encontrada nenhuma anormalidade biológica ou presença de substância que dê causa à situação.

INTRODUÇÃO

A abertura deste texto anterior foi inspirada na forma como o sociobiólogo Edward Wilson³ usa para descrever algumas das grandes

1 Cf. Gawryszewski (2012), pesquisadores da Organização Panamericana de Saúde já mostravam em 2012, que os números da mortalidade de pessoas do sexo masculino por causas externas (violência, acidentes e suicídio) eram de tal magnitude que impactavam economicamente nos serviços de Saúde Pública.

2 Segundo a edição de 2018 (CERQUEIRA, 2018) do Atlas da Violência, publicação do Ipea e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com dados do DataSUS e de Secretarias Estaduais de Segurança: o Brasil contabilizou 62.517 homicídios a uma taxa de 30,3 mortes por 100 mil habitantes.

3 Assim como Edward Wilson faz em “A conquista social da terra”, (2013); percebe-se que Yuval

questões sociais humanas. Wilson costuma supor como as dinâmicas de nosso planeta e de nossa civilização seriam vistas por um suposto ser inteligente extraterrestre. Esse distanciamento que equaliza a condição humana às demais espécies da fauna planetária ajudam a repensar nossas convicções já enrijecidas que não nos permitem perceber outras alternativas de solução. Esse suposto relatório trata dos altos números de mortes violentas intencionais nas Américas e, sobretudo, no Brasil⁴.

Hoje me sobreveio⁵ a difícil tarefa de relatar a pesquisa desenvolvida no Mestrado de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, na Universidade do Estado da Bahia⁶. Eu trouxe para o programa de pós-graduação um grande desafio: abordar um tema estranho ao círculo biológico, demonstrando que os estudos sobre os grandes temas contemporâneos da civilização humana podem se beneficiar de uma abordagem interdisciplinar forte, multidimensional e multiparadigmática, que caracteriza a “nova” Ecologia Humana.

Harari (2015) usa uma linguagem aproximada a essa para narrar a história da evolução humana.

4 O relatório, portanto, poderia ter continuidade da seguinte forma: mas ao que tudo indica, em meio ao processo de acoplamento linguístico, entre aqueles indivíduos que mantiveram contato duradouro com determinados conteúdos de linguagem simbólica, há recorrentes manifestações de comportamentos altamente danosos à integralidade das relações sociais, assim como lesivos à integridade psicofísica de machos e fêmeas, adultos e filhotes da referida espécie. Pode-se supor que o contato duradouro influa na plasticidade neurofisiológica, tornando tais indivíduos mais propensos à agressividade. As diversas populações dessa espécie organizam-se em dinâmicas de interrelação grupal marcadas por aspectos da convivência social primata, elaborada em domínios simbólicos que os permitem gerir grupos maiores do que os núcleos consanguíneos. Baseados nessa capacidade de governar suas condutas em coletivo por significados que, a princípio, só existem como construção mental eles gerenciam grande número de indivíduos em ações parcialmente coordenadas. Entre os primatas em grupos reduzidos, o uso da força, para impor essa coordenação, é estipulado em constante demonstração física e coativa psicológica. Nas instituições humanas, parcela dessa potencialidade de exercer a força física é transferida para um grupo seletivo de indivíduos que se comprometem em deter o uso indiscriminado da força dissociativa por meios moderados do uso da mesma força. O que fazer, portanto, quando quem devia “proteger”, agride? Ou no mínimo, não dar conta de conter a violência desagradada, por parecer ter algum tipo de satisfação ou ganho secundário nela?

5 E faço uso dessa linguagem, que arrisca ser coloquial, para sublinhar a relevância, justamente, de uma das metodologias utilizadas naquela empreitada que fora a autoetnografia.

6 Dissertação intitulada “A Natureza da Polícia Militar: História e Ecologia”, desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Juracy Marques.

A INTEGRALIDADE DA ECOLOGIA DOS SERES HUMANOS

Preciso falar um pouco sobre como compreendo hoje o que vem a ser Ecologia Humana, ela pode ser entendida de duas formas, primeiramente como um campo de saber científico interdisciplinar⁷ que visa estudar as relações entre homem e natureza. A outra forma de entender, é que cada espécie no planeta Terra tem sua “ecologia” própria; assim como os diversos ambientes também. Por isso, pode-se dizer: a ecologia marinha, a ecologia vegetal, a ecologia do peixe-boi ou a ecologia do cupuaçu.

Portanto, existe uma ecologia dos seres humanos, na qual convivem indivíduos dessa espécie peculiar de primatas, o ambiente por eles alterado e, ainda, outros seres vivos. Mas as inter-relações humanas e as relações entre o ser humano e os demais seres e o meio circundante, são mediadas por uma capacidade diferencial: uma organização social complexa e a produção de um conjunto de representações simbólicas, por força da linguagem. O ser humano compõe uma rede que envolve ele, o ambiente natural, o ambiente construído e outros seres. O corpo do ser humano é na verdade, um ecossistema composto por células humanas e outros organismos: bactérias, vírus, fungos, parasitas entre outros. O humano tem, por assim dizer, uma ecologia do seu próprio ser, na qual partes distintas se entrelaçam para formar um ser integral: corpo, mente e espírito⁸.

São muitas as dimensões da ecologia total dos humanos: social, biológica, biofísica, psicológica, cultural e espiritual. Pode-se dizer que o homem tem uma natureza “ecobiopsicossocial”⁹. Essas dimensões foram paulatinamente, ao longo da história da civilização humana, sendo tratadas de forma separada. Essa divisão ocorreu, sobretudo, no Ocidente. A disseminação do mecanicismo, alguns excessos da cientificidade, do materialismo e da globalização tem feito com que esse aspecto dissociativo tome de conta de todos os aspectos de nossas vidas. É urgente que a ecologia dos seres humanos possa ser novamente tratada em sua integralidade.

7 Ainda se pode classificar, o empreendimento científico da Ecologia Humana, ao invés de campo disciplinar, como novo paradigma ou formato interdisciplinar de pesquisa.

8 O tema da integralidade do ser humano, constituindo até mesmo uma ecologia interna própria do Ser é tema recorrente na obra de Juracy Marques (2012).

9 Ibid.

Assim sendo, é contraproducente circunscrevermos os fenômenos humanos a uma única disciplina científica. Portanto, nessa abordagem, começamos pelo tema. E é ele com a problemática envolvida, que demanda os quadros teóricos das diversas disciplinas necessárias para a compreensão minimamente satisfatória. O tema ganha uma característica transversal. A coerência teórica e metodológica fica sob a responsabilidade de selecionar uma matriz de instrumentos de apreensão e modelos de interpretação limítrofes entre as ciências, para que promovam a comunicação de saberes e o reaproveitamento de metodologias entre elas.

A pergunta chave era: por que a Polícia Militar não correspondia aos esforços para sua mudança? Eu conseguia ver ao longe, uma conduta assemelhada a um organismo biológico reagindo ao meio circundante com resistência e, quando não tinha robustez suficiente para tolerar a pressão, plasticamente se permitia a transitórias mudanças, para logo que possível readquirir o máximo de características funcionais e estruturais anteriores, numa intensa manifestação de resiliência. Quando comecei a pesquisa, não era tão claro qual quadro teórico asseguraria dar conta desse tipo de percepção: instituições sociais humanas como organismos vivos. Mas eu já tinha límpido o motivo que justificava a inserção do tema como mais um componente da grave crise ecológica planetária. Bastavam ver os números da violência no ambiente social em qual a Polícia Militar está inserida, números esses que essa instituição tem como missão atenuar, estaria equivocadamente contribuindo para aumentar.

Como nativo de uma organização que incorpora o modelo institucional policial militar brasileiro, eu tinha a percepção vivencial do poder da sedução dos símbolos, valores, ritos e mitos compartilhados entre os membros. Eu podia ver quão lesivo era a atuação da Polícia Militar para a sociedade e para a saúde dos próprios policiais, ao passo que também podia sentir tudo aquilo que impede uma real tomada de consciência e consequente mudança de comportamento. Uma dinâmica coletiva de inebriamento, formada por barreiras mentais. Envolvendo-me com a ecosofia, a sabedoria ecológica profunda, pude me dar conta de que eram justamente as ideias cultivadas na mente humana, como um fértil campo agricultável, que davam margem a comportamentos sociais de grupo, ora autoafirmativos antropocêntricos, ora integradores em prol do equilíbrio ecológico¹⁰.

10 Essa noção entre uma civilização polarizada como autoafirmativa em contraposição a uma

SAÚDE DOS GRUPAMENTOS SOCIAIS HUMANOS

Eu não podia acreditar o quanto me tornei violento e complacente com a corrupção e práticas condenáveis como a tortura. Hoje, um ano e meio após o término do mestrado e três anos e meio após ter deixado a Polícia Militar, só agora posso realmente creditar o valor que aquela pesquisa tem em termos de Saúde Coletiva¹¹. O quadro, ou melhor, o mosaico dos fragmentos teóricos articulados em prol daquela pesquisa; as ferramentas metodológicas testadas; o desenho de pesquisa constituído; tudo ainda muito insipiente, mas potencialmente produtivo, está a serviço de uma terapia social. Integrando áreas que mantém dificuldades no diálogo em termos epistemológicos¹².

O ecólogo humano é naturalmente um generalista muito profícuo em “ligar os pontos”, perceber as conexões ocultas; não lhe é salutar um olhar fixamente especialista, apesar de que sua área de origem lhe caracteriza como uma língua ou cultura materna, mesmo que tenha se tornado um cosmopolita do saber. E portanto, partir da Teoria Organizacional para mim me deixou muito à vontade de circular por inúmeros campos do saber. Desde o nascedouro, a Administração é multidisciplinar e algumas abordagens contemporâneas já tinham nos trazido aplicações das ciências do Comportamento, da Visão Sistêmica e da Ecologia. Eu estava interessado em um recorte muito particular da Gestão Socioambiental, a responsabilidade social para com o público interno.

O que os policiais militares precisam é de compreensão. Esclarecimento das condições psicossociais, bioantropológicas e socioculturais que os aprisionam mental e economicamente numa delusão. Uma fantasia heroica de que para “salvar” a sociedade eles podem ultrapassar certos limites éticos, inclusive sacrificando a si mesmos, sua saúde e a salubridade de suas relações socioafetivas. Fico profundamente comovido com as vítimas que a violência causa na sociedade de forma geral, aquelas

transformação para o polo integrador é muito marcante em Fritjof Capra (1996).

11 Chamei de uma proposta de Medicina Social ou de Sociologia Clínica, eu tenho chamado de Ecologia Organizacional Clínica.

12 Por exemplo, eu sou oriundo da ciência da Administração e, portanto, eu parto da Teoria Organizacional num empreendimento intelectual interdisciplinar, o que é normal para um ecólogo humano, que ainda não consegue um verdadeiro pensamento transdisciplinar.

que sofreram pelas mãos de policiais e aquelas que não puderam ser protegidas por eles, tendo em vista a ineficiência do sistema.

Mas quando observamos a violência como uma patologia social, a vítima é como o órgão afetado subsidiariamente, é o agressor quem está doente. E o que me preocupa, no caso da polícia brasileira, é quando os agentes do sistema imunológico estão disfuncionalmente contribuindo com a infestação do patógeno. Assim sendo, podemos dizer que doenças podem ser causadas por ideias. E se isso pode alicerçar a atividade psicanalítica e subsidiar a psicossomática, porque não considerar que influísse na psicossociologia. Portanto, instituições sociais podem se manifestar como doenças no tecido social pelas ideias que carregam. Doenças causadas por ideias são curadas igualmente por ideias. E não unicamente por introdução de drogas bioquímicas, nem por intervenção cirúrgica¹³.

Quando se fala de níveis profundos, as matrizes doentias podem ser carregadas por três vias: (1) Embutidas no conteúdo do nível da linguagem simbólica que mantém as instituições sociais humanas, ou seja, pela cultura em um processo gradual de herança histórica. (2) Compartilhadas num nível sutil de transferência de conteúdos psíquicos, num processo a-temporal de vínculo não-local, para os quais o mito é a linguagem mais consentânea para exprimi-los. (3) Inscritas nos genes ou na forma de seus arranjos (epigênese), dando cabo a tendências e instintos que contribuíram para constituir o meio fisiológico adequado ao desenvolvimento daquilo que foi obtido pelas vias anteriores.

Essa divisão em dimensões é bem propícia na ecologia dos seres humanos. Deixe-me falar sobre as “eco-lógicas”, ou seja, as diversas lógicas de compreensão de uma Ecologia abrangente, que envolva o ser humano e o meio em que ele vive. Félix Guattari¹⁴ falava das “três ecologias”: a ambiental, a das relações sociais e a da intersubjetividade humana; Leonardo Boff¹⁵ fala das “quatro ecologias”: a ambiental, a social, a mental ou pro-

13 Portanto, no caso de organizações, nem sempre reestruturações, normatizações e atualização de processos são soluções terapêuticas eficazes. Por vezes, é preciso aprofundar-se no nível de impregnação das matrizes patogênicas.

14 Filósofo e psicanalista francês. Félix Guattari (1990).

15 Teólogo brasileiro, Leonardo Boff (2010).

funda e a integral; Roderick J. Lawrence¹⁶, fala de uma interpretação holística e integrativa em três lógicas: “bio-logic” (organismos biológicos), “eco-logic” (constituintes inorgânicos) e a “human-logic” (ordenação de fatores humanos, culturais, sociais e individuais).

Entre essas, a Ecologia Mental parece ser o contexto propício para averiguar a presença do “patógeno” da violência institucional. Portanto, inclui-se no composto ambiental, o ambiente psíquico interno do ser humano, como um peculiar espaço de convivência¹⁷. As relações ecológicas mentais ganham relevância, quando se destaca a dinâmica coletiva de certos fenômenos dessa dimensão e, portanto, concomitantemente externos e internos ao indivíduo¹⁸. Existindo, portanto, um mundo psíquico pessoal de cada ser humano, que se correlaciona com outros por meio de uma mente coletiva materializada pelo corpo social¹⁹ e um sistema próprio de interações, em nível sutil, conhecido como inconsciente coletivo²⁰.

EM BUSCA DA NATUREZA INSTITUCIONAL POLICIAL MLITAR

Tratou-se de uma pesquisa teórica, de cunho qualitativo, em um formato de estudo interdisciplinar aos moldes da Ecologia Humana, de abordagem sistêmica com objetivos prospectivos. Com duas fases, cada uma com fins específicos: (1) exploração básica e (2) explicação aplicada. Uma pesquisa; duas trajetórias: uma histórica e uma ecológica profunda; dois níveis de interesse: a polícia militar brasileira e uma ecologia das organizações, tendo como aspectos e contexto: as instituições e a sociedade.

Perguntávamos: mesmo diante de alternativas patentemente mais eficientes, socialmente mais legítimas e moralmente mais plausíveis; por que essas alternativas são rejeitadas pela instituição policial militar? Em decorrência outras perguntas surgiram: o que são instituições? Por que instituições resistem às mudanças? Como elas reproduzem seus pa-

16 Arquiteto e ecólogo humano australiano, Roderick J. Lawrence (1993).

17 Félix Guattari, op. cit.

18 Cf. Gregory Bateson (1972).

19 Cf. Sigmund Freud em “Totem e Tabu e outros trabalhos” (1996).

20 Cf. Carl G. Jung. “Os arquétipos e o inconsciente coletivo” (2000).

drões organizativos? Para essas questões mais gerais, o resultado foi a formação de um quadro teórico na primeira fase da pesquisa (exploratória básica), reunindo subsídios da Ecologia Humana Integral e Organizações.

Na segunda fase da pesquisa (explicativa aplicada), buscamos pelas metodologias adequadas ao corpo teórico responder: **o que é polícia? Como se constituiu o modelo institucional das polícias militares do Brasil? Quais fatores específicos compelem à resistência às mudanças do modelo policial militar?** Aplicando o método de hermenêutica de padrão junguiano aos símbolos gráficos e heráldicos utilizados pelas polícias militares estaduais e a distrital no Brasil, promovemos uma “arqueologia simbólica”. Como resultado, foi possível perceber a potência oculta dos símbolos compartilhados pelas corporações, destacando-se três deles: o emblema e a insígnia institucional, além da estrela de cinco pontas.

Ao deixar que a instituição pudesse “falar” pelos seus símbolos, encontramos as insígnias comumente conhecidas como garruchas cruzadas, na verdade, são duas pistolas dos primeiros modelos fabricados pelo arsenal militar norte-americano²¹. Mas o que um emblema *yankee* estava fazendo como símbolo oficial da polícia brasileira? Essa foi uma das muitas vezes que a metodologia adotada nos surpreendeu. Restava-nos, encontrar agora pela via histórica, em que ponto se deu esse “contágio”. Bingo! Durante a Segunda Guerra Mundial, a fração da Guarda Civil paulista foi recrutada entre os voluntários da pátria para serem treinados pelos americanos a como se comportar como polícia das forças armadas no emprego em território italiano²². Isso foi o embrião da Polícia do Exército que em 1969 serviu de modelo para as Polícias Militares que em muitos Estados se constitui como a integração dos efetivos da extinta Guarda Civil estadual e das reformuladas Forças Públicas. Apenas dessa interpretação de um discurso coletivo velado, pudemos compreender as diferenças da atuação da polícia militarizada brasileira em relação às gendarmarias de outros países.

21 Cf. Jerold E. Brown. **Historical Dictionary of the U.S. Army**. Greenwood Publishing, 2001, p. 317.

22 Cf. Ojeda, (20015).

E assim formamos pouco a pouco a genealogia das matrizes institucionais. Vendo as polícias militares como espécies organizacionais de um tronco filogenético institucional. Inspirados em Foucault, fizemos uma genealogia, começando com os primórdios da atuação policial e prosseguimos com as matrizes específicas do modelo brasileiro: a Gendarmaria Nacional francesa, a Guarda Nacional Republicana portuguesa e a Polícia Militar do Exército norte-americano, além de outras instituições sociais típicas do contexto português colonizador. Revelando modelos mentais associados a representações sociais e históricas, que agem como ordenadores do comportamento organizacional, tais como o capitão-do-mato, o feitor ausente, o soldado romano, o guerreiro tribal africano, os quadri-lheiros entre outros²³.

Tendo vasculhado a constituição histórica da instituição, em seguida, como que se pudesse por a “pessoa organizacional” no divã, fizemos uma análise das manifestações do inconsciente dela, analogias que ilustram seu lado sombrio e sua anima-animus. Exercitamos a “imaginação”²⁴ da instituição através de recursos metafóricos: a luta ideológica interna como uma disputa de elementos de gênero (masculino e feminino); corporações policiais como espécies potencialmente invasoras de um ecossistema alheio, como indutores de verticalidades; a elaboração de um pequeno ensaio que define uma casta “bioantropológica” dos guerreiros; o exercício da atividade policial como um sacerdócio servil que cumpre um rito sacrificial; o trabalho policial como remanescente da atividade de caça das comunidades humanas primitivas e as organizações policiais (de força-vigor) como espaços de culto a deuses guerreiros. Com o desdobramento deste capítulo, mais modelos mentais e arquétipos fundantes da polícia militar são revelados.

Ao fim apresentamos um diagrama que demonstra a influência dessas matrizes ao longo do tempo no desenvolvimento da identidade institucional da PM e a esse diagrama denominamos de mapeamento filogenético. Numa abordagem sistêmica, o que nos resta ao fim é com-

23 Assim como já havíamos discorrido sobre a “Continuidade e persistência de comportamentos sociais: as práticas repressivas do Estado brasileiro” (Lima; Lima, 2018).

24 “Imaginação” é uma proposta de uso de figura metafóricas para refletir em melhores formas de gerir uma organização, segundo Gareth Morgan em “Imagens da Organização”, (2002).

por uma síntese integrativa, a “nova” Ecologia Humana nos pede que isso seja feito com uma visão prospectiva. Em nossa síntese final definimos a “tipologia guerreira no contexto policial militar”, uma tipologia arquetípica do espírito guerreiro que influencia a atividade policial, com claras inspirações na fundamentação mitológica²⁵ e em um alinhamento com as funções psicológicas do equipamento psíquico, segundo Carl Gustav Jung. Fizemos, portanto, uma classificação, inspirada no taoísmo, que contempla as quatro funções psíquicas: Sentimento, Sensação, Intuição e Pensamento e estabelecendo os quatro tipos policiais: pai-zeloso, herói, aventureiro e guerreiro²⁶.

CONCLUSÕES

Chegamos a hora de olhar para o futuro e antever os destinos possíveis para a Polícia Militar. Conduzidos pela pergunta: “extinção ou reformulação institucional?”, traçamos um cronograma de ações sugeridas para implantar mudanças que desbanquem a hegemonia ideológica interna. Não obstante, propor mudanças, discorreremos sobre circunstâncias e peculiaridades entre as diferentes corporações estaduais, que ensejariam mais que mudança, a própria extinção da PM. É no entremeio desse debate que temas atuais sobre a mudança institucional são tratados, tais como desmilitarização, unificação, federalização, municipalização, desconstitucionalização. Propostas de reformulação, para as quais lanço juntamente um desafio numa frase que me marcou muito nessa pesquisa: “pois bem, querem desmilitarizar a polícia, quem vai desmilitarizar a cabeça dos policiais?”.

Envolto do tema da sumária extinção ou reengenharia da arquitetura institucional, ainda resta ponderar que numa visão socioecológica,

25 Usou-se uma correspondência do quaternário proposto por Jung, a um quaternário próprio do espírito guerreiro, mediante figuras mitológicas greco-romanas, yorubá e semita.

26 Os tipos policiais definidos refletem um padrão de atitude-comportamento no exercício da atividade policial. A hegemonia ideológica de dois tipos em suas expressões sombrias (o guerreiro-caveira e o aventureiro-caçador) é identificada como a “chave guerreira”. Esse é o momento mais sensível do uso da autoetnografia, pois narrei a minha experiência de adaptação e busca por alinhamento aos perfis modelares hegemônicos.

estamos falando de sistemas orgânico-simbólicos complexos²⁷ e a eliminação de um organismo, não resultará no expurgo automático da carga ideológica, bem como outras espécies ascenderão ao nicho predatório e no caso particular do Brasil atual, isso recairia certamente na viabilização de uma guarda municipal mais forte (já impregnada dos mesmos conteúdos profundos) e de um crime “organizado” sem rivalidade suficiente que lhe faça contenção. Nesse ponto nos é muito infeliz como civilização, que Orwell (citado por Žizek²⁸) esteja correto: “as pessoas dormem tranquilamente à noite porque existem homens brutos dispostos a praticar violência em seu nome”.

Em termos de resultados da fase exploratória básica, devolvemos à Teoria Organizacional uma via capaz de integrar os campos da Simbologia Organizacional e da Psicodinâmica do Trabalho. Para as ciências sociais, está um embrião de um framework entre a Sociologia das Organizações e a Biologia. Estamos começando a vasculhar o inconsciente institucional e testando meios de captar algo daquilo que é tão profundo da cultura organizacional, que nem o nativo é capaz de dizer claramente o que lhe move a determinado comportamento. Particularmente, para mim, o desfecho da pesquisa marcou a libertação em relação ao espírito institucional. Comecei o texto com o alerta de Jung, acredito ser pertinente terminar expondo o pensamento de Boff, ao dizer que graves problemas do convívio harmônico do ser humano na Terra, não se encontram apenas no tipo de sociedade que atualmente temos. O problema está “no tipo de mentalidade que vigora”. E essa mentalidade tem raízes muito antigas, “incluindo a profundidade da vida psíquica humana consciente e inconsciente, pessoal e arquetípica”.

REFERÊNCIAS

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. Nova York: Ballantine, 1972.

BOFF, Leonardo. **As Quatro Ecologias: Ambiental, Política e Social, Mental e Integral**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2012.

27 Subsídios da Biologia Cognitiva de Maturana e Varela (1995).

28 Citação de George Orwell (1903-1950), na obra “Violência – seis reflexões laterais” de Slavoj Žižek.

- CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 1996.
- CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Atlas da violência** - 2018. Rio de Janeiro: IPEA; São. Paulo: FBSP, 2018.
- CONNELL, Robert. **Políticas da Masculinidade**. Educação e Realidade, Porto Alegre. v. 20 (2), 1995. p. 188.
- FERRARI, Elenice A. M. *et al.* **Plasticidade neural**: relações com o comportamento e abordagens experimentais. Psicologia: Teoria e Pesquisa. v. 17. n. 2. p. 187-194, Mai. /ago. 2001.
- FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu e outros trabalhos**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro et al. **Homicídios na região das Américas**: magnitude, distribuição e tendências, 1999-2009. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17. n. 12. p. 3171-3182, dez. 2012.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas-SP: Papirus, 1990.
- HARARI, Yuval N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. [Trad.: Janaína Marcoantonio] Porto Alegre: L&PM, 2015.
- JUNG, Carl G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Perrópolis - RJ: Vozes, 2000.
- LAWREWNCE, Roderick J. Can Human Ecology provide an integrative framework. *In*: STEINER, Dieter and NAUSER, Markus. **Human Ecology**: fragments of anti-fragmentary views of the world. London, UK: Routledge, 1993.
- LIMA, Wagner S.; LIMA, Patricia S. Continuidade e persistência de comportamentos sociais: as práticas repressivas do Estado brasileiro. **Diversitas Journal**, v. 3, n. 2 mai./ago. 2018, p. 258-267.
- MARQUES, Juracy. **Ecologia da Alma**. Petrolina-PE: Franciscana, 2012.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: As bases biológicas do conhecimento humano. Campinas: Ed. Psy, 1995.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**: edição executiva. [Trad.: Geni G. Goldschmidt]. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- OJEDA, Caroline M. Força expedicionária brasileira: memórias de guerra e formação de identidades. *In*: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis-SC: 27 a 21 de jul. 2015.
- WRANGHAM, Richard; PETERSON, Dale. **O Macho Demoníaco**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1998.
- ZIMBARDO, Phillip G. **Efeito Lúcifer**: Entendendo como pessoas boas se tornam diabólicas. São Paulo: 2008.

CARACTERÍSTICAS CULTURALES E IDENTIDAD, COMO MEDIO PARA EL DESARROLLO DE COMUNIDADES. EL CASO DE FRUTILLEROS DE ESTANZUELA

Samia Romero González

E-mail: sromero@agr.una.py

Mónica Gavilán Jiménez

E-mail: mgavilan@agr.una.py

La ecología humana nace con el afán de dar respuestas a situaciones que se desarrollan dentro del ecosistema y el ser humano, el ser humano tan complejo desde la cosmovisión física, cognitiva, social, cultural y hasta espiritual, la clave de la ecología humana está en la comprensión de la cultura y la interacción que se puede ir desarrollando a través de las pautas de comportamiento social y que se traducen en una tradición cultural e histórica (Bernis, 2003). En el trabajo se realiza una mirada a la historia cultural de una comunidad de Paraguay productora de frutilla, esta fruta es el punto de unión y de identidad que da a los pobladores con la zona de estudio y sobre eso se ha desarrollado destacándose hoy como uno de los principales productores de frutilla del país, una mirada desde la perspectiva de la ecología humana, sabiendo que a través de la misma uno puede dar un análisis sobre las conformaciones culturales que dan forma a maneras de vivir.

INTRODUÇÃO

La cultura y la historia marcan la identidad de una persona, familia, comunidad, país; ellas direccionan los fenómenos sociales, desde las interacciones familiares hasta los hábitos y actividades económicas que se

desarrollan en un determinado espacio, el punto de unión entre la biología y cultura está dado por la Ecología Humana que trata de dar respuestas técnicas/científicas a pautas de comportamientos social y a toda la complejidad que encierra los ecosistemas humanos. El ecosistema humano, tiene cuatro componentes estructurales: las poblaciones humanas, el medio geográfico, el medio biológico y el medio cultural (Bernis, 2003). El ambiente cultural, nos singulariza de los demás seres vivos.

Se entiende por cultura al conjunto de patrones de comportamiento social que se transmiten de generación en generación por aprendizaje, y que se enraízan en los sistemas tradicionales de valores de cada población determinando comportamientos individuales y de grupo. Dressler (1995), señala que la cultura, es una herramienta poderosa para entender la variación del comportamiento y de la biología humana. Así mismo Aranda (2012) sostiene que la cultura tiene varias dimensiones y funciones sociales, generando: a. un modo de vivir, b. cohesión social, c. creación de riqueza y empleo d. equilibrio territorial.

En cuanto al concepto de identidad cultural encierra un sentido de pertenencia a un grupo social con el cual se comparten rasgos culturales, como costumbres, valores y creencias. La identidad no es un concepto fijo, sino que se recrea individual y colectivamente y se alimenta de manera continua de la influencia exterior. Aunque el concepto de identidad trascienda las fronteras (como en el caso de los migrantes), el origen de este concepto se encuentra frecuentemente vinculado a un territorio (Kottak, 2006).

La cultura y la identidad son factores claves en el desarrollo de nuevos paradigmas. Ranaboldo (2006), menciona que si bien la identidad se expresa frecuentemente a través de aspectos culturales asociados históricamente con un territorio (por ejemplo, lengua, ritos y ceremonias), la identidad es creada y recreada permanentemente por los actores del territorio, incorporando tanto factores internos como externos a la comunidad. En la misma línea, Benedetto (2006), habla de “identidades territoriales” para referirse al conjunto de significados y sentidos que se establecen entre los miembros de un grupo social dado, a partir del cual se diferencian de otros. Se trata de formas de valorar, pensar, organizar y apropiarse de un entorno biogeográfico espacial y temporalmente definido.

El objetivo de esta investigación es describir desde la perspectiva de la ecología humana el proceso histórico cultural de una comunidad basada en la identidad productiva de la zona como medio para el desarrollo.

CONTEXTUALIZANDO

La investigación fue realizada en las compañías de Estanzuela de la ciudad de Areguá e Itauguá, Departamento Central de la República del Paraguay, estas compañías se destacan por poseer atractivos naturales y un destaque histórico cultural único, además la población de la zona está caracterizada por ser Agricultores Familiares en su mayoría, siendo la frutilla uno de los principales rubros de venta. Es en este sentido que se desarrolla la investigación, teniendo la producción de frutilla un punto de unión e identidad, tanto de los productores como así también de los pobladores y de los visitantes de otras zonas del país.

Tipo de Investigación

El tipo de investigación fue descriptiva y enfoque cualitativo, con diseño etnográfico realista o mixto. La recolección de datos se realizó en una población finita, las mismas no son concebidas al azar sino por medio del muestreo intencional no probabilístico, la muestra estudiada fue concebida a criterio de la investigadora, teniendo en cuenta la accesibilidad de las personas entrevistadas. Participaron del estudio agricultores y agricultoras familiares; técnico de la Dirección de Extensión Agraria del Ministerio de Agricultura y Ganadería del Paraguay, el intendente municipal, presidente de la asociación de productores y pobladores antiguos de la zona.

Técnicas de recolección de datos

Se utilizaron fuentes secundarias y primarias. Para la recolección de datos primarios fueron utilizadas técnicas como: grupo focal, entrevistas semi estructuradas, observación directa e historias de vida. La recolección de los datos se realizó en el periodo comprendido entre el año 2016 al 2017 y se realizó en tres diferentes fases: La primera fase: se

realizó una visita previa a la zona donde realizó la investigación, para el reconocimiento del lugar e identificación de la población que formó parte del estudio de manera a tener el primer contacto con los actores claves de la investigación.

La segunda fase: el proceso de recolección de la información se hizo de la siguiente manera: (a) visita a los técnicos, intendentes y pobladores antiguos de la zona (b) explicación del motivo de la visita y solicitud de permiso para la aplicación de la entrevista (c) aplicación propiamente de la entrevista considerando la realidad del entrevistado. La tercera fase: el procesamiento de los datos obtenidos, la triangulación para contrastar la veracidad de los mismos y la presentación de los resultados, discusiones y recomendaciones.

Modelo de Control de calidad de los datos

La calidad de los datos se verificó según los siguientes criterios que fueron contemplados en la investigación: *La credibilidad* se logra cuando los hallazgos del estudio son reconocidos como «reales» o verdaderos por las personas que participaron en el estudio y por aquellas que han experimentado o estado en contacto con el fenómeno investigado. *La confirmabilidad* se refiere a la neutralidad de la interpretación o análisis de la información, que se logra cuando otro (s) investigador (es) puede seguir «la pista» al investigador original y llegar a hallazgos similares. *La transferibilidad* consiste en la posibilidad de transferir los resultados a otros contextos o grupos: este criterio podrá cumplirse a través del éxito del diseño y formulación de los instrumentos de recolección de datos y su aplicación en las familias agricultoras primeramente de forma de prueba y luego definitivamente.

Los datos recolectados producto de la aplicación de la técnica mencionadas anteriormente, fueron analizados cualitativamente mediante programas informatizados de análisis estadísticos elaborando cuadros y gráficos específicos de acuerdo a los datos analizados. Al pie de los mismos se realizaron las interpretaciones correspondientes.

DOS COMUNIDADES UNA IDENTIDAD

Dentro del análisis del documento se han establecido dos comunidades que dependen de municipios diferentes, este caso en particular hace resaltar que la identidad y la cultura van más allá de los límites geográficos y político y se hace la cultura el hilo conector entre los pobladores.

Los agricultores familiares de la zona se encuentran en la etapa adulta, las edades oscilan entre los 20 a 60 años, con una leve preponderancia de hombre. En cuanto al nivel educativo en su mayoría han culminado el segundo ciclo de la Educación Escolar Básica con casi nulo acceso a la educación terciaria. Según las entrevistas realizadas los pobladores de Estanduela cuentan con casas propias de material cocido y con los servicios básicos cubiertos, pero en contrapartida se destacó la amenaza sobre la producción sostenible y la tenencia de tierra, los frutilleros no cuentan con grandes extensiones para realizar sus plantaciones, en su mayoría arriendan terrenos fiscales que son superficies de pequeñas dimensiones.

La demanda de la frutilla aumenta conforme pasan los años, pero la limitante para dar respuesta a esa demanda es que las superficies siguen siendo reducidas. La AF en general se caracteriza por la residencia en la finca y/o en comunidades cercanas y que no utiliza más de 50 hectáreas en la Región Oriental y 500 hectáreas en la Región Occidental, independientemente del rubro productivo (Gavilán 2016).

Los productores de la zona son oriundos del lugar, ellos en su mayoría han nacido, crecido y desarrollado en el mismo hábitat. El rubro de la frutilla es una producción netamente familiar, para la cual es crucial el aporte de la mano de obra. En las consultas realizadas, se ha destacado el desinterés de los jóvenes con seguir perpetuando la producción, del mismo modo esto se convierte en una preocupación por el corte generacional, y la falta de garantías sobre la continuidad de la tradición productiva. Los jóvenes hoy, a diferencia de la generación anterior, realizan sus estudios universitarios, para eso ellos deben salir de la ciudad y trasladarse a otras más próximas, este sería el punto crítico a la hora de la renovación generacional en la producción.

Pese a este hecho, las familia que pueden involucran a todos los miembros en el proceso de producción y post cosecha de la frutilla, nor-

malmente los niños varones ayudan a los padres en la chacra, y las niñas se ven involucradas de manera especial para la cosecha como así también en el proceso de transformación del producto en derivados de la fruta como dulces, mermeladas, licores, y otros.

RECURSOS NATURALES DISPONIBLES

En ambos casos, el microclima que posee esa zona geográfica es uno de los componentes principales que atribuyen al destaque productivo y sus características especiales. El lago Ypacaraí, que es la que bordea toda la zona de Estanzuela, otorga una humedad constante, y los productores aseguran que esas características climáticas son las que potencian el sabor, da calidad a la fruta y las hacen diferentes a las producciones de otras zonas del país. Los recursos hídricos son abundantes, existen arroyos que sirven para el riego de los cultivos, en ambos casos dijeron ser un factor importante y fundamental para tener buenos resultados productivos. El medio geográfico, a través de sus componentes físico-químicos, climáticos y orográficos, determina los tipos de asentamientos humanos, su accesibilidad, y el desarrollo de las mismas. (Bernis, 2003)

En la zona de estudio mencionan que las fuentes de agua en su mayoría son cristalinas y en buen estado. La presión poblacional aún es baja y sostenible. Pero en otros casos, algunos cauces hídricos son contaminados con residuos sólidos. En ambos casos las cobertura boscosa ha ido disminuyendo con el tiempo, ya que de manera creciente ambas zonas se han ido poblando y los espacios fueron loteados por diversas inmobiliarias, también es importante destacar que la leña es la fuente de energía principal para el proceso de elaboración de productos derivados de la frutilla, como son las mermeladas y dulces, esta extracción continua disminuye hoy la disponibilidad de leña comparado con unos años atrás. Sobre el punto, según la apreciación de Restrepo (1997), no solamente estamos viviendo un deterioro de los ecosistemas naturales, sino que es posible constatar otro tipo de crisis ecológica mucho más crítica y preocupante, cual es aquella que afecta de manera directa al entorno interhumano.

Estanzuela posee cerros que le dan un potencial aún mayor a la zona, y le otorga características adicionales a la población y por ende a

todo lo producido en ese espacio, estas características geográficas potencian al producto final de la frutilla y sus derivados, convirtiéndose también en atractivo turístico. En Areguá se encuentra el cerro Koi, el mismo es conocido por sus formaciones de piedra arenisca octogonal, parecida a un panal de abejas, únicas en Latinoamérica. Solamente Canadá y Sudáfrica cuentan con este fenómeno geológico y se encuentran protegidos en esos dos países como Patrimonio de la Humanidad, el mismo fue Declarado Monumento Natural en el año 1993. Se puede apreciar que está constituida por bloques horizontales de areniscas de origen ígneo, de ahí la rareza del cerro. También, en las cercanías, en el distrito de Patiño- Itaugua, se encuentra el cerro Patiño, constituye un importante remanente de la cobertura boscosa del departamento.

El suelo, en ambos casos, son fértiles, pero paulatinamente se fueron degradando por su uso, en este sentido, los productores afirman recibir capacitaciones constantes de las instituciones nacionales encargadas, para el buen uso y manejo del suelo, del mismo modo algunos productores realizan periódicamente análisis para un aprovechamiento sostenido.

En base a todas las características de los RR. NN mencionados en los párrafos anteriores, cabe destacar la importancia de buscar mecanismos para frenar la deforestación o promover la reforestación para disponer de este recurso por más tiempo. En este sentido Sepúlveda (2008), alude al territorio como un escenario en la cual los diferentes grupos sociales viven y realizan sus actividades utilizando los recursos naturales que disponen y generando modos de producción, consumo e intercambio, que responden a ciertos valores culturales y que se enmarcan en sí.

LOS AÑOS PRIMARIOS DE LA PRODUCCIÓN TRADICIONAL

En la comunidad, aproximadamente en el año 1920 las primeras plantas de frutilla llegaron al país desde Europa, cinco familias fueron las responsables de su incorporación como planta ornamental, los informantes claves señalan que en cierta ocasión, un peón que habitaba en la comunidad vecina (Estanzuela Itauguá) fue el responsable de la plantación en varias hileras de plantines, esta actividad fue replicada por vecinos, y los frutos

se apreciaron extendiéndose a toda la zona. Es importante destacar que la Las familias pioneras y que siguen cultivando hasta la fecha fueron tres: Quintana, Gaona y Duarte, estas familias se fueron destacando como el núcleo principal de producción, en algunos casos Es relevante mencionar que la producción se da por una transmisión generacional, además de la producción de frutilla, en la comunidad aragüeña también se realizan artesanías en barro, la misma es una de las actividades principales de la zona.

Otros atractivos del lugar es la arquitectura colonial que posee, la antigua estación de tren construida por el presidente Carlos Antonio López en 1862, además del establecimiento de muchos destacados artistas nacionales como internacionales como lugar predilecto de inspiración.

CUANDO LA COSTUMBRE SE HACE PARTE DEL ESPÍRITU

De acuerdo con Sanz, Holgado y Soria (2004) citados por Moraga (2009), existen variables para encontrar en dónde y en qué es posible señalar los rasgos de identidad territorial, y unas de ellas son las costumbres, tradiciones y festividades que son claves para el desarrollo con identidad de algún territorio. En este sentido la comunidad local cuenta con La fiesta principal de la zona, es la “Fiesta tradicional de la frutilla” que se realiza anualmente en la ciudad de Areguá, este acontecimiento se viene realizando desde el año 1973, y se ha convertido en toda una tradición.

Paraguay es un país eminentemente católico, y la zona de estudio también se destaca por la devoción a sus santos y rituales de fe. La Santa Patrona de la ciudad es la virgen de la Candelaria que se recuerda y festeja el 2 de febrero, la bendición de las candelas y la procesión con la imagen marcan los puntos culminantes de la celebración. Paralelamente, desde el comienzo del novenario, 23 de enero, se realizan actos culturales, y cuenta con la participación de artistas locales y de municipios aledaños del Departamento Central. La programación de estos festivales diarios incluye mucha expresión artística de los pobladores como números musicales, danzas y exposiciones de productos característicos de cada comunidad.

En particular, cada productor también tiene su santo patrono a quienes son devotos y entregan sus actividades cotidianas y en especial la producción anual, una pobladora antigua del lugar alude varios momentos milagrosos al Divino Niño Jesús, una de las frases que la misma dio es como sigue:

Mi Divino Niño un año salvo toda mi producción, el que cuidaba la plantación me dijo que este año no saldría nada, un bicho extraño había invadido todo, yo me arrodille y le suplique que salve mi pan de cada día, al día siguiente ocurrió el milagro, la plantación mejoró, y ese año fue el mejor de todos los años, nunca dejo de hacerle su celebración a mi divino niño

Por otro lado, en la ciudad de Itauguá, la Santa Patrona es la Virgen del Rosario, que se celebra anualmente cada 7 de octubre, esta celebración no se encuentra muy relacionada con la producción en sí, las celebraciones más cercanas son las que se dan a San Miguel, los productores son bastantes devotos a este santo y encomiendan anualmente todo el trabajo realizado. Un testimonio de un poblador antiguo dejó en claro que: “Nuestro protector, San Miguel nos ayuda siempre con nuestra frutilla, siempre todos le encomendamos y le pedimos que nos proteja y que el año sea bendecido”

REFLEXIONES FINALES

Luego de la descripción de las características socioculturales e históricas de la población involucrada se puede destacar la importancia de la cultura e identidad como medio para establecer y potenciar una comunidad ya que la misma se ha establecido y desarrollado a través de estas características. Estanzuela hoy es conocida a nivel nacional como la zona más importante en cuanto a la producción in natura y derivados de la frutilla, atribuyendo además la historia, los recursos naturales y la cultura que rodea al producto. La ecología humana permite apreciar esas relaciones íntimas entre el desarrollo del ecosistema humano y el componente cultural

REFERÊNCIAS¹

ARANDA, Z. 2012. **Caracterización del sistema agrario de la comunidad indígena Mbarigui del pueblo mby'a guaraní**, Departamento de Caaguazú. Tesis (maestría). San Lorenzo, Paraguay: Maestría en Desarrollo Rural Territorial. FCA. UNA. 113 p.

Benedetto, A. 2006. **Identidad y territorio**: aportes para la re-valorización de procesos de diferenciación productiva en áreas de co-existencia geográfica. RIMISP, Mendoza, Arg.

1 Estas referências estão formatadas de acordo com as normas vigentes internacionais da APA - American Psychological Association.

BERNIS, C. 2003. Ecología Humana. En: Rebato, E., Susanne, C. y Chiarelli, B. (Eds.) **Para Comprender la Antropología Biológica**: Evolución y Biología Humana. EVD, Pamplona.

DRESSLER, WW. 1995. **Modeling Biocultural Interactions**: Examples From studies of Stress and Cardiovascular Disease. Yearbook of Physical anthropology 38:27-56.

Gavilán, M. 2016. **Estrategias para la implementación del sello de la agricultura familiar para el Paraguay**. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, (IICA).

Moraga, G. 2009. **Geografía cultural e identidad territorial**: caso de la comunidad de Cabuya, distrito de Cóbano, Puntarenas. Facultad de Ciencias de Tierra y Mar, Escuela de Ciencias Geográficas. Heredia. Esp.

RESTREPO, L.C. 1997. **Ecología Humana**: una estrategia de intervención cultural. Bogota, Col. 58 p.

RONABOLDO, C. 2006. **Identidad cultural y desarrollo territorial rural**. Seminario internacional "Estado, Desarrollo Rural y Culturas" Panel 2: Enfoques del desarrollo rural en América Latina. Sucre, Bol. 21-23 de agosto.

Sepúlveda, S. 2008. **Gestión de desarrollo sostenible en territorios rurales**: Métodos para la planificación. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, (IICA). Ed. San José, CR. Editorial, IICA. 392p.

SEÇÃO 2

COMUNIDADES TRADICIONAIS

IDENTIDADE DE UMA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA EM ASSOCIAÇÃO COM A PESCA ARTESANAL

Adrielle Cristina de Souza Costa

E-mail: cristina.adriellecosta@gmail.com

Adriana Maria Cunha da Silva (Orientadora)

E-mail: adricunha@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida na comunidade remanescente quilombola Alagadiço e o interesse na investigação da identidade da comunidade iniciou-se após a obtenção da informação de que na cidade de Juazeiro Bahia, havia sido certificada a primeira comunidade remanescente quilombola, a qual constitui-se como uma comunidade ribeirinha que tem por atividade principal a pesca artesanal que além de uma prática laboral de obtenção de alimento e fonte de renda, apresenta-se ainda como uma atividade que revela a relação de simbiose entre a comunidade e o rio São Francisco e das espécies piscícolas nele existente.

Com o aprofundamento dos estudos no tocante à pesca artesanal, aspectos do conhecimento ictiológico e a relação desta atividade com os aspectos identitários da comunidade, a pergunta científica: “A pesca artesanal exerce, e se exerce, de que forma exerce influência sobre os fatores identitários da comunidade remanescente quilombola Alagadiço” passou a ganhar corpo. Entre os trabalhos que suscitaram o interesse pela relação identitária da comunidade com a pesca artesanal estavam os estudos desenvolvidos pela doutora Márcia Guena dos Santos, intitulado “Perfil da comunidade quilombola do Alagadiço: entre textos e imagens”, utilizando de uma metodologia fotoetnográfica, gravação de entrevistas semiestru-

turadas. Estes estudos consistiram em localizar e conceder visibilidade às comunidades tradicionais de origem quilombola através da imagem, bem como suas histórias, para em seguida traçar relações identitárias, revelando a força e a pujança dessas culturas. Isso potencializou o interesse e forneceu, através deste e outros trabalhos, subsídios para proceder às investigações sobre a comunidade.

Estes e outros estudos que se tem publicados sobre a comunidade de Alagadiço, revelam os acentuados conflitos de territórios existentes, a partir dos quais conclui-se que a terra não é vista apenas como um local para morar ou desenvolver agricultura familiar, mas como parte da identidade destas pessoas (LIMA *et al.*, 2015), o processo de marginalização dado pelo confinamento de sua cultura que datam desde a escravidão e que se perpetuou até o século XX, através dos quais estas comunidades passaram a ser empurradas de seus locais de origem, tal qual o que pode ser visualizados ao comparar-se o antigo e atual território da comunidade que no passado ocupava uma área significativa até as margens do Rio São Francisco e hoje limita-se a um corredor, Santos (2014).

A situação de vulnerabilidade dos pescadores da comunidade está corroborando com o proposto por Cardoso (2009) que para além das questões ambientais os pescadores artesanais se defrontam em suas comunidades com problemas, das mais distintas motivações, tais como questões de moradia, saúde, educação, economia advinda do pescado entre outras.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os crescentes indícios de processos de perda de território e de degradação ambiental já estão tendo consequências prejudiciais ao exercício da pesca artesanal exercida pela comunidade remanescente quilombola Alagadiço. Acreditamos que a melhor forma de testar essa hipótese, seja por meio das metodologias quali-quantitativas aqui empregadas.

Outros estudos já utilizam da entrevista semiestruturada, turnês guiadas para sistematizar e retratar as questões referentes a comunidade tradicionais, o que faz com que esta metodologia aqui empregada esteja bem estabelecida com a literatura. Apesar de ser um modelo interdisciplinar, que frente às relações existentes entre as diversas áreas do conhe-

cimento, o conteúdo consegue lograr êxito ao retratar as problemáticas as quais as questões identitárias da comunidade a partir da associação com a pesca artesanal estão envolvidas.

Considerando a interveniência das variantes ambientais e sociais envolvidas, isolar as variáveis seria irresponsável e não estaria em consonância com os preceitos da Ecologia Humana, já que, segundo Bernis, (2009), seu ponto de partida consiste na compreensão dos processos de interação entre biologia e cultura, processos que se desenvolvem pautados no comportamento social que estão ligados a tradição cultural, por intermédio de seus sistemas de valores, de seu desenvolvimento técnico científico bem como dos seus sistemas políticos e econômicos. Partindo que um olhar vertical e um exercício acadêmico de pesquisa pode trazer prejuízos no retratar a real situação de um objeto de estudo ou mesmo um recorte, enfatizamos os conceitos de autoatribuição das comunidades remanescentes quilombolas, através da certificação junto a fundação cultural Palmares, como o previsto pelo artigo 2º do Decreto 4887/2003:

[...] consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Além disso, ressalta-se o proposto por Chagas (2001), de que a partir da conquista deste e outros mecanismos certas demandas de caracterização são realizadas baseadas em modelos que, pouco ou nada, correspondem a realidade. O retrato das questões de territorialidade, degradação, condicionantes sociais básicas, principalmente, do ponto de vista sócio econômico não pode e não deve ser algo de cunho de opinião de qualquer pesquisador, mas sim de um retrato da percepção do pescador artesanal, quilombola e ribeirinho que tem seu *modus vivendi* diretamente ligado ao exercício da atividade pesqueira, bem como, todos os fatores a elas associados.

CONCLUSÕES

Por meio desta pesquisa, foi possível comprovar a partir da utilização de mapas embasados nos relatos dos entrevistados, utilizando da metodologia de turnê guiada, a diminuição significativa do território. Os mapas foram feitos a partir de imagem de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas espaciais (INPE), com imagens de uma série histórica que estendeu-se no período de 1985 e 2017 que evidenciou as mudanças no padrão de vegetação e no grau de preservação da vegetação do entorno da comunidade Alagadiço, todas essas transformações, foram mensuradas tomando como base a construção da barragem de Sobradinho, conseqüentemente, outros fatores podem ser elencados e associados, como o aumento das áreas irrigadas e criação de projetos de irrigação, com sistemas de captação de água com finalidade de atender ao agronegócio, assim como o aumento de construções irregulares e desmatamentos, tanto para o crescimento de áreas para o agronegócio, como para a criação de novos bairros, condomínios residenciais e chácaras entre outros fatores e elementos.

Foi comprovada, a partir das turnês e da confecção dos mapas, a diminuição drástica do território da comunidade, já que os mapeamentos apontaram para uma perda significativa do território da comunidade, que atualmente é de cerca de 20,81% do território antigo.

Outros dados obtidos de relevância para a pesquisa, foram os obtidos a partir do relato dos pescadores, nos quais as narrativas apresentam que houve uma diminuição significativa na disponibilidade e na variedade de espécies de peixes por ele capturadas, entre elas podemos citar: o Cari (*Hypostomus sp.*), Curimatã/Cumirará (*Prochilodus sp.*), Cruvina/ Curvina (*Pachyrurus francisci* (Cuvier, 1830), Dourado (*Salminus franciscanus* Lima & Britski, 2007), Pacu (*Myleus micans* (Reinhardt, 1874), Pescada (*Plagioscion squamosissimus* Heckel, 1840), Piaba (*Astyanax* spp e outros morfotipos), Piau (*Leporinus* spp.), Piau verdadeiro (*Leporinus elongatus* (Valenciennes, 1850), Pirá (*Conorhynchus conirostris* (Valenciennes, 1840), Pirambéba (*Serrasalmus brandti* (Lütken, 1875), Piranha (*Pygocentrus piraya* (Cuvier, 1819), Surubim (*Pseudoplatystoma corrucaans* (Spix & Agassiz, 1829), Tambaqui (*Colossoma macropomum* (Cuvier, 1818), Traíra (*Hoplias malabaricus* (Bloch, 1794), Tucunaré (*Cichla* sp.)

Ficou comprovada também a baixa qualidade dos equipamentos de saneamento, já que os dados apontam para apenas 35,71% das residências possuem fossa séptica, usam fossa séptica 28,57%, outros 28,57% dos entrevistados revelaram que o esgoto escorre a céu aberto e os 7,14% disseram usufruir de uma rede de esgoto. O abastecimento de água da comunidade é um ponto que representa grande preocupação, tendo em vista que o mesmo é feito principalmente por meio de uma bomba que capta água diretamente do rio e *in natura*, sendo direcionada até uma caixa d'água localizada no centro da comunidade. Além disso, a água não recebe nenhum tratamento recomendado para consumo humano. Além da água proveniente da rede geral de distribuição (64%), outros 22% dos informantes relataram receber água de riacho ou lagoa e 14% das residências são abastecidas por cisternas.

Em se tratando do nível de escolaridade observado na comunidade, nota-se que 36% dos entrevistados são analfabetos; 7% lê e escreve, mas nunca esteve na escola; 29% detém o fundamental incompleto; 7% fundamental completo; 14% com o ensino médio incompleto e os 7% restante concluíram o ensino médio.

É imprescindível destacar forte reconhecimento os entrevistados com uma identidade quilombola e com a pesca artesanal, este dado foi obtido a partir da aplicação de questionários semi-estruturado, onde podem ser destacadas algumas das falas dos entrevistados:

Venho, meus pais, meus tios, faz sete anos que trabalho com pesca, sete anos de associado, pesco desde menino uns treze anos, no tempo que eu comecei a pegar cari, não precisava de oculo nem arpão, pescava com a mão [...] (Flor de Algodão, 2017)

Meu pai pescava, mas não era muito não, depois que eu me ajuntei mais meu esposo (Mancambira, 2017).

Venho de família de pescador, desde a minha pré-adolescência entendeu, nossa muito importante, a gente não tem outra renda, não tem como comprar, por exemplo não tem um dinheiro pra comprar a mistura, saio de manhã cedo, sempre sai eu e minha mãe, a gente pesca vem, dá tempo pro almoço (Faveleira, 2017).

Assim, como as questões de pertencimento que foram evidenciadas, os dados e informações encontrados apontaram para a predominância do exercício da pesca artesanal pelo público feminino. Os dados corroboram com o estudo de Alencar e Maia (2011), que confirmam que no Brasil é possível perceber uma significativa participação das mulheres na pesca, com 34,9% do total de pescadores nacionais. Na comunidade Alagadiço, 57% dos entrevistados eram mulheres. Além disso, pode-se lançar mão do que está proposto na seção II, artigo 4º da lei 11.959, de 29 de junho de 2009:

[...]Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal [...] (BRASIL, 2009, s/p).

Além de exercerem atividade diretamente sobre a captura do pescado na comunidade, segundo a fala de alguns entrevistados, é possível vislumbrar que a atividade do pós-pesca é destinada à mulher, como mencionado pela entrevistada ao responder ao seguinte questionamento:

Muito importante também pros homens por que os homens não quer tratar o peixe só é a gente mesmo, pra mim e pros home, os home não quer fazer nada, eu gosto como eu até as menina vão também já gostam de ir [...](Carcara, 2017).

Rapaz, tem mulher que é danada, tem duas aqui que elas pesca de barco a motor, roda o motor, e vão chegar no lugar de soltar a rede, para o motor, uma vai puxando remando e a outra soltando, tem muié que é mais esperta que homem, a muié que já acostumada com beira de ri, eu acho bom, as vez o cara é casado, a muié vai mais ele, ajuda, que tem muié que... a muié ali que é cunhada de Cida, aquela muié é danada, ela pesca mais o marido dela, minha cunhada também dessa casa da esquina, ela pesca mais o marido essa ai mais a irmã quando o marido tá trabalhando, vai ela e a irmã, só rodar o motor e se pica pra botar rede (Cajueiro, 2017).

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Carlos Alexandre Gomes de.; MAIA, Luís Parente. **Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros**. Arq. Ciên. Mar, v.44, n.3, 2011.
- BERNIS, Cristina. Ecologia Humana. **Antropología Biología Versión Española para comprender la antropología biológica**. Evolucion y biología humana: Ed. Verbo Divino, p.643-654, 2009.
- BRASIL. DECRETO DE LEI nº 4887, de 20 de novembro de 2003. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, /São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Trabalho e pesca**: apontamentos para a investigação. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 10, n. 2, 2012.
- CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos “Remanescentes das comunidades dos quilombos”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 7, n.15, p. 209-235, 2001.
- BRASIL. DECRETO DE LEI nº 11.959, de 29 de junho de 2009. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, /São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.
- LIMA, Cassio, *et al.* **Signos de Identidade Étnica**: comunidades negras rurais e o processo de ressemantizações do conceito de “Quilombo”. XXII Prêmio Expocom. Juazeiro: UNEB, Juazeiro, 2015.
- SANTOS, Márcia Guena. **Perfil da comunidade quilombola do Alagadiço**: entre textos e imagens (Juazeiro -Ba). *In*: XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, João Pessoa: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014.

CARTOGRAFIA DAS PAISAGENS SONORAS DOS TUXÁ DE RODELAS/BA

André Luís Oliveira Pereira de Souza

E-mail: andrecartas@gmail.com

Juracy Marques dos Santos (Orientador)

E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

A arte não existe para produzir o visível,
e sim para tornar visível o que está além.
Paul Klee

A perda do território Tuxá, há cerca de 30 anos, com a construção da barragem de Itaparica, impactou fortemente a vida deste povo indígena, que tradicionalmente ocupou as ilhas e margens do submédio Rio São Francisco. A pesquisa Ecologia Sonora Tuxá utilizou o rizoma como método-conceito e seu princípio de Cartografia (DELEUZE e GUATTARI, 2005; PASSOS, KASTRUP e ESCOSSIA, 2015), também fez uso dos métodos ecoacústicos (SCHAFER, 2011; KRAUSE e FARINA, 2016), para mapear alguns aspectos da cultura do Povo Tuxá e suas tramas comunicativas. O atual processo de autodemarcação do território tradicional *Dzorobabé*, reaviva as tramas políticas, ecológicas e territoriais do Povo Tuxá, na reivindicação da demarcação de suas terras, na afirmação identitária e no fortalecimento dos laços coletivos. O Mapa Sonoro Tuxá (SOUZA, 2018) é um dos resultados da produção de dados da pesquisa experimental Ecologia Sonora Tuxá. E segue as pistas evocadas pelo registro do ambiente acústico em *passeios sonoros* (*soundwalks*), assim como os relatos da percepção dos lugares a partir das memórias orais, das paisagens da memória (*memoryscapes*), dos enunciados coletivos presentes na musicalidade dos cantos do toré e expressos na intrínseca relação entre seres humanos, ambiente e linguagem.

INTRODUÇÃO

O povo indígena Tuxá, altamente impactado pela construção da barragem de Itaparica (UHE Luiz Gonzaga) pela Chesf (Companhia Hidreletrica do São Francisco), está localizado na região do submédio Rio São Francisco. Esse povo é possuidor de um rico acervo de cânticos, que apesar de estarem presentes nas pesquisas referentes à cultura e a etnicidade sobre os Tuxá, nunca foram tema de um estudo mais aprofundado. Levantamos de maneira introdutória, uma síntese da pesquisa Ecologia Sonora Tuxá, desenvolvida entre outubro de 2017 e abril de 2018, cujos elementos vinculados aos cânticos mapeados pela pesquisa, apontam as linhas que urdem a sua complexa linguagem.

O atual processo de autodemarcação do território tradicional *Dzorobabe*, reaviva as tramas ecológicas do Povo Tuxá, na reivindicação política da demarcação de suas terras, na afirmação identitária e no fortalecimento dos laços sociais. Para acompanharmos tais processos, utilizamos o rizoma como método-conceito e seu princípio de Cartografia, como proposto pelos filósofos Deleuze e Guatarri (2005), também levando em consideração algumas pistas do método da cartografia levantadas por pesquisadores da área da psicologia, que apresentam uma metodologia de pesquisa não-convencional (PASSOS, KASTRUP e ESCOSSIA, 2015).

A *Ecologia Acústica* contempla, o estudo dos sons em relação à vida e à sociedade (SCHAFFER, 2011, p. 287); A possibilidade de isolamento de um ambiente acústico, convertê-lo em um “objeto-sonoro” ou “*evento sonoro*”, possibilitada pelos dispositivos de captação e reprodução de áudio, impulsionaram esse campo de estudo, tendo como desdobramentos pesquisas interdisciplinares no campo da musicologia, psicoacústica, ecologia, urbanismo, entre outros. A base analítica portanto, é mediada pela reprodutibilidade técnica, os dispositivos técnicos capturam e mapeiam auxiliando o investigador na cartografia dos sentidos e das percepções.

Ao descrever sobre os *soundwalks* (passeios sonoros) e *memoryscapes* (paisagens da memória) registradas a partir da história oral, o geógrafo Toby Butler (2007), combina práticas interdisciplinares ao mesclar caminhada, sons, memórias e práticas artísticas, demonstrando a partir da reunião de obras musicais, arte sonora, oralidade e geografia cultural, a maneira como essas “caminhadas sonoras” podem amplificar o nosso campo sensorial em relação ao entorno, alargando e refinando nossa per-

cepção dos códigos comunicativos, possibilitando uma experiência mais aprimorada e mais rica em matizes com os lugares.

Os mapas sonoros têm auxiliado na criação de cartografias conceituais dos territórios físicos e das subjetividades de ordem simbólica, do imaginário. O “cartógrafo sonoro”, em seu caminhar, a partir de um exercício analítico e de escuta atenta, registra e acompanha o seu objeto-processo, mapeando os sons dos eventos sonoros capturados e de impressões das memórias das pessoas que habitam o território. Assim como o telescópio e o microscópio permitiram as ciências desvendar novos mundos, os aparatos de gravação e reprodução de áudio permitem uma nova audição do mundo a nossa volta e a partilha de diferentes perspectivas.

CONTEXTUALIZANDO

A pesquisa envolveu o território Tuxá em duas localizações diferentes, uma na área urbana da cidade de Rodelas/BA e a outra na retomada Tuxá, denominada pelos indígenas como “autodemarkação” do território sagrado de *Dzorobabé*, ambos localizados às margens direita do Rio São Francisco, no lado baiano (Imagem 1).



Imagem 1: Território pesquisado.
Fonte: SOUZA, 2018.

Foram realizadas 18 entrevistas (*memoryscapes*) entre mulheres e homens: jovens, adultos e idosos, que são tidos como referência, ou exercem algum tipo de liderança na aldeia, tendo como parâmetro de seleção a indicação pelos demais participantes e a experiência de vida. Foram realizadas entrevistas em profundidades, além do registro de falas públicas, proferidas por lideranças como caciques, pajés, professores e mães de terreiro, em eventos oficiais e reuniões da aldeia durante os períodos de 10/06/2017 a 20/04/2018.



Imagem 2: Passeios Sonoros (*Soundwalks*) dos percursos da Festa da Alvorada, na abertura dos festejos juninos de 2017, pela manhã (esquerda) e à noite (direita).

Fonte: SOUZA, 2018.

O mapeamento resultou na catalogação de 47 cânticos de toré, cujas letras acionam forças ligadas aos elementos da natureza: terra, fogo, água, ar, matas, além de em suas letras narrarem vínculos com o território, de filiação e afirmação do ser Tuxá. As gravações das Paisagens Sonoras (Imagem 2) ocorreram no mesmo período das entrevistas, com exceção da Festa da Alvorada - Noite dos Índios, realizadas no dia 15/06/2017. O povo Tuxá é possuidor de um rico repertório de cânticos de uso público que foram cartografados; Além de outros cânticos de caráter privado, restritos ao uso na ciência (*oculto, particular*). Parte desse levantamento está disponibilizado no website www.mapatuxa.com.br (imagem 3), em atualização contínua (*work in progress*).

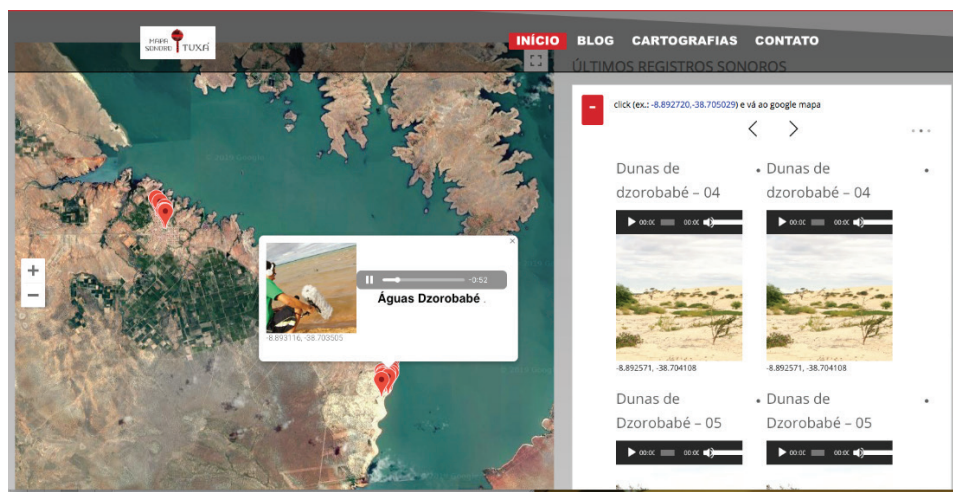


Imagem 3: Mapa Sonoro Tuxá, passeios sonoros e histórias orais sobre a cultura e territorialidade Tuxá

Fonte: Dados da pesquisa, 2017-2018.

Os cantos e a música possuem uma centralidade na performance ritualística do *Toré*, como descrita pela etnomusicologia ameríndia, a música como sistema pivotante que intermedia e conecta na performance ritualística “os universos das artes verbais (poética, mito) em relação àqueles das expressões plástico-visuais (grafismos, iconografia, adereços) e coreológicas (dança, teatro)” (MENEZES BASTOS, 2007, p. 297). No caso da performance ritualística ameríndia, Anthony Seeger (2015) entende a maneira como o universo das artes: a música, dança, movimento, ritual e a linguagem das artes verbais, são fundamentais nas relações e processos sociais e conceituais: “Cada performance recria, restabelece ou altera a significação do cantar, bem como a de pessoas, ocasiões e lugares” (SEEGER, 2015, p. 139).

Nesse sentindo, o canto Tuxá apresenta-se como parte fundamental de sua *paisagem sonora* cultural, como um código que carrega o espírito de seu tempo, a música como criadora de um tempo: “A música forma o melhor registro permanente de sons do passado. Assim, ela será útil como um guia para o estudo das modificações nos hábitos e nas percepções auditivas” (SCHAFFER, 2011, p. 151).

A expressividade dos sons criam e recriam territórios, o ritornelo (DELEUZE e GUATTARI, 2005, v. 4), termo retirado da linguagem musical, que se refere a repetição de um trecho de uma composição musical, o refrão, é empregado como conceito para discutir as questões da territorialidade. O *ritornelo* é definido como três movimentos dinâmicos em um único movimento: o lugar seguro que nos abriga do caos, *o esboço de um centro estável e calmo, estabilizador e calmante, no seio do caos* (DELEUZE, 2012, p. 122); O habitar um território mitigando os resquícios do caos, *agora são componentes para organização de um espaço, e não mais para a determinação momentânea de um centro* (DELEUZE, 2012); e o terceiro movimento seria o lançar-se para fora do território, em um desterritorializar, mas num sentido distinto do caos; *‘Linhas de errância’ e seus volteios, nós, velocidades, movimentos, gestos, sonoridades diferentes* (DELEUZE, 2012, p. 123).

Partindo da linguagem oral-narrativa contida nas letras dos cânticos, na performance vocal do *toré* Tuxá e sua reiterabilidade acerca da memória do território e dos seres que nele habitam, mapeamos algumas tendências contidas na execução do *Toré* Tuxá, sem a intenção de cristalizar as estruturas narrativas do *toré*, pois a variação e mutabilidade é uma característica muito forte na musicalidade e na performance ritual indígena, nenhum ritual se repete como tal, ainda que estruturalmente reconheçamos elementos fundamentais, cada nova execução é única em sua estrutura, assim como o repertório e a maneira de executar os cânticos também variam de acordo com o público, o local e o contexto onde são executados.

Durante a sistematização identificamos nove (09) tipos distintos de cânticos no estilo *leilandoa* e suas derivações: *lêlaidôa, lêlaido laindô, oilê oilá lelaidô, oilê oilá, lêlaidiôa, reinarrá reinarrô, oi tirálá, reilaindirá*. A aparente simplicidade da composição e suas repetições encontram nas distintas maneiras do canto e contracanto uma complexidade vocal (diferenciação). E como nos lembra o historiador Paul Zumthor (2014), em sociedades onde a oralidade é central, essas vocalizações conservaram uma fraseologia, uma multiplicidade de atos vocais que assumem funções sociais distintas umas das outras. “Para nós eles são todos produzidos fisicamente pela voz; mas, no espírito das populações em questão, constituem meios de comunicação autônomos” (ZUMTHOR, 2014, p. 40).

As palavras surgidas na produção dos dados da pesquisa *Ecologia Sonora Tuxá*, revelam certas tendências presentes nos cânticos do *Toré*. Encontramos na sequência de ocorrência, as palavras: *Cabôco, Aldeia, Deus, Mato, Céu, Índio, Rio, Jurema, Tuxá, Água*, entre outras que demonstram e reforçam os laços ecológicos: ambientais, sociais e psíquicos, das tramas comunicativas desse Povo.

Também é possível traçar paralelos com a historicidade dos Tuxá, dos tempos dos índios “brabios”, da relação com as águas do São Francisco, do uso e conhecimento das matas das Caatingas, da circulação e movimento pelo território, da catequese missionária, dos tempos em que necessitavam se esconder para praticar sua religiosidade, mas também da presente força identitária do ser Tuxá e da união de sua aldeia, entre outras tendências expressas de maneiras muito diversas em seus cantos.

Utilizamos o Iramuteq, software de análise textual baseado em estatísticas (que utiliza o software estatístico R) para nos auxiliar na representação de dimensões do texto através de visualizações intuitivas, construídas a partir do material verbal transcrito e análises de dados, tendo o *corpus* textual como objeto. Na figura 1, podemos visualizar a representação da Análise de Similitude, baseada na teoria dos grafos (MARCHAND; RATINAUD, 2012) e frequentemente aplicada em pesquisas das representações sociais, saúde pública e cognição, por facilitarem a visualização dos mapas mentais, a partir das estruturas de palavras presentes nos discursos. A análise de Similitude possibilita identificar as co-ocorrências entre as palavras e seu resultado, traz indicações da conexão entre elas, auxiliando na identificação da estrutura da representação.

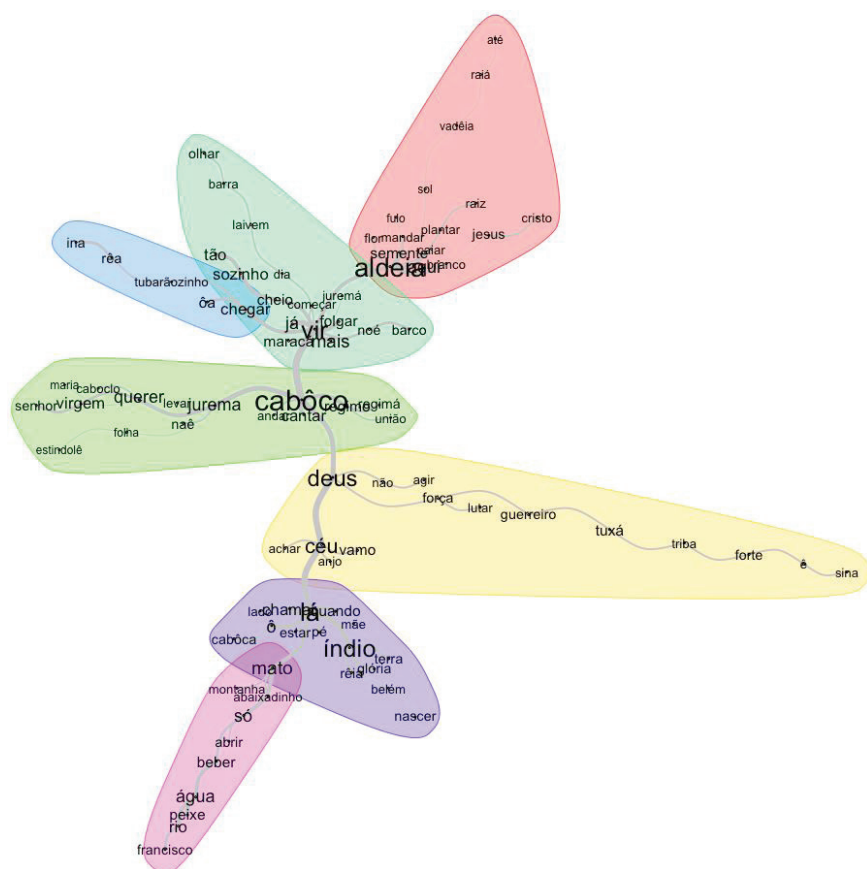


Figura 1. Análise de Similitude entre as palavras dos cânticos públicos do *Toré'Tuxá* Bahia, Brasil.

Fonte: SOUZA, 2018.

Esse tipo de representação serve para mapear certas tendências de palavras, como pistas referenciais, sem a pretensão de isolar as palavras de seu contexto que é o canto, e cujo sentido originário poderia perder-se numa tentativa de isolamento e fragmentação. Nas expressões sequenciais das palavras é possível observar o conjunto de elementos associados como: natureza (rio, folha, terra, água, montanha, mata, barra do dia, céu, ar, peixe); força/ação (nascir, abrir, glória, folgar, beber jurema, união, glória); identidade (Tuxá, aldeia, caboclo, maracá); divindade (Deus, Jurema, Jesus, Anjos, Caboclos).

A Ecologia Acústica Tuxá aponta para um relacionamento intrínseco entre os sentidos da corporeidade indígena com o ambiente e seu entorno, da importância do reconhecimento do território a partir de seu campo acústico, habilidades que estão ainda fortemente marcadas na cultura oral e na comunidade de escuta conformada pelo povo Tuxa. A cartografia das paisagens sonoras do território Tuxá, nos permite vislumbrar as complexas relações entre o ambiente, os ecossistemas comunicativos e a cultura indígena.

Um novo ciclo ecológico floresce no processo de autodemarcação da Aldeia Vó *Dzorobabé*, mostrando que as tramas ambientais Tuxá continuam muito vivas e ganham novo contorno nas lutas pela demarcação de suas terras num movimento de reterritorialização, como no *ritornelo*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena, Pólo Base Paulo Afonso/Bahia, 2018.

BUTLER, Toby. Memoryscape: how audio walks can deepen our sense of place by integrating art, oral history and cultural geography', **Geography Compass**, 1(3) p.360-372. 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. v. 4. Ed. Bras. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

KRAUSE, Bernie, FARINA, Almo. Using ecoacoustic methods to survey the impacts of climate change on biodiversity. **Biological Conservation**. v. 195, pages 245-254, mar, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0006320716300118>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MARCHAND, Pascal; RATINAUD, Pierre. L'analyse de similitude appliquee aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'election présidentielle française. In: **Actes ... 11 eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles**. JADT 2012 (pp. 687-699). Liège, Belgique. Disponível em: <http://lexicometrika.univ-paris3.fr/jadt/jadt2012/Communications/Marchand,%20Pascal%20et%20al.%20-%20L%27analyse%20de%20similitude%20appliquee%20aux%20corpus%20textuels.pdf>.

MENEZES BASTOS, Rafael José. Música nas Sociedades Indígenas das terras Baixas da América do Sul: Estado da Arte. **Revista maná**, 13(2) p. 293-316. 2007.

PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virgínia, ESCOSSIA, Liliana de. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade** / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2015.

SCHAFER, Raymond Murray. **A Afinação do Mundo**: uma exploração pioneira pela história e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: ambiente: paisagem sonora. Trad. Marisa Trench Fonterrada. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SEEGER, Anthony. **Por que cantam os Kísédjê**. Trad. Guilherme Werlang. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SOUZA, André Luis Oliveira Pereira; TOMÁS, Alzeni de Freitas; SANTOS, Juracy Marques dos. A Ecologia Sonora na performance ritualística do Toré Tuxá, **Revista Digital do LAV** – Santa Maria – v. 11, n. 3, p. 20-46 – set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/31984/pdf>.

TUXA. Cantigas de Roda e Brincadeiras Cantadas. Infância: Uma Viagem ao tempo de nossos pais e avós. In: ALMEIDA, Aldenora. *et al.* **Tuxá de Rodelas - Aldeia Mãe**. 2015.

UEXKÜLL, Jacob Von. **Dos Animais e dos Homens**: Digressões pelos seus mundos próprios. Doutrina do Significado. (Transl. Alberto Candeias, Anibal Garcia Pereira.) Lisboa: Livros do Brasil, p. 206. 1982.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, Recepção, Leitura**. Tradução Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ed Cosac Naify, 2014.

SITES CONSULTADOS

<https://pib.socioambiental.org/pt> - Povos Indígenas do Brasil - PIB, Instituto Socioambiental.

<https://terrasindigenas.org.br>

<https://www.memoryscape.org.uk>

<https://www.mapatuxa.com.br>

PESCA ARTESANAL E O SENTIMENTO DE TOPOFILIA NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO-BA, BRASIL

Daniel Ferreira Amaral

E-mail: daniel.amaral@ifseertão-pe.edu.br

Rosilda Alves Magalhães Menezes

E-mail: rmenezes@uneb.br

INTRODUÇÃO

Os pescadores que atuam na pesca artesanal ou de pequena escala possuem um saber tradicional do ambiente em que vivem, correspondendo a vasto conhecimento empírico que é repassado de geração a geração, mantendo constante a identificação das áreas de pesca e o acesso aos recursos explorados (DIEGUES, 2000). Tais áreas são definidas como um espaço de posse, a ser defendido contra forças adversas e compreendido como o lugar amado, conforme Bachelard (1989).

A partir de uma visão ecológica e humana, as populações pesqueiras são consideradas um laboratório de experiências, e as percepções sobre os impactos ambientais demonstram que os mesmos afetam a sobrevivência dessas comunidades. Neste sentido, incorpora-se a necessidade de conhecer as raízes fundamentais do conhecimento do método e padrões científicos da própria biologia ao seu arcabouço conceitual, pois somos, antes de tudo, animais (ALVIM, 2014).

A reflexão acerca dessas relações humanas com o ambiente remete as questões ambientais atuais. Filosoficamente, a relação humana com o ambiente pode ser pensada sobre outro ponto, quando definida que a própria condição humana é natural (SILVA e SAMMARCO, 2015). Essa perspectiva ecológica de conservação da biodiversidade ou da gestão so-

cioambiental envolve aspectos biológicos e culturais que são considerados indissociáveis, uma vez que toda cultura estabelece interações com o ambiente. Por sua vez, essa relação envolve diferentes grupos humanos que se apropriam, intelectual e materialmente dos recursos naturais para a manutenção e o uso sustentável do qual necessitam indistintamente para viver, segundo Marques (2014) e Leff (2007). Em uma perspectiva cultural:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e invenções. Estas não são, pois, o produto de uma ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 1999).

De acordo com Carvalho (2007), a Ecologia Humana tem a metodologia e objetivos prospectivos, objeto de estudo, o qual é constituído pelas interações permanentes e recíprocas entre homem-ambientes (natural e construído), a sua singularidade e vocação interdisciplinar/transdisciplinar, emprestam-lhe a particularidade da ênfase na abordagem holística. Nesse sentido, as inter-relações e interações entre o homem e os peixes constituem um fenômeno de natureza extremamente complexa, o qual incluem e ultrapassam o simples/complexo ato de pescar (MARQUES, 2012).

Diversos grupos de pesquisadores, em especial aqueles que promovem o diálogo interdisciplinar da Ecologia Humana, e. g., Juracy Marques, Geraldo Marques, Carlos Alberto Batista Santos, têm se dedicado à temática e constatado que as populações tradicionais, com seus conhecimentos e técnicas alicerçados em dimensões culturais promovem, mesmo que de modo latente, a resiliência dos sistemas socioambientais em que estão inseridas. De tal modo, a pesquisa tem o objetivo apresentar o sentimento de tofília de comunidades de pescadores artesanais do município de Sobradinho-BA, Submédio rio São Francisco, Brasil.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O recorte espacial da pesquisa está localizado no entorno da área do Lago de Sobradinho, cuja água represada se encontra na porção baiana

no Submédio rio São Francisco, banhando os municípios de Sobradinho, Remanso, Santo Sé, Pilão Arcado e Casa Nova, em uma área de cobertura equivalente a 4.214 km², ocasionando a transferência de mais de 72 mil pessoas, com a expropriação de milhares de imóveis urbanos e rurais (MENDES, 2017). A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem epistemológica e metodológica qualitativa, através de entrevista semiestruturada com pescadores e pescadoras, maiores de 18 anos, mediante a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa-CEP do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, segundo Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde-CNS.

RESULTADOS

A atividade da pesca no município Sobradinho é caracterizada como artesanal, devido ao porte das embarcações e as técnicas de pesca utilizadas na captura dos organismos aquáticos. Os pescadores da localidade exercem prioritariamente a pesca artesanal nas comunidades Balneário Chico Periquito e Porto de Juacema, onde essas populações ribeirinhas expressaram seu sentimento de toponímia e de esperança em tempos de abundância de peixes e na qualidade das águas do “Velho Chico”, termo utilizado pelas referidas comunidades.

Sobradinho possui em média 200 pescadores exercendo de maneira efetiva a pesca artesanal, organizada em uma Colônia de Pescadores a qual busca ordenar a pesca na localidade e nas cidades circunvizinhas. Embora a pesca artesanal tenha sofrido grandes modificações nos últimos anos, causadas principalmente pela escassez de peixes e pelo baixo nível de água na represa e menor fluxo no rio, a atividade resiste aos impactos e às mudanças.

As comunidades estudadas estabelecem a relação entre o tempo que se instalaram às margens do rio e o barramento de suas águas. Sentem-se parte do contexto ao qual estão inseridas e privilegiadas pelo fato de poderem desfrutar dos finitos recursos do “Velho Chico”, carinhosamente chamado. De acordo com Bartoly (2011), o lugar é produzido a partir da afetividade, da sensação de pertencimento, do modo como nos adaptamos e nos apropriamos das realidades globais que se introduzem

no local, que dão sentido à própria distribuição objetiva das coisas e das pessoas nessa porção do espaço geográfico.

O rio São Francisco representa, para as comunidades ribeirinhas, sentimento, um lugar na memória, identidade e em muitos casos, é reconhecido como uma extensão do ser do pescador. Na fala do pescador há aspectos transcritos de pertencimento: “*O rio é a minha vida! Eu sem o rio sou um peixe fora d’água. É o meu sangue, minha vida e o meu coração!*” (Pescador A). Os sentimentos aqui expressos, definem a existência da toponímia, que diz respeito à familiaridade, apego ao lugar, já que *topo* denota lugar e *filia* concerne à filiação, pois a familiaridade nesse sentido, engendra afeição, de acordo com Tuan (1980).

Os discursos entre os ribeirinhos e a conservação das paisagens reforça o sentimento de pertencimento ao rio e ao lugar, além de experiências e opiniões compartilhadas, pois segundo Tuan (1983), “sentir” um lugar se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora de o sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. Sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos.

Quando questionados sobre o desejo de continuar exercendo a atividade da pesca artesanal, 95% dos entrevistados se manifestaram de maneira positiva, atribuindo o futuro da atividade às condições do rio nos próximos anos. “*Só deixarei de ser pescador quando o rio não puder mais me dar de comer e de beber e isso depende de como ele é tratado*” (Pescador B). Analisando a fala do entrevistado, é possível perceber o seu enraizamento cultural, além da consciência de que o manejo sustentável do ecossistema define a pesca e sua condição como pescador.

De acordo com Diegues (2004), no cerne das relações materiais do homem com a natureza, emerge uma parte ideal não material, onde exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Essa organização legitimamente é denominada de tribalização, que tem base antropológica da Escola de Chicago, em função da mudança social e do ponto de vista estrutural-funcionalista, assim pontua Frúgoli Jr (2005).

Por sua vez, a tribalização na cidade de Sobradinho é responsável pela unificação de grupos que compartilham experiências e objetivos em comum, capazes de gerar identidades territoriais no processo de reconhecimento dos recursos naturais disponíveis e de aspectos culturais importantes para o fortalecimento da comunidade. Em estudo de Marques (2012) na Várzea da Marituba, localizada no Estado de Alagoas, bem como nas comunidades pesqueiras de Sobradinho, percebe-se a presença de grupos que se autoidentificam, revelando o fenômeno da Ecologia Humana, definido por Hardin (1968), como “tribalização”, em que os grupos formados são percebidos de forma distinta pela sociedade.

No livro *Águas da Coréia*, um estudo etnocientífico de Moura (2012), que trata o homem ilhéu-coreano como parte de uma região integrada do ecossistema, o espaço físico formado por bancos de areia, plantas aquáticas, fundos lamosos, pequenas ilhas, rotas de navegação, peixes, vento, lua, estrelas, entre outras formações é uma pequena porção do espaço aquático situado no Saco do Arraial, nomeado pelos pescadores como “Aqui dentro”, que transparece a familiaridade da comunidade com o lugar onde as atividades são desenvolvidas diariamente.

Essa familiaridade nas comunidades estudadas tem gerado uma conscientização acerca da proibição da pesca na época da piracema ou do período de defeso¹, que representa uma atitude importante de conservação dos estoques pesqueiros para a vida aquática do rio, pois neste período a atividade da pesca é reduzida significativamente, de modo a respeitar o período reprodutivo de muitas espécies de peixe de valor comercial e cultural para os ribeirinhos. Na percepção da pescadora “*É preciso respeitar a desova para ter peixe e vida no rio*” (Pescadora A). Para Costa-Neto *et al.* (2002), esse conhecimento dos pescadores artesanais mantém uma relação etnoecológica com os recursos pesqueiros, o qual demonstra capacidade de acumular, ao longo de suas vidas, um conjunto de conhecimento sobre a biologia e a ecologia de peixes, além de transmitir esses conhecimentos às gerações seguintes que permite ainda, apresentar os resultados de pesquisa

1 Lei da Pesca 11.959, de 29 de junho de 2009 no art. 2º inciso XIX – defeso é definido de paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes.

que aperfeiçoam a pesca no Brasil (BEGOSSI et al. 2002; CLAUZET et al. 2005; CLAUZET et al. 2007). No entanto, os diferentes usos, percepções e formas de apropriação dos recursos naturais se sobrepõem, gerando conflitos que impactam o desenvolvimento e a sustentabilidade da atividade de pesca (JOVENTINO & JOHNSON, 2013).

Durante a realização das entrevistas com os pescadores artesanais de Sobradinho, observou-se que no convívio entre os pescadores locais não houve nenhuma expressão de topofobia, sentimento de aversão ao lugar, reforçando a ideia de que os ribeirinhos, especialmente os mais antigos, mantêm uma forte ligação afetiva com os elementos culturais e ambientais que constituem os locais de pesca que servem de alicerce às comunidades estudadas.

Quanto a migração dos pescadores artesanais para outras atividades econômicas, aparentemente mais lucrativas, é uma realidade que carece de ser observada, pois essa migração não acontece por insatisfação do que os pescadores artesanais fazem, mas pela escassez de peixes, que tem ocorrido de forma crescente, sobretudo espécies nativas que fazem piracema², logo após o barramento do rio e a intensificação da atividade agrícola na região. Neste sentido, esse fenômeno de migração pode mudar radicalmente a relação entre população nativa ou residente e seu meio ambiente, de acordo com estudos em populações tradicionais realizados por Santos (2016).

CONCLUSÃO

As representações e percepções dos pescadores e pescadoras artesanais apresentam forte relação de topofilia, cuja familiaridade com a pesca artesanal e o lugar é um traço simbólico, bem como relação de conscientização da preservação e conservação do ecossistema pesqueiro local, inseridos no contexto da própria Ecologia Humana.

2 Piracema é o período de reprodução, em que os peixes buscam locais mais adequados para a desova e alimentação, conforme Portaria nº 154, 13 de outubro de 2011.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Ronaldo Gomes; BADIRU, Ajibola Isau; MARQUES, Juracy (Orgs) **Ecologia Humana uma visão global Human Ecology a global vision**. Feira de Santana-BA: UFS, 368.p. 2014. ISBN 978-85-99799-91-8.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BARTOLY, Flávio Sampaio. **Shopping Center: entre o lugar e o não-lugar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, UFF, Niterói, 2007.

BEGOSSI, Alpina; HANAZAKI N, Silvano Ram. **Ecologia humana, etnoecologia e conservação**. Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas 93-128. 2002.

BRASIL. **Lei da Pesca** 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em 2 de abr. de 2019.

CARVALHO, Francisco. A Ecologia Geral à Ecologia Humana. **Fórum Sociológico** [Online], 17 |2007, posto online no dia 01, janeiro 2007. Edição electrónica. DOI: 10.4000/sociológico.1680. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/1680>. Acesso em 18 de abr. de 2019.

CLAUZET, Mariana ;RAMIRES, Milena ; BARRELLA, Walter. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo, Brasil. **Multiciência**, 4: 1-22. 2005.

CLAUZET, Mariana; RAMIRES, Milena; BEGOSSI, Alpina. Etnoictiologia dos pescadores artesanais da praia de Guaibim, Valença (BA), Brasil. **Neotropical Biology And Conservation** 2: 136-154. 2007.

COSTA-NETO Eraldo Medeiros; DIAS, Cristiano Villela; MELO, Márcia Nogueira. O conhecimento ictiológico tradicional dos pescadores da cidade de Barra, região do médio São Francisco, Estado da Bahia, Brasil. **Acta Scientiarum** 24(2): 561-572. 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB LTDA. 290 p.2000.

FRÚGOLI JR. Heitor. **O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia**. Revista de antropologia, São Paulo, USP, v. 48 n.1. 2005.

HARDIN, Garrett James. The tragedy of the commons. **Science**, 162(3859):1243-8. 1968.

JOVENTINO, Fátima Karine Pinto.; JOHNSON, Rosa Maria Formiga. Os conflitos envolvendo a pesca artesanal na Baía de Ilha Grande – Rio de Janeiro. In: **XI Reunião Científica do Instituto de Pesca**, 2013, São Paulo. p. 54-56. 2013.

LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARQUES, Juracy. **Ecologias do São Francisco**. Paulo Afonso: Fonte Viva. 2006.

MARQUES, José Geraldo Wanderley. **Etnoictiologia: pescando pescadores nas águas da transdi-**

ciplinaridade. Revista Ouricuri, Paulo Afonso, v. 2. n. 2. p. 9-36. jul./dez. 2012.

MARQUES, Juracy. (Org.). **Ecologias Humanas Feira de Santana-BA**. UEFS, 462 p. il. 2014.

MENDES, Edcarlos. **Sobradinho**: 40 anos da promessa ao vazio. In: Barrando Barragens: O início do fim das hidrelétricas. Ed. SABEH, Paulo Afonso, 2017.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira. **Água da Coreia**: Uma viagem ao centro do mundo em uma perspectiva etnoceanográfica. Recife: Nupeea, p. 285, 2012.

PORTARIA Nº 154, 13 DE OUTUBRO DE 2011. Dispõe sobre a regulamentação da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, no período da piracema, e dá outras providências. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/pesca/portaria_n_154_2.pdf. Acesso em 22 de abr. de 2019.

SANTOS, Carlos Alberto Batista. **Padrões de caça, pesca e uso de animais silvestres bpela etnia Truká, no semiárido brasileiro**. 142 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2016.

SILVA, Keila Camila da; SAMMARCO, Yanina Micaela. **Relação Ser Humano e Natureza**: Um Desafio Ecológico e Filosófico. Revista Monografias Ambientais Santa Maria, **Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas** – UFSM, v. 14, n. 2, mai-ago 2015, p. 01-12 ISSN: 2236-1308.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente (trad.) Livia de Oliveira. Sao Paulo: DIFEL, 288 p. 1980.

_____. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

IDENTIDADE, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CASTANHÃO EM IBIPITANGA/BA

Angelita Rosa de Oliveira Rocha

E-mail: angelitarosabrasil@gmail.com

A comunidade já passou da hora de ser reconhecida
(José Rufino da Silva, 2016).

A afirmação da identidade nas comunidades quilombolas passa pelo valor da terra e pela especificidade de suas expressões culturais (Gloria Moura, 1999).

INTRODUÇÃO

Ao ingressar no Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, foi possível perceber que o espaço acadêmico oferece uma diversidade de oportunidades de envolvimento e inserção no conhecimento e a aplicabilidade dos conteúdos de forma sistemática e concreta, saindo do empirismo e avançando sobre o estudo científico de tópicos relacionados à crença, o conhecimento, natureza e limitações. Sobretudo no percurso da disciplina de Ecologia Humana, fomentou-se a preocupação com a responsabilidade e solidariedade para com as gerações presentes e futuras pautadas na compreensão da realidade como um sistema complexo, produto de múltiplas interações, e a capacidade para entender e assumir a sustentabilidade como um processo, dependente tanto das decisões humanas como da capacidade de sincronizar-se com os ciclos da natureza. A interdisciplinaridade funcionando como o diálogo entre o saber científico e o conhecimento tradicional das comunidades, entre cientistas de diferentes disciplinas e atores de diferentes campos do fazer, na integração entre homem e ambiente.

Este estudo se insere na temática da educação, com foco na construção histórica da identidade de crianças do Ensino Fundamental na comunidade remanescentes de quilombo em Castanhão na cidade de Ibipitanga/BA, como processo que emerge com a transmissão da cultura e dos valores de uma geração a outra, desde a fundação do povoado, até a via da educação das crianças. Assim, unindo a área de educação, cultura e história, onde procurou apresentar uma visão do processo de criação da identidade quilombola.

Nesse sentido, o conceito de identidade é entendido como um processo, uma composição histórica assumida pelo sujeito de diferentes formas em diversas situações e distintas épocas, de modo que os aspectos que a compõem estão relacionados ao parentesco, ao território e à memória (HALL, 2001). Este estudo buscou analisar a educação escolar como tributária da identidade quilombola, colaborando para o estabelecimento da identidade negra dos moradores e o fortalecimento desse percurso histórico até os dias de hoje na Comunidade de Castanhão em Ibipitanga/BA, a qual guiou a construção teórica que foi produzida a partir de temas que contribuíssem para a compreensão da afirmação identitária.

Sendo assim, o objetivo geral visa compreender como funciona o estabelecimento da identidade quilombola e como os valores da comunidade são transmitidos entre as gerações e quais métodos são acolhidos e professados na educação escolar e formativa das crianças quilombolas. Os objetivos específicos foram: Investigar as interferências de aculturação de identidade e o processo na educação da Comunidade de Castanhão; Levantar dados sociodemográficos, processos, história, cultura e tradições da comunidade de Castanhão para resgatar a identidade quilombola por meio do reconhecimento e valorização da política nacional étnico-racial; e analisar a relação da construção de identidade com a educação escolar em um contexto de mudanças políticas da educação, ressaltando sua importância, em especial no âmbito da Lei nº 10.639/03.

PERCURSO METODOLÓGICO

O objeto de estudo foi delineando pela dinâmica da investigação e se reestruturando à medida que novos dados da pesquisa de campo foram

coletados e apreendidos. Isso porque a realidade se encontra constituída, mas ao tentar interpretá-la, há uma reestruturação da compreensão dos fenômenos. O contato com professores, alunos e os representantes idosos de Castanhão proporcionou envolvimento mais intenso com a pesquisa, com riqueza de detalhes e importantes informações históricas, afastando qualquer ideia de arrefecimento.

Os instrumentos de coleta na Escola Padre Aldo Coppola foram os questionários a 20 alunos e 10 professores, com questões fechadas e abertas, complementados com entrevistas realizadas a 4 idosos. Os questionários foram divididos pelas variáveis – Comunidade, Identidade Quilombola e Integração Identitária – e depois decompostos em dimensões.

Assim, foi possível organizar o material coletado sistematizado em dimensões conforme os objetivos da pesquisa. O tratamento dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo, com base em Bardin (1979). A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Padre Aldo Coppola na Comunidade de Castanhão, sendo a pesquisadora já conhecida de muitos professores e moradores e tendo exemplar receptividade na condução do estudo.

Caracterização da Comunidade

Castanhão é uma comunidade localizada na zona rural da cidade de Ibipitanga/BA. Segundo dados do IBGE (2010), a população de Ibipitanga compreende um total de 14.171 pessoas distribuídas na zona urbana (5.155 habitantes) e na zona rural (9.016 habitantes). O IBGE não informa dados atualizados de população para 2017, sendo a informação disponibilizada no portal oficial apenas uma estimativa, desatualizada, para 1º de julho de 2016, que é de 15.356 habitantes para este município.

A Comunidade de Castanhão fica distante 19 km da sede, sua origem é muito remota, embora nas narrativas relatem a chegada do primeiro morador em 1918 – Maurício Pereira da Silva, que viveu 96 anos (★1866 - †1962). Residem ali 103 famílias, com população aproximada de 335 habitantes em 2016.¹ A comunidade conta com uma estrutura mínima de equipamentos ligados a educação e saúde, a qual dispõe ape-

1 Programa de Saúde da Família (PSF).

nas de uma escola pública de Educação Infantil e Ensino Fundamental, e um posto de saúde (Unidade Básica de Saúde – UBS), além do templo da igreja, onde realizam-se encontros e missas, de acordo com a demanda local. Vivem basicamente do cultivo, da criação de gado e pequenos animais, do comércio como armazéns de secos e molhados e bares, da venda de mão de obra agrícola e/ou pecuária para terceiros ou profissões como pedreiros, ajudantes e domésticas. É a única comunidade negra rural do município, e surge como “remanescente quilombola” em um contexto social em que os seus membros se autorrepresentam “pretos” e/ou remanescentes quilombolas.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresenta-se os resultados obtidos pela elaboração do referencial teórico e pela realização do estudo de campo, com apoio nos escritos de Moura (1988, 1993) e Bandeira (1988), que discutem a identidade étnica dos remanescentes de quilombos; Gusmão (1996), a experiência negra no meio rural; as transformações históricas no conceito de quilombo de Almeida (1999); a caracterização das comunidades de O'Dwyer (2002), entre outros autores, sobre as diferentes comunidades de quilombos no Brasil, fundamentais para ajudar a compreender aspectos variados do modo de vida quilombola e sua relação atávica com o território que habitam.

O estudo foi organizado em seis capítulos, além da Introdução, os quais se conectam, se aproximam e se articulam. A Introdução trouxe a contextualização, objetivos, justificativa e estrutura do trabalho. O capítulo 2 constitui a fundamentação teórica, distribuída em três tópicos: Identidade, Educação e Comunidades Quilombolas. A conceituação teórica fundamenta-se em fontes primárias (anais de congressos; legislação; depoimentos verbais; pesquisas oficiais e bancos de dados, etc.) e secundárias (livros, artigos científicos, dissertações, teses, fontes históricas etc.) a partir de autores com proximidades epistemológicas sobre os temas propostos. No tópico sobre comunidades quilombolas, realiza-se uma revisão das origens dos quilombos no Brasil, aspectos legais, religião, comunidades quilombolas no Brasil.

Nessa perspectiva, para que ocorra a tomada de consciência identitária na comunidade de Castanhão, é necessário que haja a construção da identidade que permite ao sujeito tomar consciência de sua existência, o que se dá através da tomada de consciência de seu corpo, de suas crenças, de seu saber, de suas habilidades e de suas ações. A identidade implica, então, a tomada de consciência de si mesmo. Por isso, a temática identidade e educação é marcada pela diversidade, que envolve uma série de padrões culturais que guiam as definições, as políticas públicas e a visão de mundo da comunidade. Nesse sentido a comunidade de Castanhão, descortina-se um caminho que vem sendo trilhado lento, mas firmemente com convicção de fortalecimento da nova geração de modo a divulgar a identidade negra e quilombola.

A contextualização da Comunidade de Castanhão é tratada à parte no capítulo 3, dado o fato de ser o fulcro do estudo, oferecendo a história, aspectos socioculturais e ecologia humana. Baseado nas narrativas das entrevistas: As experiências vividas e percebidas nas diversas narrativas dos entrevistados, refletem a sua condição de resgatar a importância de ser quilombola. Diz José Rufino da Silva (“Seu Ziquinha”, com 79 anos em 03/11/2016), que “eu posso falar porque aqui já passou de ter uma comunidade quilombola, se aqui fosse uma comunidade bem desenvolvida – aqui é um lugar que podia ter uma comunidade quilombola”. Cada percurso individual por essas experiências confunde-se com a história de vida, modificando-a e dando-lhe novos sentidos. Assim, Sebastiana Rosa da Conceição (“Tiana” com 73 anos em 03/11/2016), diz “o meu pai era, mas minha mãe não, mas o meu pai sim. Quilombola são pessoas negras, são pessoas que foram excluído naquela época da escravidão”. Para José Pereira da Silva (“Seu Dé” com 75 anos em 03/11/2016), relata ser de “origem negra”. E por fim, Brasiliano Francisco da Silva, (89 anos em 03/11/2016), diz “não sei se meu avô veio do cativeiro. Era tudo moreno”. Sobretudo, as narrativas de vida que trazem mais fortemente essa dimensão de revelação da pessoa, dando um sentido a sua experiência.

Sendo assim, as entrevistas aos 4 idosos foram realizadas com base em palavras-chave, criadas no momento de cada entrevista, adaptando a linguagem e a forma de elaborar, e a partir das narrativas dos idosos,

permeavam a história da comunidade desde a fundação e a perseverança dos fundadores; manifestações culturais, com as festas religiosas, dança e música como o Reisado. Na Comunidade de Castanhão, a expressão remanescente de quilombo e o ser quilombola são um fato novo a ser apreendido pelas famílias, o que vai sendo construído a partir da vivência. A identificação de remanescente de quilombo foi sendo elaborado pelo reconhecimento de um passado comum e construído em situação de conflito e de sobrevivência. O critério de autoatribuição constitui um recurso para tornar possível a efetivação de um direito fundamental à memória dos descendentes de quilombo – de terem a terra preservada para preservar a própria cultura.

O quarto capítulo é dedicado ao percurso metodológico, em que se descreve a experiência com a pesquisa qualitativa a partir da construção dos meios e instrumentos para coleta de dados que permitiram a análise de conteúdo das narrativas na relação com os sujeitos da Comunidade de Castanhão, questionários de alunos e professores e narrativas obtidas das entrevistas, discutidos à luz dos autores que ajudaram a compreender o universo que envolve as comunidades quilombolas.

O quinto capítulo traz os resultados, com base nos instrumentos de coleta oferecidos a alunos e professores, a partir da caracterização da Escola Municipal Padre Aldo Coppola, buscando-se avaliar questões como desempenho escolar, aparelhamento, dependências e demais facilidades. A seguir, em formato textual e tabular, são analisadas as respostas dos professores e alunos, obtendo-se assim um perfil de docentes e discentes, a identidade histórica e quilombola, integração identitária, aspirações e opiniões sobre Castanhão, e as ações no âmbito educacional endereçadas a temas que dizem respeito à sobrevivência da comunidade remanescente quilombola.

No capítulo seis – A Identidade Histórica para os idosos de Castanhão –, procurou-se compreender o processo de construção histórica identitária por meio das narrativas dos representantes idosos entrevistados na pesquisa. Inicialmente, foram apresentados os trechos mais importantes para esta tese dos relatos dos idosos, o que ajuda a entender o nascimento da comunidade e aspectos étnicos e culturais, além dos elos

entre os primeiros habitantes que asseguraram o desenvolvimento local, compondo um mosaico histórico, visto que a memória trai os mais velhos, de modo a refazer a história do lugar desde 1918, quando o primeiro proprietário e família ali se estabeleceram. O primeiro morador da chamada Comunidade Castanhão – local cujo nome foi dado em razão de um cavalo de pelo castanho que habitualmente pastava por ali – foi um negro conhecido como “Moriço” (na verdade Mauricio Pereira da Silva, que foi casado com Maria Lúcia da Silva), que comprou o lugar nesse ano, conforme relata um dos netos, José Rufino da Silva, que contava com 79 anos de idade na data da entrevista, realizada em 03/11/ 2016.

Rufino faz os cálculos e estima que o fundador da comunidade, o “véi Moriço”, nascera em 1866, ainda na época da escravidão:

Aqui quem chegou aqui primeiro foi o finado “Moriço”, ele é do município de Piatã no lugar chamada “Rio de Conta”, depois de lá ele chegou (em) Três Morro, comprou uma chácara de lá e arrumou uns “patraos” que criava muito gado e veio pra qui pro “Panaço”, que tá aqui “vizim”. Aí ele morou uns tempo (lá e) depois comprou o Castanhão aqui, saiu do “Panaço” e mudou pra Castanhão em 1918 [...] Conheci o “vei” “Moriço”, que era meu avô, e conheci o “Anjim”, que era o primeiro dono. Pois bem, aí o “vei” “Moriço”, foi trabalhando aqui mais a família, “prantano” roça, “criano” e “labutano” com gado, os “patraos” tinha muito gado naquela época, e aí eles foram viver aqui e mais a “famia” [...].

Encerrando-se o estudo com as conclusões do estudo no capítulo 7, que refletiu a discussão da diversidade, mostrou que as tarefas dos educadores de crianças quilombolas são várias e específicas, entre elas, é necessário entender e refletir sobre os mecanismos de dominação – cultural, econômica, social e política; educar o “olhar” para as diferenças étnico-raciais e culturais; não discriminar nenhuma cultura, entender as diferenças e aprender a respeitá-las (reconhecer e valorizar as suas contribuições); valorizar a história e o orgulho da raça, mobilizar famílias e comunidade em ações conjuntas de socialização e harmonização de objetivos comuns.

Seguidos da lista de referências, com os dados dos autores e obras, websites, artigos científicos, trabalhos acadêmicos utilizados na revisão da literatura, seguidos de anexos e apêndices.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos nessa pesquisa mostraram que pensar a educação na Comunidade de Castanhão como remanescente quilombola é portanto, repensar a reestrutura no currículo escolar por meio de uma pedagogia específica, voltada aos anseios e necessidades da população local. A partir das Diretrizes Curricular Quilombola, faz-se necessário reconhecer a identidade e a cultura quilombola, tais como são, e perceber que elementos podem e devem ser transformados em conteúdos escolares, isto é, com o mínimo de concordância e diálogo com essa comunidade. Esse processo pode apontar questões que até hoje não foram reveladas, porém, atingem um grau de relevância muito alto para as comunidades quilombolas, por exemplo, as crenças e festividades locais, as alternativas de sobrevivência, entre outras. Tais referências, que para os sistemas educacionais gozam de pouca importância ou mesmo são desconhecidas, para as comunidades quilombolas são práticas válidas e têm valor histórico e simbólico muito forte, pois fazem parte da identidade e cultura.

Tendo em vista ao alunado da Comunidade de Castanhão, cabe discutir a importância no cumprimento da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na matriz curricular da Unidade Escolar do Ensino Fundamental, visando à formação do indivíduo com consciência de que a sociedade brasileira é multiétnica e possui grande diversidade cultural.

Nesse contexto a Escola Padre Aldo Coppola busca cumprir a obrigatoriedade na elaboração e organização do currículo escolar através do Projeto Cultura Afro-brasileira e Africana inserido no Projeto Político Pedagógico da escola, que conta com a adesão de todos os professores, dentro das limitações das disciplinas. A educação quilombola deve atentar para as especificidades dessa população e, junto com as famílias, educadores e comunidade em geral, propor adequação às diferenças inerentes a sua constituição, de remanescentes de escravos com longa história de perdas, marginalização e negação de direitos.

Por fim, a Ecologia Humana vem contribuir com a Comunidade de Castanhão, como Povos Tradicionais, que se contextualiza aqui como o direito humano à conservação da identidade cultural e tradicional, em um

processo interativo, participativo e crítico, para o surgimento de uma nova ética socioambiental, vinculada e condicionada à mudança de valores, atitudes e práticas individuais e coletivas. Com a participação coletiva, onde as comunidades derivam formas culturais de bem-estar e satisfação de necessidades à qualidade de vida. A autoidentificação enquanto remanescente quilombola se faz, sobretudo, por meio do vínculo com a terra, da memória, da raça, da cor e das representações simbólicas das comunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 296 p, 2002.

_____. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito**. Cadernos Naea. Belém, n. 10, p. 163-195, 1999.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL, **Decreto n.4. 887, de 20 de novembro de 2003**. Trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 2003.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9. 394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2003.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes. **Terra de pretos; terra de mulheres: mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: MINC/ Fundação Cultural Palmares, 1996.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

IBGE. **Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=29. Acesso em: 20 nov. 2011.

MOURA, Gloria. **Os quilombos contemporâneos e a educação**. Humanidades, Brasília: Editora UnB, n. 47. v. 10. Nov. 1999.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AS LUTAS DAS MULHERES DE LAGE DOS NEGROS NA CARTOGRAFIA SOCIAL, POLÍTICA E AMBIENTAL: FEMINISMO DESCOLONIAL EM ECOLOGIA HUMANA

Maria Elizabeth Souza Gonçalves

E-mail: megoncalves@uneb.br

Luciano Sérgio Ventin Bomfim (Orientador)

E-mail: ibomfim@uneb.br

A pesquisa intitulada *As Lutas das Mulheres de Lage dos Negros na Cartografia Social, Política e Ambiental: Feminismo Descolonial e Ecologia Humana* descreveu os pontos de interconexões entre a Ecologia Humana e o Feminismo Descolonial, analisando como essas teorias desmontam a ciência eurocêntrica, apresentando novas saídas/angústias sociais. Sob a égide das Epistemologias do Sul foi cartografada as lutas das mulheres de Lages dos Negros no ambiente físico e intra/interumano. Os resultados revelam que há participação ativa das mulheres na cartografia social, econômica e política, tanto em investidas coletivas, como em protagonismos individuais em eventos e projetos relevantes para a região quilombola, no entanto não se evidenciou quaisquer investidas coletivas das mulheres em Lages dos Negros com as questões do ambiente físico. No entanto, no que concerne ao ambiente inter e intra-humano desvelaram-se inúmeras investidas das mulheres que permitiram a sobrevivência do povo de Lage e região, como se vê nos trabalhos das parteiras, rezadeiras/benzedeiras e penitentes. Revelou-se ainda uma ação coletiva em curso e que tem ganhado força e poderá implicar na interconexão do ambiente interno e externo do povo de Lages dos Negros: a luta pela erradicação

da exploração sexual de meninas, o que também nos remete às conexões entre a dominação/exploração do ambiente com a dominação/exploração das mulheres; uma dominação que abarca não apenas o ambiente externo, mas os corpos-ambiente das mulheres, o que tem aclamado resistência articulada de várias frentes de luta, com o protagonismo delas.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela se propôs abordar os diálogos epistemológicos e experienciais entre a Ecologia Humana e o Feminismo Descolonial, em uma perspectiva geopolítica de assunção do lugar como elemento orientador do ser, do saber e do poder, e, nesse sentido reconhece o sul metaforicamente expresso pelos não lugares da ciência eurocêntrica como locus de ruptura com os já cristalizados modos de produzir conhecimento e afirmar o que deve viver e que pode morrer, tendo como objetivo Cartografar a luta das mulheres de Lage dos Negros na organização política, social e ambiental da comunidade quilombola de Lage dos Negros.

Partiu-se da compreensão da Ecologia Humana como área de conhecimento que nasce da interseção de questões não respondidas tanto pelas ciências naturais como pelas sociais e nesse sentido já nasce plural e com o claro reconhecimento de que todo conhecimento é incompleto e parcial. E como saber embrionado de outros saberes cujas metodologias são essencialmente diferentes já se estabelece teórica e metodologicamente transgressora do ponto de vista da abordagem e da disciplina (PIRES & CRAVEIRO, 2011; BOMFIM, 2017; MARQUES, 2012; 2014).

Essa transgressão tem dado à Ecologia Humana um status científico diferenciado, primeiro pelo rompimento das concepções simplistas e liberais do que é natureza e do que é humano, e, especialmente pelo descortinamento do mundo intrasubjetivo e seus desdobramentos nas relações que estabelece consigo e com seu entorno (MARQUES, 2015; 2016; 2017), segundo, porque a Ecologia Humana tem assumido que o lugar de onde partem os conhecimentos por ela produzidos não apenas a influencia como também dela recebe centralidade, ou seja, conhecimento localizado para responder às demandas sociais e naturais postas; conhecimento produzido “com” e “para” necessidades reais de coletivos humanos historicamente invisibilizados.

Nesse caminho, a Ecologia Humana se encontra com o Feminismo Descolonial (BIDASECA, 2010; 2017a), movimento que se afirma pela convicção de que as mulheres são seres plurais, influenciadas por seus mundos e assim não podem ser pensadas como categoria monolítica meramente oprimida pelo patriarcado; as mulheres negras, as indígenas, enfim as mulheres afetadas pelo colonialismo sofrem diversas e simultâneas opressões: as decorrentes da raça, do sexo, da idade e da classe social. Nesse sentido o Feminismo Descolonial assume que se a opressão vem da ação interseccional do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, os seus enfrentamentos também vêm da ação solidária e articulada (MOHANTY, 2008; CRENSHAW, 1991).

AS LUTAS SEXUAIS-RACIALIZADAS DE LAGE DOS NEGROS

O recorte teórico-metodológico deste estudo se deu em uma perspectiva pluridisciplinar, no entrecruzamento da pesquisa participante com a pesquisa etnográfica feminista pós heróica (BIDASECA, 2017b), afirmando-se as vozes e os corpos em luta, entendendo que existe uma autoria, um protagonismo nas mulheres na construção do mundo, não uma mulher monolítica, universal (MOHANTY, 2008), mas, mulheres reais. Assim, buscou-se dar visibilidade a suas experiências concretas e diuturnas, considerando que todo discurso/texto se dá num contexto (macro e micro) que o forja.

Nesse sentido, foi feito um mapeamento das lutas, iniciativas, experiências cotidianas, história de vida, universo de trabalho, atividades artísticas de mulheres de Lage dos Negros, Campo Formoso, Bahia contra as opressões vindas da sua condição de mulher, negra, campesina, inserida num contexto de opressão interseccional, dando visibilidade às formas como resistem e como essa resistência influencia na organização social, política e ambiental, numa escuta etnográfica (SEGATO, 2011). Assumiu-se, pois a pesquisa participante, de viés etnográfico, que nos gerou uma cartografia das lutas das mulheres na região de Lage dos Negros e seus desdobramentos no mapa ambiental, político e cultural, evidenciando-se o sistema linguístico e outros elementos simbólicos constitutivos do

ser mulher quilombola. Foram utilizados como instrumentos produção de dados a observação participante, grupos focais, a entrevista semiestruturada, e a pesquisa imagética de fotografias e paisagens (MAUAD, 2004). O locus da pesquisa foi a região quilombola de Lage dos Negros, situada no Município de Campo Formoso-Bahia.

A pesquisa revelou que ao longo das últimas décadas Lage dos Negros e região têm vivido inúmeras mudanças no que concerne ao cenário social, político e ambiental. Os dois primeiros aspectos – o social e o político – aparecem enfaticamente na fala de todas as mulheres pesquisadas que apontam desde a luta pela escola ao direito de ser reconhecido e respeitado como quilombola.

Vê-se nas falas das mulheres pesquisadas que as maiores mudanças se deram no âmbito da educação que hoje a região comporta a oferta de Educação Básica e Ensino Superior. São destacadas na sequência o sinal de celular, o posto de saúde no povoado de Lages dos Negros e o transporte, a chegada da energia elétrica, a chegada de empresas eólicas e agrícolas. No que tange às mudanças no “ambiente” de Lage dos Negros e região, as falas e as observações realizadas denunciam a expressão de um território/corpo ferido. Em contextos onde são provocadas a refletir sobre as relações entre as mudanças e as questões ambientais, as trinta e nove participantes consideraram que as transformações sociais, culturais e econômicas não consideraram o ambiente, prejudicando-o sobremaneira. São citadas as queimadas para pasto, o grande número de perfuração de poços artesianos, a monocultura irrigada do tomate sob o comando de grandes empresas em detrimento da diminuição da produção agrícola de feijão, milho, sisal, o uso de agrotóxico no tomate, a Caatinga agonizante, a devastação dos solos, a morte das matas ciliares e a não preocupação da população em reflorestar e limpar os leitos dos rios.

Vê-se, pelos depoimentos das mulheres pesquisadas, que o mapa sócio-ambiental que se constitui é de grande degradação ambiental, perda da biodiversidade, e um movimento invertido entre a busca de melhorias sociais e os cuidados ambientais. No que tange a coletivos organizados e constituídos exclusivamente por mulheres, identificamos apenas a Associação de Mulheres Quilombolas de Lages dos Negros, movimento

que alberga mulheres tendo como eixo constitutivo a produção, divulgação e comercialização de artesanatos e costuras.

O mapa temático que se constitui muito além do econômico-social é o infanto-juvenil-racial-sexualizado, em uma denúncia explícita da exploração sexual de meninas que vendem seus corpos a forasteiros ricos (não exclusivamente) que vêm explorar a região, reafirmando a velha e conhecida lógica colonial de que os corpos femininos são extensão do território conquistado (BIDASECA, 2017a). Essa problemática ensejou a reflexão sobre os desafios que se colocam para as meninas quilombolas de Lage dos Negros e região de ter acesso à educação pública de qualidade, realizado em capítulo específico deste trabalho.

Algumas categorias aparecem nas falas das mulheres com importância relevante da história da região de Lage dos Negros, embora permeadas de estigmas. Algumas inclusive não querem ser identificadas, esquivando-se de ser apontada como rezadeira para evitar estranhezas e constrangimentos em familiares, especialmente os mais jovens. Dentre essas categorias temos as penitentes, rezadeiras/benzedeiras e as parteiras.

Os rituais das penitentes acenam para as relações humanas com o transcendental, onde os diálogos com os mortos, através da devoção e pedido às almas em algumas circunstâncias para resolver questões cotidianas, bem como as orações a Deus para salvação de vivos e mortos simbolizavam a relação do mortal com a imortalidade e portanto, a existência de um espírito, aquele que transita pelas duas condições (MARQUES, 2016).

Já as benzedeadas, constituem outro importante grupo de mulheres, cujo conhecimento das plantas e suas propriedades terapêuticas tem sido vital à sobrevivência dos/as sertanejos/as. Somam-se a esses saberes o poder de fazer rezas para diversos problemas de saúde como ventre/espinhela caído, olhado, entre outros males. Faz-se necessário destacar que a região de Lage dos Negros, com vinte comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombo por seus traços identitários terem como eixo a ancestralidade africana, as práticas religiosas de matizes africanas não tem visibilidade. A prática das rezadeiras/benzedeiras evidencia as formas como o ser humano se relaciona com seu ambiente interno, estabelecendo as interconexões entre corpo, alma e espírito e enfatizando as dimensões

complementares da unidade constitutiva do ser humano, mas cujas práticas coloniais de matiz eurocêntrica se encarregaram de esfacelar, fragmentando-as (MARQUES, 2015).

As parteiras constituem outro grupo de mulheres que tiveram papel decisivo nos processos de nascimento destas regiões, considerando que muitas comunidades rurais a presença de profissionais de saúde é muito recente. Assim o direito à vida dos recém-nascidos, como das mulheres que davam luz a seus/as filhos era garantido pelas mãos das parteiras. Embora apareçam nos depoimentos das mulheres o nome de dezoito parteiras, um nome circulou na fala de todas elas foi o de Dona Ioiô. Vê-se que as parteiras têm uma importante contribuição social na caatinga brasileira, cujo trabalho não apenas tem possibilitado vida a milhões de brasileiros que nasceram pelas mãos dessas mulheres, como atualmente tem ganhado visibilidade no Sistema Único de Saúde brasileiro como rico aprendizado para os processos de humanização da saúde pública.

Caminhando a favor do equilíbrio homeostático do ser humano com a natureza, tanto as penitentes, as benzedeadas, quanto as parteiras representam as investidas dessas mulheres na sobrevivência e vida saudável de mulheres e homens que povoam Lage dos Negros e no caso específico das penitentes, as práticas alcançam as almas desencarnadas acreditando-se que seu “bem-estar” interferiria na vida dos encarnados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização desta pesquisa que buscou interrelacionar Feminismo Descolonial e Ecologia Humana, partimos do princípio de que essas duas áreas tinham em comum os questionamentos e enfrentamentos ao modelo capitalista como orquestrador das dominações/exploorações da natureza e das subjetividades humanas. E para essa análise se escolheu como lócus a região quilombola de Lage dos Negros, no município de Campo Formoso-Bahia, delimitando o objetivo em cartografar as lutas das mulheres na organização política, social e ambiental de Lages dos Negros.

Dentre as implicações dos resultados encontrados, enfatizam-se algumas invisibilidades do ser mulher e em alguns momentos do não-ser

mulher, como se expressou nas parteiras, nas rezadeiras/benzedadeiras e nas penitentes cujas práticas são reveladoras de formas de viver indispensáveis à sobrevivência da espécie humana na comunidade, especialmente em tempos onde as políticas públicas distantes estavam. Na mesma medida com que se chegou a essas formas de relações inter/intrasubjetivas, consubstanciou-se uma subalternidade com as questões concernentes às relações com o ambiente físico, o que pode estar atrelado às formas hegemônicas que orientam o ser, o saber e as relações de poder; o tripé da colonialidade.

Nas lutas por justiça social – ora como campesinas que buscavam as condições materiais de produção de vida no campo através de financiamento estatal via associações comunitárias, ora como mães que lutavam pelo direito à educação de seus/suas filhos/as, ora como artesãs, como professoras, como parteiras – as mulheres de Lage dos Negros e região têm tido lugar nas conquistas sociais, políticas e econômicas das comunidades onde vivem e seu entorno, destacando-se, no entanto a necessidade de unir de suas pautas às de justiça ambiental.

A pesquisa em tela nos permitiu a materialização de um mapa geopolítico racial-sexualizado em Lage dos Negros e região, com contornos frágeis no ambiente físico, mas com destaques no ambiente simbólico e nas conquistas sociais das mulheres lagenas. Nesse mapa a vitimização das mulheres cedeu lugar às resistências e lutas permanentes pelas tantas opressões e no momento a maior delas: a exploração sexual de suas meninas, cujos embates que se iniciam poderá acenar para a aproximação das lutas pela proteção do ambiente físico e simbólico que imprime no corpo feminino, historicamente violentado pelas várias manifestações da colonialidade.

Compreender a perda da função social da natureza pelos quilombolas de Lage dos Negros e as possíveis conexões com as ausências do Poder Público ou pela forma como Lages dos Negros foi historicamente constituída poderá ensejar estudos futuros, no momento enfatiza-se que a cartografia ambiental de Lages não recebeu com a mesma intensidade a luta das mulheres como se vê nos mapas político, social e econômico.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, Luciano. As Raízes da Ecologia Humana no Brasil. In: MARQUES, Juracy & ALVIM, Ronaldo (orgs). **As Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

BIDASECA, Karina. **Perturbando el texto colonial**. Los Estudios (Pos)coloniales en América Latina. Buenos Aires: Ediciones SB, 2010.

_____. **Escritos en los cuerpos racializados**. Lenguas, memoria y genealogías (pos)coloniales del feminicidio. Universidad des Illes Balears Ed., Palma, 2017a.

_____. **“Después del último cielo. Mendieta/Neshat/Minh-ha: Etnografías feministas post-heroicas y arte feminista en el exilio”**. Libro por venir. 2017b.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”. **Standford Law Review**, v. 43, p. 1241- 1299, 1991.

FREITAS, José. **O Vale dos Esquecidos**: Rio Salitre. Campo Formoso: Autograf, 2013.

MARQUES, Juracy. **Ecologia da Alma**. Petrolina: Franciscana, 2012.

MARQUES. Juracy (Org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: UEFS. 2014.

MARQUES. Juracy. **Ecologia do Corpo**. SABEH: 2015

_____. **Ecologia do Espírito**. SABEH: 2016.

_____. **Ecologia de Freud**: os ecossistemas da natureza humana. Petrolina, PE: SABEH, 2017.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e História – possibilidades de análise. In: CIAVATTA & ALVES (orgs.). **A Leitura de Imagens na Pesquisa Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

MOHANTY, Chandra Tapadle. “De vuelta a Bajo los ojos de Occidente: la solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas”. In: NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva A.H. (orgs.). **Descolonizando el feminismo**. Teorías y prácticas desde los márgenes. Madrid: Cátedra, 2008, p 404-457.

PIRES, Iva Miranda. CRAVEIRO, J.L. **Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais**. Lisboa: APENAS, 2011

SEGATO, Rita. Género y colonialidad: em busca de claves de lecturas y de un vocabulario estratégico descolonial. “Género y colonialidad”, en Bidaseca, K. (co.coord.) **Feminismo y (pos)colonialidad**. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina. Buenos Aires: Godot, 2011.

CONVIVÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS COM A TRANSFORMAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: UM PROCESSO DE RESILIÊNCIA DA COMUNIDADE DO ANGARI, JUAZEIRO-BA

Israel Vieira de Souza

E-mail: israel_cnbp@hotmail.com

Tâmara Almeida e Silva (Orientadora)

E-mail: tamaraalmeidas@yahoo.com.br

As populações tradicionais, a exemplo dos pescadores artesanais, são caracterizadas por apresentar um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência. Uma das principais ações antrópicas que afetam a pesca em águas interiores é o barramento de rios para criação de reservatórios e geração de energia elétrica. Dessa forma, o estudo desses eventos é importante para o entendimento e fomento de políticas públicas de fortalecimento e garantia desse modo de vida.

INTRODUÇÃO

As populações tradicionais requerem alta diversidade de recursos naturais e, segundo Diegues (2000), a sua existência ocorre porque desenvolveram práticas culturais de utilização dos recursos que mantêm a biodiversidade.

Assim, para Morán (1994) e Noda (2000), a identificação e o reconhecimento dos níveis de adaptabilidade existente entre os processos sócio-produtivos das populações humanas e a dinâmica ecológica podem indicar os parâmetros necessários à valorização das estratégias de orga-

nização e reprodução social, do conhecimento presente nas técnicas de manejo dos recursos ambientais por elas desenvolvidas. Um bom exemplo da dinâmica ecológica de comunidades tradicionais é a pesca artesanal.

A pesca é uma das atividades mais antigas do Brasil, já presente entre os povos indígenas e na sociedade colonial, e perpetuada enquanto pesca artesanal ou industrial. A pesca artesanal continua detendo um considerável peso econômico e social, especialmente nos estados do Nordeste e Norte (PROST, 2007). No entanto esta atividade vem, há tempos, sofrendo devido a projetos que buscam o desenvolvimento econômico do Brasil sem levar em consideração os impactos sofridos pelas comunidades mais vulneráveis.

O hábito da pesca encontra-se profundamente enraizado na cultura brasileira, mesmo com as dificuldades cada vez maiores para sua realização. Nesse contexto, uma das principais ações antrópicas que afetam a pesca em águas interiores é o barramento de rios objetivando a criação de reservatórios para a geração de energia elétrica (PONTON & VAUCHEL, 1998). Entre os segmentos populacionais que vivem a jusante das grandes barragens, os mais afetados são os ribeirinhos que praticam a agricultura ou a pesca de subsistência (AGOSTINHO, 2007).

A escassez do pescado pressiona os pescadores artesanais a aumentarem seus esforços de pesca e se adaptarem ao novo cenário como forma de manutenção do seu modo de vida. Essas adaptações são necessárias para convivência dos pescadores artesanais com o meio e podem ser consideradas como um processo de resiliência. A resiliência tem sido definida na literatura como um fenômeno caracterizado por resultados positivos de adaptação na presença de ameaças ao desenvolvimento das pessoas (MASTEN, 2001), o qual possibilita a superação de situações de estresse e adversidades (RUTTER, 1999).

Ao longo da história, a pesca foi marcada pela aplicação de medidas de manejo questionáveis, além do descaso das autoridades com as classes sociais envolvidas (AGOSTINHO, 2007). A construção das barragens no Rio São Francisco (BA) gerou impactos sobre o ambiente e a sociedade, especialmente sobre as comunidades tradicionais. No entanto, não há informações sobre como esses efeitos atingiram a pesca artesanal

entre as barragens de Sobradinho (BA) e Itaparica (PE), especificamente na cidade de Juazeiro (BA). Assim, esse trabalho buscará identificar os impactos gerados pela construção dessas Barragens na pesca artesanal da comunidade de pescadores do Angari, localizada em Juazeiro (BA). Para tal será identificado o perfil social dos pescadores e o interesse em sua reprodução social, dentro da comunidade.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada na cidade de Juazeiro, BA, no período compreendido entre outubro e novembro de 2016, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas, de abordagem qualitativa, cujas questões versaram sobre a distribuição socioeconômica dos pescadores artesanais da comunidade do Angari; a atual situação da pesca artesanal; as estratégias de convívio com a limitação imposta à pesca artesanal, relacionada à construção da Barragem de Sobradinho e estrutura organizacional da comunidade.

Considerando os aspectos éticos de cada entrevista, foi explicado aos entrevistados os objetivos do presente estudo e foi solicitada a permissão para registrar as informações através da apresentação e assinatura do termo de consentimento e livre esclarecido (TCLE). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia, CEP – UNEB, sob número 1.767.970, no dia 10/10/2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas 80 entrevistas com os pescadores e pescadoras da comunidade do Angari, sendo o gênero masculino o mais representativo, com 85% da população amostrada. Esses dados assemelham-se aos encontrados em estudo realizado no reservatório e adjacências de Coaracy Nunes, no estado do Amapá, onde 84,91% eram do sexo masculino (Oliveira, Vasconcelos, Pereira, Nahum & Teles Junior, 2013), por Rezende e Oliveira (2015) no baixo São Francisco (75%), compreendendo cidades dos Estados de Alagoas e Sergipe (AL-SE), e no reservatório de Billings (77%) em São Paulo por Alves da Silva, Castro, Maruyama e

Paiva (2009). Esses resultados estão relacionados ao tipo de pesca efetuada nos reservatórios, o qual exige maior esforço físico e resistência, características mais evidenciadas nos homens.

No entanto, os dados divergem dos números apontados por Alencar e Maia (2011) que indicam uma predominância de 38,97% de mulheres na pesca para a região nordeste e 34,27% para o cenário nacional. Segundo esses mesmos autores, essas divergências podem estar relacionadas ao tipo de atividade pesqueira dessas regiões, onde predomina especificamente a atividade de mariscagem, na faixa litorânea, muito exercida pelas pescadoras e que não ocorre na pesca realizada nos rios, o que justifica a menor expressividade da participação da mulher na comunidade em estudo. Essa distinção é bem caracterizada por Hoebel e Frost (2001) quando afirmam que “embora cada sociedade divida o trabalho dos homens e das mulheres, o que é claramente trabalho dos homens em uma sociedade, pode ser trabalho das mulheres em outra”. Ou seja, cada comunidade de pescadores tem uma organização sociocultural distinta.

Das mulheres pescadoras entrevistadas, a maioria afirmou sair para pescar com seus companheiros e que são responsáveis pela limpeza e venda do pescado, além de ajudar na manutenção dos apetrechos de pesca (rede e tarrafa). Alencar (1993) alega que a “participação da mulher em atividades de pesca é um fato etnográfico que precisa ser observado e interpretado, tomando o universo de trabalho na pesca como um todo”.

Em relação a faixa etária, há predominância dos pescadores entre 46 e 50 anos, representando 24%, em seguida as faixas de 41 a 45 anos e 51 a 55 anos, ambos representando 14% da população. Dados da mesma qualidade foram encontrados no nordeste do Pará, onde cerca de 70% dos pescadores situam-se nas faixas superiores a 35 anos (Santos, 2005), similaridade foram obtidos por Alves da Silva *et al.* (2009) em São Paulo. Já Oliveira *et al.* (2013) identificaram, em seu estudo no Amapá, a faixa etária entre 25 e 35 anos a mais representativa, onde ponderou que a população de pescadores daquela região era jovem. De forma contrária, esta pesquisa identificou que a distribuição dos pescadores nas faixas entre 21 e 35 anos é menos representativa, o que configura o envelhecimento da população pesqueira da região, a qual pode estar relacionada com a

redução dos estoques pesqueiros e, consequente, desestímulo a adesão a atividade pesqueira, colocando esse modo de vida tradicional em situação de vulnerabilidade.

Corroborar com esta afirmativa o fato de que o núcleo familiar da maioria dos pescadores é composto por apenas um (1) pescador, representado em maior parte pela figura do pai. Falando sobre a relação entre faixa etária e escolaridade de pescadores Ceregato e Petrere Jr. (2003) dizem que “a pesca não confere limites de idade e/ou escolaridade para seus praticantes”, o que parece ser mais comum em famílias ribeirinhas. Esta afirmativa pode ser observada nesta população, onde a maior parte dos entrevistados apresenta escolaridade fundamental incompleta e fundamental completa (62%).

Fato semelhante foi registrado por Rezende e Oliveira (2015), Oliveira *et al.* (2013) e Alves da Silva *et al.* (2009). Em relação a média nacional, Alencar e Maia (2011), afirmam que 75% dos pescadores brasileiros possuem apenas o ensino fundamental incompleto e 5,69% fundamental completo, já para o nordeste esses números são 72,5% e 4,8%, respectivamente. Os números da comunidade do Angari apresentam uma relativa melhora, considerando que 31% apresentam ensino fundamental completo, no entanto ainda assim infere-se que o baixo nível de escolaridade entre os pescadores é um fato, e isso os vincula ainda mais à atividade de pesca. Pois, Conforme Cardoso (2005), isto ocorre provavelmente devido à falta de qualificação para o exercício de outras atividades mais bem remuneradas. O abandono dos estudos e a inserção no mundo do trabalho resultam do contexto social e econômico em que essa comunidade está inserida, no qual o sucesso na escola, por membros de seu grupo social, constitui uma exceção.

No caso da composição familiar, verificou-se que a maior parte dos entrevistados afirmaram possuir entre 1 e 2 filhos, com uma média de 2,74 filhos por pescador. Esse valor ainda é alto se comparado com a taxa de fecundidade de 2,06 para o nordeste e 1,90 para o Brasil (IBGE, Censo Demográfico 1940/2010). Valores próximos a essa média também foi encontrada no baixo São Francisco (SE-AL), 2,1 filhos por pescador (Rezende & Oliveira, 2015). Oliveira *et al.* (2013) identificou no Amapá,

uma média de 4,1 filhos para a maioria da população entrevistada (90,57%), além de identificar a participação dos filhos nas atividades da pesca. Essa é uma diferença marcante entre as comunidades participantes do estudo, visto que a população envolvida nesta pesquisa não citou a participação dos filhos nas atividades de pesca. Conforme afirma Mello (1987), “a mudança cultural ocorre em razão das novas necessidades das novas situações”. Dessa forma, a redução no número de filhos da comunidade do Angari, está relacionada a baixa expectativa da pesca em relação a manutenção do núcleo familiar, a queda nas capturas, além do aspecto de redução da fecundidade apontada pelo IBGE (IBGE, Censo Demográfico 1940/2010). Nesse contexto Boff (1938) traz uma concepção que é signficante destacar: “As sociedades sempre organizam suas relações para com o meio no sentido de garantir a produção e reprodução da vida”.

É importante salientar que esses trabalhadores estão inseridos numa sociedade cuja economia estimula o crescimento desordenado numa relação cada vez mais predatória com a natureza, a ponto de quase inviabilizar, em muitos locais, a sobrevivência por meio da pesca artesanal. Destaca-se que as comunidades de pescadores artesanais sofrem a influência de transformações históricas, estando integradas as economias de mercado e aos sistemas políticos, o que acaba por interferir no modo de vida, nas formas de exploração do recurso e na riqueza cultural dessas comunidades.

Quando indagados sobre o desejo de que seus filhos sigam a vida de pescador, igual ao dos pais, a maior parte dos entrevistados (77%) respondeu que não gostariam que seus filhos seguissem aquela profissão, preferindo que os mesmos estudassem. Ranzani de Paiva, Castro e Maruyama (2006) observaram que entre os pescadores há uma grande preocupação quanto à educação formal de seus filhos. Nesse aspecto, os laços identitários criados com o rio, que mantém viva as heranças culturais, se enfraquecem em detrimento de novos valores, segundo Souza e Brandão (2012) “os mais velhos reclamam de tantas e tão repentinas mudanças que depressa roubam do lugar a memória das raízes e os modos de ser do presente que até pouco tempo ainda os faziam ser tradicional”, ocorre a chamada fragmentação cultural. É o sentimento identitário, no entanto, que permite o indivíduo sentir-se plenamente membro de um grupo e dotá-lo de uma base espacial localizada (CLAVALL, 1999), obje-

tivada e ancorada nas representações sociais, simbólicas, que faz da realidade (Moscovici, 2011).

Apesar da afirmação de que não dava mais para sustentar uma família com a pesca, 19% dos entrevistados asseguraram que gostariam que seus filhos seguissem a profissão de pescador. Nessa perspectiva, Souza e Brandão (2012) “afirmam que a identidade cultural garante a perpetuação de grupos e comunidades tradicionais, proporcionando relações sociais capazes de estreitar os laços de solidariedade, sociabilidade e pertencimento entre os seus membros”. Talvez essa identidade esteja submergindo diante dos estímulos do universo urbano e do rápido acesso as informações, os quais os mais velhos não tiveram, colocando esse modo de vida em processo de transformação, considerando que a cultura não é imutável.

As representações elaboradas pelos entrevistados retratam uma situação contraditória com a pesca; de um lado, assinalam as dificuldades que os desanimam e os levam até a visualizar o fim da profissão; por outro lado, a mesma propicia um estilo de vida que desejam manter e transmitir para seus descendentes. Nesse contexto, Tuan (1980) diz que no mundo moderno, as comunidades pesqueiras suportam este modo de viver, não sendo tanto pela recompensa econômica, senão pelas satisfações obtidas deste estilo de vida ancestral e tradicional.

CONCLUSÕES

A pesca artesanal garante parte da renda dos membros da comunidade do Angari, no entanto, não é possível viver apenas dela, sendo predominante a participação do homem.

A baixa escolaridade é fator predominante para o desenvolvimento da prática da pesca nessa comunidade.

Devido à condição socioeconômica desfavorável, as famílias dos pescadores foram atraídas por valores urbanos, apresentando baixo número de filhos, que somado ao envelhecimento dos pescadores e a baixa entrada na atividade têm levado a perda de conhecimentos tradicionais, a ponto de muitos abandonarem a tradição da pesca.

Mediante o exposto, é visível que essa atividade tradicional vem perdendo sua capacidade de se perpetuar, fato que tem gerado inseguran-

ça nos pais, ao ponto de preferir que seus filhos exerçam outras atividades que não a pesca, dando maior credibilidade à educação formal do que a tradição da pesca artesanal para garantir a melhoria da qualidade de vida das próximas gerações.

Em suma, o levantamento socioeconômico realizado neste trabalho fornece informações importantes para o desenvolvimento de políticas públicas que podem beneficiar os pescadores da comunidade do Angari, colaborando para redução dos impactos sociais e ambientais sofridos por essa comunidade, contrapondo-se ao abandono de suas tradições e oportunizando o sustento desses pescadores por meio dos recursos pesqueiros.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Ângelo Antônio. **Ecologia e manejo de recursos pesqueiros em reservatórios do Brasil** / Angelo Antonio Agostinho, Luiz Carlos Gomes, Fernando Mayer Pelicice. Maringá : Eduem, 2007. 501 p.: il.

ALENCAR, Carlos Alexandre Gomes de; MAIA, Luís Parente. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros, Fortaleza. **Arquivos de Ciências do Mar**. v. 44, n.3, p.12-19, 2011.

ALENCAR, Edna Ferreira. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. In: FURTADO, Lou-des Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza de. (eds.), *Povos das Águas, Realidade e Perspectivas na Amazônia*. Belém, MCT/CNPq/Museu Goeldi, 63-81, 1993.

ALVES DA SILVA, Maria Eugênia Porto *et al.* **Levantamento da pesca e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais profissionais no reservatório Billings**. B. Inst. Pesca, São Paulo, 35(4): 531 – 543. 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB – USP: 2000. p. 01-47.

HOEBEL, E. Adamson; & FROST, Everett. L. **Cultural and social anthropology**. Cultrix. Trad. Euclides Carneiro da Silva. 2001.

MASTEN, Ann S. Ordinarymagic: resilience processes. **American psychologist**, 56(3), 227-238. 2001. DOI: 10.1037/0003-066X.56.3.227.

MORÁN, Emílio Frederico. **Adaptabilidade Humana**: uma introdução a antropologia ecológica. São Paulo. EDUSP, 1994. 445p.

NODA, Sandra do Nascimento. **Na Terra como na Água**: Organização e Conservação de Recursos Naturais Terrestres e Aquáticos em uma Comunidade da Amazônia. Brasileira 2000. 193 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SÁ-OLIVIERA, Júlio César *et al.* Caracterização da pesca no Reservatório e áreas adjacentes da UHE Coaracy Nunes, Ferreira Gomes, Amapá - Brasil. **Biota Amazônica**. Macapá, v. 3, n. 3, p. 83-96. 2013.

PONTON, Dominique; VAUCHEL, Philippe. **Immediatedownstream effects of the Petit-Saut**; dam on Young neotropical fish a largetributary of the Sinnamary River (French Guiana, South Americana). *Regulated Rivers: Research & Management* 14, 227-243. 1998.

PROST, Catherine. **Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira – estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil**: GeoTextos, v. 3, n. 1 e 2, 2007. 139-169.

REZENDE, Priscila Costa; OLIVEIRA, Igor da Mata. Descrição socioeconômica dos pescadores no Baixo São Francisco, Nordeste-Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** - Ano XVII - Edição especial - Salvador, BA – p. 671 – 689. 2015.

RUTTER, Michael. Resilience concepts and findings. **Journal of familytherapy**, 21(2), 119-144. doi: 10.1111/1467-6427.00108, 1999.

CEREGATO, Silvana Aparecida; PETRERE Jr, Miguel. Financial comparisons of the artesanal fisheries in Urubupungá complex in the middle Paraná river (Brazil). **Brazilian Journal of Ecology**, v. 63, n. 4, p.673-682. 2003.

CARDOSO, Renato Soares. **A Pesca Comercial no Município de Manicoré (Rio Madeira), Amazonas, Brasil** (Dissertação de Mestrado). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade Federal do Amazonas, Brasil. 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010 – **Mapa Municipal Estatístico de Juazeiro, Bahia**. Disponível em: ftp://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de Levantamentos estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/ba/juazeiro_v2.pdf. Acesso em: 15 de jul. 2016.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural**: iniciação, teoria e temas/ Luiz Gonzaga de Mello. – Petropolis, Vozes, 1987. 528p.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres/ Leonardo Boff. – Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

RANZANI DE PAIVA, Fábio; CASTRO, Paula Maria Gênova; MARUYAMA, Lídia Sumile. Pesca artesanal na Represa Billings, Estado de São Paulo: uma arqueologia da existência. In: Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e da Pesca no Brasil, 2., 29/nov.-03/dez./2006. **Anais...** Rio de Janeiro. p.1-6.

SOUZA, Ângela Fagna Gomes de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Paisagem, identidade e cultura sanfranciscana: sujeitos e lugares das comunidades tradicionais localizadas no entorno e nas ilhas do médio rio São Francisco**. **Geo UERJ** - Ano 14, n. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 77-98. ISSN: 1415-7543 E-ISSN: 1981-9021.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEO-graphia** n. 2: 7–26. 1999.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 8a ed. Petrópolis: Vozes. 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL. 1980.

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E SOCIOCULTURAIS DA PESCA ARTESANAL NA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA HUMANA, NA ILHA DE NOSSA SENHORA EM JUAZEIRO/BA

Katia Silva de Souza Santos

E-mail: ksantosbio@hotmail.com

Carlos Alberto Batista dos Santos (Orientador)

E-mail: cacobatista@yahoo.com.br

O presente estudo se apresenta como primeiro registro da percepção e a utilização de recursos pesqueiros pelos pescadores artesanais residentes na Ilha de Nossa Senhora, município de Juazeiro-Bahia, o mesmo tem como objetivo identificar a percepção dos moradores da comunidade ribeirinha da Ilha de Nossa Senhora - Juazeiro/BA sobre questões socioambientais e socioculturais, sobretudo o conhecimento ecológico tradicional relativas à pesca e ao ambiente em que a mesma está inserida, na perspectiva da Ecologia Humana, retratando a história da ilha e dos seus habitantes. Os dados foram coletados através de entrevistas e conversas informais. A pesquisa revela a importância sociocultural e socioambiental da comunidade ribeirinha da ilha de Nossa Senhora, o conhecimento ecológico tradicional dos pescadores artesanais sobre as espécies capturadas e fatores que impactam diretamente o rio e o ambiente da pesca interferindo no equilíbrio biodinâmico dos ecossistemas, impactando a pesca artesanal nas comunidades ribeirinhas evidenciando a história e a cultura da comunidade local.

INTRODUÇÃO

A pesca e o contexto que a envolve, se revela na arte que diz respeito ao pescador, o seu modo de se relacionar com o ambiente, o conhecimento advindo da experiência ou do convívio com o ambiente e com outros pescadores definem a sua relação com a atividade desenvolvida, consequentemente, com a forma de interagir com o ambiente. (MARQUES, 2012). A pesca artesanal além de ser uma atividade de subsistência, é uma atividade produtiva, fonte geradora de renda de muitas famílias e possibilita o desenvolvimento econômico autônomo, distante de um mercado de trabalho formal. É também, uma maneira de manutenção de vínculos humanos e culturais, responsável pela identidade de muitas comunidades litorâneas e ribeirinhas (SILVA *et al.*, 2012)

Um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Segundo Diegues (1996) as sociedades tradicionais desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pelas ideias de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. Nesta premissa, Nogueira e Sá Pereira (2015), ressaltam que o pescador artesanal tem essa identidade muito forte, tem a consciência de que faz parte do ambiente e dele depende.

No entanto, esta atividade tem encontrado cada vez mais desafios que impactam diretamente a sua prática e produtividade. Dentre os mais diversos impactos, destacam-se as ações antrópicas no ambiente da pesca, tais como: poluição das águas, desmatamento de nascentes dos afluentes dos rios, das matas ciliares, queimadas, sobrepesca, construções de barragens, agricultura irrigada, descarga direta de efluentes químicos e orgânicos sem tratamento, nos cursos d'água e os impactos ocasionados pela sobrepesca, ou seja, a pressão de captura de determinadas espécies (Godinho; Godinho, 2003; Santos; Alves, 2016)

Os estudos de Melo e Lima (2013) apontam que determinadas ações antrópicas como as construções das barragens para geração de energia elétrica, são grandes responsáveis pela alteração natural do curso do

rio, bem como pelas modificações no ambiente de trabalho dos pescadores artesanais, e tem gerado danos irreparáveis a populações de pescadores e pescadoras que utilizam esse ambiente diariamente em seus trabalhos.

Ao longo da história do Brasil, o São Francisco tem representado uma das principais fontes de pescado e a pesca, uma das importantes fontes geradoras de recursos para as populações tradicionais ribeirinhas fornecendo peixes suficientes para atender ao mercado circundante ao rio e de outras regiões do país (GODINHO; GODINHO, 2003). Ao longo do rio, na região do Submedio São Francisco, são encontradas diversas ilhas fluviais, entre elas, a Ilha de Nossa Senhora, localizada entre os municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE.

A Ilha de Nossa Senhora é habitada por pescadores e pequenos agricultores locais, sendo a pesca artesanal uma importante fonte de proteína e renda para a comunidade que ali reside, no entanto, não são conhecidos estudos etnográficos, etnoictiológicos e socioambientais a despeito da mesma. A escassez de informações, de estudos sobre a etnoictiologia dos pescadores tradicionais, da ilha de Nossa Senhora, uso e manejo dos peixes ali pescados, se faz uma realidade a ser enfrentada, tendo em vista a implantação de um banco de dados que podem subsidiar a construção de planejamento de desenvolvimento sustentável naquela comunidade. O presente artigo tem como objetivo identificar a percepção dos moradores da comunidade ribeirinha da Ilha de Nossa Senhora em Juazeiro/BA, sobre as questões socioambientais relativas à pesca e o ambiente em que a mesma está inserida, na perspectiva da Ecologia Humana, retratando a história da ilha e dos seus habitantes ao longo da escala do tempo.

INVISIBILIDADE DOS RIBEIRINHOS

Com uma população formada em sua maioria por descendentes de índios e negros escravizados, a comunidade tradicional ribeirinha da ilha de Nossa Senhora se estabeleceu desde o seu povoamento no Brasil Império até os atuais dias, sofrendo modificações em sua miscigenação com o incremento da diversidade étnica do nosso país. Paradoxalmente observa-se que apesar da importância na produção agrícola, no cultivo de mangas, cajus e hortaliças de forma orgânica, da pesca artesanal ali

desenvolvida, da sua religiosidade na tradição histórica dos congos, da sua beleza e importância socioambiental, a comunidade ribeirinha da ilha de Nossa Senhora passa invisível ao longo do tempo, assim como o conhecimento ecológico tradicional e a sua história.

Para além das questões ecológicas ambientais, que impactam a vida das comunidades ribeirinhas do São Francisco, de modo singular verificadas também na comunidade de pescadores artesanais da ilha de Nossa Senhora, é preciso ressaltar a condição humana dentro daquele território, como nos aponta Marques (2014),

A ecologia tradicional, ao se preocupar com os aspectos físicos e bio-químicos da natureza, solidificando uma ecologia dos bichos e outra ecologia das plantas, deixou de fora um grupo-chave para o entendimento das dinâmicas dos ecossistemas: a espécie humana, objeto-sujeito da Ecologia Humana. A Ecologia Humana é uma ecologia que coloca gente nos ecossistemas, e estuda suas relações e consequências.

Dentro dessa premissa, ressaltamos as contribuições de Almeida (2014), quando nos aponta que, “a classificação de povos e comunidades tradicionais na região do São Francisco diz para uma realidade construída pelos agentes sociais, a natureza social.” Para Pires e Craveiro (2014), as questões da sustentabilidade e o papel da ciência adquirem uma crescente visibilidade pública, face à emergência de novos riscos e à urgência de intervenções mitigadoras ou adaptativas para a salvaguarda do bem-estar e da segurança das comunidades humanas. Pode argumentar-se que cada povo estaria adaptado a viver no seu ambiente próprio, tendo desenvolvido, historicamente, os laços instrumentais e culturais resultantes dessa adaptação.

Os contributos da ecologia humana resultam numa governação sustentável, no desenvolvimento de metodologias que valorizam a relação entre diversos saberes e o esclarecimento dos interesses sociais envolvidos nos processos de decisão e de mediação ambiental (PIRES; CRAVEIRO, 2014).

O espaço de fala, a representatividade social, a crença, o conhecimento ecológico tradicional, o seu espaço de ação e relação, determina a sua existência. A comunidade ribeirinha da ilha de Nossa Senhora existe, ela age, interage, pensa, sente, produz, impacta e é impactada. O olhar ecológico, tão somente para os aspectos da pesca, do ambiente da pesca, sem considerar o pescador artesanal, os aspectos socioambientais, socioculturais, históricos que o fazem pescador, colabora na reprodução de um sistema que vem desestruturando as comunidades tradicionais. Leonardo Boff em seu livro: *Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra* (1999), já nos alerta sobre as questões socioambientais, socioculturais, mas sobretudo das questões humanas na discussão ambiental, quando nos diz:

Tudo o que existe e vive precisa ser cuidado para continuar a existir e a viver – uma planta, um animal, uma criança, um idoso, o planeta Terra, a essência do ser humano reside no cuidado. O cuidado é mais fundamental do que a razão e a vontade. A ótica do cuidado funda uma nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes fundamentais para a fase planetária da humanidade (BOFF, 1999).

Faz-se necessário olhar para a comunidade, discutir as questões que envolvem a comunidade, pela comunidade. Para tanto, a Ecologia Humana já nos subsidia com os seus pressupostos, o elemento humano nos ecossistemas.

METODOLOGIA

Área de estudo

A pesquisa foi realizada na comunidade ribeirinha de pescadores tradicionais da Ilha de Nossa Senhora, na região do Submedio São Francisco, estado da Bahia (Figura 01), entre os meses de Fevereiro de 2017 a Fevereiro de 2018.

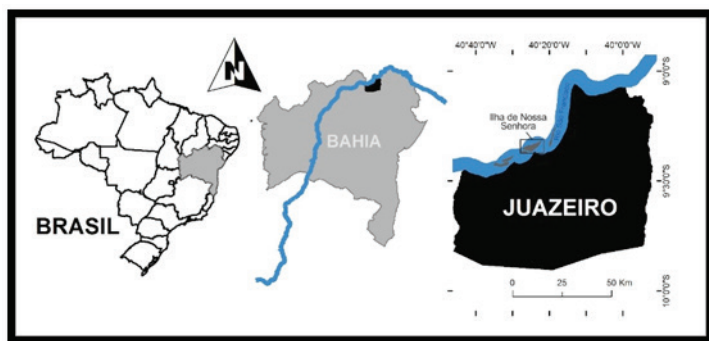


Figura 1: Localização do município de Juazeiro-BA, região do Submédio São Francisco, semiárido do Nordeste brasileiro. Fonte: Acervo dos autores (2018)

Coleta de dados

Os métodos de coleta de dados envolveram entrevistas e conversas informais (HUNTINGTON, 2000) com pescadores tradicionais da comunidade de pescadores tradicionais da Ilha de Nossa senhora. Para seleção dos entrevistados, a amostragem foi do tipo não-probabilística intencional na qual foram pré-definidos os entrevistados (ALBUQUERQUE *et al.*, 2014), através da técnica bola de neve (BAILEY, 1994). Foram entrevistados, 09 pescadores e pescadoras artesanais, moradores da comunidade, com idade igual ou superior a 18 anos. Informações sobre o conhecimento ecológico tradicional, aspectos socioambientais e socioculturais retratando a história da ilha e dos seus habitantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De local de travessia a passagem para o outro lado do rio, denominado de passagem do Juazeiro, lá pelos anos de 1595, a paisagem natural da ilha sofreu grandes alterações, atualmente observa-se uma grande área desmatada para o cultivo agrícola e criação de rebanhos de caprinos e ovinos, assim como, há importante perda da mata nativa, para o cultivo agrícola sobretudo no lado voltado para a margem esquerda do rio, entretanto, as condições de vida dos seus ribeirinhos, permanecem inalteradas.

A ausência de equipamentos públicos como escolas, posto de saúde, tratamento de água e esgoto, coleta de lixo e porto de embarque/desembarque, são evidenciados e dificultam a vida de quem mora ou trabalha na ilha.

Outros aspectos a serem considerados, são os fatores socioeconômicos. Com o incremento da agricultura irrigada, são cultivadas na ilha, manga, caju, mandioca, e hortaliças, boa parte da produção é vendida nas feiras e mercados municipais da cidade de Juazeiro/BA, no entanto em época de safra, pela dificuldade de escoamento da produção e falta de assistência técnica, aos produtores locais, há muito desperdício de frutas in natura.

De modo semelhante a comunidade não possui cooperativa de produtores e ou pescadores locais, também não há associação de moradores, culminado com perda da produção agrícola, por não haver suporte técnico e administrativo para orientar o aproveitamento ou beneficiamento dos produtos ou subprodutos sem comercialização.

Muito embora não esteja em análise, a questão fundiária dos habitantes da ilha, há uma inquietude dos mesmos, considerando que as terras de ilhas, *a priori* são propriedades da união. De acordo os moradores locais, todos possuem título de compra e venda e já moram em suas propriedades há mais de 30 anos, sendo as terras naturalmente repassadas de pais a filhos ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de tamanha importância do Rio São Francisco no imenso e complexo contexto ambiental, social, econômico e histórico, é notável a sua crescente degradação em paralelo de suas comunidades ribeirinhas, sobretudo, as comunidades e povos tradicionais.

Ações antrópicas sufocam e exaurem o rio e com isso, sucumbem milhões de pessoas. Há neste contexto, uma intrínseca e complexa associação e interação, que precisa ser visualizada e considerada nos projetos/programas de gestão socioambiental deste imenso ecossistema humano, o rio São Francisco, o ser humano, suas ações, relações e interações. Ser que pensa, age, sente, impactado e impactante, que precisa sobretudo, ser percebido e inserido no ambiente.

A inobservância de políticas públicas de gestão administrativa local, refletem o abandono no qual a comunidade encontra-se, pela to-

tal ausência de serviços públicos como água potável, atracadouro, escola, posto de saúde, coleta de lixo, apoio e incentivo à produção agrícola e atividade pesqueira.

A invisibilidade visível sob o ponto de vista social, ambiental e histórico cultural da comunidade ribeirinha de pescadores artesanais da ilha de Nossa Senhora os remetem à própria sorte, suscitando da sociedade ações mitigadoras em prol da permanência desta.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino, et al. **Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. New York: Springer, 2014..

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Ecologia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. In: MARQUES, Juracy (Org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: EDUEFS, p. 175-206, 2014.

BAILEY, Kenneth D. **Methods of social research**. New York: The Free Press, 1994.

BOFF, LEONARDO, **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GODINHO, Alexandre Lima; GODINHO, Hugo Pereira. Breve visão do São Francisco. **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 468, p. 15-23, 2003.

HUNTINGTON, Henry P. Using Traditional Ecological Knowledge in Science: Methods and Applications. **Ecological Applications**, v. 10, n. 5, p. 1270-1274, 2000.

MARQUES, José Geraldo W. Etnoictiologia: Pescando Pescadores nas Águas da Transdisciplinaridade. **Ouricuri**, 2(2), p.9-36. 2012..

MARQUES, Juracy. Ecologias Humanas no Brasil. In: MARQUES, Juracy (Org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: EDUEFS, p. 175-206, 2014.

NOGUEIRA, Eliane Maria de Souza; PEREIRA DE SÁ, Maria de Fátima (Org.). **A pesca artesanal no baixo São Francisco: Atores, Recursos, Conflitos**. 1. ed. Petrolina PE: SABEH, 2015. 220 p. v. único.

PIRES, Iva Miranda, CRAVEIRO. João Lutas Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre a Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais. In: MARQUES, Juracy (Org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: EDUEFS, p. 175-206, 2014.

SANTOS, Carlos Alberto Batista; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. Ethnoichthyology of the indigenous Truká people, Northeast Brazil. **Journal of ethnobiology and ethnomedicine**, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2016.

SILVA, Vera Lucia & LEITÃO, Maria do Rosário da Fatima Andrade. **A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional dos pescadores**. In: 17. Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 2012. Anais... 2012.

OS QUILOMBOS COMO NOVOS NOMOS DA TERRA

Luis Eduardo Gomes do Nascimento

E-mail: luislobo7@gmail.com

INTRODUÇÃO

A compreensão de um fenômeno implica na necessidade de articulá-lo com a rede de condições que garantam sua inteligibilidade adequada. As formações quilombolas até então foram estudadas de forma reducionista, elegendo-se sempre um ponto específico, olvidando-se a totalidade concreta na qual estas formações aparecem.

Em 1942, com a descoberta da América, constitui-se um sistema-mundo no qual a Europa é o centro e a África, a Ásia e a América Latina representam a periferia. A dinâmica centro-periferia estrutura-se na primazia de um modo de produção, de uma forma de poder específica e ideologia. Na modernidade periférica, o projeto da modernidade apresenta como seu aspecto sombrio a escravidão e o racismo.

A América Latina, ao ser capturada nas malhas afanosas do anseio de expansão dos países europeus, contribuiu decisivamente para a entronização da Europa como centro do sistema-mundo. Discutiu-se, pois, se a Europa em determinado momento de seu desenvolvimento desenvolveu potencialidades em estado de crisálida ou somente com a colonização de outros espaços como a América Latina, chegou a se constituir como epicentro econômico, social e político do sistema-mundo.

A partir dessa articulação, colima-se visualizar que padrão de poder se estabelece na América Latina. Faz-se uma genealogia das teorias políticas e filosóficas desenvolvidas na Europa com o escopo de por em questão se essas concepções são idôneas à compreensão da singularidade do padrão de poder gestado no processo de colonização. A teoria do estado de exceção, a do biopoder e a das formas terror são submetidas a uma pormenorizada análise.

Nessa senda, apetece-se auscultar se há certa continuidade entre as formas de poder produzidas na América, sobretudo no sistema de plantação, com as formas disciplinares do poder que emergiram na Europa no século XVIII; inquire-se se o sistema de plantação funciona como ensaio das formas de poder disciplinar enquanto operação do detalhe, que submete os corpos a um saber-poder voltado a extração de mais-trabalho.

Empreendeu-se uma inflexão teórica consistente em visar o sistema-mundo incluindo a descoberta da América Latina como fato constitutivo da Modernidade, exigindo-se um giro decolonial. A inserção da América Latina no sistema-mundo visa a desnudar as contradições nos quais a Europa se enreda: se, internamente, a Europa constitui a teoria do poder limitado; externamente, concebe a teoria dos espaços jurídicos vazios, justificando toda sorte de violência.

METODOLOGIA

As análises das formações dos quilombos padecem de um problema metodológico grave, pois, recortam o fenômeno da totalidade na qual se insere, com a ocultação das coordenadas que permitiriam uma percepção correta destas formações comunitárias. A maioria dos trabalhos seleciona um aspecto isolado e estanque sem sequer associá-lo ao mundo circundante. Essa perspectiva funciona como obstáculo à compreensão.

Diante disso, através do método dialético estrutural, buscou-se uma compreensão da América Latina de forma articulada com a expansão colonialista da Europa. A expansão dos países europeus engajou novas conformações político-jurídicas, emergindo como crucial a questão da ocupação dos territórios ‘descobertos’ e da justificação da conquista. A justificação da conquista e a tomada das terras dos povos autóctones não se dão sem a construção de uma forma de poder específica, qual seja: a colonialidade de poder. À constituição da Europa como centro decorre da captura da América Latina como modernidade periférica.

Neste contexto, é que se aventa a emergência de um novo padrão de poder que se ramifica e se desdobra no plano econômico, político e ideológico. A colonialidade de poder enquanto forma de classificação dos

seres humanos com base na ideia de raça não é apenas um mecanismo ideológico, mas penetra nas estruturas econômicas, com formas de exploração mais intensas, bem como formas políticas de restrição da cidadania e da participação social. A colonialidade alia modos de produções arcaicos a formas deterioradas de política com o objetivo de evitar e de impedir o questionamento da distribuição colonial de bens.

Aventou-se que a colonialidade funciona como estrutura que se sobredetermina sobre os demais campos, à maneira da substância em Espinosa: a substância que se manifesta nos mais variados modos. Por isso, buscou-se superar a visão linear causal que marca o marxismo vulgar. Daí a necessidade de fazer uma genealogia da noção de estrutura como forma, passando pela linguística e antropologia. A forma enquanto relação entre termos cujo movimento a despeito de ser determinado pela dinâmica das forças em questão tem certa regularidade analógica.

A colonialidade cria um espaço compartimentado, perpassado por hierarquias que se patenteiam a partir de um poder ostensivo expresso em nua e crua violência. A colonialidade, pois, não se reduz a classificação social, comportando uma materialidade, trespassando as instituições, estatuinto modos de ser, fazer e pensar.

A colonialidade marca o próprio modo de produção capitalista. Assim, a colonialidade, racismo e capitalismo configuram uma relação intrínseca a ser devidamente articulada.

APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISES

Cardoso (2004, p. 54) defende a tese da existência do que chama “brecha camponesa”. A brecha camponesa se dá de duas formas: a) a economia de subsistência dos quilombos; e b) a concessão de pequenos lotes de terra aos escravos não domésticos.

Em nossa opinião, uma estrutura camponesa se define, do ponto de vista econômico, por quatro características, sobretudo: 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominante familiar- o que não exclui, em certos casos e circunstâncias, o recurso a uma força de trabalho adicional externa ao núcleo familiar; 3) economia fundamentalmente de auto-subsistência,

sem excluir por isto a vinculação (eventual ou permanente) ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que plantar e quando, de que maneira, sobre a disposição dos excedentes eventuais etc. (CARDOSO, 2004, p. 56-57).

O autor vislumbra a presença regular dessa estrutura camponesa no Brasil. A concessão de uma porção de terra para o cultivo em tempo livre aos escravos não- domésticos, cujo excedente poderia ser comercializado, seria, para o autor, algo muito regular. A regularidade não é de tamanha dimensão de forma a pôr em questão a existência de um modo de produção escravista, mas, segundo Cardoso, permite aventar a hipótese de um modo de produção complementar ao modo de produção colonial escravista.

A hipótese de Cardoso parece ignorar que o modo de produção escravista colonial em determinado momento assume uma forma específica de regulação da força de trabalho em que se gestam as formas disciplinares que irão caracterizar o século XVIII conforme as análises de Foucault. O sistema escravista das plantações é a incubadora do biopoder.

A brecha camponesa então não ganha a configuração de modo de produção autônomo ou complementar ao modo de produção capitalista, mas tão somente se insere como uma técnica de incrementar a produtividade do escravo. A forma abusiva com que normalmente se dá a relação senhor/escravo torna-se custosa. Daí que a concessão de porção de terra e de parte de tempo livre se insere dentro da lógica de racionalização do modo de produção colonial.

A hipótese de Cardoso (2004) opera um corte no real de forma a destacar o elemento existente brecha camponesa, conferindo-lhe uma autonomia exagerada, olvidando justamente a articulação que a prática de concessão de porção de terras para escravos tem com a totalidade concreta. Portanto, é fundamental fazer uma digressão acerca do método dialético para uma visão mais adequada do problema.

Rechaçando essa tese, os quilombos passam a ser vistos como forma de subtração à forma-valor do capitalismo. Os quilombos são nomos decoloniais. A ideia de nomos significa a tomada originária da terra. Envolve o binômio território-ordenação. Os quilombos constituem um novo território e uma nova ordenação. Implica a construção de forma comunitária em que o trabalho imediato é retomado para além da forma-valor.

CONCLUSÃO

A junção entre reflexão histórica e síntese filosófica permitiu estabelecer as coordenadas espaço-temporais nas quais a modernidade periférica emerge. A expansão dos países europeus significou a construção de um novo padrão de poder, a saber: a colonialidade. Não podendo ser reduzida ao plano ideológico, apresenta pesada materialidade, constituindo elemento central do modo de produção, fazendo a fusão entre questão racial e a questão proletária. O racismo é apenas uma derivação da colonialidade entranhada no modo de produção capitalista. A extração de mais-valia depende do que Mbembe chama de estrutura negra do mundo, isto é, a autovalorização do capital depende, sempre, de subsídios raciais.

Na modernidade periférica, não imperou um modo de produção feudal, mas desde sempre capitalista. O escravismo colonial não é um apêndice muito menos uma forma de produção insulada, mas constitui, se tivermos como referência o sistema-mundo, um elemento central da acumulação primitiva do capital. A acumulação primitiva do capital não se fez sem a subsunção da escravidão. Como salientou Rosa de Luxemburgo, não existiria indústria têxtil inglesa sem as mãos negras escravizadas do sul dos Estados Unidos.

A colonialidade compartimenta o espaço, grava os seres de acordo com a cor da pele, submete-os a uma exclusão perversa e não demonstra racionalidade: é um exercício de poder no estado bruto. Engendra, pois, formas de poder em que se verifica uma mistura sombria de poder disciplinar, estado de exceção e terror. É dentro deste contexto de uma forma valor, voltada a extração de mais-valia, e formas violentas de poderem que devem ser divisadas as lutas de resistência negra, tendo as formações quilombolas um papel central.

Na forma-valor em que o negro é subsumido como fonte inexaurível de mais-trabalho, emerge uma 'racionalidade' maior consistente na possibilidade de conceder aos negros porção de terras para ao cultivo -brecha camponesa- e com possibilidade de por no mercado os excedentes; 'racionalidade' meramente com vistas a repor as forças do negro para extrair mais-trabalho com maior eficiência. Alguns autores chegaram a enfatizar que a constância da brecha camponesa poderia por em dúvida

até a existência da escravidão nos moldes tradicionais. Como vimos, a brecha camponesa nada mais foi do que um mecanismo utilitário, baseado na equação custo-benefício. Exsurge como mecanismo de tornar a escravidão mais ‘racional’ no sentido de permitir extrair mais-trabalho com o menor custo possível.

A perversidade da subsunção do negro na forma-valor desencadeia formas de resistências, quais sejam: a revolta organizada; a insurreição armada; e os quilombos. Para compreender qual a singularidade dos quilombos, usamos a categoria de nomos, dando-a uma conformação decolonial.

Ao sentido predominante de nomos como uma norma geral e abstrata se sucede um sentido originário: nomos como a tomada de posse de terra, como ato originário de criação de um novo território e uma nova ordenação. Em Schmitt, a noção tem um sentido eurocêntrico, articulado à expansão dos povos europeus e à expropriação dos povos da Ásia, África e América Latina. Opera-se aqui uma torção hermenêutica, dando ao termo uma conotação decolonial, demonstrando a emergência de nomos vinculados ao processo de emancipação.

Os quilombos constituem a expressão de um novo território e uma nova ordenação; constitui uma forma comunitária em que vige o trabalho imediato, isto é, as condições de produção da vida é imediatamente comunitária, numa reapropriação da liberdade enquanto possibilidade de objetivação do ser genérico. Liberdade que sai da forma hipostasia de fazer o que a lei permite para ser a produção da potência.

O resgate das formações quilombolas, para além do simbolismo, implica a projeção de novas possibilidades da comunidade que vem, a comunidade por vir.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PARICONHA E ÁGUA BRANCA – AL

Wilma Amâncio da Silva

E-mail: mmima13@hotmail.com

Feliciano de Mira (Orientador)

E-mail: felicianomira@hotmail.com

Este estudo evidencia sobre as principais dificuldades enfrentadas por quilombolas do Alto Sertão de Alagoas em relação aos modos de produção, acesso ao alimento, bem como acerca das contribuições da agricultura familiar para a Segurança Alimentar e Nutricional desses povos, apresentadas na dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental. A agricultura familiar ao longo da história da humanidade sempre representou uma importante atividade de subsistência e domínio sobre a natureza. Integra-se nesses termos, a qualidade dos alimentos, sua produção em relação às condições ambientais, sob a perspectiva de sustentabilidade e promoção do bem-estar social, pressupondo a concretização do direito humano à alimentação adequada. Nessa perspectiva, a segurança alimentar e nutricional consiste em um direito destinado a todos, permitindo o acesso contínuo e permanente a alimentos de qualidade, bem como em quantidade satisfatória, não afetando o acesso a outras necessidades essenciais, baseia-se em práticas alimentares saudáveis que respeitam os aspectos culturais, econômicos e que promovam a sustentabilidade (LOSAN, 2006).

INTRODUÇÃO

As problemáticas em relação aos modos de produção e acesso ao alimento expostos nas comunidades remanescentes quilombolas Malhada Vermelha no município de Pariconha e nas comunidades Moreira de Baixo e Cal no município de Água Branca/AL apresentam elementos determinantes para o desenvolvimento da investigação acerca da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional, pois as formas de subsistência, de cooperação no seio da sua cultura, do seu modo de vida, bem como a sua manutenção são essencialmente significativas dentro das comunidades supracitadas. Porém, a ausência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar relaciona-se à realidade dessas comunidades quilombolas, as quais vivem em condições restritas de recursos financeiros para investir nas atividades agrícolas, conseqüentemente interfere na aquisição de alimentos. A partir dessa perspectiva, investigou-se sobre os benefícios da agricultura familiar para oportunizar a segurança alimentar e nutricional, partindo das seguintes variáveis: A Agricultura Familiar, Alimentação, Comunidade e Poder Público.

Torna-se urgente a garantia incondicional do direito humano à alimentação, para que as populações sejam isentas da fome, oportunizando uma vida saudável. O padrão alimentar da população brasileira que se distancia dos termos culturais e de sustentabilidade tem aumentado os problemas de saúde. Sobretudo, o alimento é um recurso natural essencial à sobrevivência de todas as populações humanas, merecendo a atenção dos pesquisadores da Ecologia Humana (KORMONDY; BROWN, 2002).

Destarte, o objetivo geral do presente trabalho é investigar sobre os aspectos da agricultura familiar que contribuem para a Segurança Alimentar e Nutricional nas comunidades quilombolas de Pariconha e Água Branca/Alagoas. Os objetivos específicos consistem em identificar na agricultura familiar os aspectos que oportunizam a Segurança Alimentar e Nutricional dos remanescentes quilombolas; reconhecer as políticas sociais voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional; caracterizar o modo de vida das comunidades quilombolas e suas relações referentes ao acesso ao alimento, às práticas alimentares, as formas de produtividade e sustentabilidade.

Os fundamentos teóricos deste estudo traduzem as bases conceituais da Agricultura Familiar seus aspectos históricos, as novas concepções da Agricultura Familiar no Brasil, no Estado de Alagoas e discussões acerca das políticas públicas, cujos teóricos estão presentes: Wanderley (1999), Mira (2014), Abramovay (2007), Picolotto (2014), Miralha (2006), Mattei (2014), Lima (2014), Rubelo (2004) Altieri (2004), Schneider (2006), Plein (2010), etc. As principais teorias e conceitos da Segurança Alimentar são apresentados, concomitante às abordagens históricas da Segurança Alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) baseados nos seguintes teóricos: Prado (2009), Valente (2002), Maníglia (2009), Vendramini et al. (2012), Maluf (2006), Burity et al. (2010), Conti (2009), Belik (2003), Nascimento; Andrade, (2010), IPEA (2014), Filho (2003), Benevides (2009) etc.

As temáticas sobre os quilombolas estabeleceram aspectos conceituais, a história dos quilombos no Brasil até a atualidade estão fundamentados a partir dos autores: Anjos (2014), Haerter *et al.* (2013), Guillen (2001), Gomes (2015), Silva; Melo (2011), Souza (2008), Schmitt *et al.* (2002), Carvalho e Lima (2013), Silva; Silva (2014), Carneiro (2011), Souza (2008), Palmares (2017), Lindoso (2011), Berutti; Lisboa; Santos (2012), Freitas (1982), Carvalho (2015), Silva; Melo (2011) e Vieira *et al.* (2013). Na metodologia de pesquisa, a análise desse estudo é fundamentada a partir dos autores: Bardin (1977), Quivy e Campenhoudt e Mira (2016) e sua Tricotomia 3i.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Historicamente, a agricultura familiar sempre se destacou na produção de alimentos e abastecimento, evidenciando a cooperação familiar como imprescindível em todo o processo, os membros da família são fundamentais participantes da construção de uma categoria que produz riqueza ao país. Conforme os dados da EMBRAPA (2014), a agricultura foi a temática essencial estabelecida pela ONU (Organização das Nações Unidas) com o total de 4,3 milhões de unidades de produção, contendo 14 milhões de pessoas ocupadas, compreendendo o total de 25% da área total brasilei-

ra investidas com a agricultura, beneficiando principalmente as populações urbanas e locais, garantindo a segurança alimentar e nutricional.

Os estabelecimentos característicos como familiar no Brasil apresentam quantidade superior em relação aos estabelecimentos não familiares destinados à produção de grande escala, porém, mostram que a área total da agricultura familiar é pequena de apenas 24% comparando-se com a grande extensão de área da Agricultura não familiar que é de 76%. Mas as condições dos produtores relacionadas às terras são diversas dos 4,3 milhões de estabelecimentos familiares, 3,2 milhões de agricultores tem acesso à terra como proprietários, compreendendo 74,7% dos estabelecimentos de agricultores familiares, onde abrangem uma área de 87,7 (FRANÇA, 2009, p. 29).

Contudo, os agricultores familiares desenvolveram um sistema produtivo que expressa variadas relações com características da agricultura sustentável. Para Mira (2014) as possibilidades destinadas a sua realização passam por uma classificação produtiva que satisfaça as necessidades da geração vigente, sem afetar as gerações futuras e permita que os indivíduos hoje e futuramente, ascendam a um nível satisfatório de realização pessoal e social. A agricultura familiar exerce um papel importante devido à sua experiência no combate à fome, de garantia relacionada à Segurança Alimentar e Nutricional, diminuindo a pobreza e desigualdades sociais, visto que o Brasil é uma referência internacional.

Nesse contexto, é essencial elaborar estratégias de erradicação das dificuldades existentes na agricultura com a aplicação de políticas públicas. A agricultura familiar pode contribuir com o desenvolvimento dos aspectos econômicos, sociais e promover a preservação do meio ambiente.

A RELEVÂNCIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional apresenta relação direta com o desenvolvimento agrícola familiar, principalmente nas formas de produção, acesso aos alimentos, enfocando a soberania alimentar. Os principais aspectos da segurança alimentar ressignificam-se em políticas

públicas referentes à alimentação, à capacidade de produção da agricultura e aspectos sociais.

A segurança alimentar originou-se na Europa no início do século XX, estabelecendo que cada país produziria sua própria alimentação para diminuir consideravelmente a vulnerabilidade das adversas situações que possam causar risco à soberania nacional. O problema da fome que atingia uma boa parcela da população modificou o conceito de segurança alimentar acrescentando o acesso ao alimento, à redistribuição de renda e de bens materiais, depois incorporaram discussões sobre equidade social, justiça, relações éticas e modos de vida sustentáveis (PRADO, 2009).

E o conceito de Segurança Alimentar surge através das discussões no período da I Grande Guerra conforme a competência apresentada por cada nação priorizando a produção de alimentação para evitar a vulnerabilidade, bem como a interferência política e Militar. Além disso, o conceito de segurança alimentar integrou-se na década de 80 a garantia ao acesso constante e suficientemente ao alimento para viver de forma saudável, tornando-se necessário criar estratégias capazes de favorecer a população mais pobre o acesso aos alimentos e diminuição da pobreza (VALENTE, 2002, p. 111-112).

Mas, a falta de acesso ao alimento foi o principal motivo que ocasionou o problema relacionado à fome e desnutrição no mundo, dando origem a objetivos que na década de 1990 ampliaram o conceito de segurança alimentar em termo de qualidade relacionados à assuntos nutricionais, biológicos, culturais e sanitários voltados aos alimentos, igualdade social justiça e relações éticas entre as gerações, principalmente referentes ao uso de maneira sustentável dos recursos naturais (VENDRAMINI *et al.*, 2012). Porém, durante a Cúpula Mundial da alimentação em Roma (1996) construíram o relevante conceito de Segurança Alimentar e Nutricional em direito humano para a garantia e obrigatoriedade do Estado. Houve a integração de duas dimensões a esse conceito, a alimentar e nutricional, a disponibilidade é retratada na dimensão alimentar na qual consiste em aspectos inerentes à produção, transporte, distribuição, comercialização e acesso aos alimentos; a segunda reflete a seleção dos alimentos, o preparo, o consumo em relação à saúde (MALUF, 2006). Os

conceitos supracitados levam à compreensão da temática de estudo como proposta de direito que se constituiu ao longo da história de luta contra a fome.

ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa realizou-se no município de Pariconha – Alagoas, localizado a 320 km da capital, no Alto Sertão alagoano, com área de 260,858 km² e densidade de 39,70 hab./Km². Possui uma população de aproximadamente 10.674 habitantes, dos quais mais 70% residem na zona rural e 30% na zona urbana (IBGE, 2016). E na cidade de Água Branca, localizada na Microrregião Geográfica Serrana do Sertão, apresenta uma área de 454,622 km², distante 304 km da capital, densidade de 42,62 hab./Km² com população estimada em 2016 de 20.422 habitantes (IBGE, 2016).

Além disso, o município de Pariconha possui três etnias indígenas: Jeripankó, Katoquim e Karuazu, e três quilombolas: Burnio, Malhada Vermelha, e Melancias. A renda predominante provém da Agricultura Familiar que gira em torno de um salário mínimo (MENDONÇA, 2012). Em Água Branca há cinco comunidades remanescentes quilombolas: Lagoa das Pedras, Cal, Moreira de Baixo, Serra das Viúvas e Barro Preto. As Comunidades Remanescentes Quilombolas Moreira de Baixo e Cal foram participantes desse estudo, partindo da investigação referente aos principais aspectos da agricultura familiar para a produção de alimentos e sua relevância na promoção da segurança alimentar e nutricional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Participaram desse processo 24 entrevistados, cuja faixa etária variava entre 21 e 78 anos de idade. As hipóteses desse estudo incluem: A agricultura familiar, fonte de subsistência dessas comunidades é insuficiente para garantir a segurança alimentar e nutricional. Existe uma quantidade insuficiente de ações públicas desenvolvidas pelo Estado, principalmente voltadas à agricultura familiar para a segurança alimentar dos quilombolas.

A coleta de dados iniciou com a pesquisa bibliográfica, seguindo com a utilização das técnicas de visitação, observações, entrevistas semiestruturadas e levantamentos dos fatos históricos, culturais e sociais dos grupos. Através da técnica de amostragem não representativa da população. Além disso, desenvolveu-se a análise quali-quantitativa das entrevistas, interpretadas através do método análise de conteúdo fundamentado nas teorias de Bardin (1977) e tricotomia 3i de Mira (2016).

RESULTADOS

Na história brasileira, os negros viveram a desumanização como consequência das circunstâncias econômicas, políticas e culturais dominantes, alguns resquícios dessa realidade se estendem aos dias atuais, através da marginalização e das desigualdades sociais. São tentativas de descaracterização cultural como forma de domínio. A pobreza nas comunidades quilombolas atualmente é consequência do processo histórico marcado pela escravidão refletido nos espaços rurais.

A partir da pesquisa de campo constatou-se que as comunidades supracitadas necessitam da inclusão de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, assistindo às famílias que dispõem de poucos recursos financeiros para o acesso à alimentação adequada. Torna-se urgente oportunizar condições de enfrentamento dos problemas decorrentes da escassez de chuva que dificultam a produção de alimentos e consequentemente a segurança alimentar desses indivíduos. A agricultura familiar representa a base de subsistência familiar das comunidades remanescentes quilombolas invisibilizadas socialmente, necessitando de políticas públicas que atendam às especificidades locais. Entretanto, as características peculiares da agricultura nesse âmbito apresentam os modos de produção que conservam ao longo da história as tradições culturais de seus antepassados.

Nos dias atuais, a atividade agrícola desenvolvida é insuficiente para a subsistência dos agricultores, os quais procuram outras funções para a aquisição de renda familiar. Para Picolotto (2014) a invisibilidade social, política e econômica da agricultura familiar e a marginalização são consequências do domínio da agricultura de exportação por ser social-

mente reconhecida, reflete na vida do trabalhador rural que não dispõe de oportunidade para desempenhar suas atividades, dificultando a produção e acesso aos alimentos.

Nessa perspectiva, os alimentos apresentam uma simbologia com características ancestrais, significados e relevância na comunidade. Muitas famílias, mesmo cercadas por dificuldades, conseguem produzir variados alimentos, porém são vítimas da restrição de direitos. Pois, em determinados casos, gestores municipais não oportunizaram assistência às famílias quilombolas que vivem em vulnerabilidade, sem recursos financeiros para desenvolver atividades agrícolas e manutenção do lar. Alguns programas como Bolsa Família, a Merenda escolar (PNAE) atendem às comunidades, porém um importante programa de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) é inacessível aos agricultores familiares.

Portanto, algumas medidas são necessárias para melhorar a qualidade de vida dos quilombolas do Alto Sertão de Alagoas que apresentam características socioeconômicas semelhantes. O poder público, juntamente com a sociedade, não devem medir esforços para encontrar alternativas que proporcionem o bem-estar social, através da formação dos grupos vulneráveis e concretização de direitos.

CONCLUSÃO

A agricultura familiar representa a base de subsistência familiar nas comunidades pesquisadas, porém vive na invisibilidade social, pela carência de políticas públicas que atendam às especificidades. Uma das características da agricultura nessas comunidades é a conservação das tradições culturais em relação aos modos de produção. Muitos quilombolas sobreviviam unicamente dos alimentos produzidos, mas a produção é insuficiente para garantir o acesso à alimentação adequada e comercialização, em consequência da escassez de chuva, as lavouras ficam comprometidas, pois a água existente está disponível apenas para o consumo das famílias.

Nesses aspectos, a agricultura familiar é essencial para a sociedade no Brasil e global, apresenta relevância voltada à preservação do patrimônio natural, ao alimento e às questões de segurança alimentar, contri-

buindo na construção do futuro e equidade social, os principais desafios estão relacionados aos de modos de produção, que não sejam capazes de afetar o meio ambiente, mas valorize o homem, seus espaços, transmitindo suas experiências de relação com a terra e a água, podendo expandir seu conhecimento para atrair aliados e conversar com as diversas instituições (WANDERLEY, 2009, p. 43-44).

As condições socioeconômicas das comunidades pesquisadas são diferentes, com características peculiares, porém a comunidade Malhada Vermelha é a mais afetada pelo descaso e indisponibilidade de recursos financeiros, moradia adequada, saneamento básico e acesso ao alimento de forma satisfatória. Além disso, a infraestrutura dos três povoados apresenta precariedade. Nessa perspectiva, não se evidenciaram variadas políticas e ações do governo para amenizar a problemática que acomete a vida dos agricultores quilombolas, visto que há urgência em proporcionar mecanismos de garantia do direito à alimentação adequada.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Lourence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.
- EMBRAPA, Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária. **Ministério da agricultura, Pecuária e abastecimento**, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/> acesso em 20 dez. 2014.
- FRANÇA, Caio Galvão de Del; GROSSI, Mouro Eduardo. MARQUES, Vicente P.M. de Azevedo. **O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.
- IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário 2006. https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm. Acesso em 21 mai. 2016.
- KORMONDY, Edward J; BROWN e Daniel E. **Ecologia Humana**. São Paulo: Atheneu Editora, 2002.
- LOSAN, **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. CONSEA, 2006.
- MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro. **Enciclopédia Municípios de Alagoas**: Instituto Arnon de Mello. Leonardo Simões: coordenador Geral. Maceió: Núcleo de projetos Especiais, 2012, p. 576.
- MIRA, Feliciano José Borralho de. As cores da Economia e o Desenvolvimento Sustentável. In: MARQUES, Juracy (org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana-BA: UEFS, 2014. **462 p. il.**
- _____. **Metáforas para novos mundos: Os desafios conceituais**, 2016. (work-paper).
- MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e Fome no Brasil - 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação**. CERESAN, Rio de Janeiro, 2006.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Os atores da Construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 52 sup.1. Brasília: 2014.

PRADO, Shirley Donizete *et al.* A pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil de 2000 a 2005: tendências e desafios. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2009, v.15, n.1, p.7 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000100002>.

QUIVY, Raymond; CHAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito Humano à Alimentação**: Desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

VENDRAMINI, Ana Lúcia do Amaral; OLIVEIRA, José Carlos de; CAMPI, Maria Aparecida. **Segurança Alimentar**: Conceito, Parâmetros e História. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidade. Niterói-RJ: Aninter, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

SEÇÃO 3

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL



CRIANÇA E NATUREZA: REPRESENTAÇÕES ECOSSOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Daniela Santos Silva

E-mail: sdan.santos@gmail.com

Juracy Marques dos Santos (Orientador)

E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

A infância marca a trajetória inicial do desenvolvimento humano. As linguagens das representações infantis apresentam um conteúdo semiótico, construído através das interações socioambientais, das relações e reflexões do ser vivente. Este estudo tem como objetivo investigar as Representações Sociais da Natureza, analisando a compreensão desse conhecimento construído pelas crianças no ambiente escolar. A presente pesquisa é de cunho qualiquantitativo, embasada em análises-descritivas das Representações Sociais e conteúdo das entrevistas e observações. A metodologia foi desenvolvida através de observações participantes, anotações, oficinas de desenho e entrevistas semiestruturadas. A educação é uma dimensão significativa na Ecologia Humana, à análise dos dados evidenciaram que as crianças concebem a espécie humana, desvinculada do ambiente natural, assim, em uma perspectiva humanoecológica, a partir de reflexões embasadas na vida presente e futura, é necessário que os processos educativos pensem com mais profundidade a dinâmica desse processo na construção do conhecimento educacional, que se inicia na infância e continua ao longo da vida.

INTRODUÇÃO

A Natureza representa vida, no mundo dos fenômenos naturais ou modificados, faz referência, à essência de todas as coisas. A ideia representativa do universo nos acompanha desde nossa concepção, a natureza hu-

mana infantil, por sua vez representa uma natureza, caracterizada pelos tons construídos na realidade e pelos ideais figurados no imaginário. Assim, indagamos: Como a criança concebe as Representações Sociais da Natureza, a partir da construção da realidade apreendida nos processos educativos?

Na atmosfera do universo imaginário, os caminhos da realidade conduzem à elaboração de símbolos imagéticos, a “inteligência dos fatos” traspõe o universo da consciência (MACHADO, 1984). A presente pesquisa foi desenvolvida no território brasileiro, no município de Juazeiro, estado da Bahia. Foram escolhidas duas escolas para investigar as Representações Sociais da Natureza no universo infantil, onde, segundo Mèredieu, “partindo do “conteúdo manifesto” do desenho (as imagens), a análise esforça-se por remontar até seu “conteúdo latente” (as preocupações inconscientes da criança)” (2006, p. 73).

Nessa atmosfera, a criança constrói sua relação com o mundo de maneira sinestésica, influenciando e sendo influenciada por essa dinâmica. De acordo com Serge Moscovici: “As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano” (MOSCOVICI, 1978, P. 41).

Ao principiar este estudo, buscamos abordar as ideias latentes, através do método de “associação livre”, com a perspectiva de imergir no conhecimento objetivado e subjetivado pelos pensamentos infantis, a linguagem, nessa perspectiva, expressa tessituras do universo verbalizado e ilustrado pelas crianças (FREUD, 1990).

A “ecologia do Homo Sapiens” é complexa e estuda a inter-relação do homem com o ambiente, numa perspectiva multidisciplinar, interagindo com as diversas áreas de conhecimento (KORMONDY, 2002). A semiótica dessas representações envolve as raízes simbólicas desse conteúdo, as compreensões que a partir da perspectiva da Ecologia Humana podem imergir na dinâmica multidisciplinar dos saberes. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo, refletir as Representações Sociais da Natureza, a partir da construção da realidade apreendida nos processos educativos pelas crianças.

MATERIAL E MÉTODOS

Metodologicamente, estruturamos a coleta de dados, por meio de observações participantes, anotações em diário de campo, oficinas de desenhos e entrevistas semiestruturadas, buscando imergir na essência desse conhecimento. Signos e significados compõem a estrutura do discurso, o fluxo desses saberes ultrapassa a superfície das palavras, a desocultação dos fatos rompe a latência das informações apresentadas. Segundo Bardin, “A análise do conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações” (BARDIN, 2004, p. 27).

A análise dos dados foi desenvolvida, a partir da Análise de Conteúdo, que possibilita estabelecer categorias, pautadas na objetividade e subjetividade dos fatos, possibilitando interpretações acerca do conhecimento investigado (BARDIN, 2016).

Nesse sentido, Bardin, expõe a partir da escrita a multiplicidade de instrumentos utilizados. A autora engloba nessa categorização a introdução do termo “análises de conteúdo”, justamente pela pluralidade de métodos imbricados na interpretação do fenômeno analisado. Assim, a análise de conteúdo estuda códigos da linguagem, a densidade discursiva aparente e oculta dos símbolos expressados (BARDIN, 2016).

Os dados coletados, durante as entrevistas, também foram introduzidos no software IRAMUTEQ 0.7 alpha 2, programa idealizado por Pierre Ratinaud. O programa permite analisar corpus textuais, contrastes de variáveis, Classificação Hierárquica Descendente – CHD, baseado no método de Reinert, análise de similitude e nuvens de palavras, enfatizando também análises estatísticas dos dados (LAHLOU, 2012; RATINOUD & MARCHARD, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Representações Sociais da Natureza: os Signos e Significados das Expressões

A Representação Social expressa a gênese do pensamento, por meio de elaborações concebidas, através das expressões socializadas. Em

1978, Serge Moscovici precursor da Teoria da Representação Social, desenvolveu estudos sobre a Psicanálise, refletindo a construção desse conhecimento pela população parisiense. O sociólogo Durkheim introduziu o conceito de “representação coletiva”, expressando através do termo a especificidade ao pensamento social, em relação ao pensamento individual (MOSCOVICI, 1978).

A representação reflete uma comunicação, simbolizada pelos discursos que habitam o universo mental e social do ser humano, segundo Moscovici, “as representações sociais são entidades quase tangíveis” (MOSCOVICI, 1978, p. 41). Corresponde a conteúdos caracterizados nas imagens da linguagem, com uma fisionomia que apresenta contornos aparentes e ocultos, com uma descrição para além da objetividade dos fatos.

Ao imergir nos arquétipos das ilustrações, os estudos sobre desenhos infantis tiveram início no século XVII, precisamente em 1887, Corrado Ricci se concentrou em trabalhos abrangendo a perspectiva estética, de cor e a relação artística primitiva (CAMPOS, 2005, p. 13). Desde a antiguidade, o fenômeno da linguagem, está vinculado a categorias específicas, como: lógicas, retórica e normas gramaticais um percurso que chega há 4.000 mil anos (MARKOVÁ, 2006).

Para Piaget, “o desenho é uma forma de função semiótica que se inscreve a meio-caminho entre o jogo simbólico, cujo mesmo prazer funcional e cuja mesma autotelia apresenta, e a imagem mental, com a qual partilha o esforço de imitação do real” (1986, p. 56). Nessa atmosfera, a criança transporta para os desenhos, suas reflexões, guiada pelos sentidos da realidade e da matéria contida no universo imaginário da sua existência.

Outras pesquisas também foram desenvolvidas, investigações voltadas para os aspectos interpretativos, vinculados à projeção psicológica dos desenhos. Na obra *Como interpretar os desenhos das crianças*, a pedagoga canadense Nicole Bédard, apresenta reflexões que recorrem a análises e interpretações dos desenhos infantis. Ao imergir nas concepções apresentada pela autora, nos deparamos com uma série de questões, a primeira é referente à diferenciação entre análise e interpretação do desenho, ou seja, a análise está ligada à técnica e à racionalidade envolvida nos

desenhos, já a interpretação, diz respeito ao resultado, síntese dessa análise (BÉDARD, 2013).

O simbolismo apresentado nos desenhos, expressa a dinâmica dessa linguagem, embasada nas relações estabelecidas com o ambiente, das informações acessadas e aprendidas. Para Capra, “a percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em ultima, somos dependentes desses processos) ” (CAPRA, 1996, p. 25). Assim, o conteúdo presente “entre” as simbolizações, apresenta uma dimensão única, significados construídos na dinâmica das aprendizagens desses saberes.

Os Sentidos dos Desenhos no Universo da Criança

O desenvolvimento da criança é construído através da dinâmica de experiências interiores e exteriores, suas representações refletem a trajetória do conteúdo construído socialmente, a linguagem infantil apresenta uma série de elucidações, categorizadas pelos conteúdos acessados por elas, um fator a ser considerado é que a estrutura de suas expressões apresenta uma desvinculação da realidade local. Realizamos uma análise de similitude através do software IRAMUTEQ 0.7 alpha 2, buscando refletir as considerações trazidas pelas crianças. Na figura abaixo, podemos observar que as ramificações desse discurso apresentam considerações constituídas por oito núcleos específicos: árvore; Natureza; não; gente; muito; porque; água e rio. Este desenho, expressa as raízes da fala, evidenciadas pela representatividade com que apareceram nas entrevistas. Cada palavra-chave compõe o polo das ramificações do discurso material e mental construído.



Figura 2 - Fonte: (CRIANÇA R, 8 anos)

A conectividade do desenho com a fala, expressa a tonalidade de aspectos ligados a realidade, dos acontecimentos vivenciados no presente e das possibilidades para o futuro. Segundo ela, essa ilustração remete a esperança, representada pelo símbolo da chuva, que na sua argumentação significa fartura e preparação para o cultivo da terra. Outra reflexão relevante a ser feita, é que, no âmbito das ilustrações a representatividade da figura humana é muito baixa, cerca de 6% e 7% em ambas as escolas pesquisadas. Isso representa um dado significativo na pesquisa, pois, as crianças na maioria dos desenhos não concebem os seres humanos como parte integrante da Natureza. Nessa perspectiva, questionamos: Você acha que o ser humano faz parte da Natureza? Elas responderam: Nessa perspectiva, questionamos: Você acha que o ser humano faz parte da Natureza? Elas responderam: “Têm alguns que são, têm alguns que não são, alguns destroem Natureza, outros preservam” (CRIANÇA, R, 9 anos).

Para as crianças, fazer ou não parte da Natureza está condicionado às ações desenvolvidas no ambiente sociocultural. Nessa dimensão, a reflexão dos fenômenos objetivados e subjetivados, afloram a dinâmica da construção do eu, do outro, do mundo. As atitudes, positivas ou negativas,

dos seres humanos são refletidas nessa relação, no entanto, a integração dos seres humanos ao ambiente natural não é concebida com representatividade pelas crianças.

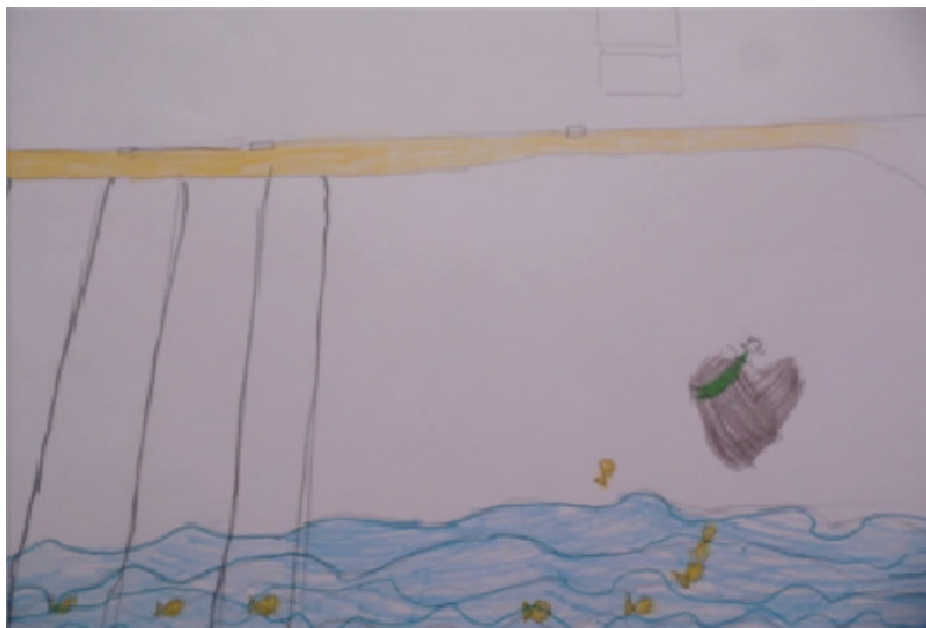


Figura 3 - Fonte: (CRIANÇA V, 8 anos)

Os elementos simbólicos presentes na cultura local aparecem nos desenhos e nas falas infantis, a mãe D'água e o Nego D'água são símbolos sagrados, de proteção das águas do rio São Francisco. Nessa perspectiva, as crianças argumentaram: “A sereia dá alimento para os peixes, não deixa poluir o rio, o açude, pra deixar os rios limpos, para os peixes não morrerem. Porque os peixes podem passar pra outro lugar e se divertirem” (CRIANÇA I, 7 anos).

Essas simbolizações fazem parte do contexto sociocultural local, do município de Juazeiro-BA, nesse sentido, elas argumentaram sobre a proteção da Mãe D'água e do Nego D'água, abordando também algumas questões sobre a poluição: “Eu vejo a Natureza sofrendo, porque eles jogam lixo no rio, cortam as árvores e poluem nossa cidade todinha, por causa da poeira dos carros e a poeira das motos” (CRIANÇA R, 8 anos).

Assim, ao questionar, O que você acha da poluição? As crianças responderam: “Eu acho ruim, porque o nosso rio já está secando por causa disso e gente fica sem água” (CRIANÇA R, 8 anos).



Figura 4 - Fonte: (CRIANÇA AR, 8 anos)

No desenho acima, observamos a representação de uma Natureza externa ao contexto vivenciado, simbolizada pela ilustração de árvores macieiras e pela figura do leão, que aparece nos desenhos. Observamos que os elementos presentes no contexto das crianças, como a fauna e a flora da Caatinga, e outros fenômenos singulares do ambiente, não são desenhados com representatividade nas ilustrações. Essa constatação remete a reflexões sobre os conhecimentos acessados pelas crianças, à construção da realidade e suas nuances locais e globais, perpassadas nos processos educativos, familiares, culturais e sociais. Por outro lado, fazemos uma reflexão a conexão desses saberes com a diversidade do planeta. Sobre isso, as crianças argumentaram: “Natureza pra mim é a África, é o rio, as plantas” (CRIANÇA VR, 7 anos). Nessa perspectiva, percebemos que a construção desses saberes atravessa o espaço da realidade local, mas é de suma importância abrir considerações sobre a dinâmica identitária do ambiente local.



Figura 5 – Fonte: (CRIANÇA EL, 8 anos)

Outra questão que aparece é a preocupação com a poluição e cuidado com os animais. No desenho acima, observamos a figura de um passarinho, preso numa gaiola, representada pelas criança como a liberdade aprisionada, sobre o fato de o pássaro ter asas e não poder voar, porque está preso na gaiola. As crianças argumentaram: “Eu vejo, as plantas, as árvores, o sol, as nuvens, eu também vejo as estrelas, eu vejo o mundo e Juazeiro” (CRIANÇA M, 8 anos).



Figura 6 - Fonte: (CRIANÇA B, 8 anos)

Diante dessas colocações reflexivas, na análise das ilustrações os elementos representados que aparecem em destaque são: as árvores com 26% e 18%, seguido dos animais com 17%, em ambas as escolas. Nesse sentido, lançamos a reflexão: o que esperar do futuro? nessa perspectiva as crianças argumentaram: “As pessoas cuidando, deixando melhor, respeitando a Natureza. Porque é uma coisa muito importante, porque tem que respeitar todas as coisas, os mais velhos, a Natureza, respeitar tudo que for pra respeitar. Espero que esteja bonita, que o rio São Francisco esteja mais limpo, que o rio nunca seque e que a gente economize água. Que a gente não jogue lixo no rio, não desperdice água, não corte as árvores, porque é ela que dá o viver pra gente, que é a árvore que dá o vento pra gente e se a árvore não existisse a gente também não ia existir” (CRIANÇA M, 8 anos).

O futuro vai se constituindo a partir do cruzamento histórico do passado e da construção da realidade presente, as crianças refletem um futuro regado pela esperança de viver. No entanto, um fator a ser considera-

do na pesquisa é que as crianças concebem uma Natureza distante da sua realidade. A Caatinga, vegetação que compõe as florestas do Sertão, quase não aparece nos desenhos infantis, essa reflexão é de suma importância, pois, remete aos conhecimentos acessados pelas crianças, caracterizado por uma lógica da supremacia exterior a nossa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade é dinâmica. As reflexões sobre essas representações infantis nos fazem pensar sobre nossa essência natural, sobre a composição do mundo no tempo presente e futuro. A criança percebe a realidade, a partir das experiências construídas com o cotidiano socioambiental, perante as relações estabelecidas com o outro, pelos atravessamentos no contexto local e global.

O real é relacional, as relações estabelecidas no mundo simbólico, imaginário e real, fazem parte da composição objetiva e subjetiva no mundo infantil. Ao refletir sobre essas representações, acessamos sentidos que ultrapassam categorias materializadas, para além do tempo vivido.

A percepção infantil da Natureza ainda apresenta resquícios de uma visão etnocêntrica, da Natureza como algo externo aos seres humanos. Esses elementos aparecem nas entrelinhas das ilustrações e da fala das crianças. A discussão dessas questões, nos processos educativos, possibilita novas visões de mundo, enraizada a conhecimentos refletidos através da relação humana com o planeta.

Estudar a Ecologia da criança e suas percepções sobre a Natureza, possibilitou uma imersão nas raízes do desenvolvimento humano, e suas ramificações nutridas pelas das relações construídas no núcleo interno e externo da vida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2016.

BÉDARD, Nicole. **Como interpretar os desenhos das crianças** / Nicole Bédard / 1ª edição/ São Paulo, SP / Editora Isis, 2013.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade**: validade, técnica de aplicação e normas de interpretação. 37. ed. Editora: Vozes, Petrópolis, 2005.

FREUD, Sigmund. **Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 22. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

KORMONDY, Edward J. **Ecologia Humana** / Edward J. Kormondy, Daniel E. Brown, tradução de Max Blum: coordenador editorial da edição brasileira Walter Alves Neves. – São Paulo: Atheneu Editora, 2002.

LAHLOU, Saadi. **Text Mining Methods**: An answer to Chartier and Meunier. Papers on Social Representations, 20 (38), 1.-7, 2012. Disponível em: [http://eprints.lse.ac.uk/46728/1/Text%20mining%20methods\(lsero\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/46728/1/Text%20mining%20methods(lsero).pdf). Acesso em: 13. fev. 2018.

MACHADO, Paulo de Almeida. de A. **Ecologia humana** / Paulo de Almeida Machado – [São Paulo]: Cortez; [Brasília] : Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; [São Paulo] : Autores Associados, 1984.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente / Ivana Marková; tradução de Hélio Magri Filho. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MÈREDIEU, Florence de. **O desenho infantil** / Florence de Mèredieu; tradução de Álvaro Lorençini, Sandra M. Nitrini. 11 ed. – São Paulo: Cultrix, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **A representação Social da Psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

PIAGET, Jean. **A Psicologia da Criança**. 9. ed. São Paulo: Difel, 1986.



RISCOS E VULNERABILIDADES ASSOCIADOS À GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM JACOBINA-BAHIA

Emille Mena Lima Menezes Rios

E-mail: emille.menezes@gmail.com

Adriana Maria Cunha da Silva (Orientadora)

E-mail: adricunha@hotmail.com

Estamos correndo todo esse risco para quê? Precisamos urgentemente acabar com essas falsas garantias, com o adoçamento das amargas verdades. A população precisa decidir se deseja continuar no caminho atual, e só poderá fazê-lo quando estiver em plena posse dos fatos. Nas palavras de Jean Rostand: **a obrigação de suportar nos dá o direito de saber** (Rachel Carson, 2010, grifo nosso).

INTRODUÇÃO

A configuração de uma sociedade pós-industrial e capitalista alterou profundamente a geração de resíduos sólidos, cada vez mais diversos e perigosos devido à sua múltipla composição física, química e biológica. A mudança quanto ao volume, bem como a alteração em suas características reflete uma sociedade consumista e a incorreta gestão de resíduos sólidos, ao longo de muito tempo, acabou por gerar severos impactos sobre o meio ambiente e, concomitantemente, sobre a saúde humana.

Produto cultural de uma sociedade dicotômica e díspare, que ora conforma centros de acumulação de riquezas, ora produz áreas de extrema pobreza (BECK, 1992), os problemas relacionados aos resíduos sólidos são consequências de um modelo de vida que confronta os limites de resistência e resiliência do meio ambiente e que, expõe a população a riscos e a vulnerabilidades cada vez maiores.

Diferentes áreas do conhecimento têm estudado os riscos e as vulnerabilidades, devido à multidimensionalidade intrínseca em seus conceitos, o que ajuda a compreender os seus diferentes aspectos, ampliando, assim, a compreensão também do objeto de estudo. É possível falar em risco ambiental, de saúde, político, social, econômico, entre outros (GAMBA, 2011).

Todas as dimensões apresentadas referem-se a um padrão insustentável de relação que o homem estabeleceu com o meio ambiente que o cerca e isso respalda a aproximação do objeto de estudo com a Ecologia Humana, que busca interpretar as relações entre indivíduos-ambiente sobre um quadro holístico que inclui as contribuições de ambos os fatores sociais e naturais (LAWRENCE, 2014, p. 42), em valores multidimensionais das relações humanas, individuais e coletivas (ALVIM, 2008 p.162), sem fronteiras disciplinares ou acadêmicas (SILVA; PINTO, 2009) integrando e interagindo com diferentes de conhecimento - antropologia, geografia, demografia, história e economia - e readaptando suas estruturas básicas a favor de uma nova visão socioambiental (STEINER, 2002).

A pesquisa realizada no Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental teve como campo de estudo o município de Jacobina-Bahia, polo regional do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina e o único município deste território a fazer a remediação do lixão, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010 e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Teve como objetivos: Geral: Analisar os riscos e as vulnerabilidades associados à Gestão de Resíduos Sólidos no Município de Jacobina-Bahia. E como objetivos específicos: Analisar a gestão de resíduos sólidos urbanos na cidade de Jacobina nos aspectos ambiental e da saúde; compreender as relações de causa e efeito que condicionam os riscos e as vulnerabilidades na gestão de resíduos sólidos urbanos em Jacobina; Analisar, na perspectiva do território de Jacobina, os riscos e vulnerabilidades associados à Gestão de Resíduos Sólidos no Município.

O referencial teórico da dissertação foi construído a partir de temas centrais como Resíduos Sólidos, Riscos e Vulnerabilidades, considerando a multiplicidades de dimensões intrínsecas em cada um dos aspectos analisados, aproximando as discussões sempre de condicionantes da relação homem-meio ambiente que contribuíram para a evolução do cenário atual referente à Gestão de Resíduos Sólidos e os impactos sobre a saúde humana e a qualidade ambiental. A análise dos riscos e vulnerabilidades, nessa perspectiva, se faz importante porque permite reconhecer as fragilidades locais e, a partir delas, o planejamento, as ações e as políticas públicas desenvolvidas no município devem contemplar as necessidades reais da sua população. Para, assim, minimizá-las ou superá-las a fim de oferecer à sociedade e ao meio ambiente menos riscos e vulnerabilidades, fortalecendo o processo de gestão integrada dos resíduos sólidos e provocando menos danos à vida humana e à qualidade ambiental.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida durante o curso de Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECOH), ofertado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus III, Juazeiro-Bahia, no período de 2016 a 2018.

As discussões teóricas realizadas na dissertação e os resultados obtidos foram divididos em dois artigos. O primeiro artigo é intitulado “A Gestão de resíduos sólidos urbanos em Jacobina-Bahia e os impactos sobre o meio ambiente e a saúde humana”. Nele, discute-se sobre o cenário municipal da problemática dos resíduos sólidos, analisando as ações e medidas para a sua gestão que estão em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Mas também as dissonâncias do processo que resultam em impactos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

O segundo artigo tem como título “Gestão de resíduos sólidos urbanos em Jacobina-Bahia: riscos e vulnerabilidades associados”. Nesse texto reconhece-se que, assim como os resíduos sólidos, os riscos e vulnerabilidades sofreram influência e se intensificaram ao longo do tempo, devido ao estilo de vida adotado pela sociedade.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Jacobina-Bahia, campo de estudo deste trabalho está situado no Território de Identidade Piemonte da Diamantina, com a área territorial de 2.192,906 Km² (IBGE, 2017), e tem população estimada de 83.635 pessoas no ano de 2017 (IBGE, 2018).

METODOLOGIA DE PESQUISA

A definição da metodologia de pesquisa representa o caminho para chegar aos objetivos propostos. Assim sendo, conforme Goldenberg (2002: 14) “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”.

Os procedimentos metodológicos que nortearam a presente pesquisa tiveram início com uma consistente busca na literatura a fim de atender à necessidade de contextualizar a problemática, conceituar os temas centrais, aproximá-los e encontrar o elo de ligação entre eles, de forma que os mesmos se conectassem e permitem uma percepção holística da problemática estudada.

A construção do referencial teórico acerca dos Resíduos Sólidos trouxe contexto histórico, atual, além de legislações vigentes no País, contando com autores como: Moraes (2002 e 2007); Jacobi (2011); Abrelpe (2016); BRASIL (1988, 2007, 2010 e 2011), sendo, respectivamente, Constituição Federal, Política Nacional de Saneamento Básico, Política Nacional de Resíduos Sólidos e Plano Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros autores.

Quanto aos riscos e vulnerabilidades, a revisão de literatura contou com os seguintes autores: Beck (1992); Dagnino e Capri Junior (2007); Veyret (2007); Mandarola Junior (2006), entre outros.

Além da revisão de literatura, a pesquisa teve característica de natureza documental. “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006:1-2). No contexto de Jacobina-Bahia os documentos analisados foram: documentos sobre a gestão de resíduos sólidos do município,

disponíveis nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente e na Secretaria de Obras, à qual está vinculado o Setor de Limpeza Urbana – LIMPUJA, atual responsável pela coleta e disposição final dos resíduos sólidos.

Outros documentos analisados foram: Plano Plurianual e Lei Orçamentária – dos quais foram retiradas informações sobre os gastos do município com os serviços relacionados aos resíduos sólidos; Plano de Limpeza Urbana, Código Sanitário Municipal e Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo. Deveria ter sido analisado também o Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, mas esse documento inexistia no município de estudo, e essa informação foi revertida em dado para a pesquisa.

Os documentos supracitados foram analisados a partir da técnica de análise documental forneceram dados primários para a pesquisa. Segundo Figueiredo (2007) os documentos analisados são utilizados como fontes de informações, para indicações e esclarecimentos que trazem em seu conteúdo e permitem esclarecer determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

Além dos dados primários, foi de grande relevância a coleta de dados secundários constantes em bancos de dados, a exemplo: IBGE – Censo 2010; IBGE-Cidades; IBGE - PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico; DATASUS/MS e Programa de Saúde da Família/MS; SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento; Dados de coleta de lixo, frequência, cobertura territorial dos serviços de resíduos sólidos para identificação de possíveis áreas com vazadouros a céu aberto em área urbana. A análise desses dados permitiu traçar o panorama municipal acerca dos resíduos sólidos, o que viabilizou a análise dos riscos e vulnerabilidades e a definição de indicadores de sustentabilidade, ambientais e de saúde associados ao processo. Autores como Corvalán (2000); Freitas (2011), Silva (2012), além de outros autores contribuíram para essa base teórica.

Os dados obtidos por meio da análise documental assim como a análise dos dados primários e secundários, juntamente com o referencial teórico desta pesquisa nortearam a elaboração da matriz de causa e efeito, modelo PEIR cuja técnica enriquece a identificação e análise do objeto de

estudo, ajudando a definir soluções. A matriz PEIR permite organizar e agrupar de maneira lógica os fatores que incidem sobre o meio ambiente, os efeitos que as ações humanas produzem nos ecossistemas e recursos naturais, o impacto que isto gera à natureza e à saúde humana, assim como as intervenções da sociedade e do Poder Público (PNUMA, 2002).

UM POUCO DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM ECOLOGIA HUMANA

O primeiro encontro com a Ecologia Humana é sempre um embate dicotômico entre abandonar um lado egocentricamente humano e conectar um outro lado organicamente humano com a riquíssima socio-biodiversidade que nos integra. Nas palavras de Alvim e Marques (2017), a Ecologia Humana desafia o indivíduo a sair da sua zona de conforto e a compreender campos diversos de conhecimentos e assim, aventurar-se em produzir resultados surpreendentes em pesquisas inovadoras.

Apropriar-se e fazer pesquisa em Ecologia Humana é desprender-se do conforto existencial que carregamos e que nos dá a certeza de sermos uma espécie superior e passar a pertencer a um Universo tão diverso e holístico que ultrapassa qualquer paradigma que nos regeu – e ainda rege muitos de nós – enquanto seres vivos.

Uma revisão de literatura na área de Ecologia Humana nos remete facilmente a uma multiplicidade de possibilidades e conhecimentos que não nos permite dar-lhes uma definição conceitual, mas que só pode ser de fato compreendida quando consideramos “as relações entre indivíduos-ambiente sobre um quadro holístico que inclui as contribuições de ambos os fatores sociais e naturais” (LAWRENCE, 2014, p. 42) com uma perspectiva multissistêmica e interdependente ao seu entorno.

“Seu olhar multidisciplinar distribui e organiza visões e percepções, dando ao trabalho uma sutileza de informações que não se fecham em si, mas abrem conceitos de diversas áreas” (BOMFIM, 2016). A abertura desses conceitos transcende linhas imaginárias de muitas Ciências e as unifica em um plasma de conhecimentos múltiplos.

A perspectiva não é apenas histórico-temporal, mas também de futuro, de sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental (DYBALL,

2011) motivada pelo cuidado e preocupação com o presente e o futuro (ALVIM e CASTELHANOS, 2017). É nessa perspectiva que se ampara a pesquisa com resíduos sólidos, no âmbito de riscos e vulnerabilidades.

Para além das características histórico-temporais bastante importantes para a compreensão do cenário atual e dos impactos negativos associados que permeiam os estudos de impactos socioambientais, há uma multidimensionalidade que vai além e abrange campos de pesquisa nas mais diversas áreas. Na experiência dessa autora, foi desafiadora a aproximação da geografia com a Ecologia Humana, embora, em essência elas estejam conectadas. Mas posso afirmar que a mudança na forma de olhar os problemas à nossa volta fez despertar um sentimento de pertencimento ao ambiente do qual somos partes indissociável.

CONTEXTUALIZANDO A PROBLEMÁTICA NO MUNICÍPIO DE JACOBINA-BAHIA: UM RÁPIDO PANORAMA

Assim como em diversos municípios, Jacobina-Bahia enfrenta, ao longo de toda a sua história, problemas com o seu processo de ocupação e expansão urbano que ocorreu de forma acelerada e desordenada desde o período aurífero brasileiro até a década de 90. Mas isso não é por si só um fator de risco. A conformação dos espaços de riscos e vulnerabilidades surgem quando consideramos a declividade do município, que varia de 1,2 a 62% em áreas ocupadas (JACOBINA, 2006). Os riscos nessas áreas são eminentes, assim como as vulnerabilidades. Os mais pobres são os mais vulneráveis aos problemas ambientais, principalmente por habitarem áreas impróprias, com construções inadequadas (RAMALHO, 1999).

De acordo com o SNIS (Sistema Nacional de Informações) sobre Saneamento, no ano de 2015, o município de Jacobina-Bahia gerou 20.366 toneladas de resíduos sólidos. No ano de 2016, segundo dados de relatório de coleta, foram recolhidas 20.482 toneladas de resíduos sólidos urbanos. Ainda conforme SNIS (2016), a taxa da população atendida com coleta diária de resíduos sólidos em Jacobina-Bahia é de 78%. A população atendida com coleta de Resíduos sólidos domésticos de 2 a 3 vezes por semana e com coleta 1 vez na semana é, respectivamente, 17% e 5%,

sendo que, da população urbana atendida por coleta porta-a-porta diária corresponde a aproximadamente 29% (SNIS, 2016).

Como o município não possui projeto de coleta seletiva, todo o resíduo urbano coletado pela administração pública municipal é feito sem nenhum tipo de separação e destinado para a área do aterro controlado. O esforço de segregação dos resíduos sólidos na fonte de geração é realizado pela Cooperativa de catadores que atua em alguns bairros do município. De acordo com o SNIS (2016), de todo o resíduo gerado o município de Jacobina no referido ano, apenas 545 toneladas foram coletadas de forma segregada na fonte, número significativo, porém incipiente se considerado o total de resíduos gerados.

Apesar de ultimar a remediação do antigo lixão, a gestão municipal não perfez o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (JACOBINA, 2016), exigência da Lei nº 12.305/2010. Os serviços de coleta e descarte dos resíduos sólidos no município é orientado pelo Código de Limpeza Urbana e o Plano de Saneamento Básico, segundo o qual confirma a existência de áreas contaminadas pela disposição final inadequada dos resíduos sólidos (JACOBINA, 2016). Isso acaba por causar danos à saúde da população.

Apesar de apresentar bastante pontos frágeis e limitações em seu processo de gestão, Jacobina-Bahia não diverge da realidade dos demais municípios brasileiros. Segundo Relatório da Abrelpe (2016), os municípios brasileiros sofreram retrocessos em seus processos de gestão de resíduos sólidos entre os anos de 2014 e 2015. A ausência de documentos e instrumentos legais de gestão, a exemplo do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, atualização dos documentos existentes, como o Plano Diretor e de Uso e Ocupação do Solo, Plano de Limpeza Urbano, entre outros, ausência ou insuficiência de pessoal habilitado para trabalhar com a problemática, escasso recurso financeiro, entre outras características da gestão de resíduos sólidos brasileiros também não divergem da maioria dos demais do País e de todos os municípios do Piemonte da Diamantina.

Todos os fatores supracitados conformam, no município de Jacobina-Bahia áreas de riscos e vulnerabilidades ampliadas devido a fatores associados à inadequada gestão dos resíduos sólidos praticada no

município, bem como à condição socioeconômica da população de áreas mais expostas.

CONCLUSÃO

A pesquisa revelou que a Gestão de Resíduos Sólidos no município de Jacobina-Bahia, durante muito tempo, seguiu o modelo reducionista aplicado no Brasil, que se resumia à coleta e disposição final em lixão a Céu aberto. Isso acabou por causar danos ao meio ambiente – poluição de solo, mananciais hídricos, entre outros que se refletem na saúde da população.

A Gestão Municipal dos Resíduos Sólidos sofreu avanços quando, em 2012, remediou e encerrou o lixão do município e instalou um aterro controlado na área. Além disso, a prefeitura possui contrato assinado com a Cooperativa de catadores de materiais recicláveis para coleta porta a porta em alguns bairros. Mas também houve retrocessos. Em 2017, a administração do aterro passou para alçada da administração pública municipal e o aterro voltou a apresentar características de lixão novamente e as atividades de catação em meio aos resíduos que haviam sido controladas voltaram a acontecer na área.

Os dados obtidos com essa pesquisa nos levaram a concluir que os fatores de riscos e vulnerabilidades no município de Jacobina-Bahia estão muito relacionados às limitações administrativas e financeiras e à ausência de pessoal capacitado, documentos de gestão integrada dos resíduos sólidos, imprescindíveis para a correta gestão dos mesmos, equipamentos e instrumentos legais suficientes para o planejamento, prestação, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento relacionados aos resíduos sólidos.

Outro fator de riscos e vulnerabilidades relaciona-se à geografia e geomorfologia do município. A ocupação de áreas íngremes e de elevada altitude dificulta a coleta dos resíduos sólidos devido à dificuldade de acesso de veículos e pessoas, o que acaba por gerar locais de depósito inadequado (vazadouros) no centro urbano.

Por fim, expostas as fragilidades e limitações municipais, percebe-se que, o município tem muito caminho a percorrer para entrar em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e atender as

suas premissas e definições para a correta Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos. O cenário traçado a partir desta pesquisa permite que os planejamentos, projetos e ações sejam respaldadas de dados reais locais e, assim, contemplem as necessidades da população, minimizando os impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde da população.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Ronaldo Gomes. A Ecologia Multidisciplinar: visão ética e social da problemática ambiental. **Kuawäi**, v. 1, n. 2, julho-diciembre, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280567183_A_Ecologia_Multidisciplinar_-_visao_etica_e_social_da_problematuca_ambiental. Acesso em: abr. 2019.

ALVIM, Ronaldo Gomes, e MARQUES, Juracy, org. **Raízes da Ecologia Humana, as/** Ronaldo Gomes Alvim e Juracy Marques, organizadores. Paulo Afonso: SABEH, 2017. 230 p.

ALVIM, R. G. CASTELHANOS, H. G. Ecologia Humana sobre a óptica da construção do saber multidisciplinar. 2017. In: Alvim, Ronaldo Gomes, e Marques, Juracy, org. **Raízes da Ecologia Humana, as/** Ronaldo Gomes Alvim e Juracy Marques, organizadores. Paulo Afonso: SABEH, 2017. 230 p.; il.

BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. No Brasil, a Ecologia Humana é um paradigma científico ou um outro tipo de ciência emergente? **Revista Ecologias Humanas**, v. 2, n. 2, 2016.

DYBALL, Robert. Human Ecology as open transdisciplinary inquiry. **Human Ecology. Journal of the Commonwealth human Ecology Council**, n. 24, 2011. Disponível em: <http://www.chc-international.org/wp-content/uploads/2012/04/Journal-24.pdf>. Acesso em: Out. 2018.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

GOLDENBERG, MIRÍAN. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** / Mirian Goldenberg. – 8. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

IBGE. **IBGE Cidades: Panorama dos Municípios – Jacobina-Bahia**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jacobina/panorama>. Acesso em: jan. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**: 2008. Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2010. Coleção Ibgeana. Rio de Janeiro: IBGE. 218p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=283636>. Acesso em janeiro de 2018.

JACOBINA. Bahia. **Lei Orgânica do Município de Jacobina**. Câmara Municipal de Vereadores de Jacobina. 1990. 115 p.

JACOBINA. **Lei Nº. 788, de 18 de outubro de 2006**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Jacobina e dá outras providências. Diário Oficial do Município de 08 de novembro de 2006.

JACOBINA. **Plano de Limpeza Urbana de Jacobina**. Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Infraestrutura: Setor de Limpeza Urbana. 2006.

JACOBINA. **Plano de Saneamento Básico**. Secretaria de Meio Ambiente. Versão Preliminar. 2012.

JACOBINA. **Relatório Municipal de Coleta de Resíduos Sólidos**. Secretaria de Infraestrutura: Setor de Limpeza Urbana. 2017.

LAWRENCE, Roderick J. Dialogue between disciplines: contributions of human ecology. *In: ALVIM, Ronaldo Gomes; BADIRU, A. I.; MARQUES, Juracy. Ecologia Humana uma visão global*. Feira de Santana: UEFS, 2014. p. 41-78.

SILVA, Luiza Helena Oliveira de; PINTO, Francisco Neto Pereira. Interdisciplinaridade: as práticas possíveis. **Revista Querubin, Revista eletrônica de trabalhos científicos, Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais**, Ano 5, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/5457479-Interdisciplinaridade-as-praticas-possiveis-1.html>. Acesso em: abril de 2019.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental [SNSA]. 2016. Disponível em: <http://app3.cidades.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em março de 2018.

STEINER, Frederick. **Human Ecology**. Following Nature's lead. Island Press. Washington. 2002.

A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O OBJETIVO 17 E A COOPERAÇÃO GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Iva Pires

E-mail: im.pires@fcsh.unl.pt

Temos uma ampla agenda e ambiciosa diante de nós – agora precisamos trabalhar para torná-la real para a vida das pessoas

Secretário-geral da ONU

Ban ki-moon

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development – é um documento normativo com os objetivos de desenvolvimento sustentável para o século 21, aprovado em Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015. Esta nova agenda é ainda mais ambiciosa que a anterior pois em lugar de 8 é composta por um conjunto de 17 objetivos, designados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respetivas metas que devem ser cumpridas até 2030. Neste capítulo iremos apresentar e discutir o ODS 17 onde são descritas as condições necessárias para a implementação desta Agenda e a ajuda, nomeadamente financeira, aos países menos desenvolvidos para que as metas definidas possam ser atingidas.

A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 25 de setembro de 2015, em uma Assembleia Geral das Nações Unidas foi adotada a Resolução Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development, contendo a nova proposta dos objetivos que

viriam dar continuidade aos ODM. No texto do Preâmbulo fica clara a ambição desta agenda, que pretende ser um plano de ação para o Planeta, as Pessoas e a Prosperidade e, por outro lado, que se pretende dar continuidade aos ODM, em especial no sentido de completar os que tinham sido definidos em 2000. Uma outra diferença relevante é que esta nova agenda pretende ser universal, ou seja, ela deve ser aplicada em todos os países e não apenas nos menos desenvolvidos, como acontecia com a anterior, e servir de orientação para uma transição para o desenvolvimento sustentável.

A elaboração desta nova agenda foi marcada pela discussão sobre os limites do Planeta e sobre a necessidade de manter um “espaço operativo seguro” para a Humanidade (Safe Operating Space for Humanity) (Steffen *et al*, 2007), e a certeza que vivemos numa era caracterizada pela crescente interdependência, inter-conectividade e complexidade que tornaram os sistemas (ambiental, de saúde, financeiros, etc) vulneráveis à escala global, (Helbing, 2013; WEF, 2014). Assim, Noostrom *et al*. (2014) propõem que a discussão dos novos ODS, o exercício de definição de metas e a gestão da sua implementação deviam ter 3 aspetos em consideração: abarcar o sistema sócio-ecológico; considerar os trade-off entre os objetivos e os constrangimentos sociais, económicos e ambientais para os obter, ou seja, entre a ambição dos objetivos e a sua exequibilidade; e esse processo devia ser guiado pelo conhecimento existente sobre os princípios, as dinâmicas e restrições dos processos de mudança social em todas as escalas, desde o indivíduo até o global.

O capital de conhecimento resultante da elaboração e implementação dos ODM também deveria ser tido em conta na preparação da nova agenda. Aceitando a crítica de que o processo tinha sido centralizado nos países mais desenvolvidos e nas organizações internacionais que tendem a refletir os seus interesses, como a OCDE ou o Fundo Monetário Internacional, o Secretário Geral das NU decidiu criar um Grupo de Trabalho (Open Working Group), nomear um Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes, e criar uma Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDSN), com o objetivo identificar e partilhar as melhores práticas para alcançar o desenvolvimento sustentável e fornecer apoio técnico para a construção da nova Agenda. Foi ainda

criada uma plataforma para acolher propostas para os novos ODS bem como para as metas e indicadores estimulando, desde o início, um amplo debate e a participação de todos os interessados (<http://tracker.post2015.org/>). Mais de 300 propostas chegaram de Governos, ONG's, de gabinetes das Nações Unidas espalhadas pelo mundo, de universidades e institutos de investigação, de empresas e de associações da sociedade civil.

Por outro lado, alargou-se a responsabilidade da implementação dos objetivos de desenvolvimento a todos os países, incluindo assim os mais desenvolvidos (Al Raee, *et al.*, 2014, p. 11), embora com responsabilidades diferenciadas e as metas a definir deviam não só ser mensuráveis como refletir a realidade de cada país: “Sustainable development is eluding the entire planet. The SDGs should therefore pose goals and challenges for all countries—not what the rich should do for the poor, but what all countries together should do for the global wellbeing of this generation and those to come.” (Sachs, 2012, p. 2208).

Existiu ainda uma maior preocupação de identificar sinergias entre os vários objetivos, procurando abandonar a perspetiva de olhar para eles como “silos”, que tinha sido criticada nos ODM (Waage *et al.*, 2010). É que se olharmos para cada um por si, os resultados finais podem ser contrários ao esperado. Nilson *et al.* (2016) dão um exemplo dessa interdependência o uso do carvão para facilitar o acesso à energia na Ásia (Objetivo 7) que irá acelerar as alterações climáticas e a acidificação dos oceanos (Objetivo 13 e 14). Como referem os autores só pela implementação de ações de reforço mútuo é possível minimizar os *trade-off* entre eles e cumprir os objetivos definidos. A análise de redes (Le Blanc, 2015) ou outras metodologias podem ser utilizadas para identificar as ligações que existem entre os vários objetivos e essa informação pode ser útil para a sua implementação.

As Nações Unidas também aproveitaram para voltar a recentrar a discussão em torno da promoção de um desenvolvimento sustentável, cujo mandato lhes tinha sido conferido na Conferência do Rio de Janeiro em 1992 pelos Chefes de Estado presentes. Assim, esta nova agenda deve ter em conta a complexidade do desenvolvimento sustentável, das suas múltiplas dimensões, promover sinergias e um equilíbrio entre a economia, a so-

cidade e o ambiente, visar o desenvolvimento humano universal e equitativo (considerando limiares sociais mínimos) e ao mesmo tempo, permanecer dentro de um espaço operacional seguro do planeta (limites ecológicos).

A equipa de trabalho das NU partiu de um conjunto de oito áreas prioritárias, que tinham sido destacadas como metas de desenvolvimento sustentável na conferência do Rio + 20, para estruturar os novos objetivos de desenvolvimento: o consumo e padrões de produção sustentáveis; segurança alimentar e agricultura sustentável; energia sustentável para todos; acesso à água e eficiência; oceanos; cidades sustentáveis; empregos verdes, trabalho decente e inclusão social; e redução de risco de desastres e resiliência. A essas áreas o Painel sobre Sustentabilidade Global das NU sugeriu acrescentar as alterações climáticas e a biodiversidade (ECE *et al.*, 2012, p. 8-9). Finalmente, depois de ter sido aprovada em 25 de setembro de 2015, em uma Assembleia Geral das Nações Unidas em 1º de janeiro de 2016 entrou em vigor a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, com os 17 objetivos “para transformar o nosso mundo”.

O OBJETIVO 17 SOBRE OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA

O ODS 17 inclui 18 metas relativas à Finanças, nomeadamente referentes à necessidade de mobilizar recursos financeiros para ajudar os países menos desenvolvidos, à Tecnologia, sobre a necessidade de transferência, disseminação e difusão de tecnologias amigas do ambiente, sobre Capacitação para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e sobre a necessidade de promover um Comércio aberto, não discriminatório e equitativo. Para além disso, inclui ainda um conjunto de metas referentes a Questões Sistémicas, relacionadas com a Coerência de políticas e institucional, com Parcerias multissetoriais e sobre Monitoramento que só serão de possível realização por meio do aumento do investimento na disponibilidade e qualidade de dados.

A implementação destas agendas globais de desenvolvimento exige recursos financeiros. Em particular os países mesmo desenvolvidos requerem uma ajuda internacional para poderem investir em infraestruturas e na qualificação dos recursos humanos criando condições para que o investimento privado surja e possa contribuir para o crescimento econó-

mico. Ela surge na forma de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) enquadrada em parcerias para o desenvolvimento. No caso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) as condições de implementação estavam inscritas no ODM8 e na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, no ODS17.

O relatório final de avaliação da implementação dos ODM forneceu informações relevantes no momento de definir a nova agenda de desenvolvimento. No caso do ODM8, a experiência na sua implementação e monitorização permitiu extrair lições para melhorar as parcerias para o desenvolvimento (MDG Gap Task Force Report 2015, Taking Stock of the Global Partnership for Development).

Em relação ao ODM8 o ODS 17 é mais extenso e mais claro nos seus objetivos, assume uma abordagem transversal e apresenta uma visão mais holística (Le Blanc, 2015). Está subdividido em 19 pontos e inclui, entre outras, questões relacionadas com o financiamento, o acesso à ciência, tecnologia e inovação, aumentando a partilha de conhecimentos, a necessidade de capacitar os países em desenvolvimento apoiando o desenho de planos nacionais para que tenham sucesso na implementação de todos os objetivos de desenvolvimento sustentável e a necessidade de aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis (caixa 1).

Uma outra diferença relevante reside na definição mais precisa de metas a atingir. No caso da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) existem duas diferenças assinaláveis. Em primeiro lugar, é explicitamente referida a meta desejável de contribuição dos países mais desenvolvidos para a ajuda internacional de 0,7% da sua renda nacional bruta [RNB] dos quais 0,15% a 0,20% devem ser atribuídos aos países menos desenvolvidos (meta 17.2, caixa1). No ODM 8, essas metas não estavam claramente definidas.

Por outro lado, refletindo sobre a experiência do passado e as dificuldades em se constituir um fundo de apoio criado apenas com base na ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e na contribuição dos países doadores discute-se a abertura à participação mais alargada de instituições, empresas ou outros possíveis doadores, mobilizando recursos financeiros a partir de múltiplas fontes.

Por ser uma Agenda recente não existem ainda relatórios de avaliação e só no futuro se poderá avaliar se as alterações introduzidas nas metas do ODS 17 terão algum impacto.

A título de exemplo, no caso do comércio (metas 17.10 a 17.12) a Agenda 2030 para o desenvolvimento refere a necessidade de promover um comércio global não discriminatório, aberto e que facilite a participação dos países mesmo desenvolvidos, alavancando o seu crescimento econômico e também no alívio ou resolução a longo prazo da dívida externa, que compromete o futuro destes países cujos recursos naturais estão a ser vendidos apenas para suportar o esforço da dívida. Só assim será possível proporcionar recursos financeiros que possam ser usados para promover a saúde, a educação e o bem-estar das populações, definidos noutros ODS.

Contudo, apesar de o comércio mundial estar em crescimento (nos últimos 15 anos cresceu para mais de 20 trilhões de dólares) os países mais pobres têm uma participação muito reduzida retirando poucos benefícios desse crescimento (Figura 1).

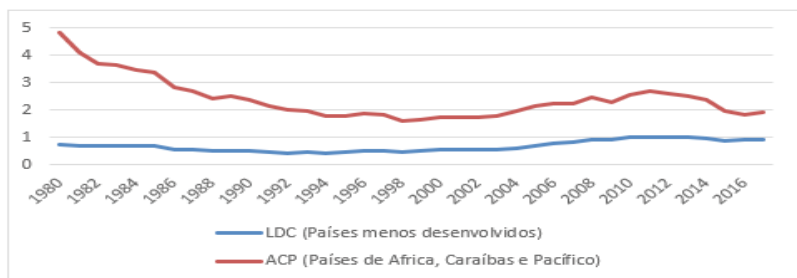


Figura 1- Peso das Exportações dos Países menos desenvolvidos no Comércio Mundial, 1980-2017 (%). Fonte: World Trade Organization.

Por outro lado, os países mais ricos não têm abdicado de dar apoios financeiros, por exemplo aos seus agricultores, o que dificulta ainda mais as exportações dos países menos desenvolvidos que não conseguem competir com preços subsidiados. E a “guerra comercial”, recentemente iniciada pela Administração do Presidente norte-americano Donald Trump, parece apontar para um fechamento dos mercados internacionais, com imposição de tarifas aduaneiras, criando ainda mais dificuldades à

participação dos países mais pobres no comércio mundial.

Um aspeto crucial, uma vez que existem metas cujo cumprimento deve ser quantificado, é o da necessidade de serem criadas bases de dados credíveis. Nesta nova agenda é reforçada a necessidade de capacitar os países em desenvolvimento para “aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais” (meta 17.18).

Mas também neste caso existem dúvidas razoáveis de que em 15 anos se possam criar estas bases de dados nestes países.

CONCLUSÃO

Apesar de surgir no final da lista de objetivos, o ODS 17, que estabelece as parcerias para o desenvolvimento e as condições para que os países menos desenvolvidos possam cumprir as metas definidas, é um pilar fundamental da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, sem o qual a concretização dos outros objetivos não será possível. É, também um dos objetivos mais difíceis de concretizar pela sua amplitude e porque depende da contribuição financeira dos países mais desenvolvidos que, com raras exceções, não têm cumprido o que fica acordado.

Depois da deceção resultante do não cumprimento de muitas das metas definidas para os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, o contexto internacional também não parece favorecer o cumprimento das metas da nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável.

Como vimos, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento tem tido uma evolução errática desde a década de 70 e sobretudo tem estado sempre longe do valor que os países doadores se têm comprometido a doar. A crise económica global, que se iniciou em 2007, veio acentuar ainda mais as desigualdades entre países e reduzir a contribuição dos mais desenvolvidos para a ajuda internacional. A instabilidade política e os conflitos bélicos contribuem para agravar essa conjuntura desfavorável.

Por isso a expectativa em relação a esta nova agenda de desenvolvimento, cujas metas devem ser cumpridas até 2030, é moderada. Simples

“wish list” que serve sobretudo os interesses políticos e que contribui para credibilizar (e eventualmente reforçar o poder de intervenção) e de atuação de instituições de regulação internacional, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou a OCDE, ou de instituições que atuam à escala global, como as Nações Unidas, ou antes um “farol” que orienta e guia a sociedade contemporânea em direção a um futuro melhor? Esta é uma questão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que só poderá ser respondida no final do prazo de implementação.

Caixa 1

ODS 17. Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Finanças

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o super endividamento

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

Tecnologia

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

Capacitação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

Comércio

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

As parcerias multissetoriais

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

REFERÊNCIAS

ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (ECE), Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP), Department of Economic and Social Affairs (DESA), United Nations Environment Programme (UNEP), United Nations Framework Convention on Climate Change.

HELBING, D. Globally Networked Risks and How to Respond. **Nature** 497, p.51-59, 2013. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2417502>

LA BLANC, D. Towards Integration at Last? The Sustainable Development Goals as a Network of Targets. **Sustainable Development**, 23, 176–187, 2015.

MDG GAP TASK FORCE REPORT. Millennium Development Goal 8, Taking Stock of the Global Partnership for Development. **MDG Gap Task Force Report 2015**. The Millennium Development Goals Report. UN: New York, 2015.

NILSSON, M.; GRIGGS, D.; VISBECK, M. Map the interactions between Sustainable Development Goals. **Nature**, v. 534. June. 2016.

NORSTRÖM, Albert et al. Three necessary conditions for establishing effective Sustainable Development Goals in the Anthropocene. **Ecology and Society**, v. 19. n. 3. 2014.

SACHS, J D. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. **Lancet**, 379, p. 2206–11, 2012.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P.; MCNEILL, J. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?. **Ambio** 36, 8, p. 614–621. 2007.

WAAGE, J. The Millennium Development Goals: a cross-sectoral analysis and principles for goal setting after 2015. **Lancet**, 376, p. 991–1023. 2010.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **Global Risks**, 2014. Disponível em: <http://www.weforum.org/issues/global-risks>.

CARACTERIZAÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS DE FAUNA A PARTIR DE METODOLOGIAS APLICADAS À ECOLOGIA HUMANA

Mahatma Lenin Avelino de Almeida

E-mail: mahatmalenny@hotmail.com

Carlos Alberto Batista Santos (Orientador)

E-mail: cacobatista@yahoo.com.br

Esse texto reflete a base introdutória, o caminho metodológico e uma pequena apresentação dos resultados obtidos, em um estudo desenvolvido a partir das condutas criminosas em desfavor da fauna silvestre no semiárido brasileiro, sob a perspectiva da Ecologia Humana e da Gestão Socioambiental. Logo, seu produto final gerou uma Dissertação de Mestrado, intitulada de Caracterização dos Crimes Ambientais de Fauna no Semiárido Brasileiro (ALMEIDA, 2018), no programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, do Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

UMA BREVE INTRODUÇÃO...

A exploração da fauna brasileira caminha junto com a própria história do Brasil, e os animais silvestres sempre representaram um elemento cultural para as diversas tribos indígenas (ALVES *et al.*, 2012), que estabelecem com os animais caçados não só uma relação de subsistência, há nessa relação diversos significados, valores e interesses, e os animais representam mais do que simples recursos ofertados pela natureza (SANTOS, 2016).

Com a colonização das terras brasileiras, os primeiros viajantes retornavam aos seus países de origem levando diversas espécies de animais

até então desconhecidos, comprovando assim o encontro de novos continentes (SICK, 1997), desse modo despertavam a curiosidade e interesse do povo e logo começaram a ser expostos e comercializados nas ruas das grandes cidades (FIGUEIRA, 2007).

Desse modo, a partir do momento que o comércio de animais silvestres foi percebido como uma atividade altamente lucrativa, ele se tornou um novo ramo de negócios, propiciando o surgimento de viajantes especializados nesse tipo de mercadoria (HAGENBECK, 1910).

A retirada de fauna para comercialização na Europa, sistematizou-se no final do século XIX o processo de extermínio de várias espécies de animais brasileiros para atender ao mercado internacional, que prevalece até os dias atuais (RENTAS, 2001).

Ainda, se desenvolveu internamente no Brasil, um mercado em que era comum encontrar animais silvestres, sobretudo aves e seus produtos à venda em feiras livres em todo o território nacional (FIGUEIRA, 2007), sendo rara até a década de 60, a cidade que não possuísse uma loja ou “feira de passarinhos” com animais vivos ou abatidos para consumo.

Essas práticas têm sido um desafio para a manutenção do equilíbrio e manejo sustentável da biodiversidade. Estima-se que 38 milhões de espécimes são capturadas para abastecer o tráfico de animais selvagens (RENTAS, 2001). Ainda, Dados alarmantes põem ao menos 41 espécies da fauna que são encontradas na Caatinga em ameaça de extinção (NASCIMENTO, 2011; ALVES *et al.*, 2012).

A Constituição Federal de 1988 e diversas outras legislações, buscam frear tais condutas humanas em desacordo com o a normas e regulamentos jurídicos ambientais relacionados a animais, sendo inclusive consideradas crimes, e as pessoas ou empresas que o cometem estão sujeitas à penalidades financeiras ou até penas de privação de liberdade (ESCOBAR; AGUIAR; ZAGUI, 2014, OKI; PANDEFF, 2016).

Portanto, a partir do problema apresentado, foi desenvolvido um estudo com o objetivo de caracterizar os crimes ambientais relacionados a animais silvestres no semiárido brasileiro. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental, este último a partir dos Autos de Infração Ambiental confeccionados pelo IBAMA, de 2006 a 2017, nos municípios que compõem o semiárido baiano e pernambucano.

OPÇÃO METODOLÓGICA

O estudo intitulado Caracterização dos Crimes Ambientais de Fauna no Semiárido Brasileiro foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB, assim como toda pesquisa que envolva seres humanos no Brasil, estruturando-se em três capítulos, em formato de artigos, submetidos em periódicos indexados, conforme estabelecia o Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental.

O primeiro artigo (ALMEIDA; SANTOS, 2017) teve como objetivo traçar um panorama da relação humana com os animais silvestres no semiárido brasileiro. Sendo assim, optamos metodologicamente por uma revisão bibliográfica, utilizando as plataformas de pesquisa *Google Scholar*, *Scielo*, *Science Direct* e *Reseachgate*, para elencar estudos que contribuíssem no desenvolvimento da pesquisa.

Na seleção dos artigos foram utilizadas as seguintes palavras chaves: história uso da fauna semiárido, crimes ambientais de fauna no semiárido, caça no semiárido, gestão da fauna no semiárido, legislação de fauna, problemas ambientais de fauna.

Para a confecção do segundo (ALMEIDA; SANTOS, 2018) e terceiro artigos (ALMEIDA, *et al.*, 2018), optamos por investigar os Autos de Infração Ambiental – AIA, aplicados em crimes contra a fauna silvestre pelo IBAMA no semiárido do estado da Bahia e de Pernambuco, através de pesquisa documental.

Para o sucesso da coleta de dados, estabelecemos um espaço temporal de 10 anos de levantamento, que foi compreendido entre janeiro de 2006 a dezembro de 2017, determinado pela viabilidade de acesso às informações documentais disponibilizadas pelo órgão.

Sendo assim, foram analisados dos registros constantes dos Autos de Infração Ambiental (AIA), acessados no sistema DOC IBAMA e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), referentes a crimes ambientais de fauna (apreensões de aves, répteis e mamíferos) no semiárido baiano e pernambucano, que resultaram em advertências ou multas com respectivo Termo de Apreensão e Depósito (TAD) lavrado pelo órgão ambiental.

A análise dos AIA levou em consideração o número total de autos de infração, valores totais de multas aplicadas, recorrência das condutas humanas criminosas presentes nos registros, as espécies apreendidas identificadas no AIA, a situação física em que os animais se encontravam com o infrator na apreensão, e a análise a partir do seu status ecológico nas listas da International Union for Conservation of Nature (IUCN), Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) e na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção da Portaria n° 444 do ano de 2014, do Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA).

UMA BREVE EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS

Com as coletas e análises apresentadas, obtivemos as seguintes informações: A pesquisa relacionada ao semiárido da Bahia revelou que em 100 municípios do semiárido baiano, os autos geraram 598 multas administrativas com o valor total de R\$ 15.545.027,00.

As apreensões realizadas pelo IBAMA representaram 12.697 animais vivos, destes, 3.679 animais não foram classificados por seus agentes. Foram identificados 7.240 pássaros, 238 mamíferos, 1.068 répteis, 442 galos de briga e 30 animais marinhos em exposições ilegais. Além disso, foram registrados nas apreensões 215 animais inteiros abatidos (6,9 kg de carne), 2 peles e 2 carcaças.

Das espécies apreendidas e identificadas 14 eram de aves, 6 mamíferos apresentando grau de ameaça segundo a IUCN. Também foram identificadas 22 espécies de aves, 11 de mamíferos e 6 de répteis citadas nos apêndices da CITES.

Já no semiárido de Pernambuco, os resultados identificaram a confecção de 592 Autos de Infração Ambiental pelo IBAMA em 76 municípios da região semiárida de Pernambuco. Os autos geraram multas no valor de R\$ 24.142.800,00.

Os animais apreendidos totalizaram 12.894 animais vivos, sendo que 3.053 não foram classificados por sua espécie. Das espécies identificadas, tivemos 9.416 aves, 132 mamíferos, 146 répteis e 147 galos de briga.

Foram registrados 1672 animais inteiros abatidos, 2 patas de *Puma concolor* e 2 chifres de *Mazama gouazoubira*. Entre as espécies apreendidas e identificadas, 16 aves, 2 mamíferos e 2 répteis apresentam ameaça de extinção, segundo a IUCN. Além disso, 30 espécies de aves, 7 espécies de mamíferos e 6 espécies de répteis foram identificados nos apêndices da CITES.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa documental, apesar de ter sido pouco utilizada nos atuais trabalhos de Ecologia Humana, foi de fundamental importância para o sucesso da pesquisa.

Como optamos por levantar práticas humanas criminosas em relação a exploração da fauna silvestre, foi possível dimensionar em uma década de levantamento, os locais de exploração, espécies preferidas para o comércio ou consumo, quantidades de animais retirados, status ecológico e também diagnosticar a própria gestão do meio ambiente naquele local.

Novos trabalhos podem utilizar a pesquisa documental como ferramenta para execução de trabalhos a área de Ecologia Humana, primando sempre por utilização de seus conceitos e base científicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mahatma Lenin Avelino de. **Caracterização dos crimes ambientais de fauna no Semiárido Brasileiro**. (2018). 74 fls. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais, Juazeiro.

ALMEIDA, Mahatma Lenin Avelino; SANTOS, Carlos Alberto Batista. Panorama da relação humana com a fauna silvestre no semiárido brasileiro. **Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro**. a.11, n. 14 (Dez. 2017) Paulo Afonso, BA: FASETE, 2017. ISSN 1982-0577. Home page: http://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2017/panorama_da_relacao_humana_com_a_fauna_silvestre_no_semiarido_brasileiro.pdf.

ALMEIDA, Mahatma Lenin Avelino; SANTOS, Carlos Alberto Batista. "Diagnosis of fauna apprehension in the semi-arid region of Bahia: an analysis from the environmental notices of violation." **International Journal of Development Research**, 8, (10), 23462-23470. 2018.

ALMEIDA, Mahatma Lenin Avelino; SANTOS, Carlos Alberto Batista; MOURA, Geraldo Jorge Barbosa; SILVA, Daniela Santos. 2018. "Control and monitoring of the hunting fauna in the semi-arid region of Pernambuco: implications for conservation", **International Journal of Development Research**, 8, (10), 23728-23735.

ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega, GONÇALVES, Maria Betânia Ribeiro, VIEIRA, Washington Luiz Silva. Caça, uso e conservação de vertebrados no semiárido Brasileiro. **Tropical Conservation Science** 5 (3):394-416.2012. .

FIGUEIRA, Cassio José Montagnani. **Diagnóstico de apreensões de aves, répteis e mamíferos no estado de São Paulo**. 2007. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

HAGENBECK, Carlos. **Animales y Hombres**. Hijos de Carlos Hagenbeck, Editores, Hamburgo-Stellingen, 483 p. 1910.

NASCIMENTO, Jorge Luiz; CAMPOS, Ivan Braga. **Atlas da fauna brasileira ameaçada de extinção em unidades de conservação federais**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasília.2011.

OKI, Vanessa Gonçalves; PANDEFF, Pando Angeloff. 2016. Análise da efetividade da Lei de Crimes Ambientais e o tráfico de animais no Brasil. **AMPLIANDO Revista Científica da Facerb**, v. 3. n. 1. Jan./Jun. 2017.

RENTAS. **1º Relatório Nacional Sobre o Tráfico de Fauna Silvestre**. 2001. Disponível em: http://www.rentas.org.br/files/REL_RENTAS_pt_final.pdf. Acesso em: 01 nov.2017.

SANTOS, Carlos Alberto Batista. **Padrões de caça, pesca e uso de animais silvestres pela etnia Truká, no semiárido brasileiro**. 2016. 142 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SICK, Helmut. **Ornitologia Brasileira**. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 912 p.1997.

ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ABORDAGENS NAS ESCOLAS DE PARAMIRIM-BA

Roseli Ramos de Oliveira

E-mail: roseramos41@gmail.com

Maria Herbênia Lima Cruz Santos (Orientadora)

E-mail: mhlsantos@uneb.br

O planeta é a minha casa, a Terra o meu endereço. Como posso viver bem numa casa mal arrumada, mal cheirosa, poluída e doente? (GADOTTI, 2000, p. 57).

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, pensar em um meio ambiente limpo, saudável, equilibrado e protegido pode parecer idealismo. Esse modelo de sociedade introduzido pelo desenvolvimento econômico e social, estimulado pelas grandes empresas e pelo mercado de consumo determina a história das civilizações (GADOTTI, 2000).

A degradação ambiental tem alcançado níveis assustadores, hoje, vivemos uma crise ambiental sem precedentes (GRÜN, 1996). Portanto, todos os esforços se fazem necessários, visto que estamos diante de um momento crucial, onde as decisões e ações voltadas para a preservação do meio ambiente deveriam estar no topo das discussões políticas e sociais como um ponto determinante para buscar soluções aos problemas ambientais.

De acordo com Pires (2011), as questões de sustentabilidade e o papel da ciência adquirem uma crescente visibilidade pública, face à urgência de intervenções para a salvaguarda das comunidades humanas. A crise ambiental é uma crise real, nesse sentido, nos leva a pensar que

é necessária uma construção e reconstrução do pensamento, as causas, os erros, enfim, os problemas que implicam na vida no planeta Terra (LEFF, 2015).

Nessa dimensão, deve-se discutir o ensino da Educação Ambiental (EA), pautado nas políticas públicas que no Brasil é respaldada pela seguinte legislação: A Lei nº 9795 de 27 de Abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011, que institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia e as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (DCNEF), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A Educação Ambiental, no universo escolar, deve desenvolver uma visão holística, enfocando a relação entre os seres humanos, a natureza e o universo de forma contextualizada e interdisciplinar, valorizando os aspectos sociais, econômicos e culturais. Dessa forma, essa pesquisa teve o objetivo de investigar os modelos de educação ambiental, como disciplina ou tema transversal na primeira série do ensino fundamental II na cidade de Paramirim-BA e como a comunidade escolar compreende as questões socioambientais. No tocante ao desdobramento dessa pesquisa foram triilhados os seguintes objetivos específicos: a) Investigar como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são contempladas no ensino de Educação Ambiental no fundamental II. b) Verificar o componente curricular de Educação Ambiental apresentado nas escolas públicas e privados no município de Paramirim-BA, e a compreensão dos alunos do sexto ano. c) Avaliar se as escolas do município de Paramirim e a comunidade escolar (professores e coordenadores) seguem as recomendações de transversalidade e interdisciplinaridade sugeridas pela PNEA no ensino formal.

CONTEXTUALIZANDO O PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo foi estruturado, e integralizado em 3 três capítulos que foram produzidos ao longo do Programa de Pós-Graduação em Ecologia humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH) no período de 2016 a 2018.

Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado em Paramirim- BA, município localizado no polígono das secas, sudoeste do estado da Bahia. O município possui 22.184 habitantes sendo que destes, 2.906 estão em idade escolar (IBGE, 2017).

Universo de pesquisa

A pesquisa foi realizada no Colégio particular Arco-Íris (CAI), e nas escolas públicas municipais, Colégio Ulysses Caíres de Brito (CUCB), Colégio Vereador Arlindo Francisco de Souza (CVAFS) e Colégio Manoel Brasil (CMB).

A estruturação da pesquisa

Para o desenvolvimento desse estudo foi necessário um mergulho na literatura, que se deu através de uma pesquisa exploratória. Os procedimentos metodológicos que nortearam este estudo iniciaram-se com a realização da pesquisa documental e bibliográfica.

A estruturação do aporte documental foi imprescindível como objeto do estudo para a compreensão da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a PNEA. Para o aprofundamento dessa pesquisa imergiu também na revisão de literatura que buscou contemplar outros documentos oficiais, como os PCNs, DCNEA, PNEA, PPP os quais norteiam o percurso da Educação Ambiental na escola e auxiliam na tomada de decisões.

Para a ampliação do tema contou também com uma revisão que abordou as temáticas da Educação Ambiental baseada em alguns autores consagrados no tema: Dias (1994), Guimarães (2004, 2006, 2007,), Leff (2000, 2002, 2015), Reigota (2009, 2012) e Carvalho, (2002, 2008) entre outros.

O segundo artigo intitulado de vivências socioambientais nas escolas de Paramirim-BA, iniciou-se com a coleta e análise dos dados a partir de uma investigação de campo. As observações aconteceram durante as sessões do filme “Rio 2” foi servida pipoca para todos os alunos com o objetivo de observar o comportamento com relação ao descarte

dos resíduos gerados (saco de papel e restos de pipoca). Como critério de inclusão da amostra foram selecionados seis alunos, três que jogaram papel no chão, e três que não jogaram, desses, resultaram 78 alunos que responderam ao questionário.

Na aplicação dessa pesquisa utilizaram-se as técnicas de coleta de dados através de questionários, contendo vinte questões, os quais foram estruturados em duas partes: a primeira parte, compostos com os dados de identificação do aluno e a segunda parte, abordando o tema da pesquisa. O questionário foi aplicado com duração aproximada de 30 minutos. Após a obtenção dos dados quantitativos coletados através do questionário com questões de múltipla escolha foram dispostos em tabela no programa *Microsoft Excel* organizadas em planilha e transformadas em dados quantitativos, tabulados. Posteriormente, analisados transformados em percentual, tabelas e figuras.

O terceiro artigo iniciou-se através da pesquisa de campo, participaram do estudo sete (07) professores e quatro (04) coordenadores. A identidade das professoras e coordenadores foi preservada usando como código de identificação em suas falas a letra “P” (Professor) e “C” (Coordenador), passando a serem identificados como: “P1”; “P2” e assim sucessivamente numa menção genérica e aleatória, desta foram prosseguiu também a identificação para coordenadores “C1” e “C2”. Como critérios de inclusão da amostra, os professores entrevistados deviam lecionar a disciplina de Educação Ambiental no sexto ano. No caso do CAI por não ter a disciplina, foi entrevistado o professor que leciona na turma e que ministra disciplina em áreas afins.

Entre os instrumentos metodológicos utilizados para coleta de dados, optou-se pela aplicação de entrevistas semiestruturadas com o propósito de acessar a percepção dos professores e coordenadores. Após a obtenção das entrevistas que foram gravadas em áudios, transcritas em mensagens e posteriormente interpretadas através da análise do conteúdo. Técnica essa que visa à interpretação de material, assegurando uma descrição objetiva para sistematizar as informações, (BARDIN, 2011). Após a obtenção das informações, Os dados quantitativos foram analisados e tabulados, em seguida, os resultados foram transformados em percentuais, tabelas, quadros e figuras.

AS EVIDÊNCIAS DA ANÁLISE

A legislação brasileira que consolida a EA no âmbito formal é muito criticada no sentido de não oferecer um suporte ou orientação para sua efetividade. Apesar da ampliação e disseminação das informações através de *websites* que possibilitam conhecer e experimentar, o conhecimento não é fator determinante para o aprofundamento das informações e instruções dos marcos e leis. Nesse sentido, os autores Jacobucci *et al.* (2013) dizem que a educação capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. O conhecimento proporciona uma maior interação com a prática pedagógica.

O segundo artigo traz as vivências Socioambientais nas escolas de Paramirim-BA, ao qual revela que, a existência de disciplinas que abordam a Educação Ambiental no sexto ano é contraditória, no entanto, estudos de algumas instituições de ensino que já estão criando a disciplina são encontrados, baseadas em leis estaduais ou municipais, como é o caso do município de Ilha das Flores no estado de Sergipe. Outro exemplo é a escola Professor Adílio Santos da rede pública municipal de Itapetinga-BA, ensino fundamental de sexto ao nono, que concerne a Educação Ambiental como disciplina, onde 50% dos entrevistados afirmaram que é trabalhada como disciplina, 37,5% relataram que é trabalhada de forma interdisciplinar e 12,5 % ressaltaram que é trabalhada como tema transversal (VIANA E OLIVEIRA, 2006).

Os resultados de Ilha das Flores-SE e Itapetinga-BA são semelhantes aos encontrados no município de Paramirim-BA. Uma vez que, alguns alunos informaram que a Educação Ambiental deve ser ministrada como uma disciplina, já outros sugerem que deve ser um tema transversal. Para essa indagação os alunos das escolas CUCB, 26,3% e CVASF 22,2%, reconheceram como transversal, o que é contraditório mediante os achados da pesquisa que mostram que o direcionamento da Educação Ambiental é em uma disciplina do currículo da parte diversificada. Para superar as lacunas da Educação Ambiental, é necessário que a interdisciplinaridade valorize experiências cotidianas no contexto local, estudos e atividades em consonância com os princípios da sustentabilidade socioambiental, que potencializem o surgimento de novos valores e atitudes (GADOTTI, 2000; GUIMARÃES, 2004).

Com relação à mudança de atitude, para 40,0% os alunos do CUCB, não tiveram mudanças significativas com relação ao meio ambiente. A Cada dia fica mais evidente a importância da Educação Ambiental considerando a formação cidadã e a criticidade e o cuidado com o meio ambiente. Logo, a escola precisa ser suficiente para superar as lacunas na dimensão socioambiental assim como preconizar as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental.

Contudo, o terceiro artigo traz considerações a respeito do seguinte achado: dos onze (11) participantes, sendo eles quatro (04) coordenadores e sete (07) professores responderam sobre o conhecimento em relação aos documentos legais e sua inserção no desenvolvimento da Educação Ambiental. Tomando como base a análises dos documentos citados, os resultados obtidos no presente estudo, mostraram que 54,54% dos professores e coordenadores entrevistados, têm conhecimento sobre a PNEA e os PCNs. Já 63,63% deles, revelam ter conhecimento dos DCNEA e PPP, no entanto, possuem dificuldades em aplicar a EA considerando a interdisciplinaridade e transdisciplinariedade.

Estudo semelhante a esse, realizado em escolas da rede pública estadual de ensino fundamental em Aracaju-SE, mostraram que 66,6% dos professores entrevistados desconhecem os PCNs e 87% deles, desconhecem as DNCEA. No entanto, 54,54% dos entrevistados dizem que conhecem e compreendem PNEA. Esses resultados em parte, reproduz a realidade de Paramirim-BA, principalmente no quesito PNEA, aspecto que gera reflexões sobre políticas públicas destinadas a implementar e incrementar a Educação Ambiental.

De acordo com Morin (2000), o educador possui as condições necessárias para realizar estudos em Educação Ambiental, desenvolvidos e aplicados em uma dinâmica capaz de explorar o comportamento humano para produzir ações que favoreçam as transformações coletivas. No entanto, muitas vezes a falta de conhecimento da legislação, a falta de estímulo e formação dos professores dificulta, e até impede, ações socioambientais preconizadas no ensino de Educação Ambiental principalmente em âmbito local, com enfoque aos problemas do cotidiano da comunidade escolar.

CONCLUSÃO

O estudo mostrou fragilidades com relação à aplicabilidade, correlação e envolvimento com os marcos regulatórios da Educação Ambiental no âmbito formal. A ausência deles no ambiente escolar gera um entendimento equivocado.

Enquanto a escola se limitar na maneira de desenvolver a Educação Ambiental na perspectiva da PNEA, dos PCNS das DCNS terá como lacunas o entendimento crítico da realidade socioambiental.

Além disso, não promoverá a atualização e adequação dos currículos baseados na complexidade e dinamismo das condições do mundo atual adequando aos nexos da interdisciplinaridade e transversalidade como sugerem as leis.

Contudo, é necessária uma conexão no sentido de ensinar e aprender, esse processo deve ser participativo, transformador e emancipatório, contribuindo para a formação cidadã.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011**. Secretário de Educação do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/LEI%20N%C2%BA%2012.056%20DE%2007%20DE%20JANEIRO%20DE%202011.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BAHIA. **Portaria nº 1.128 de janeiro de 2010**. Secretária da Educação do Estado da Bahia. Disponível em: www.educacao.ba.gov.br/system/files/private/.../portarian1128dejaneirode2010.pdf. Acesso em: 4 jan. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 jan. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 2 fev. 2017.

BRASIL. **Educação ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Brasília – DF, mar. 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/I9.795.htm. Acesso em: 16 dez. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL.. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**, Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao>. Acesso em: 8 jan. 2017.

BRASIL.. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 jan. 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4. ed. São Paulo Alegre: Cortez, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A Invenção ecológica**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire *et al.* **Educação ambiental: princípios e práticas**. 6. ed. São Paulo: Editora Gaia, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 5. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. **Os caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Campinas: Papirus, 2006.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: no consenso um embate?** Papirus Editora, 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Prefeitura de Paramirim-BA, 2016. Disponível em: http://www.paramirim.ba.gov.br/?page_id=40. Acessado em: 12 nov. 2017.

JACOBUECCI, Daniela Franco Carvalho; NOGUEIRA-FERREIRA, Fernanda Helena; SANTANA, Flávia Ribeiro. Representações de educação não-formal e utilização do espaço museal por professoras do Ensino Fundamental. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, n. 1, p. 125-132, jan./jun. 2013

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Tradução Jorge Esteves da Silva. Blumenau: EDIFURB, 2000.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução Sandra Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução Lúcia Mathilde. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2000.

PIRES, Iva Miranda. **Ética e prática da ecologia humana: questões introdutórias sobre ecologia humana e a emergência dos riscos ambientais**. Lisboa: Apenas Livros Ltda, 2011

REIGOTA, Marcos. Educação ambiental: a emergência de um campo científico. **Perspectiva**, Florianópolis (SC), v. 30. n. 2. p. 499-520. maio/ago. 2012.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

VIANA, Pedrina Alves Moreira Oliveira, and José Everaldo Oliveira. "A inclusão do tema meio ambiente nos currículos escolares." **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 16, p. 01-17, 2006.

MEIO AMBIENTE URBANO, MONUMENTOS E FÉ CATÓLICA EM PETROLINA-PE

Viviane Almeida Vieira

E-mail: vavieira@uneb.br

Elton Moreira Quadros (Orientador)

E-mail: emquadros@uneb.br

INTRODUÇÃO

A Ecologia Humana possibilita-nos conceber o ser humano como parte integrante da natureza e a cultura como a grande mediadora entre ele (ser humano) e o meio físico e biótico (PIRES e CRAVEIRO, 2014). Então, compreendendo a cultura como natureza, desenvolvemos nossa pesquisa no âmbito do denominado Meio Ambiente Humano.

O tema escolhido por nós, diz respeito a memória da fé católica, enquanto expressão da cultura e a relação desta com o processo de urbanização da Cidade de Petrolina-PE até os dias de hoje. Portanto, o objetivo geral era analisar a existência, o comportamento e a influência da memória da fé católica no meio ambiente urbano da cidade de Petrolina. Esse tema é intrinsecamente multidisciplinar, envolve filosofia, teologia, história, antropologia e sociologia, no mínimo.

Para nós, não seria possível atingir nosso objetivo em outra área do conhecimento que não a Ecologia Humana, porque ela é “uma ciência social pluridisciplinar, ou a mais social das ciências sociais, pois estuda as relações Ética e Prática do homem com o meio físico e biótico, relações essas que são mediadas pela cultura” (PIRES e CRAVEIRO, 2014, p. 59-60).

Nesse sentido, traçamos três objetivos específicos, que irão resultar nos três artigos que compõem a nossa pesquisa: 1. Esclarecer os conceitos de natureza, meio ambiente e cultura; 2. Reconstruir o passado do desenvolvimento urbano da cidade de Petrolina; e, 3. Explicitar a exis-

tência, o comportamento e a influência da memória da fé católica no atual meio ambiente urbano deste município. Para cada objetivo específico lançamos mão de uma metodologia própria que passaremos a descrever, desde os desafios da escolha e desenvolvimento até os resultados alcançados.

PERCURSO METODOLÓGICO

Como dito em linhas pretéritas, a nossa pesquisa é composta por três artigos científicos, cada qual correspondendo a um dos objetivos específicos, e tendo por tanto, metodologia diferentes. Estes foram desenvolvidos ao longo do Programa de Pós-Graduação em Ecologia humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH) no período de 2016 a 2018.

Características da Área de Estudo

A pesquisa foi realizada no Município de Petrolina- PE. Conhecida outrora como Passagem do Juazeiro-BA, esta cidade se diferencia pela sua paisagem urbana, econômica e cultural na região onde está ambientada. É considerada a capital do sertão pernambucano, e é a sexta economia do estado, segundo dados do IBGE (2017)¹

Universo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada especificamente no perímetro urbano da cidade, estando pois, incluso o centro da cidade e os bairros periféricos, e tendo sido descartado o perímetro rural, uma vez que o objetivo geral do estudo é analisar a memória da fé católica no Meio Ambiente Urbano.

Estrutura

O primeiro artigo da nossa pesquisa, intitulado “Da natureza à cultura, esclarecimentos conceituais”, cujo objetivo era explicitar os referidos conceitos, na medida do possível, à luz da Ecologia Humana, utilizamos a técnica da revisão bibliográfica. Ressaltamos, por oportuno, que nessa época, lamentavelmente, ainda não conhecíamos a técnica da revisão bibliográfica sistêmica. A grande dificuldade que encontramos foi a de que estes termos

1 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama – Petrolina – Pe – Censo Demográfico 2010**. IBGE, v4.3.8.14.1, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>. Acesso em: 10 jun.2018.

são utilizados como sinônimos, num intenso processo de homogeneização dos significados. Diferenciá-los tornou-se uma tarefa muito árdua diante da escassez de trabalhos que se dedicam a essa análise conceitual.

Selecionamos apenas livros e artigos científicos que tratassem especificamente do tema. Utilizamos as expressões “meio ambiente humano e ecologia humana”, em português e em inglês, nas plataformas: google; google acadêmico; nas plataformas Sucupira e Sielo e não encontramos um só artigo que explicitasse o conceito de Meio Ambiente Humano, razão pela qual nós mesmos, embasados na Teoria Geral da Ecologia Humana, desenvolvemos um conceito embrionário, na esperança que outros venham a completa-lo ou dele divergir.

Destacamos ainda que para a definição de Cultura elegemos as obras de Edgar Morin e Norbert Elias, porque para nós, os pensamentos por eles desenvolvidos são os que mais se coadunam com a visão holística e multidisciplinar da Ecologia Humana.

No segundo artigo, intitulado “Da passagem do joazeiro à cidade: a influência da igreja católica no processo de urbanização de Petrolina-PE”, como se tratava de uma reconstrução do passado, utilizamos além a revisão bibliográfica, a análise documental para discutir os vários documentos históricos que catalogamos (fotos, recortes de jornais, cartas e legislações da época, dentre outros). Nesse processo metodológico, não encontramos grandes dificuldades.

Por fim, o terceiro artigo, “Memória da fé católica no espaço urbano de Petrolina/PE”. Inicialmente, pensamos em utilizar uma das técnicas da sociologia de Devid Pierson², porém, percebemos que o curto tempo do mestrado não seria suficiente. Diante deste empecilho, escolhemos estudar os monumentos existentes no perímetro urbano da cidade, entendendo-os como “lugares de memória”, capazes de nos dizer se existe ou não uma memória da fé católica, e qual a importância que a sociedade atual atribui à elas.

2 Donald Pierson é formado na Escola Sociológica de Chicago, e realizou no Brasil, na década de 40-50 importantes pesquisas urbanas na cidade de São Paulo-SP. Os métodos de pesquisa por ele desenvolvidos marcaram sua época e, ainda hoje, são referência para os pesquisadores da sociologia e antropologia das cidades, em nosso país (MENDOZA, 2005)

Fundamentamos a nossa pesquisa nos conceitos de memória desenvolvidos por Pierre Nora (1993), e de Memória Coletiva de Maurice Halbwachs (1990). Para ambos, a memória é um processo social, inconsciente e atualizante, que liga o sujeito ao grupo a que pertence. Eles compreendem memória como passado vivo, porque transmitido espontaneamente por grupos vivos. Assim, para eles, a história é um processo artificial, que tem por função reconstruir o passado, porque ele já não mais está presente na memória. Estas definições importam para nossa pesquisa porque o que pretendemos é acessar e estudar esta memória coletiva de uma fé católica. Somente enquanto memória, essa fé pode impactar no meio ambiente cultural, porque se ela existir apenas como história, ela será um passado que não existe mais e portanto, não interfere nos aspectos urbanos da cidade.

Realizamos um estudo documental dos monumentos históricos com conteúdo religioso erguidos no espaço urbano da cidade de Petrolina-PE, porque, segundo Pierre Nora (1993), eles (os monumentos) podem ser considerados lugares de memória, e segundo Halbwachs (1990), funcionam como ilhas de passado, ou seja, o passado que se faz presente na contemporaneidade. Em um e em outro autor, entendemos que os monumentos seriam um instrumento para averiguar a existência e o impacto de uma possível memória da fé católica na região. Estes monumentos foram catalogados mediante registro fotográfico e analisados segundo cinco categorias: cronologia, conteúdo, objetivo, localização geográfica, estado de conservação.

Por fim, analisamos os efeitos que estes lugares de memória provocam no espaço urbano de Petrolina-PE. Inicialmente, apresentamos um conteúdo teórico sobre os conceitos de memória, história, e monumentos, à luz do referencial teórico acima referido. Posteriormente, apresentaremos um catálogo fotográfico dos monumentos selecionados para este estudo, um mapa dando conta da sua localização bibliográfica e uma tabela com os dados referentes às cinco categorias acima elencadas.

Diante dos dados coletados, analisamos e discutimos, na categoria da cronologia, se as datas dos monumentos apontam ou não para uma continuidade desses lugares de memória, indicando se eles são um dado meramente histórico, ou uma memória; pelas categorias do conteúdo e objetivo, nos foi possível distingui-los dos demais monumentos, e

perceber o que pretendem lembrar e porque, esclarecendo a sua função enquanto lugares de memória; pelo critério da localização, discutimos a relação entre o lugar geográfico de cada monumento e a relevância que lhe é atribuída neste espaço urbano, assim poderemos inferir qual o grau de influência que o seu conteúdo exerce naquela sociedade; e por último, pela categoria do Estado de Conservação, analisamos se há ou não uma relação entre o estado de conservação em que se encontra o monumento e a importância que a sociedade contemporânea a eles atribui.

Por fim, feitas as análises e discussões acima, relacionamos os resultados para averiguar se existe ou não uma memória da fé católica em Petrolina-PE e qual o grau de relevância para aquela sociedade. Partimos do pressuposto de que quanto mais a fé católica se afigurar uma memória, maior a sua influência sobre os aspectos urbanos da cidade; ao passo que quanto mais esta fé se afigurar uma história, menos influência exercer na sociedade atual, pois será apenas um passado, artificialmente reconstruído, que não existe mais no presente.

APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DOS DADOS

No espaço urbano de Petrolina-PE, encontramos 20 importantes monumentos.³ Dentre eles, dez possuem conteúdos relacionados a fé católica; um está ligado a lendas da região, que é o monumento da “*Mãe d’água*”; outro, “*O Bode*”, associado à cultura gastronômica regional e os demais são de natureza cívica. Não foi encontrado nenhum monumento que expresse a crença em outras religiões.

A quantidade de monumentos encontrados revela que em Petrolina-PE há uma forte expressão cultural através desse gênero (monumentos). Pela cronologia, percebemos que os monumentos não são um costume do passado, mas uma prática que ainda perdura, como uma tradição. É que o primeiro monumento da cidade foi “O cruzeiro” da praça do Galo, e remonta ao ano de 1901, quando a cidade ainda era apenas um povoado, e o mais recente monumento, “O Relógio”, data de 2013.

3 Monumentos não católicos no perímetro urbano de Petrolina-Pe e suas respectivas datas de fundação: Bode do Bodódromo (2000); Jumento Aguadeiro (1984); Monumento da Integração (1975); Chafariz (S/D); Monumento do Milênio (1999/2000); Os pracinhas (2012); Ponte Eurico Gaspar Dutra (1954); Antiga Estação Ferroviária (1923); Encruzilhada do Progresso (1970); Mãe d’água (2012); Carrancas (s/d).

Observando a quantidade de monumentos católicos, e a ausência de monumentos que expressem outras crenças ou religião, percebemos que há uma predominância do catolicismo na sociedade petrolinenses. Esta conclusão é corroborada pelos dados do último censo do IBGE (2010)⁴ sobre esse tema, que revelou que 73,1% da população de Petrolina-PE são católicos apostólicos romanos, 15,9% são evangélicos, 0,7% espíritas, 0,1% umbanda e candomblé, 1,6% outras religiões, e 8,6% sem religião, não sabe ou não informou.

Pela cronologia dos monumentos católicos, percebemos que eles apresentam uma certa continuidade temporal (1901; 1929; 1955; 1965; 1995; 2012; 2013), de modo que podemos inferir que a fé católica expressada nos monumentos está sendo passada de geração em geração, fazendo-se viva na memória da sociedade, como memória imaterial. Ainda sobre a cronologia, percebemos que os monumentos católicos estão também associados a datas cívicas importantes da cidade, como a fundação do seu povoado, com a construção da capela (hoje Igreja Matriz) e o monumento do Cruzeiro em 1901 e a comemoração do centenário da cidade em 1995, ocasião em que foram erguidos os monumento do “Centenário” e do “Cruzeiro” da praça Maria Auxiliadora.

Sobre a localização geográfica, observamos que, na maioria deles, há uma relação entre o conteúdo/objetivo e o local escolhido para ele. O monumento do Cruzeiro (1901) foi erguido na frente do local onde seria construída a primeira capela, bem no centro onde havia a concentração do povoado, à margem do rio, em localidade de fácil visibilidade por parte daqueles navegavam pelo rio ou estivessem na outra margem. Por essas características, percebemos que esse monumento funcionava como um sinal de demarcação de território, a informar que aquele povoado pertencia à “malha urbana eclesial” do Rio São Francisco. Com o passar dos anos, ele foi transportado para o local onde, na época, era considerado o Portal de Entrada da cidade, com a mesma função de demarcação do domínio católico daquela região, anunciando esta mensagem a todos que dela se aproximasse.

4 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Monografias Municipais – Nordeste/Pernambuco – Petrolina**. IBGE, v4.3.8.14.1, pág. 22, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2980/momun_ne_pe_petrolina.pdf. Acesso em: 13. Jul. 2018.

O monumento do Apóstolo São João foi alocado na entrada da cidade universitária, havendo uma associação entre a capacidade intelectual de escrita do apóstolo de Cristo e as atividades intelectuais desenvolvidas nas faculdades. Este monumento revela ainda uma possível relação entre a educação e a fé católica, talvez justificada pelo fato de ter o primeiro Bispo da Cidade, Dom Malan, trazido as Escolas Dom Bosco e Maria Auxiliadora, que muito contribuiu para o desenvolvimento da educação no município, ainda hoje em plena atividade e consideradas entre as melhores escolas da região (SÁ Y BRITTO, 1995).

A Igreja Catedral foi construída perto da orla, no ponto central do município, sob a lenda de que toda a cidade cresceria ao redor dela (CAVALCANTI, 1999). Hoje, de fato ela está bem no centro urbano da cidade e ao seu redor encontra-se os principais prédios públicos como a Prefeitura e os Correios, e também a Rádio Emissora Rural, o Centro Cultural Dom Bosco, a Escola Maria Auxiliadora, e importantes lojas comerciais. No mesmo contexto espacial da Catedral, encontram-se os monumentos: *Relógio*, *Dom Malan* e *o Cruzeiro* (1995), que os avizinha, gozando dos mesmos privilégios de visibilidade e acessibilidade da Catedral.

Os monumentos *Centenário* e *Bíblia* foram colocados em trevos que interligam importantes avenidas da cidade, sendo locais de grande circulação de carros e de fácil visibilidade, permitindo que sejam vistos diariamente por um grande número de pessoas. O *Centenário* está localizado na entrada da cidade, no sentido de quem vem de Recife, e ligando duas importantes avenidas (Av. Monsenhor Ângelo Sampaio e Av. Cardoso de Sá). Monumento *Bíblia* está localizado no trevo da Av. Clementino Coelho com a Avenida da Integração, interligando o Distrito Industrial ao centro da Cidade.

O monumento *Dom Avelar* está localizado no Bairro que tem o seu nome e, portanto, é distante do centro da cidade. Este monumento está em precária condição de conservação. Não há identificação e parece completamente abandonado e deslocado do cenário onde foi alocado.

De modo geral, a localização geográfica dos monumentos católicos demonstra a relevância que seus respectivos conteúdos possuem para a cidade do ponto de vista urbano. O mapa geográfico da disposição dos

monumentos descreve bem essa realidade, pois podemos perceber que há uma concentração de monumentos católicos no espaço urbano notadamente nos locais de grande importância comercial e turística, como centro da cidade, avenidas e orla.

Sobre o conteúdo e objetivo, observamos que em todos os monumentos de conteúdo religioso, a expressão da fé católica predomina, não havendo referência a outras religiões e crenças.

Quanto à categoria de conservação, percebemos que a maioria carece de manutenção, estão depreciados em razão do tempo e da ação de vândalos. Essa situação não é somente em relação aos monumentos católicos, ela é comum a todos os demais monumentos da cidade como demonstra a reportagem televisiva do G1 em 2015⁵.

Essa reportagem denuncia a situação de depreciação e descaso do poder público. Mas, ao mesmo tempo, ao entrevistar moradores da região, todos foram unânimes em reconhecerem o valor dos monumentos e lamentarem a situação em que eles se encontram. Diante disto, percebemos que o mal estado de conservação dos monumentos religiosos católicos não está relacionado à importância que a população atribui a eles, uma vez que é uma realidade também dos demais monumentos e parece ser uma tendência da contemporaneidade, no Brasil e no mundo.

Entretanto, recentemente dois importantes monumentos históricos foram restaurados: *O Cruzeiro* (da praça do galo) e a *Catedral*. O primeiro por iniciativa e custeio do poder público, que o selecionou para ser o primeiro dentre vários outros monumentos de grande notoriedade. Esta seleção demonstra o reconhecimento e o prestígio deste monumento, sendo o mais antigo dentre os monumentos de fé católica.

A reforma da catedral, por sua vez, foi uma iniciativa da própria Igreja Católica, mas foi custeada pelos fiéis e pelos empresários da região. O apoio popular também se deu pelo reconhecimento do significado deste monumento com identidade da cidade e memória histórica de sua fundação, como podemos perceber na reportagem da Rádio Emissora

5 G1 PETROLINA. Monumentos estão em situação de abandono em Petrolina, PE. **Petrolina e Região**. G1 Petrolina, 13-11-2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2015/11/monumentos-estao-em-situacao-de-abandono-em-petrolina-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Rural⁶, em 2015, que mostra a doação pessoal do prefeito Júlio Lóssio e de vários funcionários da prefeitura.

CONCLUSÃO

A pesquisa revelou que o processo de urbanização da Cidade de Petrolina-PE historicamente sofreu forte influência e contribuição da Igreja Católica nos âmbitos da estrutura, saúde e educação. Revelou ainda, que existe uma memória da fé católica presente no espaço urbano do município. Parece evidenciar que a fé possui o poder de alterar o meio ambiente biótico e abiótico.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Francisco José. **Catedral de Petrolina, profecia e evocação**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1999a.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1994, v.1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Censo Demográfico 2010** Diversidade cultural, p. 203, 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pentecostal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf. Acesso em: 17 jun.2018.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

MORIN, Edgar. **O Paradigma Perdido: a natureza humana**. Portugal: Publicações Europa-América, LDA, 1973.

MENDOZA, Edgar S. G. **Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950)**. Porto Alegre: Sociologias, ano 7, n. 14, jun/dez 2005, p. 440-470.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993

PIRES, Iva Miranda e CRAVEIRO, João Lutas. Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre a Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais. In. **Ecologias Humanas**. Juracy Marques(org.). Feira de Santana-BA UEFS, p. 462, 2014.

SÁ Y BRITTO, M.C. de. **Petrolina – origem, fatos, vidas, uma história – do desbravamento do município a 1992**. Petrolina, 1995.

6 A VOZ DO SÃO FRANCISCO - EMISSORA RURAL. **Reforma da Catedral de Petrolina Tem Apoio de Funcionários da Prefeitura**, 2015. Disponível em: <http://am730.com.br/reforma-da-catedral-de-petrolina-tem-apoio-de-funcionarios-da-prefeitura/>. Acesso em: 13 jul.2018.



POSFÁCIO

Viver é escrever uma ficção de poesia e beleza sobre a própria vida.

Não raro, somos interpelados sobre a questão: o que é Ecologia Humana? Mesmo somando mais de um século de sua sistematização, aos olhos da sociedade como um todo, esses dois termos, juntos, nos levam a um grau de perplexidade e incompreensão.

Quando Haeckel estabeleceu o campo da Ecologia, nas trilhas deixadas pelo pai do evolucionismo, Charles Darwin, provocou a humanidade para perceber as relações sistêmicas que se estabelecem na natureza, entretanto, imaginou-se, por muito tempo, que tratava-se, mesmo, das interações entre plantas e bichos nos ecossistemas.

Nós, os bichos humanos, também feras irracionais, como bem descreveu o humanólogo Sigmund Freud, ficamos de fora dessa problematização, pois, sempre nos comportamos como um elemento superior e externo à natureza.

Parece óbvio demais que a Ecologia Humana seja descrita como o esforço indigesto de pensar, também, as interações da espécie humana na natureza, nos ecossistemas. Mas não! É exatamente isso! Esse campo de conhecimento adisciplinar, objetiva mobilizar diferentes saberes para pensar nossa espécie como uma das naturezas da natureza.

Dois caciques sertanejos traduziram muito bem o que vem a ser a Ecologia Humana. Afonso Pankararé afirmou, certa vez, que, para ele, Ecologia Humana é quando você fala com a natureza e escuta o eco dela. Jailson Jaguaracy, dos Kariri-Xocó de Paulo Afonso, falava que existe uma ciência de nós.

Apesar de estar imerso nos estudos de Ecologia Humana a quase duas décadas, fui tomando por essas duas elaborações e, hoje, são os conceitos que digeriram, em mim, a inquieta sensação de estar diante de uma armadilha frente às generalizações das reduções, bem como das reduções das generalizações, comum na Ecologia Humana.

Ambas as direções são muito perigosas quando rompemos com os modelos disciplinares, caquéticos, supremacistas, equivocados e violentos, que

se arvoraram na tentativa de descrever o comportamento da espécie humana a partir da fragmentação do saber, sobretudo, na era moderna. Estamos mesmo, diante de uma ciência de nós sob o imperativo de, ao falarmos com ou sobre a natureza, devemos ter a capacidade de escutar o eco dela.

Há aproximadamente 14 anos atrás organizamos no Departamento de Educação de Paulo Afonso (Campus VIII-UNEB), a primeira especialização gratuita em Ecologia Humana e Gestão socioambiental que desdobrou-se na estruturação do mestrado em Ecologia Humana no ano de 2010.

Como psicanalista e antropólogo, sentia-me atraído por uma análise mais holística da espécie humana mas, intuía, a dimensão disciplinar não dava conta dessa necessidade. De forma inusitada tive acesso ao livro de Paulo Machado, intitulado *Ecologia Humana*. “É isso que gostaria de fazer!”, disse ao terminar de lê-lo, sem imaginar que, no mundo, um corpo muito grande de pesquisadores (as) já debruçavam-se sobre essa forma de pensar os ecossistemas da espécie humana, destacando-se o Círculo Europeu de Ecologia Humana e a Sociedade Norte-Americana de Ecologia Humana (SHE), lugares que passaria a interagir anos depois.

Gradativamente fui convidando colegas de diferentes áreas do conhecimento e montando o time que levaria à frente a primeira proposta de formação a nível de pós-graduação no Brasil em Ecologia Humana. Antes mesmo do mestrado, fundamos o Núcleo de Estudos em Povos e Comunidades Tradicionais e Ações Socioambientais (NECTAS), para integrar-se à uma pesquisa coordenada pelo Antropólogo Alfredo Wagner com populações tradicionais em todo o Brasil. Por muito tempo partilhei a gestão desse Núcleo com a Dra. Eliane Nogueira. As pesquisas realizadas pelo NECTAS foram muito importantes para a organização e aprovação do mestrado que teve, à frente da primeira coordenação, a Dra. Cleonice Vergne, um baluarte da Arqueologia do Nordeste.

Parte desse grupo sentiu a necessidade de criar a Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH), em 2012, objetivando avançar na divulgação da Ecologia Humana no Brasil. Essa sociedade científica foi fundamental para calçar, ainda mais, a proposta do mestrado, colaborando, substancialmente, na internacionalização das relações do

PPGECOH, tanto com a Europa, como Estados Unidos e América Latina. Foi, sem soma de dúvidas, uma grande parceira na criação da Rede Latino Americana de Ecologia Humana (RELAEH), estruturada no Paraguai em 2016, já sob a presidência da Filósofa e Advogada Alzeni Tomaz, hoje, mestra em Ecologia Humana pelo PPGECOH da UNEB. Os novos rumos da SABEH, atualmente, encontra-se sob a responsabilidade do Dr. Gustavo Negreiros, Professor da UNIVASF.

O Professor Geraldo Marques, considerado o patrono do nosso mestrado de Ecologia Humana, dizia sempre: “Não sai da minha cabeça a doce impressão de que esse projeto foi pensado por meninos e meninas do Sertão, dantes, impensável”.

Esse percurso, de mais de uma década, congregando esforços de todos (as) os (as) pesquisadores (as) engajados (as) na causa da Ecologia Humana, culminou com a estruturação de um projeto de doutorado que foi um dos produtos do meu estágio pós-doutoral em Ecologia Humana que realizei na Universidade Nova de Lisboa (UNL), sob a supervisão da Dra. Iva Pires, atual presidenta da Society for Human Ecology (SHE). A proposta foi submetida e aprovada pelo Departamento de Tecnologias e Ciências Sociais (DTCS-III), que acabava de recepcionar o PPGECOH, deslocado do Campus de Paulo Afonso.

Depois disso, ponderou-se que era necessário aguardar a nova avaliação da CAPES, haja vista, haver uma controversa exigência de que o programa de mestrado tivesse conceito 4, sendo que, até então, éramos conceito 3 na CAPES.

Em 2018, já com o Professor Carlos Alberto e o Prof. Ricardo Amorim, à frente da coordenação do PPGECOH, a proposta do doutorado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental foi encaminhada para avaliação da CAPES, após uma calorosa reunião com a Pró-Reitora de Pós-Graduação da UNEB, a Dra. Tânia Hetkowski. O Reitor, Prof. Bites de Carvalho, já havia afirmado que não mediria esforços para que conseguíssemos o doutorado para Juazeiro. Em 26 de outubro de 2018, fomos tomados pela intensa alegria da aprovação do nosso doutorado, sonhado e lapidado por tantas mãos. Trata-se do primeiro doutorado em Ecologia Humana da América Latina.

Fiz essa narrativa para fazer constar o lugar onde os resultados de diferentes pesquisas em Ecologia Humana foram gestadas e, agora, estão sendo compartilhadas nesse livro.

É deveras muito gratificante ver nossos alunos e alunas, a maioria mestres e doutorandos pelo nosso Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), lançando as sementes que germinarão a base do que é a Ecologia Humana no Brasil.

No momento em que escrevo este prefácio, na minha casa na Serra dos Morgados, estou escutando vários pássaros cantarem, o vento brincando com os galhos das árvores, e, diante dos meus olhos, está um céu intensamente azul, a pele que esconde o mistério da vida. Sinto que tudo isso que está tão fora, até os confins do universo, só existe, porque está dentro de mim, pulsando no meu coração, na minha alma. Viver é escrever uma ficção de poesia e beleza sobre a própria vida.

Tapia, Ecólogo Humano argentino, escreveu certa vez que a Ecologia Humana é uma ética para a vida. É por esta razão que também fui dragado pela açucarada tarefa de pensar o humano do humano, a natureza mais misteriosa da natureza. Espero que algum dos textos desse livro lhe capture nisso que é nossa tarefa de pensar a ciência de nós.

Dr. Juracy Marques
Prof. do PPGECH

ÍNDICE REMISSIVO

A

agricultores 64, 71, 89, 91, 155, 170, 173, 174, 175, 210
arqueologia 7, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 82, 151

B

Barragens 13, 63, 66, 67, 124, 145

C

comunidade 8, 9, 10, 14, 22, 26, 31, 34, 36, 54, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 115, 118, 121, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 141, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 174, 175, 222, 226
crianças 9, 126, 131, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190
cultura 14, 79, 80, 85, 87, 88, 91, 95, 100, 101, 107, 108, 111, 115, 118, 126, 130, 131, 132, 144, 149, 151, 153, 168, 186, 228, 229, 230, 233

D

desenvolvimento 9, 10, 26, 55, 63, 64, 66, 69, 72, 74, 80, 83, 101, 122, 131, 144, 149, 150, 154, 155, 156, 161, 168, 170, 179, 183, 190, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 217, 221, 223, 226, 228, 229, 230, 235, 246, 249
Desenvolvimento Sustentável 16, 123, 151, 175, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 245

E

Ecologia Humana 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 30, 32, 35, 36, 39, 53, 54, 60, 76, 77, 81, 82, 84, 101, 105, 118, 121, 122, 123, 125, 132, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 153, 155, 156, 157, 160, 167, 168, 175, 179, 180, 191, 194, 195, 198, 199, 202, 203, 215, 217, 219, 229, 230, 231, 237, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253
educação 6, 7, 8, 10, 27, 31, 100, 126, 127, 129, 132, 133, 138, 139, 141, 148, 150, 179, 210, 222, 225, 228, 235, 237

G

gestão 7, 10, 30, 35, 117, 159, 164, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 206, 217, 219, 240
Gestão Socioambiental 6, 7, 14, 15, 35, 36, 39, 76, 79, 125, 151, 167, 194, 195, 215, 217, 219, 222, 230, 241, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

I

Identidade 8, 14, 105, 127, 128, 130, 133, 194, 196
indígenas 6, 109, 137, 144, 172, 215
interdisciplinaridade 10, 125, 222, 225, 226, 227

J

Juventudes 13, 245

L

legislação 6, 105, 128, 217, 222, 225, 226

M

Meio Ambiente 4, 10, 16, 33, 197, 203, 218, 229, 230, 231, 245, 248

Memoria 50

modernidade 66, 133, 151, 161, 162, 165

O

Organização 13, 75, 83, 150, 169, 213

P

pesca 8, 9, 72, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 157, 160, 220

pescadores 8, 9, 100, 102, 104, 105, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160

pesquisa documental 217, 219, 223

Pesquisa Narrativa 13

Q

QUILOMBOLA 14, 99, 125

R

RESÍDUOS 15, 193

ruralidades 39

S

Segurança Alimentar 9, 15, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176

T

transitoriedade 7, 38

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

ORGANIZADORES:

ALEXANDRE JUNIOR DE SOUZA MENEZES

Graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco (2016). Possui Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB (2018) e especialista em Gestão de Sistemas Agroindustriais na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (2018). Integrante do NUJUVES - Núcleo de Pesquisa em Juventudes (UNIVASF) e do NARRATIVIDADES - Grupo de Pesquisa Educação, Narrativas e Experiência Docente na contemporaneidade (UNIVASF), atuando nas linhas de pesquisa em Educação, Narrativas, Ensino Médio e Ruralidades; Juventudes, culturas e processos identitários; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Prática Pedagógica em Educação Ambiental. Professor universitário na rede privada..

RICARDO JOSÉ ROCHA AMORIM

Pós-doutorado em Ciência da Computação pela UFPE (2012-2013), Doutorado em Electrónica y Computación pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha (2007) - revalidado como Ciência da Computação pela UFPE (processo nº 009949/2009-SRD), Mestrado em Engenharia de Produção, linha Mídia e Conhecimento, pela UFSC (2002), Graduação em Ciência da Computação pela UNICAP (1989). Coordenou diversos projetos de pesquisa com financiamentos do CNPq, FACEPE e FAPESB. Também, atua na área de Informática na Educação, com ênfase em Ontologia Educacional, Padrões de Metadados Educacionais, Objetos de Aprendizagem, Learning Design e Analíticos de Aprendizagem. Participa de corpo editorial e como revisor de periódicos e conferências internacionais de grande reputação.

CARLOS ALBERTO BATISTA DOS SANTOS

Biólogo/Etnobiólogo, Graduado em Ciências com habilitação em Biologia pela Universidade de Pernambuco – UPE (1991), Especialista no ensino de Biologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1998), Mestre em Zoologia pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (2006) e Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (2016). Atua na área de Zoologia, Conservação da Biodiversidade, Etnozoologia e Etnoecologia. Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais.

AUTORES**AMADO INSFRÁN ORTIZ**

Doctorando en Ecología, Conservación y Restauración de Ecosistemas, Universidad de Alcalá. Docente investigador Ingeniería Ambiental, Facultad de Ciencias Agrarias, Universidad Nacional de Asunción, San Lorenzo-Paraguay. Contacto: amado.insfran@agr.una.py

ANDRÉ LUIS OLIVEIRA PEREIRA DE SOUZA

Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela UNEB (2018), mestrado profissional em Rádio pela Universidade Complutense de Madri e Instituto de Radiodifusão e Televisão Espanhola UCM/IRTVE (2011), graduação em Comunicação Social com habilitação em Rádio e Televisão pela Universidade Federal de Sergipe (2002). Tem experiência nas áreas de Novas Mídias e Comunicação Socioambiental, trabalha com os seguintes temas: arte e linguagem, ecossistemas comunicativos, ecologia acústica/sonora, audiovisual e cibercultura.

ADRIELLE CRISTINA DE SOUZA COSTA

Graduada em Engenharia Agrônômica e Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, ambos pela UNEB, Campus Juazeiro/BA. Possui experiências em ciências agrárias, com ênfase em desenvolvimento sustentável e agroecologia.

ADRIANA MARIA CUNHA DA SILVA

Graduada em Engenharia de Pesca pela UFRPE (1994), com Mestre em Biologia Animal pela UFPE (1997) e Doutora em Geociências também pela UFPE (2005) e Pós-Doutora - UFPE/2015. Professora Pleno da UNEB, Campus VIII-Paulo Afonso/BA, integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão em Pesca e Aquicultura do Médio, Submédio e Baixo São Francisco e do Núcleo de Pesquisa em Ecossistemas Aquáticos – NUPEA. Atuação profissional: Área de Geociências, com ênfase em geologia sedimentar e ambiental, meiofauna e bioclastos.

ADRIANA SOELY ANDRÉ DE SOUZA MELO

Assistente Social no Colégio da Polícia Militar - CPM Juazeiro-BA; Coordenadora Acadêmica na FACESP; Graduada em Letras (FAFOPST) e em Serviço Social (UNOPAR); Especialista em: Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (UPE), Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB), Formação em EaD (UNIP), Serviço Social e Gestão do Trabalho Social (FACESP); Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB).

ANGELITA ROSA DE OLIVEIRA ROCHA

Pedagoga, Especialista em Coordenação Pedagógica, Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental. Atua como professora de Ensino Superior nas disciplinas Estágio Supervisionado e Monografia pelo Instituto Superior de Educação de Boquira - Faculdade Fak Kúrios. E como Coordenadora Pedagógica na Secretaria de Educação de Ibipitanga.

DANIEL FERREIRA AMARAL

Engenheiro de Pesca (UNEB), Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho (UNIFOA), Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB) e Doutorando em Ciência Animal (UNIVASF). Docente do Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Atuando nas linhas de pesquisas de Higiene e Segurança do trabalho, Recursos Pesqueiros e Ecologia Humana.

DANIELA SANTOS SILVA

Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGECOH pela UNEB. Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Universidade de Pernambuco - UPE e em Tecnologia Ambiental pelo IF SERTÃO. Pedagoga também pela UNEB. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano.

EMILLE MENA LIMA MENEZES RIOS

Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela UNEB. Especialista em Gestão Ambiental e em Gestão Pública. Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Atua como professora na rede regular de ensino e desenvolve pesquisa nas áreas de Educação e Meio Ambiente.

ELTON MOREIRA QUADROS

Doutor e mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) e especialista em Educação, Cultura e Memória pela mesma Universidade. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professor auxiliar do Departamento de Educação na área de Filosofia do Direito e professor do quadro permanente do PPG em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da UNEB e do PPG Memória: Linguagem e Sociedade da Uesb. É líder do Grupo de Pesquisa em Fenomenologia, Memória e Justiça. Atua na área de Filosofia, Memória e Cultura, com ênfase em Fenomenologia, Ricoeur e Meio Ambiente Cultural.

FÁTIMA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA

Bacharela em Arqueologia, Especialista em Gestão, Licenciamento e Auditoria Ambiental, Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Professora Substituta do Bacharelado em Arqueologia UNEB campus VIII. Atualmente coordena o projeto Pesquisas Arqueológicas na Serra do Espinhaço Setentrional e no Vale do Rio Paramirim.

FELICIANO JOSÉ BORRALHO DE MIRA

Doutorado em Socio-économie du Développement pela EHESS-École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Doutorado em Sociologia Económica e das Organizações pelo ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Mestrado em Sistemas Sócio-organizacionais das Actividades Económicas. Pós-graduação em Sociologia Económica (ISEG). Pós-doutorado em Estudos Culturais Comparados no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2007-2012).

ISRAEL VIEIRA DE SOUZA

Engenheiro de Pesca (UNEB), pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho (Estácio de Sá), pós-graduado em Higiene Ocupacional (UFBA), Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB), professor Dedicação Exclusiva do IFBA Campus de Juazeiro.

IVA MIRANDA PIRES

Professora associada da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É licenciada em Geografia pela Universidade de Coimbra e doutorada em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa. Leciona no Departamento de Sociologia e coordena o mestrado e o doutorado em Ecologia Humana. É presidente da Society for Human Ecology (SHE). As suas principais áreas científicas de pesquisa são a ecologia humana e o desenvolvimento sustentável e a geografia económica e social.

JOSEMAR DA SILVA MARTINS

Graduado em Pedagogia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro/BA (FFLCJ), da UNEB (1993); Especialização em Gestão de Sistemas Educacionais pela PUC-MG (1997); Mestrado em Educação pela Université du Québec à Chicoutimi, UQAC (2003); e Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação, FAGED, da UFBA (2006). Atualmente é Professor Adjunto da UNEB no Departamento de Ciências Humanas III/Juazeiro/BA.

JURACY MARQUES DOS SANTOS

Doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente faz doutorado em Ecologia Humana na Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal). Pós-doutor em Ecologia Humana na Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal) e em Antropologia pela UFBA. Atualmente é Professor Titular da UNEB, onde é professor permanente dos mestrados de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECOH) e do de Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA). É membro da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana - SABEH.

KATIA SILVA DE SOUZA SANTOS

Graduada em Biologia (UPE); Especialista em Programação do Ensino de Biologia e Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB). Professora e Vice-Gestora na Rede Pública Estadual da Bahia. Integrante no grupo de pesquisa: Grupo de Estudos em Etnobiologia e Conservação dos Recursos Naturais, na linha de Pesquisa: Ecologia Humana.

LUCIANO SERGIO VENTIN BOMFIM

Graduação em Geografia; Graduação em Pedagogia; Graduação em Direito; Mestrado em Educação; Doutorado em Filosofia. Atualmente é prof. adjunto b da UNEB. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ecologia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: ontologia humana, ser humano, ecologia humana, alienação e ética em pesquisa.

LUIS EDUARDO GOMES DO NASCIMENTO

Possui graduação em Direito pela UNEB (2008). Atualmente é professor auxiliar da UNEB. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Direito. Possui Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB.

LUCIANO SILVA DE MENEZES

Historiador, com Especialização em História Geral: Patrimônio e Cultura e Especialização em História do Brasil - Cultura e Poder. Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela UNEB. Membro do Grupo de Pesquisa em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental.

MARIA HERBÊNIA LIMA CRUZ SANTOS.

Engenheira Agrônoma - Mestra em Botânica (UFRPE/Recife/PE). Doutora em Agronomia (UNESP/Botucatu/SP). Professora Titular do Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS/UNEB Campus III Juazeiro/BA).

MARIA ELIZABETH SOUZA GONÇALVES

Graduada em Comunicação Social; Especialização em Gestão Educacional; Mestrado em Educação; Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental; Doutoranda em Epistemologia e História da Ciência. Professora da UNEB. Linhas de Pesquisa: Educação do Campo, Gestão e Políticas da Educação, Ecologia Humana e Epistemologias do Sul.

MAHATMA LENIN AVELINO DE ALMEIDA

Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB, Pós-graduando em Direito Ambiental pela Universidade Cândido Mendes. Membro do Grupo de Estudos em Etnobiologia e Conservação dos Recursos Naturais. Graduado em Direito pela UNEB. Professor do Centro de Formação de Vigilantes - Mirante e Militar do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - CBM-BA

MARIA JOSÉ APARICIO MEZA

Doctoranda en Sociología y Antropología Social, Universidad Complutense de Madrid. Docente investigador Ingeniería en Ecología Humana, Facultad de Ciencias Agrarias, Universidad Nacional de Asunción, San Lorenzo-Paraguay. Contacto: mariajose.aparicio@agr.una.py

MARIANE PEREIRA FERREIRA

Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Mestranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia MAE/USP onde desenvolve pesquisas voltadas para Zooarqueologia em contextos arqueológicos pré-coloniais amazônicos.

MÓNICA GAVILÁN JIMÉNEZ

Diploma de Estudios Avanzados en el Programa de Doctorado en

Ciencia, Tecnología e Ingeniería de Alimentos, Universidad Politécnica de Madrid, España. Área a investigación: Sensometría aplicada al desarrollo de nuevos productos. Especialista en Nutrición en Salud Pública y Didáctica Universitaria Universidad Nacional de Asunción. Especialista en Postcosecha de Productos Hortícolas Frescos por la Universidad de Costa Rica. Directora de la Carrera de Ingeniería Agroalimentaria (FCA/UNA). Docente de Grado y Postgrado. Profesora Adjunta de asignaturas relacionadas ciencia, tecnología e ingeniería agroalimentaria, análisis sensorial y calidad y cadenas de valor. Profesora Adjunta de las asignaturas Ingeniería de Alimentos y Empresas Agroindustriales. Facultad de Ciencias Agrarias/UNA Profesora Asistente de las Asignaturas: Análisis Sensorial de Alimentos. Facultad de Ciencias Químicas/UMA.

ROSILDA ALVES MAGALHÃES MENEZES

Engenheira de Pesca, Esp. em Gestão ambiental e Recursos Hídricos, M.e. em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental e doutoranda em Ciência Animal pela UNIVASF. Docente no curso de Engenharia de Pesca da UNEB atuando nas linhas de pesquisa em Etnoecologia e povos tradicionais, com foco em produção de peixe, socioeconomia e meio ambiente, bem como em Tecnologia do Pescado e Biotecnologia.

ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA.

Bióloga, Especialista em Ciências Biológicas e Educação e Gestão Ambiental. Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH/UNEB- Campus III Juazeiro/BA. Atua no ensino superior como professora da disciplina Educação Ambiental pelo Instituto Superior de Educação- Fak Kúrios e como Professora da rede municipal (CUCB) e estadual (CEP).

SAMIA ROMERO GONZÁLEZ

Ingeniera en Ecología Humana por la Universidad Nacional de Asunción, docente investigadora de la Facultad de Ciencias Agrarias de la Universidad Nacional de Asunción (FCA/UNA), Paraguay, desde el año 2011. Maestría en Desarrollo Rural Territorial, por la Facultad de Ciencias Agrarias/Universidad Nacional de Asunción. Docente de tiempo completo de la Carrera de Ingeniería en Ecología Humana, FCA/UNA Profesora Asistente

en la asignatura Desarrollo Humano/Facultad de Ciencias Agrarias/UNA
Profesora Encargada de las Asignaturas: Sociología Aplicada; Ecología Humana Aplicada, Ecología Humana, Emprendedurismo Jefa de Trabajos Prácticos en las asignaturas: Antropología Social, Educación Popular, Género e Interculturalidad, Alimentación Comunitaria. Áreas de Investigación Marca territorial e Identidad, Cultura y territorio, Mejoramiento de Vida, Género y Desarrollo.

TÂMARA DE ALMEIDA E SILVA

Engenheira de Pesca (UFRPE), especialista em Oceanografia (UFRPE), mestra em Oceanografia (UFRPE) e doutora em Oceanografia (UFRPE). Atualmente é Professora Adjunto B da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tem experiência na área de Oceanografia, com ênfase em Oceanografia Biológica. Atuando principalmente nos seguintes temas: recifes de coral, estuário, zooplâncton, demersal, trap light.

VIVIANE ALMEIDA VIEIRA

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestra em Ecologia Humana, especialista em Direito Constitucional pela UNISUL, graduada em Direito. Professora auxiliar do curso de Direito da UNEB.

WAGNER SOARES DE LIMA

Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB), pós-graduando em Psicologia Junguiana Clínica (IDE), especialista em Gestão Pública e bacharel em Administração (UFAL), graduado em Segurança Pública (PMAL), servidor técnico da UFPE na área de Segurança Universitária. Membro do Grupo de Estudos Estratégicos em Seg. Pública da Polícia Militar - AL, da Associação Brasileira de Terapeutas Holísticos e da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana.

WILMA AMÂNCIO DA SILVA

Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB). Pós-graduada em Educação Infantil (UNB) e em Metodologia do Ensino de Biologia e Química (FACINTER). Licenciada em Pedagogia (UNEB). Professora de Educação Básica das redes públicas de ensino de Delmiro Gouveia/AL e Canindé de São Francisco/SE.

Formato: 16x23
Tipologia: Adobe Caslon Pro
Papel: Pólen 80g /m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g / m2

2019
Curitiba/Paraná

Não encontrando nossos títulos na rede
de livrarias conveniadas e informadas em nosso site
contactar a Editora Brazil Publishing:
Tel: (41) 3022-6005
www.aeditora.com.br
aeditora@aeditora.com.br